



Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017
Universidade Federal do Pará/UFPA
Belém, Brasil



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS





Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

Belém
NAEA/UFPA
2017

Arte da Capa
Andréa Pinheiro

Capa
Ione Sena

Editoração
Ione Sena
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) _ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

CDD 22. ed. 320.12098

Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Ana Prado - NAEA/UFPA
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França
Elenise Scherer - UFAM
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Delma Pessanha Neves - UFF
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Fabiano Bringel - UEPA
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina
Izabel Valle - UFAM
Indira Rocha - ICSA/UFPA
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
João Márcio Palheta - PPGEIO/UFPA
James Léon Parra Monsalve - Colômbia
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua
José Raimundo Trindade - PPGECO
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Mirleide Chaar – NAEA/UFPA
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Pascale de Robert - IRD – França
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Renan Freitas Pinto – UFAM
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA
Sirlei Silveira - UFMT
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA
Socorro Amora - ICSA/UFPA
Solange Gayoso - ICSA/UFPA
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN
William Santos de Assis - NCADR/UFPA
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA
Marília Lobato - UNIFAP
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA
Raifran Abidimar de Castro - IFMA
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

Edna Castro
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



Programa

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

Mesa de Abertura

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

Expositores:

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores

Conferencista: Eduardo Gudynas - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

Expositores:

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

Expositores:

Philip Martin Fearnside - INPA

Luís Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professor: Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: France Rodrigues - UFRR

Expositores:

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

Oficinas

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Edila Moura PPGSA/UFPA

Expositores:

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Gilmar Pereira da Silva - UFPA

Expositores:

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

Minicurso III: Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professora: Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

Oficina

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 03: Agitação e propaganda

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO

GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala 12 e 13 - NAEA

GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

Sala 15 e 17 - NAEA

GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores: Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaide Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina

Coordenadores: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)

GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores: William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina

Coordenadores: Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

Coordenadores: Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

Local: LAENA - NAEA



LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

Ipojucan Dias Campos (Org.)

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

Francilene dos Santos Rodrigues

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

Eunapio Dutra do Carmo

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

Ipojucan Dias Campos

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

Edna Maria Ramos de Castro (Org.)

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

Homero Chiaraba Gouveia

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

Fabian Serejo Santana

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

José Raimundo Trindade

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

Jondison Cardoso Rodrigues

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

Diana Aguiar

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)

NAEA/UFPA - 2017



Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas
e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 03

Colonialidade e grandes obras de infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores

Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Debatedores

Philip Martin Fearnside (INPA), Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona)

Ementa: Esse GT se propõe discutir concepções predominantes na Pan-Amazônia, com extensão para demais países da América Latina, no que tange ao planejamento, implantação e operacionalização de grandes projetos hidrelétricos e de mineração. Interessa reunir trabalhos que revelem questões e conflitos sociais que problematizem os políticos, ambientais e mesmo econômicos relacionados às grandes obras, mobilidade do trabalho, do capital, conflitos entre esferas de poder, violência institucional e social, precarização de direitos e da cidadania.



Trabalhos completos

GT 03

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.**

- **Sala Ip 02 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: AJUSTES ESPACIAIS E CONFLITOS NA PANAMAZÔNIA: A EMERGÊNCIA DE RESISTÊNCIAS TERRITORIALIZADAS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Comunicação Oral

1. DIREITO HUMANO AO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS BEIRADEIRAS AFETADAS POR PROJETOS AMBIENTAIS NO BRASIL

Andréia Macedo Barreto (DPE/PA)

2. REDISCUTINDO TERRITORIALIDADE: REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E NARRATIVAS DE CONFLITO NA COMUNIDADE DE CAJUEIRO, SÃO LUÍS, MARANHÃO.

Luciana Railza Cunha Alves (UFMA), Christiane de Fátima Silva Mota (PPGSA/UFPA), Gerson Carlos Pereira Lindoso (IFMA)

3. PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DE PROCESSOS CONFLITUOSOS COM POPULAÇÕES TRADICIONAIS: IMPACTOS SOBRE O POVO ARARA DO PARÁ.

Ana C. Ferreira Alves (USP), Leonard J. Grala Barbosa (NAEA/UFPA)

4. IMPLANTAÇÃO DO “CORREDOR DO NORTE”, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAPIM, ABAETETUBA, PA.

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita (UFPA), Lívia de Freitas Navegantes Alves (UFPA), Hueliton Pereira Azevedo (UFPA), William Santos de Assis (UFPA)

5. ESTRATEGIAS ETNOECOLÓGICAS DE COMUNIDADES SHUAR DE LA AMAZONÍA ECUATORIANA ANTE LAS PRESIONES DE LA GLOBALIZACIÓN ACTUAL.

Pablo PañoYáñez (Universidad de Cuenca, Ecuador)

6. FRONTEIRAS CRUZADAS E TENSÕES EM ITAITUBA: UMA ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO E CONFLITO SOCIAL NO ENTORNO DA BR-163

Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA)

7. BAMBURRANDO RIQUEZAS E CONFLITOS: GARIMPAGEM, MINERAÇÃO E POLÍTICA GOVERNAMENTAL EM SERRA PELADA

Tallyta Suenny Araujo da Silva (PPGA/UFPA) e Raimundo Ney da Cruz Gomes (PPGA/UFPA)



**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.**

- **Sala Ip 02 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

Pôster:

1. DA INVISIBILIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO: O CASO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PORTOS DO MAICÁ E O DIREITO À CONSULTA, PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA
Júlia de Sousa Farias Ribeiro (UFOPA), Juliana Cristina Vasconcelos Maia (CESUPA), Cândido Neto Cunha (UFOPA), Luísa Falcão Oliveira (UFOPA)

**2ª SESSÃO: MULTIPLICAÇÃO DE MEGAPROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA:
COLONIALIDADE E DESFIGURAÇÃO**

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenador(a): Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Comunicação Oral

1. AS MEGA OBRAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E A REORGANIZAÇÃO DA LÓGICA DA COLONIALIDADE DO PODER
Kellyana Bezerra de Lima Veloso (UNINTER)

2. MEGAPROJETOS INCONCLUDENTES. “ATOS DE ESTADO” E INICIATIVAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA A BACIA DO RIO TROMBETAS NA DÉCADA DE 1970, EM ORIXIMINÁ, PARÁ.
Emmanuel de Almeida Farias Júnior (PPGCSPA/UEMA)

3. DESENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL: MEDIDAS DE REPARAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE VIDA DE REASSENTADOS SOB A PERSPECTIVA COLONIALISTA
Fabian Serejo Santana (CIAMB/UFT)

4. COLONIALIDADE E RESIGNAÇÃO: A TENTATIVA DE LEGITIMAÇÃO SOCIAL DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE MARABÁ
Cristiano Bento da Silva (PPGSA/UFPA) e Thiago Martins da Cruz (PDTSA/UNIFESSPA)

5. POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NACIONAIS NO SETOR HIDROVIÁRIO E SEUS REFLEXOS NA AMAZÔNIA: UM ENFOQUE SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DE ITAITUBA-PA E SANTARÉM-PA.
Ivan Gomes da Silva Viana (UFOPA) e Gilber Valério Cordovil (UFOPA)

Pôster:

1. NARRAR E RESISTIR: MEMÓRIAS DE UM DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO
Bárbara Monique Monteiro Albuquerque e Sônia Barbosa Magalhães



**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.**

• **Sala Ip 02 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

2. A INVISIBILIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS FRENTE A AMPLIAÇÃO DA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO: CASO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO COMPLEXO PORTUÁRIO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA.

Sandra Lorrany Pereira Carvalho (UNAMA)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: BELO MONTE: ANATOMIA DO DESASTRE E DE SEUS PROMOTORES

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenador(a): Luiz Fernando Nova (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Comunicação Oral

1. O CONSÓRCIO NORTE ENERGIA: RELAÇÕES ESTADO E EMPREITEIRAS NA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO NORTE ENERGIA.

Rosemberg Batista de Araújo (PPGSA/UFPA) e Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (PPGSA/UFPA)

2. O (DES)VALOR DOS OBJETIVOS DE VIDA: O CASO DAS INDENIZAÇÕES DE BELO MONTE.

Camila Aranha dos Reis (UNIRIO)

3. BELO MONTE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SOBRE O TERRITÓRIO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO XINGU.

Girlian Silva de Sousa (NAEA/UFPA e UFOPA) e Juarez Pezzutti (PPGDSTU/NAEA - PPGZool/UFPA-MPEG - PPGEAP/UFPA)

4. FAMÍLIAS RIBEIRINHAS: MEMÓRIAS DE VIDA E TRABALHO FRENTE À CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

Elizabete Vidal (UFPA) e Maria Ivonete Coutinho (UFPA)

5. O AUMENTO NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA COMO A MATERIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.

Márcio Teixeira Bittencourt (PPGEDAM/NUMA/UFPA) e Germana Menescal Bittencourt (FAESA/ITEC/UFPA)

Pôster:

1. O IMPACTO DO REASSENTAMENTO AOS RIBEIRINHOS E COMUNIDADES DE PESCADORES AFETADOS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: ALTAMIRA-PA.

Martha Luiza Costa Vieira (FAR)



**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.**

- **Sala Ip 02 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

2ª SESSÃO: AMAZÔNIA: REGIÃO, CONSTRUCTO E PODER

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenador(a): Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Comunicação Oral

1. TEMPO, MÚLTIPLOS TEMPOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA.

José Guilherme Carvalho da Silva (NAEA/UFPA)

2. DISCURSOS E RELAÇÕES DE PODER NA AMAZÔNIA: A INVISIBILIDADE DO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DA NORTE ENERGIA NA IMPLANTAÇÃO DE BELO MONTE.

Ivana Claudia Guimarães Oliveira (PPGDSTU/NAEA/UFPA), Nirvia Ravena (PPGDSTU/NAEA/UFPA) e Alda Cristina Costa (PPGCOM/FACOM/UFPA)

3. REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO E TERRITÓRIO NORMADO: UMA ANÁLISE PORTUÁRIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL.

Isabel Lopes Perides (FFLCH/USP)

4. INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAPÁ.

Katrícia Milena Almeida Corrêa (UNIFAP) e Jadson Luís Rebelo Porto (UNIFAP)

5. QUALIDADE DE VIDA EM PORTO VELHO, RONDÔNIA: PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Regina Chelly Pinheiro da Silva e Ligia T. L. Simonian (NAEA/UFPA)

6. AS TRÍPLICES FRONTEIRAS BRASIL/PERU/BOLÍVIA E BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA NA AMÉRICA DO SUL: DUAS REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS EM FORMAÇÃO?

Maria Célia Nunes Coelho (IGEO/UFRJ), Gisela Aquino Pires do Rio (IGEO/UFRJ) e Luiz Jardim Wanderley (UERJ-FFP)

7. PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL E NO ESTADO PLURINACIONAL: OBSERVAÇÕES DESDE A AMAZÔNIA BOLIVIANA

Renata Albuquerque de Moraes (PPGAS/UnB)

Pôster

1. AS FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO: A BR-156 E OS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE/AP.

Anderson Luis Azevedo da Rocha (UNIFAP)



**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.**

• **Sala Ip 02 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

2. TERRITÓRIO REGIONAL: DESEQUILÍBRIOS E DESCONFIGURAÇÃO CULTURAL NA ILHA DE TRAMBIOCA, BARCARENA.

Maitê Regina Duarte da Conceição (ICED/UFPA) e Brenda Larissa da Silva Flexa (IFCH/UFPA)

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA ELÉTRICA NA AMAZÔNIA: EXPROPRIAÇÕES E DEVASTAÇÕES

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenador(a): Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Comunicação Oral

1. SETOR ELÉTRICO E MEIO AMBIENTE- ENTRE TRAJETÓRIAS OU MUDANÇAS?

Roberval Francisco de Lima (PPGPol/ UFSCar)

2. A FRONTEIRA DA HIDROELETRICIDADE NO AMAPÁ: UM CONTEXTO DE CONFLITOS.

Thallys Arimar Lopes Rosa (UNIFAP) e Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

3. USINAS HIDRELÉTRICAS E IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL NO RIO ARAGUARI, FERREIRA GOMES – AMAPÁ.

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (PPGEO/UFPA), Christian Nunes da Silva (PPGEO/UFPA), Ricardo Ângelo Pereira de Lima (PPGEO/UFPA - UNIFAP) e Alan Nunes Araújo (PPGEO/UFPA)

4. CONFLITOS E MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DESENCADEADAS PELOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA ORIENTAL NA AMAZÔNIA: ABORDAGENS: O CASO DA UHE DE ESTREITO-MA/TO.

Cícero Pereira da Silva Júnior (PPHIST – UFPA)

5. MEMÓRIA TÉCNICA da USINA HIDRELÉTRICA de TUCURUÍ.

Thiago Novaes (UnB)

6. BRASIL Y LA PRETENSÓN HIDROELÉCTRICA EN EL ALTO MAZARUNI: ANÁLISIS SOBRE LOS INTERESES ENERGÉTICOS GUYANESES, LA PRETENSÓN DEL BRASIL Y SU IMPACTO SOBRE EL PUEBLO AKAWAIO.

Ricardo Salvador De Toma García (UFRR) e Nelvio Paulo Dutra Santos (UFRR)

7. SEGURANÇA DE BARRAGENS EM HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: ASPECTOS DE GOVERNANÇA DE RISCO

Aline Furtado Louzada (UFPA) e Nírvia Ravena (UFPA)



**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.**

- **Sala Ip 02 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

Pôster:

1. MUDANÇAS NO CENÁRIO REGIONAL SULMARANHENSE: UMA INTERPRETAÇÃO DOS EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA UHE DE ESTREITO-MA.

Hugo Noleto da Silva (CCHSL/ UEMASUL), Micherlângela Almeida de Sousa Silva (CCHSL/ UEMASUL) e Jailson de Sousa Macedo (CCHSL/ UEMASUL)

2ª SESSÃO: GRANDES PROJETOS E TERRITÓRIOS URBANOS EM TRÂNSITO

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenador(a): Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA), Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Comunicação Oral

1. LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”.
Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA) e Gizele Cristina Carvalho dos Santos (ICSA/UFPA)

2. GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS E MERCANTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE CONFLITOS PELO USO DO SOLO EM BELÉM (PA) E BARCARENA (PA).

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA), Pedro Paulo Soares (UFPA), Ana Caroline dos Santos Ferreira (UFPA), Taynáh de Nazaré Argolo Marinho (UFPA)

3. A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA LINHA VERDE NA REGIÃO PERIURBANA DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ – AP: PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO.

Thiago dos Santos Damasceno (UNIFAP), Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (UFPA), Elizeu Costa Vasconcelos (UNIFAP), Danielson da Silva Iaparrá (UNIFAP)

4. EXPRESSÕES DO DESENVOLVIMENTO NO PORTO DO ITAQUI: RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, EXPLORAÇÃO E LUCRO.

Jadeyson Ferreira Moreira (UFMA) e Ana Lourdes da Silva Ribeiro (GEDMMA/UFMA)

5. VIOLÊNCIA E LUTA POR DIREITO À CIDADANIA E À MORADIA: LEGADO DE “BELO MONTE”.

Cleice da Luz Vidal (PPGAA/NCADR/ UFPA), Glaucy Learte da Silva (PPGSA/UFPA) e Deyse Soares da Silva Teixeira

6. POVOS INDÍGENAS NA CIDADE: IMPACTOS E PROGRAMAS MITIGATÓRIOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE PARA OS ÍNDIOS MORADORES DE ALTAMIRA/PARÁ.

Suelem Maciel Cardoso (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

7. UMA BREVE HISTÓRIA DAS INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AMAZÔNICO

Jader Ribeiro Gama (NAEA/UFPA), Larissa Carreira (NAEA/UFPA), Thiago Novaes (UnB) e Fábio Carlos Silva (NAEA/UFPA)

**GT 03 – Colonialidade e Grandes Obras de Infra-estrutura: Hidrelétricas,
Portos, hidrovias, Rodovias e Ferrovias****PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DE PROCESSOS CONFLITUOSOS COM
POPULAÇÕES TRADICIONAIS: IMPACTOS SOBRE O POVO ARARA DO PARÁ**

Ana C. Ferreira Alves (UFPA)¹
carolfalves@gmail.com

Leonard J. Grala Barbosa (NAEA/UFPA)²
leograla@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar um panorama cíclico dos embates de um povo indígena residente no Pará com o Estado e seus projetos de desenvolvimento junto com empreendimentos privados. A perspectiva adotada parte de uma análise do contexto histórico-cultural do Povo Arara (família linguística Karib), residente no rio Iriri, um afluente do Xingu, sob a ótica dos processos neo-extrativos dentro das discussões decoloniais em uma construção de um tipo de história que pauta a mobilização dos movimentos locais sob suas próprias formas de organização baseados em uma ecologia política. A abordagem tenta apresentar parcelas do ponto de vista local sobre esses processos cumulativos, por meio de narrativas indígenas. O povo Arara conta com aproximadamente 650 indivíduos, distribuídos em seis aldeias na região sob influência da cidade de Altamira. A partir do processo de contato com a sociedade envolvente ocorreram significativas mudanças na estrutura de vida do povo e, a partir da implantação da UHE Belo Monte, os processos de desmantelamento das estruturas sociais foram significativamente acelerados. A partir de extensos levantamentos de dados socioculturais e linguísticos, buscamos mostrar como resultados os mecanismos envolvidos nas mudanças de relações entre indígenas e não-indígenas a partir do contato, bem como o comprometimento da segurança alimentar e as possibilidades de enfrentamento que este povo constrói juntamente com outros grupos afetados pelos enclaves na região.

Palavras-chave: Povo Arara do Pará; Grandes projetos; Povos indígenas; Estudos Decoloniais.

1. INTRODUÇÃO: BREVE HISTÓRIA DO CONTATO

O povo conhecido como Arara³ se autodenomina *Ugrongmo*⁴. Desde pelo menos a década de 1860, indígenas identificados como Arara (Karib)⁵ foram documentados nas áreas entre os rios Amazonas, Xingu, Tapajós, Iriri e Pacajá (COUDREAU, 1977;

¹ Doutora em Letras, Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, PPGL - UFPA, Brasil.

² Historiador, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/UFPA, Brasil.

³ No Brasil, há diferentes grupos conhecidos por Arara, com representantes de línguas pertencentes às famílias linguísticas Tupi, Pano e Karib.

⁴ Outras formas de escrita encontradas na literatura são: Ukarãngmã, Wokaraŋma, Ugoroŋmo.

⁵ Há ainda o povo Arara da Volta grande do Xingu. Sobre o possível parentesco com os Arara (Karib) conferir documentação disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/arara-da-volta-grande-do-xingu>. Acessado em 24 Nov 2017.



NIMUENDAJÚ, 1948). Esses registros, que podem ser encontrados de modo ilustrativo no Mapa Ethnohistórico elaborado por Nimuendajú (IBGE, 1980), demonstram grande amplitude territorial, bem como sua persistência temporal (entre, pelo menos, 1861 a 1963⁶). Contatos até cerca de 1940⁷ seguiram um modelo imposto pelos aldeamentos, segundo Marin (2010, p.11):

Os grupos indígenas enquadrados no sistema de aldeamento missionário experimentaram severas mudanças culturais e sociais. Kelly-Normand (1984) aponta que a aldeia se estabeleceu sob o princípio da sedentarização por longos períodos, alteração que desconsiderava as estações de chuva e verão. Essa nova situação aumentava os riscos de epidemias que facilmente se propagavam.

Os contatos posteriores, até meados de 1960, ocorreram de modo menos traumático, seja em razão da proporção ou em função do tipo de situação menos invasiva (extração de látex, gateiros⁸, faiscação⁹, entre outros). Com a construção da rodovia Transamazônica (BR 320) na década de 1970¹⁰ e o aumento no fluxo de pessoas na região, diferentes iniciativas públicas e privadas de assentamento se espalharam ao longo da rodovia. Madeireiras e garimpos ilegais repartem as áreas, tendo por chancela certidões negativas da presença de indígenas emitidas pela FUNAI.

Ao passo em que a rodovia avançava sobre o território tradicionalmente ocupado pelos Arara e os conflitos se intensificavam, o órgão indigenista passou a trabalhar no processo de atração dos Arara. Este seria um dos mais trágicos capítulos dos povos indígenas no Brasil, não pelas doenças, mas por grandes perseguições e massacres, conforme relatos presentes em documentação da época (notícias de jornais, revistas, filmes e documentos técnicos¹¹).

⁶ No mapa constam os fluxos a partir dos seguintes anos e locais entre o rio Tocantins e o Tapajós: 1861 – rio Xingu; 1863 - rio Xingu (cabeceira); 1869 - rio Tocantins; 1910-1932 – rio Pacajá; 1872 - rio Tapajós; 1896 – rio Iriri; 1930 - rio Pacajá; 1963 - rio Curuá do Sul; 1??7 (data ilegível) - rio Iriri. Há ainda a referência exposta no trabalho de Faria (2016), no qual a autora faz um resgate histórico dos aldeamentos feitos pelos jesuítas na atual cidade de Altamira (missão Tavaquara). Estes relatos dão conta de índios Arara vivendo nesta missão desde meados do século XVII. Além desta informação, encontramos menção a indígenas da etnia sendo “recrutados” para trabalho no forte de Gurupá, antes de 1800.

⁷ Entre as décadas de 40 e 50 os Arara foram considerados extintos.

⁸ Indivíduos conhecidos por trabalharem na captura de peles de animais, geralmente comercializadas no mercado internacional.

⁹ Tipo de extração mineral/garimpagem de pequena monta, geralmente levada a cabo por indivíduos solitários e/ou pequenos grupos dispersos nos territórios, costumam buscar o ouro de aluvião junto a pequenos corpos d’água.

¹⁰ Parte do Plano de Integração Nacional (PIN).

¹¹ Alguns desses documentos estão disponíveis em <http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>. Relatos detalhados do processo podem ser obtidos nos depoimentos do sertanista Afonso Cruz e Benigno. Há ainda os ricos depoimentos de Sidney Possuelo, chefe da frente de atração, disponível em COSTA, K. S. Entrevista com Sidney Possuelo, Revista das Aguas, Núcleo de Estudos Amazônicos, 1999. Republicado em Revista de Linguística Antropológica v. 8, n. 2 (2016).

Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/ling/search/search?simpleQuery=possuelo&searchField=query> acessado em 25/10/2017.



O contato foi realizado em várias etapas. Ao longo dos anos, os primeiros embates foram marcados por avanços e recuos dependendo das baixas sofridas pelas equipes no encontro com os indígenas. Entre os anos de 1981 e 1984 fora efetivado o contato definitivo, com aldeamento de dois grupos da etnia Arara, um terceiro grupo que permanecia isolado foi contatado apenas em 1987 (TEIXEIRA-PINTO¹² apud FUNAI, processo n° 08620-1423/92 1992; TEIXEIRA-PINTO, 1997).

Atualmente, o povo Arara conta com uma população crescente de aproximadamente 650 indivíduos, os quais estão divididos em seis aldeias: Iriri, Laranjal, Terrawagã, Manggarapi, Arumbi, Guary Duan e Itkoun. As últimas quatro últimas foram formadas recentemente, a partir da chegada da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. A aldeia Iriri, onde a maior parte da pesquisa de campo foi realizada, está localizada à margem esquerda do rio homônimo, um afluente do rio Xingu, na Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca¹³. As demais aldeias estão localizadas na TI Arara e TI Arara da Volta Grande do Xingu. Altamira é a cidade de referência, que sedia a coordenação técnica regional da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão responsável pela execução das políticas indigenistas do Governo Federal.

O deslocamento entre a Aldeia Iriri¹⁴ e Altamira leva de um a dois dias, por via fluvial, dependendo de condições sazonais, bem como da disponibilidade de embarcações. A cidade de Altamira, cortada pela rodovia transamazônica, está em uma região conhecida por conflitos ligados à terra (extração ilegal de madeira, grilagem, mineração). A partir de 2010, com a implantação da UHE Belo Monte, graves crises começaram a eclodir na cidade. Hoje em dia, a TI Cachoeira Seca é impactada pelo asfaltamento da BR-320 que facilita o escoamento de madeira ilegal retirada do território (DNIT-VIG/CETS, 2001).

Antes da implantação da UHE, os não-indígenas que faziam parte do cotidiano dos Arara eram basicamente pescadores, ribeirinhos, a técnica em enfermagem, os professores não-indígenas e funcionários da FUNAI, principalmente na figura dos (antigos) chefes de posto, responsáveis por intermediar as relações entre povos indígenas e a sociedade

¹² TEIXEIRA-PINTO, M. **História, dinâmica social e distribuição territorial: sobre os índios Arara do Pará**. Relatório de Pesquisa – Port. n° 438/PRES FUNAI. Curitiba, 1994.

¹³ Esta TI que abrange um território entre os municípios de Placas, Uruará e Altamira levou cerca de 30 anos em processo de demarcação. A homologação ocorreu em Abril de 2016.

¹⁴ Este grupo é considerado de recente contato pela FUNAI. Por tal denominação entenda-se “ [...] aqueles povos ou grupos indígenas que mantêm relações de contato permanente e/ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade (autonomia) na incorporação de bens e serviços.” Trecho extraído do website da FUNAI, disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato?start=1>. Acessado em 15/12/2016.



envolvente. A pesquisa que dá origem a este artigo inicia-se em 2009, mesmo ano em que há um processo de reestruturação da FUNAI e o cargo de chefe de posto foi extinto.

A partir da UHE Belo Monte (entre 2010 e 2011) foi verificada uma acelerada mudança no modo de vida dos Arara¹⁵. Amplia-se a necessidade de saída de indígenas da aldeia para participarem de reuniões em Altamira. Amplia-se, ainda, demandas internas próprias da relação intensa com a sociedade envolvente, principalmente em um contexto de abundância de recursos que marca o período inicial da construção da UHE.

2. COLONIALIDADE E NEOCOLONIALIDADE, A FORMAÇÃO DA DIFERENÇA

Na busca por compreender como os Arara se inserem nas relações de conflito e poder estabelecidos a partir do contato, encontramos apoio em estudos decoloniais¹⁶. Estes estudos trazem à tona a multiplicidade de vozes e ações em torno da participação dos agentes locais sob uma perspectiva que problematiza a matriz ocidental no arcabouço filosófico-acadêmico.

Podemos perceber os estudos decoloniais como parte de um processo crítico, relativamente recente, do qual estavam presentes autores como A. Escobar, A. Quijano, E. Dussel e W. Mignolo, entre outros. Tais estudos divergem do tema pós-colonial na medida em que analisam as diferenças estruturais do colonialismo ibérico que fazem com que suas bases se mantenham até os dias atuais.

A partir desta vertente múltipla de pensamento, vemos que processos de globalização estão marcados por movimentos que questionam a fundo as raízes da modernidade. A globalização para Quijano (2000) é a visualização final do processo que iniciou com a constituição da América (politicamente), do capitalismo colonial/moderno eurocêntrico. O ponto de partida para a modernidade não estaria mais centrado em ações europeias dissociadas das Américas, estas discussões colocam a impossibilidade da modernidade sem a descoberta de nosso continente.

Dussel (2009) aprofunda a discussão sobre os marcos da modernidade. Reposiciona a América Latina no espectro político e altera as datas adotadas como fundacionais de um dado pensamento moderno. A imbricada relação entre modernidade e colonialidade, refletida de maneira mais significativa na hierarquização do ser humano, em especial

¹⁵ Para informações sobre o contexto observado na aldeia Laranjal, ver Belezini (2014).

¹⁶ Mignolo (2007, p. 27) se refere ao pensamento decolonial da seguinte maneira: “o pensamento decolonial emergiu na fundação mesma da modernidade/colonialidade como sua contrapartida; e isso aconteceu nas Américas, no pensamento indígena e afro-caribenho”.



segregação em certo momento por diferenças de tipologia física, é uma das grandes responsáveis pelas relações de trabalho que até hoje são perpetuadas.

A perspectiva adotada aqui está associada ao ponto de vista que questiona o ponto de partida da modernidade, espacial ou temporalmente. Questionamento que se insere no debate de contrapor tendências, já batidas, de nulidade da construção de epistemologias fora do eixo norte-europeu da modernidade (ou seja, França, Alemanha, Inglaterra nos períodos pós-revoluções 1789). Neste contexto, a cosmologia Arara seria uma dentre as possíveis explicações de mundo, devendo ser respeitada nos processos de construção de entendimento e negociações com a sociedade envolvente, porém isto não acontece, como veremos.

Dentro deste rol de modificações estruturais que vão se consolidando no ideário moderno, encontra-se como eixo fundamental a separação das pessoas em raças, o que vai corroborar a dominação colonial, permeando as dimensões do poder mundial. Este eixo é mais duradouro que o próprio colonialismo, perpassa-o, arrasta-se ao padrão hegemônico atual, os traços do colonialismo. Isto pode ajudar a explicar os motivos que levaram os órgãos governamentais a implantarem a todo custo os grandes projetos de infraestrutura na região (estrada e energia).

As diferenciações de raça estabeleceriam, na base, quem deveria ou não trabalhar, ou seja, constituiriam a identidade da modernidade. Enquanto nos países do norte da Europa, em especial na Inglaterra, o trabalho ia se consolidar como basilar para sua concepção de sujeito de direitos, na península ibérica o não-trabalho era o que evidenciava a nobreza do indivíduo.

De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza (...), fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. De otra parte, la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial (QUIJANO, 2000, p.14)

Há o estabelecimento de um sistema de classificação e hierarquias identitárias nesta distinção por raças. Nas Américas, isso se aplicou às identidades sociais de diversos grupos, índios, mestiços, negros, caboclos, entre outros. O que antes poderia ser indicação de origem (português, europeu, espanhol) passa a indicar conotação racial. Nesta separação, em um momento inicial, os indígenas americanos estavam de fora, uma vez que a relação com a diferença era estabelecida entre europeus, asiáticos e africanos.

A noção filosófica da modernidade centrada no “eu”, baseada em uma humanidade como referente, mas ocultada em suas relações com a realidade, é oposta às noções



desenvolvidas por grupos não-ocidentais que se organizam pelo reconhecimento da diferença entre o “nós” e o “eles”.

Sobre tais formas relacionais, Viveiros de Castro em suas obras sobre o “Perspectivismo Ameríndio” e seu trabalho de coletânea mais recente intitulado *Metafísicas Canibais* (VIVEIROS DE CASTRO, 2015) aponta uma lógica filosófica diferenciada, questionando os paradigmas construídos pela filosofia clássica dentro do arcabouço do *cogito e penso logo existo*. O posicionamento dos povos indígenas nesta relação é de relativa equivalência entre os diferentes seres que habitam o mundo.

Nos Arara, encontramos esta perspectiva desde o mito fundacional em que os seres que habitam o mundo (plantas, alimentos, humanos, animais, sobrenaturais, para citar alguns) partilham de uma mesma energia/substância vital, conhecida como *kuru* (*ekuru* ou *egru*) (TEIXEIRA-PINTO, 1997). Esta energia transita em um circuito, e em cada esfera assume importância específica.

As referências expostas acima buscam materializar parte da complexidade das discussões desta corrente de pensamento. Apesar da urgência de reposicionamento da posição crítica de construção de mundo trazida pelo movimento decolonial, é relevante refletir sobre seus alcances e limites.

Elena Yehia faz algumas observações e dá contribuições importantes para localizar a trajetória do pensamento decolonial. Ainda que os autores desta corrente de pensamento estejam inspirados pelas contribuições subalternas, “a maioria destes encontros continuam tendo lugar no meio de expressão das epistemologias ocidentais” (YEHIA, 2007, p. 103). Ainda segundo a autora, reconhecer as limitações desta natureza é um passo fundamental se o pensamento decolonial quiser ter alguma fecundidade.

A ideia é não fazer perdurar a hierarquização de conhecimentos lançados na modernidade/colonialidade, desvelar papéis assumidos como tradução e intérprete de conhecimentos das camadas subalternas. É necessário para tanto que se reconheça o poder dos privilégios colocados como marco de quem detém o poder de voz, sem, no entanto, cair na armadilha enunciada acima de reproduzir, mesmo que inconscientemente, novos padrões de hierarquia e na antiga tentação de falar em nome do outro (YEHIA, 2007). Neste embate, ainda engatinhamos no sentido de alcançar, ao menos uma pequena radícula parcela do que fora obtido na parceria verificada em Kopenawa e Bruce (2015), mesmo assim tentaremos apresentar pelo menos alguns elementos sob a lógica dos Arara face ao conturbado percurso relacional entre eles e a sociedade envolvente.



Abaixo é possível verificar a visão de uma indígena da Aldeia Iriri do porque os não-indígenas passaram a ser temidos:

[...] Iduam kumyk tximna apangron. Era wyrype iduam, tymegebra, typun jetxitebra...monkom pyra taje. Tximna ebyngmo kuneganoptak tximna wyna tan pidek, wyrype kumyk iduam, porque todagowit potkun kumyk...tximna etxit podap, tximna porque... fazendeiro ype taje kumyk iduam, orangyp. Toigebra tximna itangne ento, ento pene. Tximna egakteangne iduam, orangyp potkun mesmo, porque karei ype taje, fazendeiro ype taje kumyk iduako. Orangyp. Karei won ybapan nompa, torangynke...

[...]. Nós estávamos na mata antigamente, era ruim na mata, não havia roupa, sandálias, não tinha essas coisas...nossos parentes falaram para nós assim. Era ruim na mata porque andávamos muito... dentro da nossa casa... porque tinha muito fazendeiro na mata, (tínhamos) medo, ??, nós corremos para cá. Na mata, tínhamos muito medo mesmo porque...tinha branco, muito fazendeiro na mata...(tínhamos) medo. Papai matou branco também, de medo... (AAP-20110522-CFA-KT-vida-mato-txibie)¹⁷

Nos processos atuais vivenciados na Amazônia brasileira, alguns grupos vêm rompendo o paradigma do silêncio imposto pela hierarquização dos conhecimentos. Dentre os quais, os Arara fazem-se presentes em uma demanda que lhes foi urgente. Recém contatado, parte do grupo residente na TI Arara participa do Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu contra a Hidrelétrica do Xingu, em 1989, marco na luta contra a hidrelétrica que à época levava o nome Kararaô. Este encontro é parte de uma mudança de paradigma do sujeito de fala, até então, grupos indígenas eram amparados por ONGs (como CPT¹⁸, CIMI¹⁹). Nesta oportunidade, estiveram presentes expoentes lideranças indígenas que já possuíam atuação significativa na construção da Constituição de 1988, junto às entidades não governamentais, como Paulinho Paiakã, Ailton Krenak (representando a UNI²⁰), Jorge e Marcos Terena²¹.

Desde então, os diferentes grupos Arara assumem maior protagonismo frente as suas demandas próprias. Porém, como veremos, este protagonismo aparece de modo dúbio. Traumas do contato iriam perdurar até os dias atuais, mantendo relações ora de enfrentamento, ora de subserviência entre indígenas e FUNAI.

3. HIERARQUIZAÇÃO DAS RELAÇÕES: FUNAI - BELO MONTE - ARARA - ENTIDADES INDÍGENAS - ACADEMIA

¹⁷ Arquivo disponível no "Acervo de Línguas e Culturas da Amazônia" do Museu Paraense Emílio Goeldi.

¹⁸ Comissão Pastoral da Terra, que depois forma a Comissão Indígena.

¹⁹ Conselho Indigenista Missionário.

²⁰ União Nacional Indígena.

²¹ Periódicos\Mensageiro\Edição N° 55 - Janeiro/Fevereiro 1989 Circulação Interna (3) p.12.



Nesta seção buscamos indagar a respeito dos locais de fala dos envolvidos, partindo de narrativas Arara sobre o período do contato. Será apresentado um panorama posterior, no qual representantes das diferentes aldeias integram grupos de reivindicação face às entidades locais, nos embates e negociações com a Norte Energia e a FUNAI. Esse movimento de burocratização dos movimentos indígenas pode ser exemplo de incapacidade do governo em dialogar com os grupos indígenas seguindo seus modelos de representatividade.

Para compreender a forma como as relações citadas se desenvolvem é importante retomar algumas narrativas que demonstram por que e quando os Arara passam a temer o contato com os *karei* (não-indígena). A forma e a imagem que elaboram do não-indígena é encaixada junto ao mito de fundação Arara (para mais, ver TEIXEIRA-PINTO, 1997).

Eu falei que [...] fazendeiro num deixava a gente dormir, ele espantava direto nós, ele atirava direto [...]. Ele (meu pai) matou branco quando... ele tava com medo, ele não sabia nem o que era. Ele (não-indígena) atirava atrás dele primeiro, [...] porque branco que perseguia demais ele (meu pai). [...] Branco já matou muita gente aí, no mato, parente de nós mesmo [...] (AAP-20110522-CFA-KT-vida-mato-txibie)

Durante os anos subsequentes ao contato, momento em que se oficializa o que se convencionou chamar de “pacificação”, os Arara compreendiam relações de reciprocidade equivalentes entre os diferentes seres, mesmo em momentos de hostilidade, o contra-ataque e o sacrifício entram em uma lógica de equilíbrio (TEIXEIRA-PINTO, 2006, 1997).

Após o processo de aldeamento, há a consolidação da cultura ocidental. Isto ocorre em diferentes níveis e frentes distintas. Uma das ações mais significativas encontra-se no Convênio nº28/83 firmado entre a FUNAI e o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), entidade conhecida por promover sua visão religiosa aos povos indígenas mediante serviços de consultoria linguística²² (atualmente missionários da entidade ALEM - Associação Linguística Evangélica Missionária). Ou seja, apesar da aparente relevância na atuação da manutenção da língua local, membros desta organização promoviam a quebra de relações tradicionais, especialmente aquelas ligadas à espiritualidade que configuram a visão de mundo dos grupos indígenas. Desestruturar o modo peculiar de organização das coisas no mundo pode trazer prejuízos incalculáveis para a manutenção da cultura.

²² Que ao final tinham por missão evangelizar e traduzir a bíblia para os idiomas nativos. Para estudo mais detalhado do SIL consultar BARROS, M.C.D.M.. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 45-85, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25 de Outubro de 2017.



"Imposições" de regras diferentes daquelas tradicionalmente adotadas pelos grupos Arara iam desde pressão para alterações na organização familiar (para que abandonassem a poligamia), remoção do adorno de septo nasal, até o abandono da bebida tradicional (fermentada à base de macaxeira) em nome de uma suposta falta de higiene. Estes elementos são marcadores identitários entre os diferentes grupos.

No que diz respeito à autonomia e segurança alimentar dos povos indígenas, uma modificação significativa tem sempre um caráter dúbio. No caso do grupo em questão, depois de passarem cerca de dez anos fugindo das perseguições na mata, a visão dos indivíduos demonstra aspectos positivos e contraditórios do aldeamento, conforme relato de um membro do grupo da aldeia Laranjal. Veja que a primeira fase do contato era marcada pela oferta abundante de produtos: farinha, roupas, calçados, redes, panelas, facões, lanternas, pilhas etc.

Antigamente, a gente não se convivia desse jeito, porque antigamente era muito sofrimento (ele tava cotando), a gente num tinha onde ficar, alojamento certo, local, a gente convivia mais andando. Fazer a alimentação nossa, era um coco babaçu, e o palmito, de coco. Tinha as caça, mas negócio de mistura [macarrão, arroz e feijão], essas coisa num tinha, não existia, não. Não tinha, existia antigamente, não, naquela época era mata virgem mesmo e não tinha nada. [...] Num parava num lugar certo, andava à noite, o dia, se, por exemplo, eles ouviam o... a zuada, o barulho de tiro, intertido de branco, já vai viajando logo à noite. Então, nós sofremos demais, sofremos, mas Deus que ajudou pra nós ficar nessa forma e agora nós temos onde conviver, **e agora, os branco quer tirar nosso costume, não querem dar mais... porque que eles foram correr atrás de nós, então? pra contato. Ele tava dizendo. Num podia negar. O governo não pode negar nada pra gente, tem que fazer mesmo conforme daquele tempos antigos. Que aconteceu, nós queria o governo ajuda um pouco nós também. E agora só porque a gente amansou e... não quer mais sustentar a gente? Por isso, é isso aí que ele tava falando.** (AAP-20090720-CFA-AVG-MT-contato-trad-mtb²³, grifo nosso).

Por outro lado, alianças dentro de um modelo capitalista de relações de trabalho têm-se feito presentes. Durante os anos de 1998 e 2005 houve um intenso comércio de castanha (e outros produtos) com uma cooperativa criada na cidade de Altamira para abastecer o mercado internacional. Esta cooperativa, gerenciada por não-indígenas, empregava trabalho de diferentes etnias na coleta dos produtos, e depois repartia os lucros. Como demonstra entrevistas obtidas por Faria (2016, p. 104), o descontentamento com os valores pagos e as relações de trabalho promoveram a ruptura entre lideranças.

A entrada de recursos também é gerada pela obtenção de benefícios sociais como aposentadorias, por serviços prestados em cargos como Agente Indígena de Saúde (AIS) e o Agente de Saneamento Indígena (AISAN). No contexto de modificações apresentado, a

²³ Arquivo disponível no "Acervo de Línguas e Culturas da Amazônia" do Museu Paraense Emílio Goeldi.



partir da UHE, a FUNAI deixa de ser “doadora” e entra a Norte Energia, assumindo o papel assistencialista.

Diferentes personagens de variadas instituições percebem estarecidos a forma de “reciprocidade” oferecida pela Norte Energia no contexto dos Planos Emergenciais e PBAs firmados com a FUNAI. Um destes atores descreve assim sua passagem pela aldeia Laranjal:

[...] enquanto via caixas e mais caixas sendo abertas e seus conteúdos distribuídos para toda a comunidade. Havia de tudo nas caixas: comida, artigos para caça e pesca, ferramentas para o trabalho na roça, panelas, toalhas, mosquiteiros, redes de dormir. [...] Pelo Plano Emergencial, cada aldeia tem mensalmente uma cota de R\$ 30 mil para gastar por mês, o que à época faziam por meio de listas intermediadas pela Funai e compradas no mercado local pelas equipes da Norte Energia. Assim, mensalmente chegam às aldeias caixas e mais caixas de comida, roupas, utensílios de casa e para atividades produtivas, etc., “para agradar o índio”. É essa afirmação, que parece resumir muito do que os Arara do Laranjal pensam sobre Belo Monte e, em geral, sobre os diversos não indígenas com que têm lidado correntemente, que tento entender neste texto. (BELEZINI, 2014)

Quando estivemos em campo (especificamente em 2012) na aldeia Iriri, essas listas com demandas eram encaminhadas via rádio comunicador a representantes na cidade, que tinham por missão repassar à Norte Energia. Pilhas de alimentos se deterioravam por toda parte, seja pela qualidade ruim do produto adquirido, seja para impossibilidade (ou dificuldade) de consumi-lo (como aconteceu com o feijão). Após a reestruturação da FUNAI e a retirada dos chefes de posto, os Arara tentam compreender as mudanças e reposicionar sua forma de relação com os não-indígenas sem o intermédio deste órgão. Essa relação, segundo Belezini (2014), dá-se em meio a decisões que devem ser tomadas no conflito de instâncias e da “capacidade do branco de acumular e ceder bens”. Esta avaliação faz parte das relações compreendidas pelos Arara, pois os mesmos mantêm relações de troca que podem ser avaliadas como “satisfatórias” (equivalentes) ou não.

Mesmo com a ampliação do número de entidades representativas indígenas, estas parecem não conseguir desempenhar um papel qualificado na interface grupos indígenas x Norte Energia. Em um depoimento obtido por Faria (2016), a conclusão a respeito de uma das associações (mas que aparece na descrição de outras) segundo uma liderança indígena é que:

[...] o foco inicial da associação, de fortalecer a cultura e a busca pela melhoria nas condições de existência dos indígenas na cidade se perdeu. Ele percebe que os interesses individuais acabaram prevalecendo, principalmente a partir da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte da região do médio Xingu, o que fez com que a atuação das associações e do movimento social como um todo enfraquecesse (FARIA, 2016, p. 107).



Hoje há, ao menos, oito associações ligadas aos direitos indígenas atuando na região²⁴. O que poderia ser visto como incremento do número de atores em prol de um equilíbrio de forças entre os elementos em disputa, acabaria por gerar agentes alheios aos objetivos principais de suas fundações, como fica claro na fala acima.

4. CONCLUSÕES

Conforme apresentado acima, dentro das relações de poder estabelecidas com o Estado, é perceptível a necessidade de lançar mão dos mecanismos disponíveis para o enfrentamento (formalização via entidades), mas como foi possível verificar, ainda há limites de participação, em especial devido a qual campo de arena há disponível para o embate. Os agentes que se encontram institucionalizados, detentores das instâncias de poder, acabam por dominar e escrever as regras do jogo, não havendo espaço para reconhecer visões de mundo diferente (como no caso dos povos indígenas). Como aponta Souza (2006), as instâncias institucionais têm seus limites, devendo-se buscar formas alternativas de enfrentamento.

No caso dos grupos indígenas, as ações que embargam os empreendimentos e chamam a atenção de comunidades internacionais, configuram-se como uma estratégia possível que obtém algum resultado. Mas que, de todo modo, não se faz efetiva, uma vez que as lógicas de fundo sempre são as mesmas, os processos neo-coloniais que não observam direitos das populações tradicionais e mantêm a lógica de desenvolvimento a qualquer custo.

Dentro das situações que se agravam em todas as TIs Arara, elenca-se algumas especificidades em cada uma delas. Na TI Arara Volta Grande do Xingu, segundo as lideranças locais (LEME, 2008; PATRÍCIO, 2014), o centro dos conflitos e problemas ambientais estão relacionados à sociedade envolvente, à falta de apoio dos órgãos ambientais e indigenistas e as ocupações não-indígenas das quais se destaca o desmatamento, o garimpo, os loteamentos e a caça predatória nas ilhas de uso tradicional impactam atualmente a terra e conseqüentemente seu modo de vida. As ações da Belo Sun (*Mining Coop.*) cujos planos iniciais de extração inicialmente divulgados avançavam sobre a área indígena, bem como a UHR Belo Monte também ainda são muito citadas.

²⁴ AIMA - Associação dos índios Moradores de Altamira; AKARIRÁ (atual KIRINAPAN); APIJUX - Associação dos Povos Indígenas Juruna do Xingu; AIPK - Associação Indígena do Povo Kuruaya; ARIKAFU - Organização dos Moradores da TI Xipaya; INKURI - Associação Indígena Nativa Kuruaya de Altamira; KIRINAPÁN Associação Agrícola Representação Índio Regional de Altamira Xipaya e Kuruaya; ARIAM - Associação do Movimento das Famílias Indígenas de Altamira Arara do Maia.



Quanto aos problemas elencados na TI Cachoeira Seca, vê-se a segurança alimentar e as ameaças por parte dos invasores (madeireiros em especial). A questão da segurança alimentar foi constituída em um processo longo de desorganização produtiva por conta das correrias do contato, as dificuldades de caçar e coletar frutos na porção próxima à Transamazônica, suas vicinias e na direção do porto de Maribel. A opção que restou foi a procura por alimentos na reserva extrativista em frente à TI Cachoeira Seca. A chegada da FUNAI promove a lógica assistencialista, suprimindo as necessidades com alimentos industrializados. A partir da chegada da UHE Belo Monte, aprofunda-se essa relação de dependência alimentar, os processos produtivos locais passam a ser alvo de ações de “retomada”, mas de modo diferente das práticas tradicionalmente utilizadas, pois não houve atendimento aos preceitos cosmológicos que orientam como as plantações deveriam ocorrer. Começa a haver casos de sobrepeso e o acúmulo de grandes quantidades de lixo não biodegradável na aldeia. Os locais anteriormente utilizados para descarte de lixo (não-degradável) da farmácia juntamente com o lixo doméstico já se tornaram insuficientes.

Houve a implementação de verbas, para os Arara e outros povos (em formato de vales), a serem gastos em comércios credenciados em Altamira, porém esses comércios elevavam seus preços para os indígenas, de modo que os “vales” possuíam valor inferior ao oficial. O asfaltamento da BR 230 intensifica processos extração de madeira ilegal e invasões de terra que geram maiores conflitos socioterritoriais – indígenas relatam frequentar menos a região que está sendo alvo de invasão por medo de ameaças/medo de morte. Houve a mudança da interlocução Arara – FUNAI - Norte Energia (NE). A Funai passou na prática apenas a observar a interlocução direta que ocorria entre os indígenas e a NE. As demandas eram constantemente levadas ao “balcão de serviços da UHE”.

Os problemas e fragilidades enfrentados na TI Arara Laranjal apresentam algumas similaridades com as TI já citadas. A chegada da UHE Belo Monte promoveu/acelerou a desagregação dos grupos locais pela disputa ao poder local, assim como em outras etnias, a forma de distribuição dos recursos favoreceu a separação dos grupos de poder.

Com este panorama apresentado, espera-se ter demonstrado o caráter cíclico dos enfrentamentos, uma vez que as grandes ações estruturais que pautaram o embate entre a sociedade envolvente e os povos indígenas é atualizado a cada novo plano de desenvolvimento regional. Grandes projetos de infraestrutura, costumam ser os responsáveis por grandes prejuízos à sociobiodiversidade nacional. Os Arara são o exemplo desta lógica que desconhece, na prática, os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (e.g. OIT 169/Lei 6040). A construção e agora o asfaltamento da BR 230, as



primeiras tentativas e agora a efetiva construção da UHE Belo Monte são o ápice de um projeto que desconsidera a riqueza associada aos povos da floresta.

5. REFERÊNCIAS

BELEZINI, Eduardo. H. C. Os Arara do Laranjal: uma visão a partir do Iriri, do outro lado da barragem. In: OLIVEIRA, J. P. de; COHN, C. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília - DF: ABA, 2014.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: Edusp, 1977.

DNIT-VIG / CETS. **Estudos Etnoecológicos - Licenciamento Ambiental - Componente Indígena**: Relatório Final TI's Arara e Cachoeira Seca. Rodovia BR- 230 PA – Lotes Altamira-Medicilândia-Uruará-Placas-Rurópolis. Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais Centro de Energia e Tecnologias Sustentáveis, Rio de Janeiro, 2011.

DUSSEL. Enrique. Meditações Anti-cartesianas sobre a Origem do Anti-discursos Filosófico da Modernidade. In: SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Portugal: ALMEDINA/CES, 2009.

FARIA, Eliane da S. S. **Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu**: Memória e História Indígena na Amazônia. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia). UFPA, Belém, 2016.

FUNAI. Processo nº 08620-1423/92, citado. Fls. 156-185

IBGE. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes: adaptado do mapa de Curt Nimuendajú 1944**. 1980. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/nimuendaju-1981- mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1ªed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARIN, R. A. Visão Histórica da Região do Rio Xingu: Economia e diversidade étnica. **Papers do NAEA nº 276**, Belém, 2010. p. 1-22.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

NIMUENDAJU, Curt. Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: **Handbook Of South American Indians**, vol. 3. Editado por J. H. Steward. Washington: Government Printing Office, 1948.

PATRÍCIO, Marlinda Melo. Reflexões em torno da vida sociocultural dos Arara da Volta Grande do Xingu frente ao megaempreendimento da usina hidrelétrica de Belo Monte, Altamira-Pará. In: OLIVEIRA, J. P. de; COHN, C. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília - DF: ABA, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas**



Latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. Corpo, morte e sociedade: um ensaio a partir da forma e da razão de se esquartejar um inimigo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, num 21, 2006. Acessado em 07 fev 2013. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_06.htm.

_____. **leipari**: Sacrifício e vida social entre os índios Arara. São Paulo: Hucitec, 1997.

LEME Engenharia Ltda. **Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte - Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)** - Componente Indígena. Processo Ibama nº 02001.001848/2006-75. Estudos Socioambientais nas TIs Koatinemo, Arara, Kararaô, Cachoeira Seca, Apyterewa e Araweté/ Igarapé Ipixuna. 2008. Acesso em: 29 out 2017. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%206/Texto/Relat%C3%B3rio%20AHE%20Belo%20Monte%205%20povos%206TIs.pdf.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais — elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 288, 2015.

YEHIA, Ellena. Descolonización del conocimiento y la práctica: investigación sobre modernidad /colonialidad /Decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.6: 85-114, 2007.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura:
hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****ESTRATEGIAS ETNOECOLÓGICAS DE COMUNIDADES SHUAR DE LA AMAZONÍA
ECUATORIANA ANTE LAS PRESIONES DE LA GLOBALIZACIÓN ACTUAL.-**

Pablo Paño Yáñez¹
ACORDES. Universidad de Cuenca.
pablo.panoy@ucuenca.edu.ec

Resumen

La incertidumbre existente acerca de las posibilidades y estrategias de supervivencia de los pueblos indígenas al interior del actual contexto de globalización económica-comunicacional, nos acerca a abordar el condicionamiento que en diferentes escalas el mundo externo ejerce sobre sus sistemas socioculturales y naturales. Este estudio sobre comunidades amazónicas shuar del Ecuador aborda sus actividades de sustento socioeconómico que nos permiten la comprensión de las transiciones de sus sistemas etnoecológicos en base a una visión sustantiva de sus economías comunitarias, en la actualidad en directa relación con contextos externos nacionales e internacionales que los condicionan. Para ello se aborda una caracterización de sus actividades de sustento, usos del suelo, conocimientos históricos sobre el medio y prácticas actuales, que son contrastados con variables en base a la sustentabilidad económica y social, autonomía e identidad que alcanzan. Portadores de una memoria biocultural relevante acerca de un medio tan biodiverso y central para el planeta como es la Amazonía, se abordan sus estrategias combinadas, así como se evalúan sus prácticas hacia un desarrollo endógeno que les garantice su particularidad y bagaje en el contexto actual.

Palabras clave: Sustentabilidad, Autonomía e Identidad en pueblos indígenas; Amazonía; Etnoecología; Resiliencia socio-ecológica.

1.- Introducción a la problemática tratada.-

Ante el interés por conocer la situación de pueblos originarios amazónicos en el marco de transformación actual del planeta, se manifiestan preguntas relacionadas con analizar las formas de vinculación, las escalas y las interacciones con otras sociedades, sistemas y niveles por los que sus territorios y culturas se encuentran determinados en mayor o menor grado. En ese sentido un primer ámbito se centra en comprender cómo se articulan bajo la economía globalizada actual los diferentes territorios, pueblos, culturas del interior de las naciones. Es decir, para comprender las realidades locales de estas sociedades y culturas diferenciadas, necesariamente se requiere comprender los tipos de vínculos que existen entre sus territorios y grupos, y los de escala mayor, sean regionales, nacionales o internacionales, y a la vez conocer el impacto de estas últimas sobre sus realidades locales.

El actual proceso de segunda globalización marcado por una intensificación de la búsqueda de recursos bajo un modelo altamente productivista en un marco demográfico planetario más

¹ Antropólogo, PhD. Profesor e Investigador.



poblado que nunca, ha abierto una clara intensificación de la búsqueda de materias primas en todo tipo de territorios, entre ellos los tan abundantes y biodiversos de la Amazonía. Tal cual señala Escobar (2016), esa dinámica al convertir ese bosque selvático en recursos y vincularlo por parte del capital y el Estado al mercado mundial, amenaza abiertamente su posibilidad de existir y mantener el carácter ontológico que históricamente ha significado para sus habitantes humanos y no humanos en estrecha interrelación. Así, esa economía globalizada que aún se explica en términos de centros y periferias, ha incorporado con mucha mayor celeridad en las últimas décadas a territorios antes externos o marginales a través de una directa llegada a través de los estados-nación incorporados a ella. La fragmentación territorial propia de este tiempo, expresada mediante jerarquización y subordinación del territorio (Solana et al, 2016), se manifiesta cada vez con más frecuencia en luchas por el territorio y los recursos; en la medida que predomina como escenario social una desigualdad en alza, apreciamos mediante diversos indicadores diferentes grados de vulnerabilidad para colectivos sociales especialmente expuestos a ella. Los shuar como comunidades ancestrales diferenciadas aparecen especialmente inmersas en esa disputa por los recursos, especialmente como colectivos vulnerables, que conviene analizar tanto desde esta perspectiva externa de cómo ese sistema dominante les afecta, como desde la interna de cuáles son las estrategias con que ellos en la actualidad se desenvuelven en este nuevo contexto

En el caso de comunidades amazónicas shuar del estado de Ecuador que nos ocupan en este estudio, dicha relación se articula en torno a otras dos cuestiones fundamentales como son: conocer cuáles son las prácticas económico-culturales de los pueblos shuar en la actualidad para garantizar sus condiciones de vida, así como saber hasta qué punto estas comunidades logran garantizar condiciones de vida dignas, su particularidad cultural, así como niveles de integridad ambiental de sus territorios. Para ello se penetrará especialmente en analizar sus actividades de sustento que, como actividad social enmarcada en el medio natural siempre clave para los grupos humanos por su relación con su reproducción, nos entregarán claves de su situación actual en su interacción con el exterior y sus perspectivas a futuro.

Así, la cuestión clave planteada como pregunta para esta investigación pasa por averiguar hasta qué punto en el actual contexto de presión sobre la Amazonía permanece ese manejo sustentable de los recursos que ha caracterizado históricamente a los shuar en sus territorios, así como hasta qué punto su control permanece en manos de -los- miembros de la propia comunidad analizando, además, la existencia o no de desigualdad de su reparto



interno. Asimismo en cuan dependientes resultan sus actividades económicas para garantizar o no el sustento interno sin que lo externo resulte determinante.

Finalmente, en base al concepto de procesos endógenos sustentables y equitativos, se abordarán prácticas y estrategias de estas comunidades en el contexto actual relacionadas con evaluar la existencia o no de situaciones de conservación, tanto económico-cultural como ambiental, que remitan a su situación de preservación y particularidad cultural e identitaria.

2.- Contextualización ecológica, territorial y social.-

El territorio shuar al que pertenecen las comunidades estudiadas se sitúa en la Amazonía ecuatoriana. Constituye un ecosistema complejo y heterogéneo con el área más extensa del mundo de bosque tropical, así como red hídrica en torno al Amazonas como río más largo, ancho, caudaloso y profundo del planeta. Este extenso territorio selvático de la Tierra, repartido administrativamente en 9 países diferentes, junto con ser el mayor foco de biodiversidad del planeta, acoge en él una significativa diversidad lingüístico-cultural.

La Amazonía como medio fundamental para el mantenimiento del equilibrio climático global, la conservación y uso de la biodiversidad biológica y cultural (Geo Amazonía, 2009: 110), está siendo cada vez más mencionada en el marco del cambio climático que sufre el planeta. Con claridad su explotación económico productiva se ha intensificado a importante velocidad en las últimas tres décadas generando una presión hacia el uso intensivo de los recursos naturales de la región, implicando con ello también consecuencias sociales. Minería, hidrocarburos y madera, junto con la ganadería intensiva y el monocultivo –donde predominan la soya y los biocombustibles– se alzan como expresiones de un acelerado cambio del uso del suelo como actividades en ascenso con profundas repercusiones en su medio ambiente y comunidades humanas.

La pérdida de biodiversidad es indicador principal de las amenazas sobre este ecosistema. En ese sentido, el número de especies desaparecidas, amenazadas y en peligro crítico de extinción muestra desde hace varias décadas un ascenso constante. La deforestación es posiblemente la expresión más evidente para los humanos de esa pérdida de biodiversidad con cifras que resultan muy expresivas pese a que no sean tan recientes: en el lustro 2000-2005, 27.218kms² amazónicos fueron deforestados anualmente, así como en 2007 la tasa de crecimiento de la deforestación aumentó un 15% respecto al año anterior (Geo Amazonía, 2009: 135). Las causas principales de ésta responden especialmente a la apropiación ilegal de tierras públicas de bosque, a la construcción de carreteras públicas, así como a



concesiones a empresas privadas para explotación minera, de hidrocarburos, hidroeléctricas y monocultivos. Asimismo, las formas de derribar el bosque son principalmente la tala, y la quema tradicional y selectiva –que a menudo han derivado en incendios forestales–, y significan una emisión anual de 500 millones de toneladas de carbono que se incorporan a la atmósfera (Geo Amazonía, 2009: 145). Entre los múltiples efectos sistémicos que van encadenados al interior de un ecosistema vivo como la Amazonía, aparece la advertencia de que si la pérdida del bosque amazónico excede el 30% habría un efecto directo y significativo sobre la inhibición de las lluvias que se notaría, tanto en la región, como a nivel de todo el planeta.

El complejo escenario en crecimiento de ocupación y explotación de la Amazonía en diferentes zonas nos arroja también un creciente índice de conflictividad entre sectores humanos que actúan e inciden en ella. Temas de propiedad con colonizaciones ilegales o invasiones, ausencia de marcos regulatorios o de aplicación de éstos, comercio ilegal, nueva esclavitud –Brasil– entre otros muchos asociados a las problemáticas ecológicas, arrojan un panorama incierto. En estudios y trabajos realizados con población residente en la Amazonía afloraba la percepción de que los estados de los países amazónicos y sus ciudadanos estaban reduciendo las opciones para un desarrollo sostenible amazónico a futuro (Geo Amazonía, 2009: 27). Así, también toma relevancia la existencia de altos indicadores de pobreza en la región amazónica, especialmente debido a que las utilidades obtenidas en su territorio no son reinvertidas en la misma Amazonía. Entre los distintos colectivos, un grupo relevante los constituyen sus pueblos indígenas habitantes de ese territorio desde tiempos ancestrales, claramente afectados por las diversas manifestaciones relacionadas con esa degradación ambiental, las enfermedades, empobrecimientos, carencias alimenticias o transculturación, incluidos en la actualidad el ascenso de diversos conflictos socio-ambientales.

En este contexto adverso sobre la preservación de la Amazonía, resultan significativas las investigaciones respecto a la conservación de ecosistemas en general y selva en particular, en casos en que estos son ocupados por pueblos indígenas. Investigaciones realizadas en México y Centroamérica (Toledo y Barrera, 2008; Boege, 2008; Toledo, Alarcón-Chaires et al, 2001) que muestran los mapas de etnoecología y conservación que debido a su estricta relación concluyen que la biodiversidad será preservada en la medida que se proteja la diversidad cultural y viceversa (Alarcón-Chaires, 2006: 7). Una situación muy similar se aprecia para la Amazonía pese a que no existen estudios tan exhaustivos.



Especialmente debido a su territorio amazónico, además de las islas Galápagos, Ecuador está entre los 17 países –de los 228– denominados como megadiversos entre los cuales se reúne el 60-70% de la biodiversidad terráquea (Toledo y Barrera, 2008). Por ello mismo es también parte de las áreas críticas amenazadas respecto a esa diversidad biológica (Boege, 2008). Del territorio total del país de 283.561 kms², respecto a la zona amazónica se reparten respectivamente en 146.688 a nivel hidrográfico, 76.661 el ecológico y 115.613 el político administrativo, que darían el 40,8% de importancia nacional de la Amazonía en el territorio nacional (Geo Amazonía, 2009: 41). Como dato de los riesgos socioecológicos sobre Ecuador, su deforestación acumulada para el lustro 2000-2005 ascendió a 8.540 kms² correspondiendo al 1% de la superficie amazónica total deforestada (Geo Amazonía, 2009: 137).

Repartidas en la totalidad del territorio del Ecuador, existen 29 etnias diferenciadas con sus respectivos idiomas que, en datos de 2002, correspondía a más de 830.000 habitantes, equivalentes al 6,8% de la población nacional (CEPAL, 2009). Más allá de la conocida dificultad y alta controversia para captar la información en los censos sobre la adscripción étnica, que además determina una alta posibilidad de variación respecto a ese dato, se trata de una proporción significativa que se complementa con una mayoría nacional que se identifica como población mestiza, además de aquellas comunidades afroecuatorianas que también se distinguen en el país. Del total de pueblos indígenas, 9 corresponden a pueblos amazónicos entre los que se encuentran los shuar, que al igual que otros, se sitúan en territorio amazónico no solo ecuatoriano; en este caso también del Perú.

De la totalidad de población indígena nacional, los shuar representaban según el censo de 2002, el 6,35% de la población indígena con una cifra para entonces de 52.697 personas (Condor, 2005). Respecto a los idiomas hablados por los shuar se distinguen tres diferenciados con las siguientes proporciones: el kichwa –0,81%–, el achuar chicham –1,93%– y el shuar chicham –93,50%–; además un 56,91% que señalaba hablar también el idioma español (Condor, 2005: 9).

Respecto al territorio de las comunidades shuar en la zona sur-oriental de la Amazonía ecuatoriana, podemos señalarlo en primera instancia como extenso. Corresponde a territorios que se identifican fundamentalmente como ceja de selva con alta biodiversidad especialmente en plantas, mamíferos, aves, insectos, reptiles, anfibios y peces de agua dulce. En términos generales respecto a una situación con ciertos niveles de indefinición, las comunidades shuar cuentan en la actualidad con esos territorios ancestrales como derivados de los denominados como centros shuar creados desde los años 60 del siglo XX como



propuesta de la Federación Shuar aceptada por el Estado; se trata de zonas con territorio exclusivo de ellos, sin posibilidad de venta a personas no shuar, aunque se trate de una condición que no siempre se respeta en la actualidad. Predomina en ellos el denominado suelo global por el que no está individualmente escriturada la propiedad, aunque en ciertos núcleos esto ya ocurre.

La extracción de recursos tanto mineral como vegetal continúa siendo para países como Ecuador, la fuente económica principal por la que han optado y optan sus gobiernos y, a través de esa opción, territorios como la Amazonía se están viendo aceleradamente expuestos a su explotación, degradación, así como a su reconfiguración debido a esos proyectos de extracción económica. La estrecha vinculación entre medio natural –bosque selvático– y comunidades ancestrales, aparecen directamente amenazados en lo que constituyen los cada vez más frecuentes conflictos territoriales ambientales que confrontan de forma cada vez más aguda y desigual a Estados, corporaciones internacionales y comunidades locales. Con claridad los pueblos denominados indígenas son uno de esos colectivos vulnerables y expuestos a los impactos de esa globalización en sus territorios. Sus ricos territorios contrastan con su vulnerabilidad para confrontarse a mecanismos muy agudos de penetración y explotación.

En la historia reciente del Ecuador de los últimos 30 años encontramos diversos casos de ocupación, desplazamiento forzado, expropiación desde diversos mecanismos –por vía legal desde el Estado, por privatizaciones e imposición por la fuerza, entre otras– de territorios ancestrales indígenas amazónicos en general, y shuar en particular en que éstos han sido expulsados de sus territorios. Desde mediados del siglo XX la explotación agrícola extensiva y la ganadería protagonizada por los denominados “colonos” nacionales promovida por instituciones estatales del Estado en décadas pasadas –Reformas Agrarias y IERAC: *Instituto Ecuatoriano de Reforma Agraria y Colonización*–, como más recientemente también la minería a escala media, vienen en crecimiento ejerciendo una directa presión sobre la Amazonía y los territorios indígenas.

Dichas concesiones y conflictos son expresiones de las contradicciones nacionales e internacionales propias de este tiempo y modelo; en términos generales expresa “la tensión entre el desarrollo neoliberal y la libre determinación de los indígenas” que explicita Santos (2015: 80) como una de las varias existentes respecto a los Derechos Humanos en el tiempo actual; y en términos nacionales, aquella tensión manifiesta entre el extractivismo como principal práctica económica gubernamental y el Sumay Kawsay –o Buen Vivir– como forma



presuntamente alternativa que la actual Constitución ecuatoriana acordó socialmente y reconoce para sus pueblos indígenas en particular y la nación en general.

3.- Resultados.

3.1.- Identificando las actividades de sustento y sus tipos en las comunidades shuar estudiadas.-

Antes de pasar al estudio específico de los casos pasaremos a describir las actividades de sustento que detectamos y que son la base de este estudio. Se trata de actividades tanto productivas como de intercambio, oferta de mano de obra, ayudas monetarias estatales u otras que implican o no el uso de comercialización y moneda. Junto con analizarlas individualmente, las agrupamos y explicamos en tipos más genéricos según su origen, grado de toma de decisiones sobre ellas y temporalidad desde cuando se practica.

Las primeras actividades constituyen el grupo que denominamos como tipo de actividades de sustento *Internas propias tradicionales* en la medida que se trata de aquellas históricas de producción y sustento de las comunidades shuar, van asociadas a los principios económicos de reciprocidad, redistribución e intercambio interno y, en que su manejo es propio de ellos en base al conocimiento histórico sobre ellas y el entorno en que se practican. Ello no implica que no hayan incorporado ciertos cambios lo que no condiciona en absoluto la continuidad de su práctica; en ese sentido constituye también el referente histórico respecto a las formas de producción, consumo e intercambio de las comunidades shuar desde las cuales devendrían ya en contacto con las sociedad nacional y la modernización, las otras nuevas que son abordadas posteriormente. Ellas son:

- *Ajá*. Es la denominación para el huerto familiar variado que históricamente ha constituido la base de la economía familiar y comunitaria shuar. Caracterizado por una alta diversidad y sustentabilidad, ha sido y sigue siendo mayoritariamente la principal actividad garante del autosustento alimentario. Se trata de productos tanto para la alimentación y utensilios, como para prácticas rituales-medicinales-espirituales, todas ellas integradas. El ajá puede adquirir dimensiones de hasta media hectárea de la que se sustenta la familia extendida que la trabaja, pero donde las mujeres tienen presencia principal en su gestión. No se utilizan abonos y es significativo como la fertilidad de la tierra garantiza una abundancia variada y suficiente para las familias durante todo el año.

- *Ganadería doméstica*. Corresponde a animales domésticos, especialmente aves como gallinas, pollos, patos y pavos, aunque también chanchos, vacas y caballos en muy bajo número –habitualmente una unidad–, que proporcionan en diferente medida carne, huevos,



leche, energía y otros, como productos de los intercambios de reciprocidad; en la actualidad en algunos casos hasta se llegan a comercializar entre familias.

- *Caza-pesca-recolección.* Junto con el ajá constituyen las actividades más tradicionales de la cultura amazónica shuar. Incluye muy diversos productos –aves, peces, animales terrestres, insectos, frutas, tubérculos, hierbas, flores) y formas de obtenerlos. Se combinan herramientas y estrategias para su práctica que van desde las ancestrales –atarrayas – redes– en la pesca, barbasco –veneno natural para la pesca— a algunas modernas – rifles, dinamita–. La idea conservacionista ecológica ha aparecido entre diversos grupos y personas, y puede llegar a contrastar con la tradicional; y asimismo se señalan prácticas “más ecológicas” de éstas -uso muy localizado del barbasco-.

- *Intercambio interno.* Constituye una práctica muy habitual al interior de las comunidades que implica los productos tanto de los ajás como de la ganadería doméstica, caza, pesca y recolección. En la actualidad su práctica se inscribe entre los principios económicos de la reciprocidad, la redistribución y el intercambio que puede ser o no monetario.

El siguiente tipo de actividades de sustento es el que denominamos como *Internas apropiadas modernas*. Constituyen actividades no originadas en su cultura y territorios pero que ellos han adoptado en plazo relativamente reciente en función de modificaciones vinculadas al exterior de su territorio y cultura, y sobre las que básicamente tienen el manejo de sus decisiones. En concreto son:

- *Venta en mercado.* Más allá del tipo y forma de producción del producto, corresponde a la comercialización en mercados –casi exclusivamente- locales a través del cual obtienen dinero. Resulta muy variable la posibilidad, tipo de producto y cantidad que ellos logran trasladar y comercializar en mercados, pero para sus economías familiares actuales constituye un aporte que visualizan como necesario por los requisitos externos de contar con dinero para ciertos gastos –productos alimenticios y otros externos, ropa, útiles escolares, transporte, etc.-.

- *Turismo ecológico.* Corresponde a prácticas bastante recientes en que diferentes grupos o familias organizan sus territorios y comunidades para acoger visitantes externos con cobro en dinero. Llegan a constituir economías sólidas para estos grupos –habitualmente familias nucleares o extendidas–. Es significativo como en algunos casos ha ido asociado a la recuperación cultural e identitaria –recuperación de indumentarias, ritos, danzas, artesanías, platos propios, práctica del idioma, entre otros-, así como ha podido incorporar prácticas conservacionistas como no caza o no barbasco en la pesca en la medida que su ajuste a las demandas del exterior les ha hecho modificar prácticas históricas adaptándose incluso a demandas más globales –ecología, conservación–.



- *Emprendimientos productivos comunitarios.* Corresponde a iniciativas que se gestionan colectivamente desde miembros de comunidades shuar con acento en lo productivo y con un directo vínculo con el mercado. Ofrece salarios y permite una gestión cooperativa. El único caso en los territorios analizados es la fábrica de harina de yuca en Wapú. Es significativo como pese a que otros aspectos del proyecto no continuaron, la fábrica en su producción principal si lo ha hecho ya por 12 años dando empleo a varias personas de la comunidad, así como que parte de la producción tendría incluso un destino internacional.

- *Elaboración y venta de artesanía.* Se trata de una actividad que aunque se haya practicado ancestralmente, en la actualidad ha cobrado un nuevo carácter en la medida que aparece vinculado a intercambio monetario hacia personas externas de la comunidad. Se aprecia en ella la procesualidad temporal mediante la incorporación de algunos materiales no propios – mostacillas, alambres, etc.,. También podemos destacar su vía doble de que ha permitido recrear su artesanía tradicional a la vez que la elaboración de nuevos diseños en lo que son, a la vez, refuerzos de su identidad. La venta resulta un aporte complementario en dinero a la economía familiar-comunitaria.

- *Pertenencia a áreas naturales protegidas.* Corresponde a la categoría más compleja por no tratarse todavía de una actividad de sustento socioeconómica y ecológica sino más bien, una condición formal. Aun así nos parece relevante por la potencialidad que muestra aunque no tanto en la actualidad. Constituye una situación más excepcional vinculada a ese cambio exterior que a nivel internacional y nacional, ha constituido la creación y gestión de parques naturales. Más allá del grado de preservación y las prácticas con que estas áreas se están realmente gestionando en la actualidad, no cabe duda que podría suponer una importante oportunidad para comunidades shuar que habitan en su interior o alrededores como estrategia que les garantizara unas condiciones excepcionales para la preservación de sus culturas y economías. Su sabiduría/conocimiento biocultural histórico podría aparecer recuperado y puesto en valor en estos espacios en la medida que en ellos rigen lógicas de preservación no existentes en otros territorios.

El siguiente tipo genérico de actividades de sustento es el que denominamos como *Internas importadas modernas* y su diferencia respecto a las anteriores está en la pérdida del control mayor o menor sobre ellas en la medida que pasan a estar vinculadas a las demandas del mercado externo y que se caracterizan por ser actividades de menor sustentabilidad para las familias y el medio; aun así y más allá de las necesidades económicas, las decisiones finales respecto a adoptarlas o no en los tres tipos de actividad pasa aún por ellos. Estas son:

- *Ganadería extensiva.* La forma habitual de penetración de una economía de mercado en el territorio amazónico en general y shuar en particular ha sido la extensión y expansión de la frontera agrícola. Para ello una primera actividad central en relación con la agricultura



extensiva, ha sido la introducción al territorio de ganado en proporciones muy superiores a lo tradicional. Implica una mayor dependencia del mercado y las fluctuaciones de precios en éste, y vincula a las familias a un uso más elevado de dinero y consumo. Habitualmente no existe mayor procesamiento de los productos por parte de ellos y lo que logran colocar en el mercado es la carne. En las comunidades analizadas constituye una práctica no mayoritaria aunque en crecimiento.

- *Cultivo extensivo*. Tal cual con la ganadería se ha dado este tipo de cultivo más de tipo extensivo, habitualmente como monocultivo y siempre directamente vinculado al mercado aunque en ocasiones no logren comercializarlo. En todo caso este tipo de agricultura entronca con la agricultura tradicional de rozas en la medida que no implica maquinaria, abonos o pesticidas.

- *Tala del bosque primario propio*. El deseo y necesidad de dinero para las familias ha implicado esta práctica de venta de las maderas más valiosas como principal producto cotizado y demandado en el mercado. Aporta a las familias shuar unos ingresos en dinero complementarios a la economía de autoproducción aunque es una actividad claramente insustentable en términos, no solo ecológicos –especialistas señalan su riesgo no tanto por deforestación en la medida que la regeneración es muy elevada en la selva, como por pérdida de diversidad–, sino también económicos. Tiende a reforestarse con árboles de rápido crecimiento –pioneros–, lo cual se da en ocasiones de forma natural.

Como último bloque de actividades de sustento encontramos las que denominamos como *Externas Impuestas Modernas*. Todas ellas se realizan o provienen desde fuera del territorio de las comunidades, todas implican el uso de dinero e incluso –tal cual el caso anterior de la tala– se pueden mover en la ilegalidad respecto al sistema legal nacional. Básicamente el manejo de estas actividades no depende de los miembros ni comunidades shuar y están altamente expuestos a decisiones fuera de su alcance de manejo, aunque en ocasiones, tal cual en los caso de actividades importadas, la decisión inicial sí corresponda e ellos – migración, salarización, robo–. En concreto las que identificamos son:

- *Salarización*. Corresponde a todas las actividades en que miembros de la comunidad venden su fuerza de trabajo a cambio de salarios monetarios. Prácticamente de forma exclusiva este trabajo se hace fuera de la comunidad en núcleos urbanos o zonas rurales más grandes. Implica un trabajo por lo general poco especializado de baja o muy baja remuneración. El ingreso en dinero ha ido asociado a mayor grado de consumo de productos externos, aunque no necesariamente influye en el descenso de actividades de autoproducción y autoconsumo familiar y comunitaria.

- *Ayuda estatal (bonos u otros)*. Procedente del Estado central como ayuda a familias en situación de riesgo de pobreza, existe un número importante de familias que perciben el



denominado como bono de desarrollo iniciado en 2009. Para los casos estudiados constituye la fuente más generalizada de entrada de recursos monetarios a las distintas familias y las comunidades. Una proporción significativa de población lo recibe, señalándose para el caso de Wapú un número de aproximadamente 100 de sus 400 habitantes.

- *Migración.* Las crisis económicas nacionales de los últimos 30 años, fueron el factor determinante que propició éxodos significativos tanto campo-ciudad a nivel nacional, como a nivel internacional, mayoritariamente a países como EEUU, España e Italia, también para personas shuar. Se trata de la actividad más radical, en la medida que significa la salida de personas de la comunidad asociada, además, a importantes consecuencias también en términos socioculturales para la comunidad. La traducción económica de la migración son las remesas que en el caso shuar según los testimonios, no han significado impactos significativos. En todo caso significan una vinculación directa a la economía monetaria como central de la economía de esas personas, así como la salarización como práctica de ingresos.

- *Robo.* Aun tratándose de un tema delicado y que puede contener parte de tópico del discurso conflictivo de los no shuar de los centros urbanos sobre los shuar, su reiteración parece remitirnos a cierta práctica de robo en algunos de ellos, no tanto en sus propias comunidades como en los centros no shuar cercanos a sus territorios. La información obtenida señala que se trata de casos esporádicos, menores respecto a los montos e impacto en las economías familiares. También se pueden inscribir aquí casos de saqueo de patrimonio arqueológico no excavado, presumiblemente realizado por personas shuar.

A modo de síntesis, la siguiente tabla muestra los bloques de tipos de actividades de sustento social-económico-ecológico y la práctica de ellas en las diferentes comunidades de los 3 casos estudiados:



Como interpretación se extraen ciertas primeras conclusiones. En primer lugar señalar la relativa homogeneidad a grandes rasgos de los casos estudiados; aun conociendo la existencia de comunidades shuar más aisladas y con menos grado de contacto, esta muestra parece acercarnos a una cierta media de los casos actuales. Lograr analizar casos

de ese tipo nos daría una panorámica cualitativa más completa.

<i>Tipos de actividades de sustento según territorio, toma de decisiones y temporalidad</i>	<i>Actividad</i>	<i>ARUTAM</i>	<i>ASUNCIÓN</i>	<i>WAPÚ</i>
INTERNAS PROPIAS TRADICIONALES	1. Ajá	ALTA	ALTA	ALTA
	2. Ganadería doméstica	ALTA	ALTA	ALTA
	3. Caza-pesca-recolección	MEDIA-BAJA	BAJA	BAJA
	4. Intercambio interno	ALTA	MEDIA	MEDIA
INTERNAS APROPIADAS MODERNAS	5. Venta en mercado	BAJA	MEDIA	BAJA
	6. Turismo ecológico	INEXISTENTE	BAJA	INEXISTENTE
	7. Emprendimientos pvos comunitarios	INEXISTENTE	INEXISTENTE	MEDIA
	8. Elaboración - venta artesanías	INEXISTENTE	BAJA	INEXISTENTE
	9. Pertenencia áreas nats protegidas	INEXISTENTE	BAJA	INEXISTENTE
INTERNAS IMPORTADAS MODERNAS	10. Ganadería extensiva	INEXISTENTE	BAJA	MEDIA
	11. Cultivo extensivo	BAJA	BAJA	MEDIA
	12. Tala	MEDIA	MEDIA	MEDIA
EXTERNAS IMPUESTAS MODERNAS	13. Salarización	BAJA	MEDIA	MEDIA
	14. Ayuda estatal (bonos u otros)	MEDIA	MEDIA	MEDIA
	15. Migración	BAJA	MEDIA	BAJA
	16. Robo	INEXISTENTE	BAJA	BAJA

Por otra parte, se constata la estrategia de usos múltiples utilizada en diferentes variantes por las distintas comunidades shuar. Entre 10 y 15 –nunca menos– de estas actividades son practicadas en las diferentes comunidades dato que nos confirma la diversidad de esas estrategias, así como de van desde la autoproducción y autoconsumo hasta los ingresos monetarios percibidos en mayor o menor medida por vías también diversas. Vemos que se trata de una estrategia que se practica no solo en la suma de toda la comunidad, sino también al interior de cada familia haciendo cada una combinaciones diversas. En ese sentido para los casos shuar estudiados la podemos denominar como *estrategia de usos múltiples ancestrales y modernos, propios y apropiados*. Se constata además que también se combinan los tipos de actividades oscilando en las mismas comunidades desde las *Internas propias tradicionales* a las *Externas impuestas modernas* pasando también por, al menos, algunas de los otros dos tipos intermedios.

Junto a lo anterior, un tercer resultado nos acerca al predominio del primer bloque de actividades –internas propias tradicionales– y, tras este, del tercero –internas importadas modernas– y cuarto –externas impuestas modernas–; resultan en estos casos más débiles las internas apropiadas modernas.



3.2.- Interpretación desde la Sustentabilidad-Autonomía-Identidad –SAI–.

Una vez descritas las actividades de sustento, sus tipos, y cómo y cuánto se manifiestan en nuestras tres localizaciones, corresponde la relación con la triada sustentabilidad–autonomía–identidad. La siguiente tabla pone en relación las distintas actividades económico-sociales identificadas con estas tres categorías:

Esta triada de conceptos más integrales nos permiten relacionar estas actividades de sustento con ámbitos más amplios de la vida social-comunitaria; ello se vincula además a

que, como constatábamos apoyados en la economía sustantivista, históricamente para la cultura shuar la economía no ha estado fuera de la sociedad sino imbricada en ella como una actividad societal más.

<i>Tipos de actividades de sustento según territorio, toma de decisiones y temporalidad</i>	<i>Actividad</i>	<i>Sustentabilidad</i>	<i>Autonomía</i>	<i>Identidad</i>
A.- INTERNAS PROPIAS TRADICIONALES	1. Ajá	ALTA	ALTA	ALTA
	2. Ganadería doméstica	ALTA	ALTA	ALTA
	3. Caza-pesca-recolección	ALTA	ALTA	ALTA
	4. Intercambio interno	ALTA	ALTA	ALTA
B.- INTERNAS APROPIADAS MODERNAS	5. Venta en mercado	ALTA	MEDIA	ALTA
	6. Turismo ecológico	ALTA	MEDIA	ALTA
	7. Emprendims pvos comunitarios	ALTA	ALTA	ALTA
	8. Elaboración y venta de artesanía	ALTA	ALTA	ALTA
	9. Pertenencia áreas nats protegidas	MEDIA	MEDIA	MEDIA
C.- INTERNAS IMPORTADAS MODERNAS	10. Ganadería extensiva	MEDIA	MEDIA	MEDIA
	11. Cultivo extensivo	BAJA	BAJA	BAJA
	12. Tala	BAJA	BAJA	BAJA
D.- EXTERNAS IMPUESTAS MODERNAS	13. Salarización	BAJA	INEXISTENTE	BAJA
	14. Ayuda estatal (bonos u otros)	BAJA	BAJA	INEXISTENTE
	15. Migración	BAJA	INEXISTENTE	BAJA
	16. Robo	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE

Para esta triada SAI las actividades avanzan con claridad desde los más altos de los tipos de actividades Internas propias tradicionales a las más bajas de las Externas impuestas modernas. Es significativo además el alto grado de congruencia para las actividades entre los tres elementos, sin que existan casos que muestren dos niveles de diferencia. Así la correlación entre sustentabilidad, autonomía e identidad es alta y con ello los tipos de actividades descienden de alta SAI para aquellas Internas propias tradicionales, hasta la baja-inexistente SAI de las externas impuestas modernas, pasando por la media-alta de las Internas apropiadas modernas y la media-baja de las Internas importadas modernas. Como



resultado nos ofrece dos grandes bloques diferenciados respecto a si hablamos de un predominio de las actividades tradicionales propias con aquellas modernas apropiadas por una parte, y de las modernas importadas o externas impuestas, por otra. Así, en base a esta última diferenciación los denominamos como: Internas propias y apropiadas, y Externas importadas e impuestas.

En la medida que nos refiramos a ese primer par de tipos de actividades es cuando cobran sentido los conceptos asociados a la resiliencia socio-ecológica de las comunidades en la medida que, tal cual tratábamos, son ellas las que muestran la potencialidad de adoptarlas. Hasta cierto punto se plantea el debate de si son las Internas apropiadas modernas las que en mejor medida se ajustan a esos requisitos adaptativos de resiliencia. Sin duda, parecen el mejor ejemplo de ellas en la medida que muestran aun mayor viabilidad en el contexto actual debido a su mayor relación con el sistema global a través de prácticas y conceptos desarrollados en él: turismo, áreas naturales protegidas, mercado, dinero, consumo comercial, entre otros. No obstante, la persistencia y uso mayoritario de las Internas propias tradicionales como mecanismo principal de (auto)sustento de las comunidades shuar estudiadas, nos indica también, precisamente esa resiliencia con muestras en diferente grado y forma de combinación de saberes y conocimientos, capacidad de reorganización, innovación, auto-organización como formas de adaptación a los cambios sean éstos más o menos perceptibles. Aquellos conceptos mencionados de etnodesarrollo, desarrollo local endógeno, desarrollo endógeno ecológicamente sustentable aplicado a pueblos indígenas, etc., corresponderían claramente con este bloque de dos tipos de actividades propias y apropiadas con capacidad de resiliencia socio-ecológica por tener alta presencia de la triada SAI.

Frente a ellas, los tipos de actividades Internas importadas o de Externas impuestas, muestran mucho más baja capacidad de resiliencia en la medida precisamente que no fortalecen esa triada sustentabilidad-autonomía-identidad y por el contrario, apuntan abiertamente a su debilitamiento. Ello las acerca en mayor medida a escenarios de: insustentabilidad, pobreza, colapso socio-ecológico y cultural, falta de resiliencia, dependencia, pérdida de particularidad sociocultural, pérdida de identidad, desintegración cultural, entre otros.

Como sabemos los escenarios reales que constituyen las comunidades shuar son múltiples y se combinan los dos bloques y los 4 tipos de actividades, además de directamente las 16 actividades como tales. Ello otorga escenarios diversos que pueden evolucionar de forma múltiple hacia situaciones de mayor SAI que garantizan pervivencia por alta resiliencia,



respecto a las de menor SAI que no la garantizan y se convierten en escenarios de amenaza de colapso y desdiferenciación.

4.- Conclusiones y discusión.-

El análisis realizado en diferentes tipos de perfiles de comunidades con personas shuar del sur de Ecuador respecto a sus actividades de sustento, y con ellas socioculturales y ecológicas, nos acerca en primer lugar a una importante diversidad. Por una parte, nos marca las diferencias entre actividades que en mayor o menor medida permiten proyecciones de sustentabilidad, autonomía e identidad. Por otra, nos acerca a confirmar para las comunidades la existencia de un sistema híbrido y en transición de estrategias combinadas que son las que garantizan su sustento. La estrategia de usos múltiples utilizada se traduce en una combinación heterogénea de actividades, uso de los entornos-ambientes, mecanismos de resiliencia, sistemas de intercambio y circulación, consumos, entre otros, que todavía resultan viables para la mayoría de los casos estudiados, pero que muestra a la vez ciertas amenazas de inviabilidad. Pese a que esta estrategia implica actividades con diverso grado SAI, diferenciamos las categorías de actividades *Internas propias y apropiadas* –ajá, ganadería doméstica, caza, pesca, recolección, intercambio interno, venta en mercados, turismo ecológico, emprendimientos comunitarios, artesanía y pertenencia a áreas naturales–, de las actividades *Externas importadas e impuestas* –ganadería y cultivo extensivo, tala, salarización, migración, ayuda estatal y robo–, que nos muestran a las primeras como más resilientes socio-ecológicamente en base a la preservación y desarrollo de prácticas de sustentabilidad, autonomía e identidad.

Asumiendo el complejo y dinámico escenario de interrelaciones intra-extra, micro-macro, shuar-nacional-internacional entre otros, apreciamos que resulta fundamental ese elemento de lo propiamente generado por las comunidades shuar. Así las prácticas internas y para sí de la comunidad como son autoproducción, autosustento, autosuficiencia, auto-organización, autonomía, autoconstrucción se convierten en claves en esa relación dinámica de adopción de lo externo. Lo anterior nos acerca a propuestas como la *integración autonomizante* que propone Morin (2014: 75) como vía de futuro para los pueblos indígenas del planeta, o a esa *autonomía relativa* históricamente practicada por ellos en su relación con lo externo y que, mediante una práctica de interculturalidad plurinacional al interior de los estados-nación, debiera fundamentarse en incluir las dimensiones tanto culturales, como territoriales, políticas y económicas de la diversidad, tal cual propone Santos (2012: 29).



Entre esas claves se muestra de forma especial su arraigo y vinculación al territorio del que son profundos conocedores de saberes-conocimientos desde tiempos ancestrales, y con ello portadores de parte de la memoria biocultural que la especie humana ha desarrollado para su conservación. En la medida que ese territorio es la Amazonía, clave para el equilibrio del planeta, en su supervivencia está a la vez comprometida la de la propia selva amazónica como territorio multidiverso con una dimensión ontológica que garantiza la vida en el planeta, mucho más allá de un espacio que únicamente contiene recursos mercantilizables para la economía globalizada.

Este estudio comprueba a través del caso shuar, el importante grado de adaptabilidad y resiliencia que los pueblos indígenas han mostrado respecto al contacto con la cultura occidental y la modernización que intensifica su impacto en sus territorios y comunidades en los actuales tiempos de globalización. El importante grado de combinación, mezcla multitemporal, mestización, hibridación sociocultural del subcontinente latinoamericano aparece expresado también en las prácticas shuar que se mueve en torno a la clave de si son controladas por sus integrantes o, finalmente, en la medida que fueran ajenas, importadas o impuestas, signifiquen para ellos pérdida de control y de particularidad cultural identitaria.

Como parte de ese abanico que da cuenta de la diversidad de la cultura humana en su adaptación múltiple y diversa a lo largo de la historia a los heterogéneos medios de nuestro planeta, el pueblo shuar y sus comunidades están claramente amenazados de poder mantener su particularidad cultural, sus territorios, su cosmovisión de la realidad. El debate entre esa presión externa desde lo económico nacional-globalizado y su posibilidad de continuidad, es pues como comprobamos en las comunidades, de carácter radical: o en su dinámica de resiliencia-adaptación encuentran una viabilidad basada en prácticas que aporten o refuercen la triada sustentabilidad-autonomía-identidad –básicamente actividades internas propias y apropiadas–, o su camino se relaciona con escenarios de pobreza, marginación, desaparición y/o exterminio. Corresponde a una disyuntiva fundamental que compromete su supervivencia y con ella, de alguna manera, también la de la riqueza humana, cultural y natural del planeta entero.

Los resultados obtenidos sobre aquellas prácticas shuar de importante índice de sustentabilidad-autonomía-identidad muestran a nivel micro, más allá de prácticas de etnodesarrollo o desarrollo endógeno indígena, incluso alternativas para la propia economía nacional e internacional como superación de los colapsos a los que se enfrenta en base a la lógica del crecimiento mediante extracción. Morin, como otros, señala a los pueblos



indígenas en diferentes sentidos como contracara de la modernización por mucho que, como hemos comprobado, guarden también una estrecha e inevitable relación con ella. Tanto en lo tradicional como en parte de lo adoptado por grupos shuar, encontramos a nivel micro claves significativas de alternativa: desde la práctica agroecológica comunitaria a la conservación de la diversidad natural y cultural en tiempos de amenaza; de economía para el sustento extractiva pero no extractivista, sustentable hacia las generaciones futuras con prácticas como el turismo ecológico o la implicación en la preservación de áreas naturales protegidas de la humanidad. Ello conecta con la propuesta en construcción del Buen Vivir como alternativa al desarrollo de los países andinos directamente conectada al referente histórico que marcan sus pueblos indígenas y que, al menos desde su construcción teórica y política, encuentra en esa relación no instrumental con la naturaleza, en la centralidad de la comunidad y en sus cosmovisiones integradas de la realidad, sus pilares de futuro. Todas ellas como parte de esas rutas alternativas que se buscan, y muchas comunidades y personas experimentan en el mundo actual, y de las que los shuar participan mostrando una vía propia.

5.- Bibliografía.-

ALARCÓN-CHAIRES, Pablo. (2006). "Riqueza ecológica versus pobreza social: Contradicciones y perspectivas del desarrollo indígena en Latinoamérica", en CIMADAMORE, Alberto; EVERSOLE, Robyn; MCNEISH, John-Andrew. Pueblos indígenas y pobreza. Enfoques multidisciplinares. Buenos Aires: CLACSO Libros, 41-70.

ARCOM. Agencia de Regulación y Control minero (2017). Catastro minero. Ministerio de Minería. República del Ecuador. http://geo.controlminero.gob.ec:1026/geo_visor/

BOEGE, Eckart. (2008). El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México. Instituto nacional de Antropología e Historia: Comisión especial para el desarrollo de los pueblos indígenas. México.

BONFIL BATALLA, Guillermo. (2012). "El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización", en Pérez GALÁN, Beatriz (Ed.). Antropología y desarrollo. Madrid: Ed. Catarata.

CEPAL. (2009). Indicadores seleccionados. 5ª Cumbre de las Américas. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

CONDOR, Jorge. (2005). Sistema de indicadores de nacionalidades y pueblos. SIDEMPE 2.0. Seminario Internacional Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas, CEPAL, Santiago de Chile, 27 al 29 de abril de 2005. Santiago de Chile: CEPAL.



- ESCOBAR, Arturo. (2016). "Sentipensar con la Tierra: Las Luchas territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur". Revista de Antropología Iberoamericana, 11(1): 11 - 32. DOI: 10.11156/aibr.110102
- PNUMA y OTC. (2009). Geo Amazonía. Perspectivas del medio ambiente en la Amazonía. Perú. http://www.pnuma.org/deat1/pdf/geoamazonia_spanish_FINAL.pdf
- INEC - ONU Mujeres. (2010). Mujeres y hombres del Ecuador en cifras. III. Ed. Ecuador. Ecuador.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan; SCHLÜPMAN, Klaus. (1991). La ecología y la economía. México: Fondo de Cultura Económica.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. (2008). "Conflictos ecológicos y justicia ambiental". Papeles, 108: 11 - 27.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. (2015). "Corrientes del Ecologismo", en D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (Eds), Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era. Barcelona: Icaria & Antrazyt, 81 - 87.
- MORIN, Edgar. (2011). La vía. Para el futuro de la humanidad. España: Paidós.
- SANTOS, Boaventura y GRIJALVO, Agustín. (Eds) (2012). Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Ecuador. Ecuador: Abya Yala - F. Rosa Luxemburgo.
- SANTOS, Boaventura. (2014). Derechos humanos, democracia y desarrollo. Bogotá: Dejusticia
- SOLANA, Miguel. (coord.); BADIA, Anna; CEBOLLADA, Angel; ORTIZ, Anna; VERA, Ana. (2016). Espacios globales y lugares próximos. Setenta conceptos para entender la organización territorial del capitalismo global. Barcelona: Antrazyt.
- TOLEDO, Víctor. (2009). "¿Por qué los pueblos indígenas son la memoria de la especie?". Papeles; 107: 27-38.
- TOLEDO, Víctor; ALARCÓN-CHAIRES, Pablo; MOGUEL, Patricia; OLIVO, Magaly; CABRERA, Abraham; LEYEQUIEN, Eurídice; RODRÍGUEZ-ALDABE, Amaya. (2001). "El atlas etnoecológico de México y Centroamérica: Fundamentos, métodos y Resultados". Etnoecológica, 8: 7- 41.
- TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. (2008). La memoria biocultural. Barcelona: Icaria..

**GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****FRONTEIRAS CRUZADAS E TENSÕES EM ITAITUBA: UMA ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO E CONFLITO SOCIAL NO ENTORNO DA BR-163**

Rosane de Seixas Brito Araújo¹ (NAEA/UFGA)
rosanebaraujo@globo.com

RESUMO

Entrecruzam-se em Itaituba múltiplas fronteiras do capital, contexto aqui interpretado no cenário amazônico, em especial o do entorno da rodovia Santarém-Cuiabá. A pesquisa qualitativa dos últimos dez anos evidencia atualmente tensionamentos e conflitos sociais agravados pela sanha na implantação de grandes projetos de infraestrutura visando à ampliação do agronegócio e da extração e comercialização do ouro e outros metais preciosos por multinacionais, para aumentar as exportações. São processos característicos das dinâmicas da acumulação capitalista mundial, nestes tempos. Comunidades ribeirinhas, pescadores, indígenas, garimpeiros, trabalhadores rurais, ao longo do rio Tapajós, denunciam discursos falaciosos do Estado. A discussão toma elementos teóricos de análise do paradigma da modernidade-colonialidade e outros, interpretando os relatos feitos em entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam relações e processos de dominação das elites políticas e econômicas brasileiras, que reproduzem a lógica do poder colonial. Os vultosos investimentos nacionais e internacionais em disputa naquela área da rodovia refletem as definições do Estado e do grande capital para a Amazônia. Sobrevêm daí conflitos sociais com complexos elementos para a análise da atual fase de expansão do capitalismo mundial.

Palavras-chaves: Rodovia BR-163-Conflitos sociais- Desenvolvimento - Poder - Colonialidade

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre desenvolvimento na Amazônia neste trabalho circunscreve-se ao entorno da BR-163, rodovia Santarém-Cuiabá, mais especificamente ao município de Itaituba, e toma por base contribuições teóricas fundamentais que partem do paradigma da modernidade-colonialidade, para discutir o fenômeno do poder e das formas de dominação, assim como de autores que interpretam as configurações do capitalismo mundial e especificamente da América Latina, analisando o processo de “desenvolvimento” no continente. As pesquisas² dos últimos dez anos, atualizadas recentemente por meio de pesquisa de campo, incluíram pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, Igreja, associações e também do poder público estatal local.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, curso de Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Brasil. Integrante do Grupo Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM), vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA e ao CNPQ, coordenado pela Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

² As pesquisas na área de influência da BR-163, que inclui a cidade de Itaituba, vêm sendo feitas pelo GETTAM.



O asfaltamento de grande parte da rodovia e outros grandes projetos e investimentos definidos pelo governo federal, nesse período, têm como foco a exportação de matérias-primas ao mercado externo, produzidas em grande parte nos estados do Pará e do Mato Grosso, hoje *commodities* muito importantes na balança comercial do Brasil. Tal definição provocou intenso dinamismo econômico e Itaituba, por sua localização estratégica, que inclui o porto situado no distrito de Miritituba, é ponto de culminância dessa rota por possibilitar o escoamento da produção do agronegócio para o mercado mundial pelo Arco Norte, com considerável redução de gastos e tempo em relação aos portos de Santos e Paranaguá.

O crescimento da infraestrutura, uma exigência para dar suporte à nova dinâmica de exploração, produção e circulação é em si objeto da articulação de fortes grupos de poder e interesses econômicos diversos, uma vez que envolve a construção de hidrelétricas, portos, estações de transbordo de cargas, a duplicação da BR-163 e também uma ferrovia ao longo de toda a extensão da rodovia, a Ferrogrão³, projetos estes de interesse do grande capital nacional e internacional, chinês e vários outros, que constituem em seu conjunto a chamada logística de transporte multimodal, apresentada no discurso do governo federal brasileiro como de extrema relevância para colocar o país na rota do desenvolvimento.

A execução dos grandes projetos, com associação e estratégias de poderosos grupos políticos e econômicos, públicos e privados, reverbera em graves questões socioambientais, como ocorre com a Ferrogrão, projeto sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes em fase final de estudos, que atravessará o Parque Nacional Jamaxim, nos municípios de Itaituba e Trairão, levando à alteração dos limites dessa Unidade de Conservação, conforme Lei 13.452/2017, para atender àqueles interesses.

As graves questões socioeconômicas e ambientais, bem como os conflitos sociais existentes, não obstante os vultosos recursos públicos e privados já destinados ou previstos para Itaituba, revelam conforme dados oficiais disponíveis que as chamadas políticas de modernização e de desenvolvimento, tão propaladas atualmente por agentes do Estado e grupos empresariais, não vêm resolvendo a pobreza e a má distribuição de renda, que atingem a maioria, assim como têm produzido sérios riscos para a sustentabilidade humana e ambiental. A cultura de povos amazônicos, atividades econômicas ligadas à pequena produção, populações tradicionais e comunidades ribeirinhas, as águas, assim como várias espécies de animais e plantas estão sendo destruídas.

³ A EF-170, chamada Ferrogrão, visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil, conectando a região Centro-Oeste ao Pará e ao porto de Miritituba. Com investimentos estimados em R\$12,6 bilhões, o governo federal prevê o transporte de 25 milhões de toneladas de grãos em 2020, chegando a 42,3 milhões de toneladas em 2050.



As questões e conflitos sociais em Itaituba, apesar das muitas especificidades, não se limitam às fronteiras do lugar, inserindo-se na lógica atual da acumulação capitalista mundial. A cena local, de configurações geográficas bem demarcadas e muito peculiar à Amazônia, cercada pelo caudaloso rio Tapajós e pela floresta, com povos de múltiplas feições raciais e etnias, mescla-se com outras fronteiras definidas por interesses econômicos externos que ali se instalaram, ou se instalarão. A cidade é aqui apreendida por esse conjunto entrecruzado de fronteiras, do capital, sociais, geográficas, nacionais e internacionais.

Busca-se aqui interpretar a cena social também a partir dos que falam da perspectiva e do poder da contra-ordem, possível justamente porque a complexidade da vida real se estabelece, a despeito de todas as imposições nacionais e mundiais, no território. Foram ouvidos representantes de comunidades ribeirinhas, pescadores, indígenas, garimpeiros, trabalhadores rurais, da Igreja, às margens do rio Tapajós, que denunciam discursos falaciosos do Estado, como segurança energética, desenvolvimento, prioridade à pequena produção, e refletem sobre mecanismos instituídos para democratizar políticas públicas e investimentos que tornam as vozes dos diretamente atingidos propositalmente inaudíveis.

Entre outras referências, a reflexão neste trabalho fundamenta-se em Aníbal Quijano (2002; 2005), Arturo Escobar (2005), Walter Mignolo (2005), Pierre Salama (1980; 2012), Paul Little (2013), no Grupo Regional sobre *Financiamiento e Infraestructura* (2014) e em Edna Castro (2015), para discutir a concepção de desenvolvimento que em Itaituba, assim como de modo geral para a Amazônia, vincula-se a definições tomadas nas esferas dominantes do poder no capitalismo mundial, inclusive as nacionais, que continuam a reproduzir a lógica colonial. A essas referências somam-se as interpretações e informações dos agentes sociais ouvidos que consentiram, deliberadamente, em destinar parte de seu tempo à pesquisa⁴, contribuição essencial.

2 PODER, O ESTADO CAPITALISTA E O ESTADO-NAÇÃO MODERNO

2.1 Poder, Estado e capitalismo

Pierre Salama (1980) analisa as relações entre Estado e capital sob a perspectiva marxista e, nesse sentido, apreende o Estado como parte da sociedade capitalista e de classes, integrante das relações sociais de produção, em que há vinculação orgânica.

⁴ O trabalho de campo em que foram feitas as entrevistas ocorreu no segundo semestre de 2016, na cidade de Itaituba, no km 30 (confluência da BR-163 com a Transamazônica) e em Trairão.



Ao Estado, afirma o autor, compete o papel de “elemento necessário à reprodução das relações de exploração e também de regenerador dos capitais múltiplos” (1980, p.127). Há, entretanto, contradições intrínsecas a esse papel, já que o Estado é aparelho de coerção das classes dominantes e dele a sociedade espera neutralidade, superação das contradições próprias ao sistema capitalista, expressas não apenas simbolicamente, mas também nas relações de reprodução do capital. Nas relações de troca, que são desiguais:

O Estado garante essa troca de equivalentes que, sem ele, não poderia perdurar. Garantindo o respeito das regras da troca, ele passa a ser quem garante a troca desigual. A especificidade do Estado capitalista é a de aparecer garantindo a troca de equivalentes para permitir, na realidade, a troca desigual. Se outrora o Estado garantia simplesmente, através da institucionalização e da codificação das relações sociais, ele se torna, desde a última guerra, participante direto. (SALAMA, 1980, p. 128)

O Estado garante a reprodução da relação de produção dominante e na crise, que o autor entende como parte da vida normal do capital, cumpre papel essencial assegurando a permanência das relações de exploração. Assim, “em nome do interesse nacional o Estado preconiza diversas medidas e utiliza, se necessário, a sua violência legal e, nas situações mais críticas, a violência ilegal” (1980, p. 129).

As sucessivas crises mundiais do capitalismo, inclusive as que têm ocorrido desde 2008, vêm servindo como justificativas para muitas deliberações tomadas mundialmente e no Brasil. Nesse sentido, os grandes projetos na Amazônia são apresentados pelo Estado como alternativas eficazes para garantir emprego, acelerar o crescimento econômico e solucionar o terremoto econômico mundial, como mecanismos de blindagem, que dão ao país liberdade para deliberar seus rumos, autonomamente, sem a interferência dos interesses externos.

Salama reflete sobre o poder do Estado para intervir no curso natural da acumulação e, nos períodos de crise, restringir os efeitos negativos dos desequilíbrios, favorecendo a recuperação de determinadas frações do capital. Tal condição é reveladora do poder de escolha que o Estado possui ao direcionar, de forma mais ou menos autônoma, onde intervir, canalizando os efeitos positivos das crises e as divisões dos lucros. Partindo dessas reflexões, as contradições entre os discursos de desenvolvimento para a Amazônia e as políticas e investimentos na região evidenciam a natureza do Estado capitalista que privilegia a reprodução e a acumulação do capital, a despeito da perda de legitimidade, caráter que lhe é intrínseco e abalável somente quando, e se, há capacidade das forças sociais populares de intervir no campo político e forçar a redefinição das decisões políticas e econômicas.



2.2 Poder e o Estado-nação moderno

Quijano (2002) analisa criticamente a modernidade, concebida pelo poder hegemônico no período da colonização da América e fundada na ideia de raça, que produziu a classificação social básica da população e legitimou a superioridade dos dominantes. A partir de então foram definidas formas de controle e de exploração do trabalho e da produção-apropriação-distribuição de produtos, determinantes na estrutura de privilégios e das condições do trabalho assalariado, com desigualdades estruturais entre brancos europeus e as demais raças. O autor denomina esse processo histórico de “colonialidade do controle do trabalho”, que por sua vez “determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial..., ou seja, a geografia social do capitalismo” (2005, p. 110).

Mignolo, na mesma linha de interpretação, analisa que o “capitalismo, como a modernidade, aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder” (2005, p. 34). A colonialidade do poder concretiza-se desde então como eixo definidor da diferença colonial e da periferia e a auto-imagem do poder, após a consolidação do circuito comercial do Atlântico, omite o “lado silenciado pela imagem reflexiva que a modernidade construiu de si mesma” (2005, p. 34).

A estrutura do poder mundial, segundo Quijano (2002), combina três elementos fundamentais – a dominação, a exploração e o conflito –, e o Estado é parte importante da articulação entre a colonialidade do poder, o capitalismo como padrão universal de exploração social e a submissão à hegemonia do padrão eurocêntrico. O moderno Estado-nação como estrutura de autoridade e forma de dominação coletiva ampara-se nos pressupostos da igualdade jurídico-política e da representatividade política do conjunto dos cidadãos, sem privilégios a nenhum interesse particular. O autor ressalta, entretanto, a “constituição de um bloco imperial e a desdemocratização e desnacionalização dos Estados dependentes, que se converteram em agências político-administrativas do capital financeiro mundial e do bloco imperial mundial” (2002, p. 11). Tal bloco “é formado não apenas pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos, mas também pelas entidades intergovernamentais de controle e exercício da violência (OTAN, FMI, Banco Mundial, BID) e as grandes corporações globais” (2002, p. 11), define a agenda de reprivatização local e global dos Estados dependentes e “responde cada vez menos à representação política do conjunto de setores sociais de cada país”, conformando assim uma espécie de “governo mundial invisível” (2002, p. 12).

3 A AMAZÔNIA: VÁRIOS OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS COLONIZADO E DE ECONOMIA SUBALTERNA



O Brasil, desde os tempos coloniais, insere-se no mercado internacional como país primário-exportador. Presentemente, tal realidade pode ser constatada nos acordos bilaterais, regionais e multilaterais, visando à construção de grandes estruturas – hidrelétricas, portos, estações de transbordo de carga e rodovias - para direcionar aos mercados externos *commodities* de interesse de países euronorteamericanos e asiáticos, cujas economias estão assentadas em outras bases. Nesse sentido, Itaituba presta-se bem aos discursos dos que defendem a inserção da Amazônia e do país no padrão de exploração e dominação mundiais, cuja estrutura de poder colonial tem raízes históricas e segue determinando os rumos do capitalismo no início deste século.

Entre as várias análises trazidas aqui, há elementos, dados e informações que corroboram, mesmo que por vieses diferentes de interpretação, o entendimento sobre o papel da Amazônia e do Brasil no capitalismo mundial e as implicações das determinações das elites políticas e econômicas nacionais e internacionais no lugar.

3.1 Grandes projetos na Amazônia e fricções nas fronteiras sociais

Paul Little (2013) assenta sua análise sobre a Amazônia a partir dos impactos e implicações dos megaprojetos sobre o território da região, seus povos e culturas. O autor considera a Amazônia como a nova fronteira global, ressaltando que atualmente as intervenções externas na região apresentam um grau de coordenação pan-amazônica que não havia sido evidenciado antes, em especial quanto aos megaprojetos (LITTLE, 2013).

As articulações em torno dos megaprojetos têm se dado ainda em níveis muito mais amplos. O autor refere as recentes injunções da primeira década do século XXI entre países emergentes, como os que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ressalta Little a importância das estratégias para o desenvolvimento nacional estabelecidas entre Brasil e China, que têm implicado na internacionalização de empresas nacionais e na construção de espaços hegemônicos de âmbito regional.

Analisando diferentes conexões estabelecidas com base em megaprojetos, Little os divide entre os ligados à infraestrutura, com financiamento de capitais públicos por meio de acordos bilaterais entre países, e ao extrativismo, com financiamento principal originado em capitais privados, por meio de tratados e acordos de livre comércio, restringindo-se o controle público aos instrumentos de concessão e de contratação pelos governos nacionais.

Para a produção de energia, Little destaca que a estratégia ambiciosa de construir grandes projetos hidrelétricos na Amazônia também vem sendo intensificada nos países andinos, com fortes interesses do próprio Brasil e da China, entre outros. O



desenvolvimento econômico dos países, nessa perspectiva, é desencadeado pela movimentação de capitais e empregos que os investimentos têm a capacidade de gerar. Tal visão é defendida pela União das Nações da América do Sul (Unasur), que assumiu em 2010 os projetos antes sob a responsabilidade da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Há outros importantes acordos bilaterais para a produção de energia, como entre Brasil e Peru, para a construção de represas que produzirão forte impacto sobre as cabeceiras do rio Amazonas.

Como observado no Tapajós, a aliança dos grandes investidores do setor energético com o Estado para a construção de hidrelétricas possibilita também o controle sobre as águas, cujos fluxos, correntes e vida ao redor ficam sob o domínio de agentes econômicos privados.

Quanto aos megaprojetos extrativos minerais, analisa Little que a expansão tem sido mais rápida que a do setor do petróleo e derivados e apresenta outra conformação quanto aos capitais envolvidos e áreas de abrangência, por serem dominados por pequeno número de grandes empresas multinacionais que extraem ampla diversidade de recursos minerais em várias áreas descontínuas, trazendo com isso a disseminação microrregional dos impactos.

É fato, como refere Little, que o crescimento da demanda internacional por produtos naturais e o consequente esgotamento de muitos recursos em várias áreas do planeta levaram à busca por sofisticação tecnológica nos processos de extração, garantindo atualmente exploração muito mais rápida e eficaz das reservas naturais, mesmo onde o acesso é muito difícil, o que antecipa em décadas a previsão do esgotamento das riquezas. Tal realidade caracteriza os processos mundiais atuais e as novas fronteiras amazônicas que, identifica o autor, revelam também o colonialismo interno no país.

Na mesma direção, Aguiar e Vecchione (2015) ao citarem a barragem de São Luiz do Tapajós, objeto de muitos conflitos e atualmente com o licenciamento ambiental suspenso, analisam as sérias implicações sociais e ambientais de projetos dessa natureza, que revelam também os mecanismos de transnacionalização do capital brasileiro operados por várias instituições financeiras, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que financia grandes obras dentro e fora do Brasil. A energia gerada por hidrelétricas é, entretanto, apresentada no discurso do Estado como limpa, sustentável e capaz de produzir justiça social, e a “responsabilidade social” que consta como garantia de direitos muitas vezes não é assumida pelas empresas, nem exigida pelo Estado. Sobre o impacto das barragens, as autoras denunciam ainda a expropriação e o deslocamento político-cultural, situações essas identificadas na região do Tapajós, em que índios de várias etnias, outros povos ribeirinhos e comunidades tradicionais, seguem lutando, inclusive pela via judicial.



No oeste do Pará, concentra-se mais de meio milhão de pessoas nos nove municípios que integram a bacia hidrográfica do Tapajós. Movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, povos indígenas, entre estes os Munduruku de presença e mobilização marcantes na região, outras comunidades tradicionais e agentes sociais regionais reagem à construção das cinco hidrelétricas integrantes do complexo hidrelétrico planejado pelo governo federal para o Tapajós. A II Caravana em Defesa dos Povos do Tapajós⁵ constituiu parte do processo de luta que discute a matriz energética do país e recusa a construção das barragens. A Caravana contou também com a participação de pesquisadores de universidades, setores da Igreja, defensores do meio ambiente, Ministério Público Federal e outros. No encontro, foram debatidas estratégias de fortalecimento da mobilização que possam barrar as investidas e imposições do grande capital àquele território.

Denunciam as organizações e movimentos sociais presentes no evento que os mecanismos para a participação da sociedade propostos por governantes e empresas, com o pretense objetivo de deliberar democraticamente sobre a construção dos grandes projetos, têm servido muito mais para legitimar decisões trazidas de outras esferas do que para que haja a revisão do projeto político de desenvolvimento do país. O discurso de que é urgente promover a soberania energética do país omite, segundo aqueles agentes, os verdadeiros interesses, ligados à economia mundial e ao controle da água.

3.2 Mecanismos de cooperação e financiamento internacional

Outra perspectiva de análise sobre o desenvolvimento do Brasil e da Amazônia no cenário mundial é a que identifica os fluxos do capital internacional e a lógica de funcionamento da economia mundial. Nesse sentido, ao tratar sobre o panorama dos financiamentos na América Latina e o contexto em que se insere o banco do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Grupo de Trabalho Regional sobre *Financiamiento e Infraestructura* (2014), formado por entidades de vários países da América Latina, analisa os atuais cenários deste continente e a redefinição dos marcos normativos de instituições nacionais, regionais e multilaterais.

A análise do Grupo Regional se estende ao processo político decisório sobre os grandes eixos de integração a ser priorizados, fortemente concentrado na Unasur, atentando para o papel do Brasil, com instituições como o BNDES, cujos investimentos suplantam os do Banco Mundial e os do Banco Interamericano de Desenvolvimento, expandindo-se para vários países sul-americanos e africanos. O estudo alerta para os

⁵ A II Caravana em Defesa dos Povos do Tapajós – seus povos e suas culturas ocorreu em Itaituba, no período de 26 a 28 de agosto de 2016 e contou com mais de mil participantes, entre estes membros de várias etnias indígenas.



arranjos e projetos entre Brasil e China e para a importância do BRICS na agenda atual de investimentos no Brasil.

Os projetos de infraestrutura relacionados à Amazônia, conforme o Grupo Regional, são apresentados nos discursos como fundamentais para superar a crise econômica mundial, criar postos de trabalho e valorizar os investimentos, fatores ditos fundamentais para vencer a pobreza e as desigualdades e inserir o país e a região nos processos de internacionalização da economia. Por essa lógica, torna-se plenamente justificável, inclusive, abrir mão de salvaguardas socioambientais e direitos sociais, caso constituam empecilho aos projetos e investimentos. Especialmente nos setores de transporte e energia, como vem acontecendo na Amazônia, tais projetos e obras integram as estratégias de reprodução e acumulação capitalistas das últimas décadas, inclusive na agenda de investimentos e políticas públicas em vários outros países da América Latina, sendo do interesse não apenas dos governos nacionais, mas de grupos como o G-20 e o BRICS e das agências multilaterais de crédito.

Para além da sincronia entre os interesses desses grupos e dos Estados nacionais há também decorrências comuns a esses padrões de investimentos e prioridades nos países, como os conflitos socioambientais que geram e a violação de direitos das comunidades. Frente à dimensão dos problemas, o Grupo concluiu que as tensões tendem ao agravamento e propõe mecanismos de monitoramento integrados, capazes de produzir articulação e comunicação estratégicas para que possam vir a ter efetividade regional e local.

O Grupo Regional debruça-se ainda sobre o fato de os investimentos nos grandes projetos de infraestrutura visarem manter os países da América Latina na condição de fornecedores de matérias-primas. Apesar do crescimento econômico de alguns locais desses países, a desigualdade, a pobreza e a concentração de renda têm se mantido, historicamente. Os grandes projetos de infraestrutura significam também, ressalta o Grupo, uma agenda de privatizações, subsídios, incentivos fiscais e regimes regulatórios, reduzindo a capacidade de investimento do Estado em outros setores da economia e nas políticas sociais.

4 ITAITUBA: MÚLTIPLAS FRONTEIRAS CRUZADAS

4.1 Questões dos lugares e locais de interesse no mapa mundial

As questões que vinculam a cidade de Itaituba aos múltiplos interesses dominantes, nacionais e internacionais, que lá disputam as fronteiras do capital, pressionam também o rompimento de outras fronteiras, formadas por noções de pertencimento e enraizamento,



próprias a cada lugar no processo histórico de formação cultural de seu povo, de integração, assim como de resistência às dinâmicas socioeconômicas e pressões externas. Estrategicamente localizada, Itaituba é alvo de disputas do grande capital, que se associa ao poder político e econômico nacional e local, e redesenha o território, destrói a natureza, expropria terras, pilha riquezas e ignora a diversidade cultural do povo.

Arturo Escobar (2005) discute as novas metáforas da mobilidade, que implicam em desterritorialização, cruzamento de fronteiras e outros fenômenos próprios à dinâmica atual do capitalismo e ressalta que o lugar “desapareceu no frenesi da globalização...e isso tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia” (2005, p. 1). O autor parte das perspectivas teóricas do pós-desenvolvimento e da ecologia política, que a seu ver trazem esperança e a possibilidade de rearticular a defesa do lugar frente às dinâmicas aceleradas dos processos globais. Sem anacronismos, Escobar instiga à reinterpretação do lugar, a partir de suas vinculações com as redes da economia transnacional e das questões trazidas pela desterritorialização, mas também de suas raízes.

Analisa Escobar que a marginalização do lugar não constitui fato isolado, nem ocorre ao acaso, tendo caráter abrangente e hegemônico por se sustentar nas teorias ocidentais, cujas bases historicamente repousam no colonialismo. A dominância do espaço sobre o lugar na construção da epistemologia ocidental, afirma o autor, leva à interpretação do mundo a partir da visão eurocêntrica e homogeneizadora que invisibiliza tudo o que em termos da natureza, da cultura e das formas de conceber o mundo tem caráter mais específico, por estar vinculado a um local ou a uma região. Entende o autor que o lugar é “central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente e essencial para imaginar outros contextos de construção da política, do conhecimento e da identidade” (2005, p.9).

Criticamente, Escobar analisa que o lugar também não é uma panaceia, porque possui formas próprias de opressão e relações de poder pelas quais se conecta com o mundo, submetendo o local e tornando-o reprodutor da lógica hegemônica. Entende o autor, entretanto, que é possível construir alternativas coletivas, com as comunidades e movimentos sociais, na luta em defesa das relações com a natureza, a economia e a cultura, no território.

Na mesma perspectiva, Castro (2015), estudiosa das questões sobre o desenvolvimento da Amazônia como expressão das dinâmicas do capitalismo mundial, afirma a necessidade da produção de conhecimento que rompa com os paradigmas e sistema de crenças dominantes no Ocidente. As dinâmicas no campo do desenvolvimento, analisa a autora, devem ser interpretadas levando-se em conta que as relações sociais



fundam-se na estrutura de classes da sociedade, no sistema capitalista. Para além do pensamento dominante, Castro afirma ser fundamental inscrever, na prática política e na produção do conhecimento, a diversidade social, étnica e de saberes dos países do Sul, enfrentando o debate sobre identidades e territórios e afirmando a importância dos lugares. Os fluxos ágeis na fase atual do capitalismo, sustentados pelos mercados e também pelos Estados nacionais, partem de hierarquias que interessam aos dominantes e invisibilizam grupos, valores, etnias, *ethos*, não alinhados aos interesses da reprodução e acumulação do capital.

4.2 A cidade como expressão das disputas e conflitos

A cidade de Itaituba é lugar de fronteiras em expansão que, como mencionado anteriormente, resulta de pressões do grande capital nacional e internacional nas atividades da mineração, agronegócio e das grandes obras de infraestrutura, que vêm transformando a realidade socioeconômica e ambiental e provocando sérios conflitos sociais. É um lugar de confluência, de múltiplas “fronteiras microrregionais”, tomando a referência de Little (2013), que envolve uma multiplicidade de agentes sociais e econômicos, locais e externos.

Pode-se afirmar que em Itaituba são visíveis as fraturas sociais em meio a essas fronteiras microrregionais que agentes econômicos e políticos, entre estes o Estado, vêm impondo ao território, e são muitas as cisões. Muitos entrevistados relatam os sérios problemas trazidos pelo crescente fluxo de caminhões na rodovia, que transportam a soja e outros grãos vindos do Mato Grosso que, estimado em cerca de 1.200 caminhões/dia, tem provocado o aumento considerável do número de acidentes, facilitado o trânsito e o consumo de drogas e a prostituição de adolescentes, como denunciam o movimento de mulheres local e a direção de uma escola municipal situada à margem da rodovia. Outros, como bem um representante do governo municipal, consideram a duplicação da BR-163 e o aumento do tráfego de matérias-primas como a chegada do progresso à cidade.

Nos portos de Miritituba, os enormes *containers* de armazenamento da soja sinalizam, para o então secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedeme), Turismo e Mineração do município, a materialização dos crescentes investimentos que geram empregos e aumentam as receitas municipais. De outro lado, a associação dos pescadores e os indígenas entendem a gravidade da apropriação privada e do controle das margens e águas do rio pelas empresas dos setores portuários e de comercialização de grãos, que provocam contaminação, anunciam a morte do próprio rio e impedem que atividades essenciais e tradicionais, como a pesca, que servem à alimentação e sustento de grande parte da população ribeirinha, continuem sendo viáveis.



A agricultura da soja e de outros grãos até o momento não identificada como atividade econômica em Itaituba tende a seguir, na avaliação de muitos agentes, entre estes o então secretário da Sedeme, o processo de substituição do uso da terra que vem ocorrendo em outros municípios, como Novo Progresso, onde pecuaristas começam a investir na plantação da soja. Outro agente municipal ouvido, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba (Semma), projeta que Moraes Almeida, distrito de Itaituba, será a nova área de expansão da soja por ter muitas “áreas brancas”, ou seja, áreas fora das UC’s, por isso não submetidas a restrições mais severas para desmatamento.

Itaituba já possui grandes infraestruturas instaladas, de portos e pátios de triagem, onde ficam armazenados os caminhões carregados de soja para futuro embarque, o que também facilita que novos usos das áreas já desmatadas para a pecuária e a atividade madeireira se instalem e usufruam da logística geral da rota de exportação via BR-163.

A situação é também de disputa e confronto entre as atividades extrativas, a pecuária e as unidades de conservação (UC’s), que correspondem a cerca de 80% do município e foram criadas justamente para deter o desmatamento acelerado da floresta amazônica, que no início deste século apresentava índices alarmantes, bem como para preservar a rica biodiversidade existente em Itaituba. A pecuária, por exemplo, que está entre as principais atividades econômicas de Itaituba, segue o padrão extensivo e conta atualmente com 325.361 cabeças de gado, segundo o Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), avançando sobre áreas legalmente protegidas.

Além dessas atividades, Itaituba é uma província mineral que tem no garimpo a principal atividade econômica, pelas reservas minerais e atividades ligadas diretamente ao setor e por ser nuclear, impulsionando outras atividades e setores, como a pecuária, o setor madeireiro, o comércio, sendo responsável, conforme agentes econômicos desses setores, por algo em torno de 80% da economia do município. Há grande número de trabalhadores diretamente envolvidos, embora não haja dados precisos, pois, segundo informações, o IBGE não adentra os garimpos para fazer o recenseamento. De acordo com representante da Semma de Itaituba, há cerca de 50 mil garimpeiros, enquanto que o dirigente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem no Oeste do Pará fala em 120 a 150 mil trabalhadores em atividade. Considerando as demandas de pequenos e grandes empresários do extrativismo mineral, há forte rede de comércio local incluindo mantimentos, diversos derivados do petróleo, equipamentos elétricos, caminhões, balsas, lanchas e até mesmo pequenos aviões, que atuam como táxis aéreos.



Não obstante a intensa movimentação de dinheiro e comercial, a atividade garimpeira não é verticalizada e apresenta muitos impasses no cenário de curto e médio prazos, inclusive quanto aos impactos socioambientais. Grande parte da extração ocorre de forma clandestina e em áreas proibidas, pois a área da Reserva Garimpeira do Tapajós foi sobreposta e está em conflito com a Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós. Os garimpeiros locais exploram em geral o ouro de aluvião, com equipamentos mais rudimentares, que tende ao esgotamento cada vez mais rápido por ser encontrado em áreas menos profundas, diferentemente das grandes empresas internacionais - canadenses, inglesas, etc – e nacionais, que se utilizam de sofisticadas máquinas e equipamentos, promovendo extração profunda do ouro e outros minérios com sondas e outras tecnologias avançadas, o que implica no esgotamento muito mais rápido das reservas primárias.

Segundo o presidente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem, a China está entrando fortemente no comércio local com equipamentos e peças diversos para exploração garimpeira, gerando novas alternativas e, ao mesmo tempo, transformando-se em mais uma frente de pressão. Relata o dirigente do movimento que as mineradoras de fora estão exercendo forte pressão para que os garimpeiros locais deixem suas áreas. Além desses, há violentos conflitos que ocorrem frequentemente em terras indígenas, pois os donos de garimpos não reconhecem as terras e os direitos dos povos indígenas.

Os agentes governamentais locais são taxativos em relação à exploração mineral, revelando posições contraditórias e conflitos de interesses, bem marcados entre agentes da Semma de Itaituba, defensores da preservação ambiental e do controle do avanço desenfreado sobre as reservas minerais em áreas de extração proibida, e os da Sedeme, com poder de decisão sobre o desenvolvimento local, que vêm priorizando o aumento da arrecadação tributária advinda da exportação do ouro e de outros metais preciosos. Os conflitos no campo do poder do Estado, estendem-se às esferas estadual e federal repercutindo diretamente nas políticas e investimentos, ou na falta destes. Outra representante da Semma relata que, apesar de Itaituba possuir grandes áreas como UC's, não há vinculação efetiva desse órgão com o Ibama, nem mesmo quando os conflitos demandam a força policial da Polícia Federal, já que as áreas pertencem à União, ou ainda da Polícia Militar do Estado do Pará, havendo com esta muita burocracia e pouca efetividade.

No confronto entre garimpeiros e as forças federais são frequentes os atos de violência, mortes, queima de equipamentos, conforme veiculado em 15.09.2017 pela Folha de São Paulo, envolvendo uma balsa escariante no valor de R\$1,5 mi, de propriedade do presidente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem. O Grupo Especializado de Fiscalização do Ibama foi responsável pela operação no megagarimpo



ilegal, de cerca de 400 hectares no rio Jamanxim, entre a Terra Indígena Sawré Muybu e a Flona Itaituba II, ambas vetadas à mineração. Relata a chefe da fiscalização do Ibama no sudoeste do Pará, ao mesmo veículo, que “toda a região depende economicamente do crime ambiental, principalmente garimpo, exploração madeireira e a pecuária, em cima do desmatamento, atividades em que é comum o envolvimento de políticos locais e grandes empresários”.

Outras sérias questões também geram conflitos sociais em Itaituba, como a situação agrária do município, envolvendo a falta de regularização fundiária, que restringe o acesso ao crédito; o Cadastro Ambiental Rural, que por ser declaratório e não exigir comprovação de propriedade da terra gera muitas sobreposições de áreas e confrontos; os assentamentos rurais, que não constituem política pública efetiva de democratização do acesso à terra, em função da falta de legalização das terras e de uma infraestrutura capaz de sustentar a pequena produção, tanto para os novos projetos quanto para os já consolidados.

Os pequenos agricultores, segundo representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba, da organização Terra de Direitos, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra, não têm condições de obter financiamento, ter serviços de saúde, de educação e infraestrutura para produzir e escoar a produção, o que gera a situação de pobreza a que está submetida a grande maioria dos assentados, bem como o abandono dos lotes. Essas áreas estão gerando novos ciclos de pressão, acumulação e concentração de terras no município, em que fazendeiros e outros agentes econômicos privados ditam as regras.

No nível mais amplo de articulação e investimentos para implementação do modelo que visa o crescimento econômico, e não o desenvolvimento local, entretanto, há outro nível de concertação entre os poderes políticos e econômicos hegemônicos locais e externos, com grande afinção de interesses. O então secretário da Sedeme de Itaituba, por exemplo, denota entusiasmo com o projeto de duplicação da BR-163, a construção da Ferrogrão e de quarenta portos entre Itaituba e Santarém, com a chegada das mineradoras estrangeiras canadenses, árabes, alemãs e outras, e menciona ainda a pretensão de levar a Zona Franca de Manaus para Itaituba e Santarém, de modo a ampliar o aproveitamento dos caminhões que retornam vazios após o descarregamento da soja nos portos de Miritituba.

Os investimentos feitos e anunciados pelo governo brasileiro na região do Tapajós, assim como os acordos bilaterais firmados com outros países e os compromissos assumidos com grupos regionais como a Unasur, inclusive para financiar megaprojetos em



outros países, indicam claramente as prioridades do Estado brasileiro e do grande capital para a Amazônia.

5 CONCLUSÃO

A cidade de Itaituba reflete a ação das forças políticas e econômicas hegemônicas, representadas pelo Estado e por grupos de interesse ligados ao grande capital, que impõem o modelo de “desenvolvimento” à Amazônia que segue a lógica da dominação e da produção do capitalismo mundial, centrada na integração globalizada dos países à economia internacional que assegura a permanência das desigualdades estruturais nos processos de produção e de exploração do trabalho, gerando pobreza e reconcentração da riqueza. Tal realidade é constatada ao ser analisadas as enormes contradições existentes naquele lugar.

De um lado, Itaituba constitui uma potência mineral e natural, está situada estrategicamente sob a lógica do comércio mundial e é objeto das disputas entre grandes grupos e corporações nacionais e transnacionais. De outro, é uma cidade com índices de desenvolvimento que não chegam a alterar a posição do Pará no ranking do PIB do país, com serviços públicos deficientes, infraestrutura urbana precária, pobreza, graves questões fundiárias, controle externo sobre o rio e riquezas, desassistência à pequena produção, negação da cultura de povos tradicionais e dos direitos destes, garantidos legalmente.

Não por acaso, os processos de verticalização da produção, como nas atividades mineral e agropecuária, por exemplo, são inexistentes e confirmam as decisões dos detentores do poder em manter o país e a região como exportadores de produtos primários, seguindo o que Quijano (2002) define como “geografia social do capitalismo”. Tais decisões, colocadas à conta de um processo de globalização impessoal e irreversível, como bem interpreta o autor, dependem de determinações humanas e resultam do poder hegemônico histórico sobre o desenvolvimento da região, que segue subordinado ao padrão de poder colonial.

Como refere Mignolo (2005), a consciência geopolítica e a consciência racial, forjadas no longo processo que se inicia com a colonização europeia na América, mantêm-se com a permanente reprodução da diferença colonial - no imaginário, valores e definições dos detentores do poder hegemônico -, estabelecendo-se também como colonialismo interno, o que neste caso se reproduz a partir das forças hegemônicas do país sobre a Amazônia.

Tomando a perspectiva analítica de Salama (2012), constata-se que o crescimento do agronegócio e da exportação de minérios traduz trocas assimétricas, já que os países importadores de matérias-primas brasileiras mantêm-se como exportadores de produtores



manufaturados para o Brasil. O crescimento econômico naquelas atividades econômicas não traduz industrialização crescente; pelo contrário, reflete a quase ausência de política industrial no país, com diminuição do valor agregado, o que vem ocorrendo em vários Estados nacionais da América Latina. O desinvestimento na verticalização impede que outras cadeias produtivas e riquezas sejam geradas e que haja distribuição mais horizontal dos lucros.

As resistências que surgem das fricções entre as diferentes fronteiras cruzadas em Itaituba carregam hoje uma carga assustadora de insatisfações sociais. Se poderão ou não deter o avanço da sanha capitalista e da usurpação violenta daquele território, com a reversão ainda que parcial das definições, somente a luta acirrada de um número cada vez maior de agentes sociais em defesa do povo tapajônico, do seu rio, terras e floresta poderá responder.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; VECCHIONE, Marcela. *Requiem for a dream of progress: the political economy of megadams in the Brazilian megadam*. In: Peoples sovereignty vs. impunity inc. Counterpower and struggles for justice. Observatori del Deuti en la Globalització. Transnational Institute: jun, 2015.

CASTRO, Edna. *Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder*. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015, p. 225-246.

ESCOBAR, Arturo. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: setembro 2005. p.133-168.

GRUPO REGIONAL SOBRE FINANCIAMIENTO E INFRAESTRUCTURA. *Cuál es el contexto regional em el que se inserta el nuevo banco de los Brics?* Derecho, Ambiente y Recursos: Lima: 2014.

Jornal Folha de São Paulo. *Megagarimpo ilegal provoca “febre do ouro” e divide índios no Pará*. <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/06/1891796-megagarimpo-ilegal-provoca-febre-do-ouro-e-divide-indios-no-para.shtml>. Acesso em: 15 set. 2017.

LITTLE, Paul. *Megaprojetos na Amazônia: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia*. Red Jurídica Amazônia- RAMA, Articulación Regional Amazónica – ARA, Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR: Lima, 2013.

MIGNOLO, Walter D. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.



Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

OTTA, Lu Aiko. *Plano de concessões trará 25 projetos e mudanças nas regras de financiamento*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 set. 2016. Economia, p. 3. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,plano-de-concessoes-trara-25-projetos-e-mudancas-nas-regras-de-financiamento>. Acesso em: 13 set. 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Revista Novos Rumos, Ano 17, n. 37, 2002. p. 4-28.

_____. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SALAMA, Pierre. *Estado e capital: o Estado capitalista como abstração real*. Estudos Cebrap, São Paulo: Cebrap, n. 26, 1980.

_____. *China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”*. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p.229-251, jan.-jun. 2012.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias****AS MEGAOBRAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E A REORGANIZAÇÃO DA LÓGICA DA COLONIALIDADE DO PODER**Kellyana Bezerra de Lima Veloso (UNINTER)¹kellyanaveloso@gmail.com**Resumo:**

A luta dos povos indígenas na Constituinte de 1987 pela afirmação do direito originário dos territórios que ocupam é um marco regulatório de direitos antes não reconhecidos e a demarcação da pluriétnicidade da Constituição brasileira. No entanto, prevalece no poder judiciário uma visão monista, eurocêntrica e privatística que não observa o caráter constitucional e de direito fundamental dos direitos indígenas. A ausência de alteridade reflete a não superação de um padrão de poder fundado na colonialidade do poder. O espaço-tempo de permanência desse padrão de poder ainda não cessou, vige em nossa sociedade mesmo com o fim do colonialismo. Esse novo padrão de poder estabelecido a partir da formação da América e do desenvolvimento do capitalismo é hegemônico e justificado na ideia de superioridade de uma raça sobre as demais, os brancos dominam e controlam índios, negros e mestiços. As demandas econômicas sobre as terras indígenas promovem a hierarquização dos espaços, retoma a hierarquização historicamente protagonizada pelos europeus e subalterniza os povos indígenas com a suspensão de seus direitos. Este intenso processo histórico impactado por saberes e poderes resultantes da colonialidade justifica até hoje a negação de direitos e a apropriação dos territórios dos indígenas e sua consequente subalternização pela ideia de raça inferior. O estudo evidenciou que a lógica da colonialidade do poder se reorganiza e atinge agora os territórios dos povos indígenas sob o discurso do desenvolvimento nacional, que é imbuído de validade e legitimidade pelo Estado, em razão de que os empreendimentos se efetivam, mesmo que viciados.

Palavras-chave: Colonialidade do poder; Povos Indígenas; Desenvolvimento.**1. INTRODUÇÃO**

A colonialidade é um padrão de poder que opera sobre uma base fundamental composta por três elementos que operam de forma permanente, a dominação, a exploração e o conflito, e que afeta as quatro áreas básicas da existência social, a saber, raça, trabalho, gênero e recursos naturais.

¹ Mestranda em Direito pelo Centro Universitário Internacional Uninter, na linha de pesquisa Teoria e História da Jurisdição e integrante do Grupo de Pesquisa Concepções Filosóficas de Poder. Endereço eletrônico: kellyanaveloso@gmail.com.



Tal padrão de poder surgiu com o “des-cobrimto” da América, em 1492, e com a expansão do capitalismo moderno/colonial. O espaço-tempo de permanência desse padrão de poder ainda não cessou, vige em nossa sociedade mesmo depois do fim do colonialismo clássico.

As concepções e critérios individualizantes de sujeitos de direitos brancos europeus não se aplicavam aos indígenas na América pré-colonial, logo suas terras foram tidas como vazio jurídico, pois não havia titular e quem tivesse liberdade jurídica para adquiri-las, assim poderiam ser apropriadas e exploradas pelos invasores.

A colonialidade agiu não somente sobre as terras e recursos dela provindos, mas também sobre a produção de conceitos e do imaginário social provocando uma violenta destruição das culturas e formas de existir na América Latina.

O artigo estabelece a colonialidade do poder como categoria teórica para pensar a não efetividade dos direitos dos povos indígenas no Brasil, especialmente quando obras de infraestrutura nacional, a exemplo das hidrelétricas, atingem seus direitos e territórios.

A situação-condição dos povos indígenas ganha novamente destaque, pois as megaobras passam por seus territórios e, novamente, as violações se revelam. A não participação dos povos indígenas na tomada de decisão dos projetos hidrelétricos os colocam novamente sob o risco de extermínio colonial.

O antagonismo entre o direito coletivo ao território e o meio ambiente ecologicamente equilibrado *versus* o desenvolvimento nacional e a ordem econômica evidencia a conflitualidade no direito e reacende o debate sobre o sentido do desenvolvimento nacional, pois o judiciário justifica suas decisões sempre com o elemento da ordem econômica, desconsiderando os direitos indígenas e categorizando-os como entrave a realização dos empreendimentos.

2. A reorganização da lógica da colonialidade do poder

A colonialidade do poder foi definida por Aníbal Quijano como um padrão de poder que perpetua e opera mesmo com o fim do regime político-jurídico das colônias, na América Latina, e se dá pela dominação, exploração e conflito de povos subalternizados, quais sejam dos indígenas, negros e mestiços, na América, a partir da invasão no século XV².

² QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73.



Em que pese as colônias terem se tornado independentes formalmente, elas não se libertaram da continuidade do poder colonial, que agora atua sob outra faceta e nas intersubjetividades dos imaginários sociais, pela diferenciação da raça/cor, do gênero e do trabalho.

O mundo é dividido geograficamente entre Norte e Sul, e Ocidente e Oriente. Nas palavras de Quijano, foi o mais efetivo modelo de dominação e exploração já instaurado e que agora se encontra em crise³.

América (Latina) e Europa se constituem nesse mesmo movimento de expansão do poder capitalista, a Europa como a condutora do processo, e a América (Latina) como subalterna, numa relação assimétrica de poder⁴. Esse novo padrão de poder se torna mundial, eurocentrado e tem a colonialidade e a modernidade como alicerces⁵.

A Europa se tornou a propulsora da racionalidade universal e do progresso com a subordinação dos povos categorizados como *inferiores*. Mignolo destaca que com a criação do sistema mundo moderno/colonial, a Europa se coloca no patamar dos “povos com história” e na condição de inventora da história dos “povos sem história”, que se encontravam em um tempo anterior ao presente⁶.

O branco/europeu foi identificado como referência do mais avançado de todas as espécies, olha-se tudo a partir desta condição, desta posição e se organiza as percepções de mundo segundo as suas categorias, únicas e legitimamente válidas.

A subalternização de povos não-brancos e não-europeus foi imposta e justificada como medida necessária para que estes povos se desenvolvessem e saíssem da condição de barbárie, de atraso, tornando-se, assim, povos civilizados, cristianizados e desenvolvidos, mas nunca iguais aos brancos, assim como relata PORTO-GONÇALVES:

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num *continuum* linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua

³ Ibidem, p. 74.

⁴ Faz-se a ressalva que, posteriormente, esse padrão de poder foi reconfigurado e tem a América do Norte também como seu expoente, que passa a figurar agora como a propulsora da nova ordem mundial, em um padrão de poder euro-norte-americano.

⁵ Ibidem, p. 74.

⁶ “Os povos sem história” situavam-se em um tempo “anterior” ao “presente”. Os povos “com história” sabiam escrever a dos povos que não a tinham”. p. 23. MIGNOLO, Walter D. A gnose e o imaginário do sistema mundial colonial/moderno. In: *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.



imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade⁷.

Conforme afirma Porto Gonçalves e Walter Mignolo, modernidade e colonialidade estão imbricadas nesse processo, em especial na América Latina, onde esse sistema se desenvolveu e se expandiu mundialmente⁸.

Do mesmo modo, esse processo ocorre também no Brasil pré-colonial, em que os povos originários são relegados a condição de incapazes e subalternos e, também, o povo negro que foi trazido por remoção forçada da África para trabalharem como mão-de-obra escrava no Brasil. Darcy Ribeiro aponta que esse processo se deu de forma extremamente violenta contra indígenas e negros:

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável. (...) Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente⁹.

A colonialidade do poder se dá de diferentes modos e por diversos atores que podem se alternar na condição dominador/dominado, ou aprofundar ainda mais a condição subalterna de determinados sujeitos. Ramón Grosfoguel denomina esse fato como heterarquia¹⁰, que é a possibilidade de sobreposição de várias formas de poder agindo de

⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

⁸ "Não existe modernidade sem colonialidade, que a colonialidade do poder subjaz à construção da nação tanto nas histórias locais das nações que conceberam e implementaram projetos globais como nas histórias locais das nações que tiveram de se acomodar a projetos globais que lhes diziam respeito, mas sem sua participação direta. (...) As Américas, por exemplo, fizeram parte dos sistema desde seus primórdios". p. 74-75. MIGNOLO, Walter D. A gnose e o imaginário do sistema mundial colonial/moderno. In: *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

⁹ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 23-24.

¹⁰ "As heterarquias são estruturas complexas em que não existe um nível básico que governa os demais, mas que todos os níveis exercem algum grau de influência mútua em diferentes aspectos particulares e atendendo a conjunturas históricas específicas. Em uma heterarquia, a integração de elementos disfuncionais no sistema



modo simultâneo sobre um mesmo sujeito, a exemplo da mulher, negra, pobre e periférica, que está marginalizada em vários níveis de opressão.

A lógica da colonialidade do poder é reconfigurada com o avanço capitalista sobre a natureza atingindo, profundamente, os povos da floresta, na Amazônia, “a natureza se politiza”¹¹. Este processo de exploração dos recursos energéticos lá presentes e que são estratégicos para a razão moderno colonizadora ocorre para que o padrão de poder da colonialidade continue vigente e hegemônico para o conjunto de seus educados¹².

A aparente validade dos processos decisórios no debate sobre os empreendimentos hidrelétricos, a exemplo da Usina de Belo Monte, no Pará, oculta, por meio de saberes/poderes produzidos pelas autoridades dos órgãos competentes a forte presença da colonialidade nesses processos. No âmbito do poder judiciário, o discurso técnico-jurídico é imbuído de legitimidade para que os empreendimentos nessas regiões aconteçam antes mesmo de sua viabilidade ser comprovada e do cumprimento das condicionantes, ou que sequer aconteça um debate sobre a necessidade efetiva das obras:

Em fevereiro de 2010, foi concedida a Belo Monte uma licença “parcial” para permitir a instalação do canteiro de obras, sem completar a aprovação ambiental do projeto como um todo. Licenças parciais não existem na legislação do Brasil, e este dispositivo representa um passo para permitir que projetos de barragens tornem-se fatos consumados independentemente dos seus impactos. A licença prévia foi concedida em janeiro de 2011 com 40 “condicionantes” que teriam de ser cumpridas antes de uma licença de instalação ser concedida para a construção da barragem. Muito pouco foi feito nos meses seguintes para atender aos requisitos, e apenas cinco dos 40 haviam sido cumpridos, em junho de 2011, quando, de repente, a licença de instalação foi concedida¹³.

O que se depreende do discurso jurídico é que a presença forte da colonialidade do poder mantém o padrão colonizante de atuação, pois não observa os ditames

nunca é completa, como na hierarquia, mas parcial, o que significa que no capitalismo global não há lógica autônoma, nem uma única lógica determinante “em última instância” que governa sobre todas as demais, mas em vez disso existem processos complexos, heterogêneos e múltiplos, com diferentes temporalidades, dentro de um só sistema-mundo de larga duração”. p. 18. GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Instituto Pensar; Pontificia Universidad Javeriana; Siglo del Hombre Editores y Universidad Central, 2007. pp. 63-78.

¹¹ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160224041201/04porto.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017. p. 47.

¹² QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 75.

¹³ FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: A Ponta de Lança da Construção de Barragens na Amazônia? In: *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Vol. 1. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015. pp. 245-248. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-13%20Livro%20Hidrel%C3%A9tricas%20V.1.pdf. Acesso em: 9 out. 2017.



constitucionais e perpetua a mesma lógica exploratória e contra os povos indígenas desde 1492, a mesma assimetria de poder identificada para se sobrepor sobre os direitos originários das terras que ocupam os povos indígenas.

3. Qual desenvolvimento?

Os discursos produzidos sobre a Amazônia ainda carregam um forte apelo eurocêntrico que identificam o seu *locus* com a marca do atraso, da barbárie e da ausência do progresso. Ainda percorre no imaginário social o vazio demográfico e a possibilidade infinita de geração de riquezas a partir do avanço sobre a natureza.

Os seus rios, identificados como “jazidas de megawatts”¹⁴, no passado e no presente foram/são objetos dos megaprojetos hidroelétricos em curso e em fase de conclusão, a exemplo das UHEs de Jirau e Santo Antônio (RO), Belo Monte (PA), São Luiz do Tapajós (PA), Complexo Hidrelétrico Teles Pires (MT/PA), e dos projetos de barramentos em fase de estudos, como UHE Tabajara (RO), dentre outros.

Atualmente, 74 usinas hidrelétricas estão em operação, 31 em construção, 62 foram inventariadas, 91 estão planejadas¹⁵, segundo o sítio eletrônico “Barragens na Amazônia”, da Fundación Proteger, International Rivers e por ECOA, que disponibiliza informações dos empreendimentos hidrelétricos em curso no Brasil e em alguns dos países da América Latina.

Todos estes empreendimentos geraram discussões sobre os aspectos dos projetos e seus impactos, bem como dos diversos sujeitos/grupos atingidos e seus direitos. A judicialização dos conflitos sempre foi qualificada como entrave ao desenvolvimento nacional e custoso ao poder público em razão da paralisação de estudos ou obras para que se discutissem adequadamente as soluções jurídicas aplicáveis à realidade.

O discurso dominante, calçado pela noção de interesse público, executa estudos e obras com a façanha de não realizar um debate público e suficiente nem mesmo com os/as atingidos/as, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que somente 4 das 11 audiências públicas previstas foram realizadas e de maneira controversa¹⁶, sem contar a

¹⁴ HERNÁNDEZ, Francisco del Moral; MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. *Novos Cadernos NAEA*, v. 14, n. 1, p. 79-96, jun. 2011, p. 92. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Ci%C3%Aancia-cientistase-a-democracia-desfigurada-o-caso-de-Belo-Monte.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

¹⁵ *Barragens na Amazônia*. Disponível em: <http://dams-info.org/pt>. Acesso em: 15 set. 2017.

¹⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Pará. Ação Civil Pública nº 2009.39.03.000575-6.



não observância dos preceitos legais sobre os direitos dos povos indígenas e que são respaldados em convenção internacional, o que, em tese, teria mais deferência pelo poder judiciário pelo peso constitucional¹⁷.

A UHE de Belo Monte, que passo a utilizar como referência, se tornou um dos casos mais exemplares e emblemáticos, sendo objeto de inúmeros estudos e intervenções a fim de realizar um debate mais apropriado, pois a prática que se utiliza o poder público em construções de megaobras advém da ditadura militar, em que os grandes projetos não são encarados, de fato, como de interesse público. O interesse público só surge como argumento favorável ao empreendedor nos processos judiciais em que os custos de paralisação da obra são colocados como imperativo ao desenvolvimento nacional.

A repetição da lógica autoritária na construção desses empreendimentos se repete desde a Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, inaugurada no final da década de oitenta e considerada como um erro histórico em razão da baixa produção de energia e pelo alto custo ambiental da obra¹⁸.

A imbricação entre direito e colonialidade revela os efeitos práticos a partir das decisões judiciais em Belo Monte que, primeiro valida a construção do empreendimento sem a oitiva dos povos indígenas afetados e ignora a inconstitucionalidade do decreto autorizador da obra e, num segundo momento, flexibiliza o procedimento do licenciamento ambiental e efetiva a obra sem o cumprimento das condicionantes indígenas e socioambientais.

A obra, controversa sob vários aspectos, revela que existe o não-direito e o não-lugar dos povos indígenas mesmo dentro do sistema constitucional brasileiro, que assegurou a garantia da sobrevivência e de seus direitos em conformidade com suas culturas, crenças, tradições e formas de organização social.

A conflitualidade do debate em torno da UHE Belo Monte, iniciado na década de setenta com os projetos Kararaô e Altamira, estabelece uma disputa sobre o sentido do desenvolvimento nacional e da necessidade de implantação de uma obra que não foi

¹⁷ Cf. Constituição Federal, artigo 231, § 3º, e Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

¹⁸ “A hidrelétrica de Balbina é o pior exemplo, com um grande reservatório raso que gera pouca energia. Há mais de 3000 ilhas, aumentando o impacto na floresta e também formando milhares de baías com água parada. Balbina gera mais impacto do que a geração da mesma quantidade de energia com combustível fóssil”. p. 111. FEARNSSIDE, Philip Martin. Desafios para a mediação da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. In: A. Fausto Neto (ed.) *A Mediação da Ciência: Cenários, Desafios, Possibilidades*. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2012. p. 107-123. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2012/A%20Hidrel%C3%A9trica%20de%20Belo%20Monte%20como%20fonte%20de%20gases%20de%20efeito%20estufa.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.



justificada adequadamente pelo poder público se levarmos em conta a magnitude do projeto, o não dimensionamento dos seus impactos e dos investimentos públicos realizados.

Os sujeitos invisibilizados, notadamente as populações indígenas e tradicionais, que dependem do ecossistema do Xingu para sua reprodução social, cultural e econômica, arcam com os ônus da obra e seguem subalternizados pela formação discursiva em torno da necessidade do aproveitamento hidrelétrico do Xingu, notadamente porque a construção da narrativa da necessidade da obra e a decisão sobre ela é política, e não técnica e jurídica.

Nos estratos do conflito é possível identificar que a narrativa oficial do Estado subalterniza saberes que não estão traduzidos pelo rigor científico e, por isso, não são aptos a constarem nos relatórios técnicos utilizados para conferir o *status* de viável à megaobra, a exemplo dos conhecimentos tradicionais das populações ribeirinhas relatando o impacto sobre a pesca e a navegação nos rios amazônicos, implicando na prática da colonialidade do saber que domina o discurso moderno ocidental, mas “o saber não é uma exclusividade da ciência”¹⁹.

Tais populações, já vulnerabilizadas pela sua condição econômica e social, em sua maioria ainda não tem acesso ao judiciário para reclamar seus direitos e ter voz nos processos decisórios, permanecendo, assim, nas zonas de sacrifícios²⁰ criadas pelo empreendimento.

No entanto, mesmo as narrativas embasadas pela cientificidade e que estão contidas e identificadas nesse mesmo estrato do conflito, quando se é contrária ao projeto e quando se contrapõem à narrativa oficial posta nos documentos técnicos do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e nas licenças de instalação e operação da obra, também são desconsideradas pelo Estado, a exemplo da fala do Professor Célio Bermann, engenheiro mecânico e doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos, pela FEM/UNICAMP, e professor da USP, em entrevista concedida à Revista Diferencial:

¹⁹ MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 154.

²⁰ “Na perspectiva dos estudiosos da desigualdade ambiental, o termo “zona de sacrifício” passou a designar locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas. Tais populações são vítimas de impactos indesejáveis de grandes investimentos que se apropriam dos recursos existentes nos territórios, concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde de trabalhadores e a integridade de ecossistemas de que dependem. Como agravante, esses mesmos grupos, submetidos aos mais variados riscos ambientais, são aqueles que dispõem de menos condições de se fazerem ouvir no espaço público, não tendo oportunidade de colocar em questão os efeitos da desigual distribuição da poluição e da proteção ambiental”. VIEGAS, Rodrigo Nuñez. *Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”*. p. 20. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000392.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.



“vivemos a prática política da autocracia, baseada em processos decisórios em que não escutam a crítica e o contraditório, apenas decidem e empurram como trator uma decisão já tomada. (...) Este projeto de Belo Monte é irracional. Não corresponde à lógica da engenharia. (...) Tive a oportunidade de reunir os meus alunos da USP para examinar em detalhes o plano decenal preliminar. Foi nos dado 30 dias para avaliar o plano e apresentar sugestões para que fosse modificado. A isso se chamou consulta pública. E nós fizemos o seguinte exercício comparando a versão que foi tornada pública para efeito do cumprimento do rito administrativo com aquela finalizada com a assinatura do Ministro das Minas e Energia. Das 340 páginas do Plano, houve uma modificação em apenas duas. Uma das páginas reconsiderando a forma de avaliação do benzeno no processo de refino (até que ponto deve ser utilizado) de combustíveis e a outra em relação ao modelo de transporte de gás natural. Todas as demais considerações estudadas e apresentadas em quadros, tabelas gráficos, nenhuma foi considerada. Mais uma evidência de como a decisão é de um lado só no setor energético e que o planejamento nesse aspecto, que deveria ter espaço para discussão e debate de alternativas, não é verificado”²¹.

No caso judicializado da UHE Belo Monte, revela-se que os discursos produzidos pelos sujeitos que não são diretamente beneficiados pela obra, mas que pelo contrário, são os que vão arcar com os ônus e riscos ambientais e sociais, são deslocados e não considerados pelo discurso oficial, ou seja, pelo discurso técnico dominante que não os considera como impactados, e pelo discurso jurídico que não considera, até o momento, seus direitos prevaletentes.

Percebe-se, nesse ponto, que a decisão sobre a construção da obra é política e anterior a qualquer submissão de análise técnica e regularidade jurídica, precede ao que foi estabelecido pela Constituição Federal, no seu artigo 231, § 3º, e na Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, independentemente, ainda, do resultado e da análise dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, procedimento que atesta a viabilidade socioambiental da obra, o que se reveste em plena violação de direitos, conforme afirma Dalmo Dallari:

Não é pura e simplesmente ouvir para matar a curiosidade, ou para ter-se uma informação relevante. Não. É ouvir para condicionar a decisão. O legislador não pode tomar decisão sem conhecer, neste caso, os efeitos dessa decisão. Ele é obrigado a ouvir. Não é apenas uma recomendação. É, na verdade, um condicionamento para o exercício de legislar. Se elas (comunidades indígenas) demonstrarem que será tão violento o impacto (da mineração ou da construção de hidrelétrica), será tão agressivo que pode significar a morte de pessoas ou a morte da cultura, cria-se um obstáculo intransponível à concessão da autorização²².

²¹ AMORIN JR, João Pedro de. A polêmica Belo Monte. *Revista Diferencial* - Revista do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná. Ano 02, n 06, set-nov/2015. Disponível em: <http://www.senge-pr.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RD_template_V6.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

²² DALLARI, Dalmo de Abreu. *Informe Jurídico da Comissão Pró-Índio*, Ano II, nº 9, 1990.



Em meio a uma infinidade de irregularidades nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, surge para o direito novas questões a serem enfrentadas, visto que conflitam vários direitos coletivos, a saber, interesse público e ordem econômica *versus* direitos territoriais originários dos povos indígenas e meio ambiente ecologicamente equilibrado, só para citar os mais evidentes.

A não homogeneidade do debate demonstra as diversas possibilidades de interpretações e situações de violações de direitos com o uso de práticas de silenciamento e assimilação dos atingidos à sociedade dominante, como afirma a antropóloga Sônia Magalhães,

Todavia, embora a expropriação não tenha sido silenciosa, ela foi silenciada. Silenciada à medida que a Norte Energia tem feito prevalecer o seu *modus operandi*, à revelia seja do órgão licenciador seja das manifestações de protesto, inclusive de associações científicas, seja de ações civis públicas originárias do Ministério Público Federal²³.

A dominação sobre a região Amazônica sempre produziu um desenvolvimento colonizado, distante da outridade²⁴ amazônica, ou seja, dos sujeitos que são invisibilizados pelo mundo moderno-colonial.

A ação etnocida do Estado brasileiro no caso da UHE Belo Monte demonstra que o judiciário atua sob a lógica da colonialidade do poder, da tradição do pensamento jurídico moderno/colonial, que tem sido fundamental para perpetuar a condição subalterna dos/as atingidos/as por empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Coloca-se o desenvolvimento em disputa, mas sem possibilidade de superação da subalternização de povos e saberes e da trinca da dominação/exploração/conflito,

Primeiro, reduz o Direito ao direito estatal, dessa maneira, ignora outras expressões jurídicas não estatais, isto é, oculta o pluralismo jurídico. Acredita, portanto, que o Direito só é norma ou instituição e, como consequência, absolutiza-se a lei do Estado e se burocratiza sua estrutura. Além disso, o saber jurídico fica reduzido à pura lógica analítica e normativa, de maneira que são ignoradas as suas conexões políticas e

²³ MAGALHÃES, Sônia Barbosa. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC* [livro eletrônico]. Org.: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. São Paulo: SBPC, 2017. p. 26. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

²⁴ “Aníbal Quijano nos mostrou as profundas ligações do que chamou a colonialidade do saber e do poder. A produção de conhecimento que parte da relação sujeito-objeto, segundo ele, é a mesma que funda a relação do proprietário privado com seu objeto. Assim, mais do que uma episteme há uma relação de poder que diz respeito ao modo como concretamente sobre o terreno se funda a propriedade privada dos bens e as relações de homens e mulheres entre si. O conhecimento seria, nessa episteme, produzido na relação sujeito-objeto e não numa relação inter-subjetiva (Mignolo, 2004: 231). Já, aqui, se indica uma outra episteme que para ser outra, o outro há que ser outro na sua outridade (Leff, 2006)”. p. 47. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/qt/20160224041201/04porto.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.



éticas. Segundo, separa o âmbito do público e do privado, com as consequências negativas que, no âmbito das garantias, possuem os direitos humanos sob o predomínio da combinação entre as racionalidades instrumental e mercantil, por um lado, e a patriarcal ou machista, por outro. Separa também o jurídico do político, isto é, separa o direito das relações de poder. Terceiro, abstrai o mundo jurídico do contexto sociocultural no qual se encontra e que o condiciona. Substitui-se o humano corporal, com necessidades e produtores de realidades, por seres sem atributos, fora da contingência e subordinados a suas próprias produções sócio-históricas, como são o mercado, o Estado, o capital e o próprio Direito. Abstrai a tais níveis que os juristas acreditam que nossas ideias, categorias, conceitos e teorias são o que geram os fatos. Isto é, pairam acima da realidade, como se estivessem no imaginário ponto zero do conhecimento. Pensar descolonialmente significa problematizar como essas ideias pretensamente universais e deslocalizadas são produzidas a partir de sujeitos localizados e demonstrar como as relações de poder que condicionam suas construções discursivas. Trata-se de proporcionar uma reflexão sobre o controle epistêmico, que possibilitou e continua possibilitando a existência de um sistema de conhecimento que atua reforçando a superioridade de determinados povos e conhecimentos em detrimento de outros²⁵.

Os reflexos da colonialidade no modo de atuação do judiciário até aqui destacados indicam que o Estado brasileiro apenas tolera os direitos dos povos indígenas, desde que eles não esbarrem nos projetos de desenvolvimento nacional e nas razões de Estado.

De modo que evidencia que, previamente, já há uma escolha pelos empreendimentos, mesmo que os projetos possuam inconsistências graves, em todas as suas etapas, desde os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA-RIMA, até o questionamento judicial da legalidade dos seus procedimentos.

O presente artigo, produzido ainda em fase de pesquisa e amadurecimento acadêmico, tentou demonstrar que as realidades latinoamericanas foram e estão sendo constituídas por histórias específicas, plurais, de práxis de resistências que atuam contrapondo o sistema-mundo moderno colonial imposto desde 1492, conforme afirma Grosfoguel “ao contrário da descolonização, a decolonialidade é um processo de ressignificação a longo prazo, que não se pode reduzir a um acontecimento jurídico-político”²⁶.

A guisa de conclusão é necessário expor a situação dos diversos sujeitos históricos que vivem há séculos sob a dominação colonizante e suas lutas para recriar um novo

²⁵ DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter e SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o “novo” Constitucionalismo Latino-Americano. *Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 271-297, jan./abr. 2016. pp. 279-280.

²⁶ GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Instituto Pensar; Pontificia Universidad Javeriana; Siglo del Hombre Editores y Universidad Central, 2007. pp. 63-78. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2017. p. 17.



caminho, de *Nuestra América*²⁷, para isso é preciso produzir um pensamento e uma episteme decolonial, sobretudo no campo jurídico, pois todo conhecimento é re-produzido de forma socialmente posicionado, mesmo os que aparentam neutros.

REFERÊNCIAS

AMORIN JR, João Pedro de. A polêmica Belo Monte. *Revista Diferencial* - Revista do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná. Ano 02, n. 06, set-nov/2015. Disponível em: <http://www.senge-pr.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RD_template_V6.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFUGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Instituto Pensar; Pontificia Universidad Javeriana; Siglo del Hombre Editores y Universidad Central, 2007. pp. 9-24. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoquelcastrogomez.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Informe Jurídico da Comissão Pró-Índio*, Ano II, nº 9, 1990.

DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter e SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o “novo” Constitucionalismo Latino-Americano. *Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 271-297, jan./abr. 2016.

DHESCA. *Relatório da missão Xingu: violações de direitos humanos no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente. Relatores: Marijane Vieira Lisboa; José Guilherme Carvalho Zagallo. Abril/2010. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/file?id=197>>. Acesso em 14 jul. 2017.

ECOIA; Fundación Proteger; International Rivers. *Barragens na Amazônia*. Disponível em: <http://dams-info.org/pt>. Acesso em: 15 set. 2017.

FEARNSIDE, Philip Martin. Desafios para mediação da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. In: A. Fausto Neto (ed.) *A Mediação da Ciência: Cenários, Desafios, Possibilidades*. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2012. pp. 107-123. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2012/A%20Hidrel%C3%A9trica%20de%20Belo%20Monte%20como%20fonte%20de%20gases%20de%20efeito%20estufa.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Belo Monte: A Ponta de Lança da Construção de Barragens na Amazônia? In: *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Vol. 1. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015. pp. 245-248. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-13%20Livro%20Hidrel%C3%A9tricas%20V.1.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

²⁷ O termo *Nuestra América* foi criado por José Martí (1853-1895) para distinguir a América Latina da América do Norte, que é hegemônica. p. 41. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160224041201/04porto.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.



FILHO, Arsenio Oswaldo Sevá; SWITKES, Glenn. *Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu*. 1ª ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

GEDIEL, José Antônio Peres [et al]. *Direitos em conflito: movimentos sociais, resistência e casos judicializados*. vol 1. Curitiba: Kairós, 2015.

GROSGOQUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSGOQUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Instituto Pensar; Pontificia Universidad Javeriana; Siglo del Hombre Editores y Universidad Central, 2007. pp. 63-78. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoquelcastrogoomez.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2017.

HERNÁNDEZ, Francisco del Moral; MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. *Novos Cadernos NAEA*, v. 14, n. 1, p. 79-96, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Ci%C3%AAncia-cientistase-a-democracia-desfigurada-o-caso-de-Belo-Monte.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

HESPANHA, António Manuel. *Pluralismo Jurídico e Direito Democrático*. São Paulo: Annablume, 2013.

LAS CASAS, Bartolomé de. *O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América Espanhola*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LUDWIG, Celso Luiz. Direitos Humanos: fundamentação transmoderna. In: GEDIEL, José Antônio Peres [et al]. *Direitos Humanos e Políticas Públicas*. Curitiba: Universidade Positivo, 2014. p. 11-36.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC* [livro eletrônico]. Org.: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. São Paulo: SBPC, 2017. pp. 25-34. Disponível em: <<http://portal.sbpnet.org.br/livro/belomonte.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MIGNOLO, Walter D. A gnose e o imaginário do sistema mundial colonial/moderno. In: *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 23-76.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Pará. Ação Civil Pública nº 2009.39.03.000575-6.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/qt/20160224041201/04porto.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/qt/20101018013328/11porto.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. pp. 73-115.

_____. Bien vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidade del poder. In: *Des/colonialidade y bien vivir: un nuevo debate em América Latina*. Lima: Editorial Universitaria, 2014. pp. 19-34.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, ano 17, n. 37, 2002. 4-28.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 19 (55), 2005. 9-31.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *A função social da terra*. 1 ed. 2ª tiragem. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. *O renascer dos povos indígenas para o Direito*. 1 ed. 2ª tiragem. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. Função social da propriedade. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. *Reforma Agrária e Meio Ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010. p. 181-197.

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. *Desigualdade Ambiental e "Zonas de Sacrifício"*. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000392.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Instituto Pensar; Pontificia Universidad Javeriana; Siglo del Hombre Editores y Universidad Central, 2007. pp. 47-62. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2017.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****MEGAPROJETOS INCONCLUDENTES. “ATOS DE ESTADO” E INICIATIVAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA A BACIA DO RIO TROMBETAS NA DÉCADA DE 1970, EM ORIXIMINÁ, PARÁ¹.**

Emmanuel de Almeida Farias Júnior (PPGCSPA-UEMA/FAPEMA)²
e-mail emmanueljunior61@yahoo.com.br

RESUMO

Os “atos de estado” (BOURDIEU, 2014) que previam a implantação de megaprojetos de infraestrutura na calha do rio Trombetas (Oriximiná, Pará, Brasil) durante as décadas de 1970-80, intrusaram terras tradicionalmente ocupadas referidas a povos indígenas e quilombolas. Dessa forma, posso me referir à comunidade quilombola de Cachoeira Porteira. Este texto analisa os efeitos sociais do processo de instalação de trecho inconcludente da BR-163 (Trecho Cachoeira Porteira a BR-210, conhecida como “Perimetral Norte”) e da Usina Hidrelétrica da Porteira (UHE Porteira). Tais projetos de infraestrutura e logística intrusavam diretamente territórios quilombolas e terras indígenas, especificamente, o território referido a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, que tendo sido atravessado ao meio por este trecho da BR-163, as unidades familiares teriam ainda que ser deslocadas para outro ponto, caso a construção da UHE Porteira tivesse sido efetivada. Pode-se afirmar que, ambas as situações sociais, constituem megaprojetos inconclusos. Tais obras de infraestrutura como a do trecho rodoviário Cachoeira Porteira-BR-163 e UHE Porteira foram canceladas, no entanto, os seus efeitos sociais foram sentidos e podem ser observados na reorganização territorial. Contudo, a ação do estado, não logrou que quilombolas abandonassem suas territorialidades específicas, ao contrário, reforçaram elementos étnicos e territoriais. As terras tradicionalmente ocupadas referidas aos quilombolas têm permanecido sob o domínio dos próprios agentes sociais. Atualmente, diante de uma configuração diferente das décadas de 1970-80, o governo brasileiro tenta alavancar novamente os projetos de infraestrutura e logística, no entanto, para se retomar tais projetos, seria necessário começar tudo de novo.

Palavras-chave: megaprojetos, etnicidade, territorialidades específicas e quilombos.

1. INTRODUÇÃO

Este texto busca chamar atenção para os chamados megaprojetos inacabados, tenho designado tais situações sociais como megaprojetos inconcludentes, em outros casos semelhantes, pesquisadores como Dominguez (2015), tem designado “megaprojectos fallidos”. Com a designação megaprojetos inconcludentes, me refiro a obras que por algum motivo foram paralisadas, que não podem ser retomadas de onde pararam. Para que seus

¹ Este texto é parte da tese intitulada “Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará”, defendida em 2016, no PPGAS-UFAM.

² Doutor em Antropologia Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/ UEMA. Bolsista pelo Programa de Fixação de Doutor-UEMA (período Abril-Setembro de 2017). Atualmente é Bolsista Professor Visitante Ignácio Rangel (PVIG)/FAPEMA.



projetos fossem retomados, estes teriam que começar do zero. Os motivos de sua paralisação, não serão analisados neste texto. Ele aborda os efeitos sociais de tais obras de infraestrutura, mesmo que não tenham sido concluídas.

Neste mesma perspectiva, a designação megaprojetos tem sido usada para o repertório de ações de empresas privadas ligadas à extração mineral e a obras públicas (rodovias e portos) articuladas com medidas oficiais de planejamento, que objetivam a implantação, no rio Trombetas, de projetos de infraestrutura e geração de energia hidrelétrica. Esta articulação expressa uma coalisão de interesses que articula as esferas públicas e privadas com efeitos diretos sobre os povos e comunidades tradicionais.

As ciências sociais tem dado especial atenção para os efeitos da implantação de megaprojetos, sejam econômicos ou de infraestrutura. No entanto, pouco se tem chamado atenção para a inconcludência de alguns megaprojetos que caem no esquecimento, como no caso apresentado e de outros no Brasil ou em outros países. Autores como J. Carlos Domingues (2015) tem analisado tais casos enquanto “megaproyectos fallidos”, referindo-se a situações sociais no México e na Bolívia. Penso que, mesmo que inconcludentes, os distintos megaprojetos exercem efeitos sociais concretos, como as tensões sociais.

A análise de eventos substancialmente relevantes, segundo Gluckman, aqueles eventos onde a “a análise revela o sistema de revelações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade” (GLUCKMAN, 1987, p. 238), podem ser chamados de “situação social”. A partir desta perspectiva tenho considerado os projetos de implantação da BR-163 (Trecho Cachoeira Porteira a BR-210, conhecida como “Perimetral Norte”) e da Usina Hidrelétrica da Porteira (UHE Porteira) e seus efeitos sociais sobre as relações sociais da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná-Pará.

A comunidade quilombola de Cachoeira Porteira se constitui em uma unidade social etnicamente configurada, composta por unidades familiares com trajetórias históricas, onde, narram os quilombolas, remontam ao passado de fuga do sistema escravista. As terras tradicionalmente ocupadas se referem a territórios compartilhados com distintos povos indígenas durante a ocupação dos rios Trombetas, Cachorro e Mapuera. Tais territórios conquistados permaneceram sobre o controle dos quilombolas, mesmo com a presença da empreiteira que iniciou a construção da BR-163, ou mesmo diante do cercamento pela implantação de unidades de conservação.

1.1 O sistema escravista e os quilombos do Trombetas

Os quilombos dos rios Trombetas e Erepecuru se constituem a partir das fugas das plantações de cacau e das fazendas de criação de gado de Óbidos, Santarém ou até



mesmo Belém, conforme Acevedo Marin e Castro (1998), Funes (1997), O'Dwyer (2002) e Farias Júnior (2016). Os processos sociais de ocupação da bacia do rio Trombetas foram amplamente noticiados por funcionários coloniais, exploradores, naturalistas e missionários. Os relatos de viagens mais importantes, deste ponto de vista, são: João Barbosa Rodrigues (1875) Orville Derby (1876;1898), Frei Mazzarino (1868) e Henri e Marie-Octavie Coudreau (1898) e Adolpho Ducke (1906).

Os quilombos da Bacia do rio Trombetas foram ainda mencionados por romancistas como Inglês de Sousa. Este nos dá um panorama do sistema escravista no Baixo Amazonas. Dessa forma, o mundo colonial era a paisagem para o naturalismo do escritor. A paisagem literária permite uma leitura romanceada. O escritor obidense publicou os livros como "O Cacaalista" (1876), "O Coronel Sangrado" (1877) e "O Missionário" (1888). O cotidiano escravista compunha as "cenas da vida amazônica".

A região de Óbidos era também terra de coronéis, comerciantes, plantações de cacau, fazendas de gado, batuques, escravos e "pretos velhos". Nesta narrativa melancólica, uma "sociedade" escravista era vivida à beira de paranás do rio Amazonas, onde a força de trabalho escravo era utilizada no "sombrio cacau", nas criações de gado e nos afazeres de casa. Inglês de Sousa (1968) "retrata" as plantações de cacau, algumas grandes, outras pequenas. Narra a rotina de uma casa grande, as mulatas de casa e os escravos da lida da plantação.

No Baixo Amazonas, a riqueza de um homem era medida pelos pés de cacau e pela escravaria. Inglês de Sousa (1878) destaca literariamente o papel dos escravos negros, como os que preparavam a alimentação, que serviam, que cuidavam da casa e dos animais, que cuidavam da plantação, e como remadores. Deu pouca ênfase nos processos de fuga e para os "mocambos". Interessava-lhe descrever a vida nas plantações e fazendas.

O fato é que os donos de escravos no Baixo Amazonas tiveram inúmeras dificuldades para manter a imobilização da força de trabalho escrava. A floresta, rios, paranás e furos davam condições de possibilidades ilimitadas para as fugas. Assim, é possível afirmar que em praticamente todos os rios da região se formaram quilombos, a partir de distintos processos sociais de fuga. São inúmeras as trajetórias familiares registradas junto aos descendentes dos quilombolas, como a ocupação de lagos, igarapés, várzeas, terra firme e o alto das cachoeiras.

O domínio territorial dos quilombolas se consolidava com a mesma proporção que se davam as fugas. Os povos indígenas nos rios Mapuera, Cachorro, Trombetas e Erepecuru passaram a compartilhar os espaços e recursos naturais com os quilombolas. Segundo Derby, "o numero de quilombólas está continuamente crescendo com os nascimentos e com a chegada de novos fugidos, e actualmente devem se contar muitas



centenas d'elles no Trombetas e no Cuminá" [sic] (DERBY, 1898, p. 370) (g.m). As observações feitas pelo naturalista correspondem a década de 1870.

1.2 O colonialismo e as novas etnias

No item anterior, se constatam os elementos referidos a dinâmica social do sistema escravista e das fugas e formação dos quilombos no Baixo Amazonas. Este processo de formação de quilombos pode ser analisado a partir da noção de "processos de territorialização", tal como define Oliveira, para o autor trata-se de um "movimento pelo qual um objeto político-organizativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação" (OLIVEIRA, 1999, p. 21).

Os quilombos, neste sentido, passam a existir tendo em vista a própria dinâmica colonial. No entanto, é necessário relativizar a legislação colonial, tal como o Conselho Ultramarino, que segundo Almeida (2011) "frigorifica" realidades empiricamente observáveis. Oliveira (1999) utiliza a noção de "situação colonial" elaborada por Balandier (1993). Segundo Balandier, os colonialismos "conduziram à fragmentação de importantes etnias, à quebra de unidades políticas de alguma envergadura ou à constituição de reagrupamentos artificiais" (BALANDIER, 1993, p. 114).

Neste sentido, podemos pensar o quilombo como uma realidade empiricamente observável que vem a se constituir enquanto grupo étnico, conforme a definição de Barth (2000), ou seja, como "formas organizativas", que reforçam os caracteres étnicos a partir de fronteiras sociais. Almeida (2011) vai refletir sobre estes grupos sociais que se autodefinem enquanto quilombo, como "novas etnias". Mandami (2012), neste sentido vai dialogar com Balandier (1993) e Oliveira (1999), quando recupera o colonialismo para pensar "o que é uma tribo?", destacando das políticas coloniais no surgimento de "novas etnias".

1.3 O rio Trombetas "possue mineraes de toda as especies em grande abundancia"

Nestes processos de fuga e ocupação territorial se originaram distintas unidades familiares e residenciais. Posteriormente, tais unidades residenciais passaram a ser denominadas de "comunidades", sob a influência das comunidades eclesiais de base (CEBs). Contudo, as normas sociais que orientavam o uso dos recursos naturais e ocupação quando a fixação de residências correspondiam (mesmo agora) ao que se se convencionou chamar de "sistemas de uso comum". Dona Maria Pereira, ao narrar estas normas afirma que "ali não tinha esse negócio de dizer tem dono, era liberto esse mundo, então agora aparece essa proibição" (PEREIRA, Entrevista 2, 2005) (g.m.).



Ela (Dona Maria Pereira) obviamente esta fazendo uma distinção entre o antes e o agora, pois, a partir da década de 1960, as terras tradicionalmente ocupadas referidas a indígenas e quilombola passaram a contar formalmente como áreas de vocação mineral, seguida da descoberta das jazidas, exploração das minas e da implantação de unidades de conservação financiadas pelo seguimento minerário, como o próprio POLAMAZÔNIA. Estratégia que garantiu o controle da área pelo projeto minerador, seja apoiando à agência ambiental na repressão a utilização dos recursos naturais feita pelos quilombolas, seja minerando a área.

Antes disso, baseados em trabalhos geológicos realizados por membros da Morgan expedition (1870-1871), principalmente os realizados pelo naturalista Orville Derby, o Dicionario Geographico das Minas Do Brazil [sic] publica a seguinte definição para o verbete “Trombetas”: “este rio é o mais caudaloso dos que se juntam com o Amazonas, entre o rio Negro e o mar. Possue mineraes de toda as especies em grande abundancia” [sic] (FERREIRA F. I., 1885, p. 04). (g.m.). Concretamente, as pesquisas com vistas a exploração iniciam na década de 1960.

Segundo Machado & Machado (2007), a primeira noticia sobre os “depósitos” de bauxita no Trombetas foi dado a Alcan pelo geólogo Johan Arnold Staargaard. Segundo Machado, Staargaard teria descoberto “bauxita de boa qualidade na área, em tonelagens aparentemente substanciais, data de três de agosto de 1963, reportando resultados de amostras tomadas em reconhecimentos feitos entre 27 de maio e 22 de julho daquele ano” (MACHADO & MACHADO, 2007, p. 04). Segundo os autores, “a confirmação das reservas aconteceu quatro anos depois, em 1967, já com os trabalhos de pesquisas sob a condução de seu sucessor, o geólogo Igor Mousasticoshvily” (MACHADO & MACHADO, 2007, p. 05).

O periódico semanal, **Veja**, de 17 de julho de 1985 relata as descobertas de Igor Mousasticoshvily, elencando o geólogo a um rol de “caçadores de riquezas”. Mousasticoshvily trabalhava para a subsidiária da canadense ALCAN e “descobriu a primeira grande reserva mineral da Amazônia e a maior jazida brasileira de bauxita” (GOMES, 1985, p. 75). Segundo o próprio geólogo relatou “foi uma descoberta tão surpreendente que abalou o mercado mundial de alumínio” (MOUSASTICOSHVILY apud GOMES, 1985, p.75).

Segundo Machado & Machado (2007), “o projeto da MRN foi finalmente implantado no período de 1974 a 1979, ou seja, em seis anos, pela estatal CVRD (41%), que reorganizou a empresa, tendo a Alcan ainda como sócia secundária (19%) e a CBA como sócia nacional (10%)”. Sendo que a “a operação comercial da empresa foi iniciada em agosto de 1979, com o primeiro embarque de bauxita seca para o Canadá, mas somente



depois de quatro anos, em 1983, começou a apresentar lucro financeiro” (MACHADO & MACHADO, 2007, p. 10).

2. A RODOVIA BR163 (Trecho Cachoeira Porteira/BR-210)

“Eles viviam por aqui rolando nesse mundo velho, vários morenos. Nessa época a Gutierrez chegou por aqui” (SANTOS, Entrevista 01, 2012³).

O sr. Raimundo Adão de Souza, lembra que em “Agosto de 1973, a empresa Andrade Gutierrez chegou aqui nesse lugar, na Cachoeira Porteira, lembro bem como se fosse hoje, 15 de agosto de 1973, ela chegou aqui, como empreiteira da DNER” (SOUZA, Entrevista 04, 2012). Segundo o sr. Raimundo, quando a empreiteira chegou, muitos quilombolas foram trabalhar para ela, as pessoas que tinham documento podiam trabalhar “fichados” e os que não tinham faziam trabalhos como capina, pesca, caça, dentre outros trabalhos informais.

A instalação do “acampamento” provisório da empreiteira Andrade Gutierrez em Cachoeira Porteira constitui-se como a primeira implantação de grandes projetos na calha do rio Trombetas. A Andrade Gutierrez chega ao rio Trombetas, contratada pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens-DNER para implantar o trecho de 220 quilômetros da BR-163, ligando Cachoeira Porteira a BR-210 (conhecida como Perimetral Norte). Os quilombolas que testemunharam a chegada de empreiteira, “ficaram admirados”, garante do sr. Waldemar dos Santos.

Segundo o sr. Waldemar, ele teria trabalhado como “mateiro” e “guia” para a empreiteira. Seu trabalho foi a abertura da “picada” de 220 quilômetros, de Cachoeira Porteira ao “entroncamento”, designação dado ao encontro da BR-163 com a BR-210. A chegada da Andrade Gutierrez deixou os quilombolas impressionados mediante o “poderio econômico” e a força transformadora da natureza, superior a dos “antigos patrões”. Para o sr. Waldemar dos Santos, a instalação da empreiteira não representou, a princípio, a expropriação da terra. Consideravam-se donos da terra.

Tais núcleos habitacionais da região da Cachoeira Porteira referiam-se a dois núcleos familiares distintos, a família Vieira, a família Santos, integram a família Santos os Adão dos Santos, mas conhecidos como Adão. Unidades familiares referidas a estes “troncos” se juntaram aos seus parentes referidos a Porteira e passaram a habitar as margens da BR-163. Contudo, houveram unidades familiares que optaram por permanecer em seus núcleos habitacionais, tais como Nova Amizade, Tauari, Arrozal e Tapaginha.

Segundo o sr. Raimundo, a empreiteira chegou e se instalou, na medida que ela se consolidava na região ela modificava as relações, ele explica que “esse povo tu não

³ Entrevista 01 [31 de março de 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.



conhece, eles chegam aqui parece um coitadinho, mas são um leão, ninguém vai saber quem é ele, rapaz, é o que acontece, as empresas chegam aqui, olha agora como está na mineração” (SOUZA, Entrevista 04, 2012). O entrevistado usa como forma explicativa o modelo segregacionista da MRN para me explicar como funcionada a “vila” da Andrade Gutierrez.

“Essa vila da Gutierrez está em cima de onde era dos Vieira” (SANTOS, Entrevista 15, 2012), localizado ao lado da “Casa Porteira”⁴, contando, do ponto inicial de Cachoeira Porteira em direção a BR-210, a “vila” da Andrade Gutierrez, foi localizada na margem esquerda da BR-163, entre a rodovia e o rio Trombetas, do “Club de Festas” da “vila” era possível avistar as corredeiras do rio Trombetas. Tendo em vista a pista de pouso e a “vila” tal área era de aproximadamente 2.900.000,00m². A construção da estrada prosseguiu, foram feitas picadas, serviços de topografia e terraplanagem.

A empreiteira “firmou a vila” e estabeleceu normas segregacionistas que separava os “funcionários” dos moradores da Porteira, na “vila” tinha a área destinada a residência de engenheiros, de trabalhadores do segundo escalão e alojamentos para o restante dos trabalhadores. Os “funcionários” referidos a empreiteira estavam encastelados na “vila”, para resolver o “problema” relacionado as famílias quilombolas, a empreiteira construiu um local para servir de posto médico para a realização de exames de malária e uma escola improvisada, ambos fora da “vila”.

Este trecho da BR-163 era para ser constituído da seguinte forma, Trecho BR-210/Cachoeira Porteira, Trecho Cachoeira Porteira/ Rio Cuminã, Trecho Rio Cuminã/PA-439 (acesso a Oriximiná) e PA-254 (que segue até a margem do rio Jari). Segundo o sr. Raimundo Adão de Souza, as obras de construção da estrada paralisaram, em 1976, ficaram poucas pessoas, somente uma equipe de conservação. Durante este período, o trecho referido a Cachoeira Porteira-BR-210 estava implantado. Segundo o sr. Waldemar,

De acordo com o Ministério dos Transportes⁵, o trecho Cachoeira Porteira corresponde ao km 1.419,2 e o Entroncamento com a BR-210 corresponde ao km 1.639,2, portanto, 220 quilômetros. Ainda segundo o Ministério dos Transporte, este trecho estaria “implantado”, mas “não pavimentada”. O próximo passo seria a pavimentação. O referido trecho rodoviário abarca pontos já referidos em estudos de aproveitamento hidrelétrico, como o Tajá, no rio Trombetas.

A mudança da matriz energética da Mineração Rio do Norte-MRN ocasionou a não renovação com a Andrade Gutierrez, “o relatório de 1989 da MRN, informa o encerramento

⁴ Estabelecimento comercial referido ao “patrão” chamado Cazuza Guerreiro.

⁵ Conforme tabelas obtidas em 11 de junho de 2012, no site: www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/3-loc-rodo/br-163/gbr-163.htm



em 31/10/90 do contrato de fornecimento de madeira pela Andrade Gutierrez para a produção de lenha, fonte energética utilizada na planta de secagem de bauxita” (ACEVEDO MARIN & CASTRO, 1998, p. 231). A secagem a lenha foi substituída por usinas termoelétricas.

O início do processo de exploração florestal para a secagem da bauxita acontece no mesmo ano que a MRN embarca o primeiro carregamento de bauxita, no mesmo ano que é criada a REBIO Trombetas, ou seja, em 1979. A exploração de florestal desordenada, ao longo da margem esquerda da BR-163. A estrada de piçarra separava e exploração florestal da REBIO Trombetas. Coisa de poucos metros. De acordo com o periódico **O Liberal**, de 01 de fevereiro de 1989, o funcionário da MRN, na época informou que a MRN tinha uma autorização expedida pelo IBDF, datada de 1984 para a exploração florestal nos limites de onde seria o lago da UHE Cachoeira Porteira.

A devastação florestal garantiu o processo de secagem da bauxita embarcada em Porto Trombetas, uma autorização expedida pelo IBDF, em 1984, permaneceu sem explicação até 1989, segundo os periódicos da época. A área desmatada referia-se a margem esquerda do rio Trombetas, a montante de Cachoeira Porteira, abrangendo uma área de aproximadamente 14.000 hectares. Área considerada pequena diante da totalidade do lago, com 1.094km², ou seja, quase a mesma proporção da REBIO Trombetas, que possui 385.000 (trezentos e oitenta e cinco mil hectares). Tendo em vista os outros projetos hidrelétricos planejados para o estado do Pará, a edição do periódico **O Liberal**, de 06 de agosto de 1989, tinha como manchete a declaração que “2,3% do Pará poderão ser inundados”.

Cachoeira Porteira experimentou altos e baixos populacionais, muitos trabalhadores de cidades vizinhas foram atraídos pela oferta de emprego, os trabalhadores que não conseguiam se “fichar” seguiam em frente em busca de outra oportunidade. Com o encerramento do contrato para o fornecimento de madeira para a MRN, a Andrade Gutierrez, conhecendo os planos oficiais que previam a construção de uma UHE na região de Cachoeira Porteira, aproveitou a oportunidade e alugou sua estrutura para a ENGE-RIO, empresa de pesquisa energética contratada pela Eletronorte para a realização dos **Estudos e levantamentos do impacto ambiental da futura UHE de Cachoeira Porteira** (ENGE-RIO/INPA).

3. UHE PORTEIRA

Segundo Fearnside (2015), o planejamento de hidrelétricas como a Balbina e Cachoeira Porteira, eram oficialmente explicado em decorrência do aumento da demanda de energia por centros urbanos como Manaus. Segundo o autor “subestimativas grosseiras



do crescimento da população e da demanda da energia em Manaus, são as explicações oficiais para a decisão inicial” (FEARNSIDE, 2015, p. 101). Balbina foi efetivamente construída, ocasionando enorme desastre ambiental e social.

Segundo Ferreira (1993), a construção da UHE Cachoeira Porteira foi “inicialmente idealizada para atender à demanda energética da denominada Área da Bauxita, situada às margens do rio Trombetas, onde estava prevista a instalação de um complexo mínerometalúrgico” (FERREIRA E. J., 1993, p. 11).

Entre 1973 a 1976 foram realizados “estudos hidrelétricos” das bacias hidrográficas dos rios Trombetas e Erepecuru, no Estado do Pará, Uatumã e Jatapu, no Estado do Amazonas, e Cotingo, no antigo Território Federal de Roraima⁶. Em 1981, de acordo com o Plano de Trabalho 02/81, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE, foram destinados recursos para o “Estudo do Potencial Hidrelétrico do Rio Trombetas”.

Os estudos hidrelétricos de Cachoeira Porteira foram realizados pela ENGE-RIO, que firmou parceria com o INPA para a realização de estudos de impacto ambiental, como por exemplo, os estudos florísticos. Em 1987, o estudo de viabilidade foi finalizado e entregue pela ENGE-RIO, estudos acadêmicos produzidos no âmbito dos estudos para a UHE Cachoeira Porteira, indicavam a construção da “futura antiga” UHE como certa.

Na edição de 06 de janeiro de 1989, **O Liberal** publica que a SESPÁ montaria uma equipe para analisar os Relatórios de Impactos Ambientais-RIMA de Cachoeira Porteira e Kararaô (Belo Monte-Altamira, Pará). O RIMA da UHE Cachoeira Porteira teria sido entregue no início do ano de 1987, sendo emitida uma Licença Prévia. A edição do dia 11 de janeiro de 1989, do mesmo periódico, a SESPÁ comunicou a ELETRONORTE a necessidade da realização de uma audiência pública para discutir em Oriximiná a concessão da Licença de Instalação. Nessa mesma ocasião a ELETRONORTE protocola um ofício solicitando informação para a publicação do edital de licitação para as obras de infraestrutura e construção da usina até março de 1989.

Os jornais periódicos do final da década de 1989 noticiavam as discussões em torno da construção da UHE Cachoeira Porteira. O periódico **O Liberal**, de 16 de julho de 1989, noticia a criação da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná-ARQMO, na comunidade quilombola do Jauari, durante o II Encontro de Raízes Negras. De acordo com a sra. Zélia Amador, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA, a ARQMO foi constituída objetivando a efetivação do Art. 68-ADCT/CF88, foi também decido neste encontro a realização de uma manifestação em Oriximiná contra a UHE Cachoeira Porteira.

⁶ Cf. Relatório das Atividades de 1977, **Fonte bibliográfica inválida especificada..**



A ARQMO criou, em 1990, **A Ronqueira – informativo da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná**. Um informativo para noticiar o expediente da associação, como também se posicionar contra o projeto de UHE, sobre os danos ambientais provocados pela MRN e sobre as arbitrariedades impetradas pelos órgãos ambientais. O informativo foi utilizado ainda para disseminar informações históricas sobre o processo de formação dos quilombos do Trombetas e Erepecuru.

Devido a não execução das obras da UHE Cachoeira Porteira, ainda no início da década de 1990, houve o esvaziamento demográfico, foram embora todos aqueles que não tinham vínculo com a empreiteira. Segundo o sr. Flori Oliveira⁷, a Andrade Gutierrez manteve até 2003, cerca de cinco funcionários para vigiar alguns bens da empreiteira que ainda estavam em Cachoeira Porteira. Depois disso, os últimos funcionários mudaram-se para Oriximiná ou outros centros urbanos. As casas da “vila” e do “acampamento Pioneiro” foram doadas para a Prefeitura de Oriximiná que as desmanchou e doou para algumas famílias de cabos-eleitorais em Cachoeira Porteira, ao longo do rio Trombetas e mesmo na cidade de Oriximiná.

Tem que se mencionar que durante as intensas relações sociais de fronteira, foram estabelecidas distintas relações, como compadrio, matrimônio ou amizade. Dessa forma, algumas unidades familiares de pessoas vindas de outros lugares permaneceram em Cachoeira Porteira, sendo incorporados pelos quilombolas. Este, é o caso da família do sr. Flori, que tem filhos casados com mulheres quilombolas. Comumente, aqueles que não estabeleceram nenhum desses vínculos acabaram abandonando o local.

Com o projeto de construção da UHE Cachoeira Porteira parado por mais de uma década, “novos” estudos foram contratados para inventariar o potencial hidrelétrico da bacia do rio Trombetas. Tais demandas encontraram novos obstáculos: as comunidades quilombolas de Oriximiná se organizam em distintas associações, 35 delas estão filiada à ARQMO, com longo processo de reivindicação territorial, e Cachoeira Porteira representada juridicamente pela AMOCREQ-CPT, articulada independente da ARQMO, com processo de reivindicação territorial protocolado em 2004 junto ao ITERPA. Os povos Katxuyana, Tunayana e Kahyana retornaram as suas “terras tradicionalmente ocupadas”. Também reivindicam a homologação da de terra indígena.

Nesta “configuração” de entidades representativas organizadas e de tensões diante dos processos de reivindicação territorial, a Empresa de Pesquisa Energética-EPE, através da Concorrência no-CO-EPE-001/2006 – Contrato nº EPE-028, contratou a empresa HYDROS Engenharia Ltda., para a realização de estudos de inventário da bacia hidrográfica

⁷ Cf. Entrevista 29, 2013.



do Rio Trombetas, incluindo a sua avaliação ambiental integrada, pelo valor de R\$ 4.467.900,00, por um período de dois anos.

O Relatório de gestão da Empresa de Pesquisa Energética – EPE Exercício 2008, do montante de R\$ 4.467.900,00, foram realizados 1.563.765,00. Segundo o referido relatório a área de drenagem da bacia do rio Trombetas (Trombetas, Turuna, Cachorro, Mapuera e Erepecuru) é da ordem de 135.240 km², com potência estimada de 4.940 MW. O levantamento realizado pela Hydros Engenharia Ltda., que teve o contrato interrompido em 2008, refere-se ao levantamento preliminar de locais barráveis e o levantamento da bacia hidrográfica.

Consta no referido relatório da EPE, que a empresa Hydros Engenharia Ltda. teve dificuldades para a realização do estudo de inventários da bacia hidrográfica do rio Trombetas, a “mais relevante foi devido à resistência das comunidades remanescentes de quilombos em permitir a passagem da equipe técnica pelo rio Erepecuru, fato que impede o acesso a uma parte da bacia do rio Trombetas” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA-EPE, 2009, p. 102). Diante a interrupção do Contrato nº EPE-028, a EPE abriu nova licitação.

Dessa forma, a EPE abriu a Licitação: CO.EPE.004/2013, “para contratação de prestação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração de estudos socioambientais para o inventário hidroelétrico da bacia hidrográfica do Rio Trombetas” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA-EPE, 2013, p. 144). A empresa vencedora foi o Consórcio FERMA/IGPLAN, por R\$ 2.894.345,00⁸. A Secretaria do Estado de Meio Ambiente - SEMA emitiu a Autorização 2329/2013⁹ para a realização dos estudos pelo Consórcio FERMA/IGPLAN.

4. CONSIDERAÇÕES

Temos dois momentos distintos. Apesar de evidenciar a existência de organizações resistentes à construção da UHE Porteira, este texto não pretende discutir os motivos da paralização das referidas obras, pretendo aqui destacar os efeitos sociais de tais empreendimentos, explicitando estratégias localizadas de coexistência/resistência. Como se observa, apesar da cooperação por parte dos quilombolas na década de 1970, atualmente lhes preocupa a regularização fundiária. Diante dos recentes “atos do estado” para

⁸ Segundo dados do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, os investimentos para a realização do Inventário - Bacia do Rio Trombetas - AM PA RR, perfazem o montante de R\$24.612.000,00, executados pela Empresa de Pesquisa Energética-EPE. Fonte: <http://www.pac.gov.br/obra/1354>. Acessado dia 04 de maio de 2016.

⁹ Cf. Recomendação 3ºOFÍCIO/PRM/STM Nº 4, 22 DE AGOSTO DE 2014.



realização de estudos para o aproveitamento hidrelétrico, os quilombolas de Cachoeira Porteira têm rejeitado qualquer iniciativa neste sentido.

Como vimos, tanto os quilombolas do Erepecuru, quanto os quilombolas do Trombetas têm rejeitado as iniciativas de estudo para o aproveitamento hidrelétrico. Assim, tanto os estudos a serem realizados pela Hydros Engenharia Ltda, quanto os estudos a serem realizados pelo Consórcio FERMA/IGPLAN, fracassaram. Mesmo assim, diante destes “atos de estado” que implicam na repetição de estudos já realizados, podemos perguntar: se os estudos para a construção da UHE Trombetas estavam concluídos, se existia uma Licença Prévia, por que tais estudos de aproveitamento hidrelétrico?

Os esquemas interpretativos que têm se dedicado à compreensão de “situações sociais” com o “intrusão” pelos “megaprojetos”, não são suficientes para a realidade empiricamente observável ora analisada. Os quilombolas de Cachoeira Porteira não se veem como vítimas neste processo em que a consolidação do território étnico se dá pelas inconcludências. Pode-se dizer que é uma situação de “megaprojetos” de infraestrutura e hidrelétricos inconcludentes diante de territórios conquistados pelos quilombolas de Cachoeira Porteira, onde o território tem estado sob o domínio dos quilombolas e os “efeitos sociais” da “intrusão” são finitos.

Os quilombolas de Cachoeira Porteira desenvolveram estratégias de resistência diante da “intrusão” para a implantação de grandes projetos. Não me refiro a reações violentas ou de enfrentamento. Incentivaram relações sociais visando, espontaneamente, o acesso aos meios de educação – escola. Atualmente, muitos narram com orgulho o fato de conseguirem educar os filhos. Cachoeira Porteira tem incentivado a formação de professores membros da comunidade quilombola.

Tal estratégia era desenvolvida diante de uma coexistência marcada pela vivência de tensões sociais, entre elas a que culminou na expulsão dos filhos do sr. Waldemar dos Santos. A presença da empreiteira Andrade Gutierrez representava um superpoder econômico, muito superior aos “antigos patrões”, tais forças econômicas se colocaram como “novos senhores”/ “novos patrões”. Dessa forma, pode-se delinear uma disposição histórica para a coexistência com tais projetos.

Objetivo a crítica à visão reducionista da noção de identidade étnica. O fluxo de pessoas representado os projetos de infraestrutura não ocasionou a desmobilização das unidades famílias quilombolas, ao contrário, este teria reforçado as relações nas “fronteiras sociais” produzindo diferenças que culminaram na mobilização étnica. Segundo Barth “grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas” (BARTH, 2000, p. 27).



Neste sentido, a noção de grupo étnico não pode estar reduzida ao isolamento geográfico. Assiste-se nas últimas décadas o aumento do número de organizações indígenas e quilombolas em perímetros urbanos. Tais agrupamentos têm sido denominados de “índios na cidade” ou “índios urbanos”, ou ainda “quilombos urbanos”. Tais referências não são meras divisões da oposição rural/urbano já que esta é geográfica. Elas expressam um dualismo conceitual a ser levado em conta nas análises sociológicas.

Comumente se imagina o “quilombo” como continuidade de uma situação histórica. Segundo Barth (2000) a vida diante do fluxo de pessoas em distintas “fronteiras sociais” não elimina a identidade, são criados mecanismos para reforça-las, tais mecanismos segundo o autor, constituem-se em “traços diacríticos”. Contudo, “não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo” (BARTH, 2005, p. 17).

5. REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. R. D. **Negros do Trombetas: guardiães das matas e dos rios**. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, A. W. (Setembro de 1991). Rodovia Transfronteira: comentário ao Projeto de Lei 1.930/1989. **Resenha & Debate**, Nº 5, 02-10.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: Uea Edições, 2011.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Caderno de Campo**, Nº 3, 1993, pp.107-131.
- BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, v. Nº 19, p. 15-30, 2005.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: (ORG), T. L. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2000.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-1992)**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- BRASIL. (1978). **Portaria Nº 29. Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, na rodovia de acesso à Perimetral Norte, trecho Oriximiná — Cachoeira Porteira**. Ministério dos Transportes/Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, Brasília.
- BRASIL. (1985). **Relatório de Atividades - Exercício de 1984**. Ministério das Minas e Energia-MME/ Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA/ELETRONORTE, Brasília.
- DERBY, O. A. O rio Trombetas. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém, Tomo II, 1898. 366-382.
- DOLZANI, L. O Cacauleta (Scenas da Vida do Amazonas). **Baixo Amazonas**, Anno VII, nº 01, 5 Janeiro 1878. 2-3. [Herculano Inglês de Sousa].
- DOMINGUEZ, J. Carlos. **Megaprojectos fallidos em Latinoamérica: sociologia histórica e política comparada**. México: Instituto Mora, 2015.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA-EPE. (2009). **Relatório de gestão da Empresa de Pesquisa Energética – EPE Exercício 2008**. Acesso em 22 de Abril de 2012, disponível em <http://www.epe.gov.br/Paginas/default.aspx>
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA-EPE. (28 de Agosto de 2013). **Aviso de Licitação. Concorrência No- CO.EPE.004/2013**. Acesso em 25 de Maio de 2016, disponível em



<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=144&data=28/08/2013>

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará**. 2016. 445 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FEARNSIDE, P. M. (2015). **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras (Vol. I)**. Manaus: Editora do.

FERREIRA, E. J. (1993). Composição, distribuição e aspectos ecológicos da ictiofauna de um trecho do rio Trombetas, na área de influência da futura UHE Cachoeira Porteira, Estado do Pará, Brasil. **Acta Amazônica**, 23, n. 1/4, 1-89.

FERREIRA, F. I. **Dicionário Geográfico das Minas no Brasil**. Concatenação de notícias, informações e descrições sobre as minas extrahidas de documentos oficiais, memórias, histórias, revistas, dicionários, cartas geográficas, roteiros, viagens, explorações de rios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

FUNES, E. A. Nasci nas Matas nunca Tive Senhor - Histórias e Memórias dos Mocambos do Baixo Amazonas. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 07, no. 07, p. 137-142, 1997.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2ª. ed. São Paulo: UNESP, 2010. p. 237-364.

GOMES, L. Caçadores de riquezas. **Veja**, São Paulo, 17 Julho 1985. 74-76.

JESUS, Nivaldo Oliveira de. **Entrevista 09 [20 de julho de 2005]**. Comunidade Quilombola do Moura, Oriximiná, Pará. Entrevista concedida a Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

MACHADO, R. D. C.; MACHADO, M. H. M. R. **Implantação do Projeto Trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972**. 62o CONGRESSO ANUAL DA ABM, 23 a 27 de julho de 2007. Vitória: [s.n.]. 2007.

MAMDANI, Mahmood. What is a tribe? **London Review of Books**. Vol. 34, Nº 17, 13 de setembro de 2012, pp 20-22.

O LIBERAL. (07 de Junho de 1989j). Ministro diz que Amazônia assegurará a energia do futuro. **O Liberal**, p. 04.

O'DWYER, E. C. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminã. In: (ORG), E. C. O. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 255-280.

OLIVEIRA, João P. de (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PEREIRA, Maria – 72 anos. **Entrevista 2 [02 de fevereiro de 2005]**. Comunidade Quilombola do Moura [Entrevista realizada em Oriximiná], Oriximiná, Pará. Entrevista concedida a Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

SANTOS, Waldemar dos – 77 anos. **Entrevista 01 [31 de março de 2012]**. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. Entrevista concedida a Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

SOUSA, Inglês de. **O Coronel Sangrado – Cenas da Vida no Amazonas**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

SOUZA, Raimundo Adão de – 65 anos. **Entrevista 04 [31 de março de 2012]**. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. Entrevista concedida a Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

SANTOS, Vicente Vieira dos – 80 anos. **Entrevista 15 [15 de maio de 2012]**. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. Entrevista concedida a Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

**GT 03 - Colonialidade e Grandes Obras de Infra-Estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****COLONIALIDADE E RESIGNAÇÃO: A TENTATIVA DE LEGITIMAÇÃO SOCIAL DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE MARABÁ**

Cristiano Bento da Silva (UFPA)¹
cristiano_mbatm@hotmail.com

Thiago Martins da Cruz (UNIFESSPA)²
tmdacruz@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo em tela objetiva realizar um exame do modelo de relações estabelecido em função da “chegada” - ou anúncio - do projeto de construção da barragem de Marabá, no sudeste do estado do Pará, considerando as narrativas de atores sociais que dialogaram com trabalhadores ligados à ELETRONORTE durante o levantamento para a elaboração do EIA/RIMA do referido empreendimento. Tal levantamento envolveu muito mais de que a pura, simples e isenta captura de informações. Ao que se sabe, nesse contato, houve investidas dos prepostos da barragem no sentido de impor o referido projeto hidrelétrico através da produção e difusão da ideia de que ele seria inevitável. Vislumbrou-se a produção de atores sociais resignados e inamovíveis diante de uma situação concreta prenhe de riscos. Através do trabalho de campo, pudemos constatar que essa é uma realidade tangível, onde a construção de experiências alinhadas à colonialidade do poder e do ser deram a tônica das relações.

Palavras-chave: Colonialidade, Usina hidrelétrica, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

A construção de Usinas Hidrelétricas, invariavelmente, tem levado a polêmicas, tensões e dissensos numa escala bastante considerável. Este fenômeno é ainda mais proeminente quando se alicerça na Amazônia, em função da diversidade sociocultural, histórica, econômica, ecológica (e de outras ordens) aí presente. Uma das dimensões renitentes na busca pela legitimação social de uma barragem é a composição de discursos ideologicamente marcados. Certas produções discursivas, comumente, vislumbram os rios da região como se fossem verdadeiras “jazidas de megawatts” (SEVÁ, 2002).

¹Cientista Social e doutorando pelo Programa de Pós – Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/ UFPA).

²Cientista Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre pelo Programa de Pós – Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/UNIFESSPA)



O esforço na direção de construir tais discursos ajusta-se a uma luta pelo monopólio da definição legítima do mundo social, com vistas a produzir “o sentido e o consenso sobre o sentido” (BOURDIEU, 2007, p. 113). No caso das barragens, as relações de poder ultrapassam o nível discursivo para se manifestarem no plano concreto das relações interpessoais. Ademais, as relações assimétricas irrompem desde o instante da concepção de uma barragem - as vozes debatedoras do projeto não são polifônicas -, porque sujeitos-chaves do processo são desconsiderados³.

Não bastasse isso, tais sujeitos (ou comunidades ameaçadas/ afetadas) são coagidos, amiúde, a se resignarem diante da notícia do empreendimento, a qual trata o mesmo como fato consumado. Elementos como estes consubstanciam o nosso ponto de partida para as análises a respeito do anúncio do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá (doravante UH de MARABÁ), prevista para ser erguida na região sudeste do estado do Pará, no rio Tocantins –Araguaia.

O objetivo é realizar um exame da “chegada” do projeto de construção da barragem de Marabá a partir, sobretudo, dos enunciados de atores sociais que dialogaram com prepostos a serviço da ELETRONORTE.

A experiência de vivenciar o acontecer dos fatos e a pretensão de objetivá-los em formas pesquisáveis nos conduziu até aqui. Salientamos que o processo de levantamento do EIA/RIMA envolveu muito mais de que a pura, simples e isenta captura de informações. Em campo, a tônica das relações aponta para algo mais complexo. Ao que se sabe, nesse contato, houve investidas dos prepostos da barragem no sentido de impor o referido projeto hidrelétrico através da produção e difusão da ideia de que ele seria inevitável⁴.

³A antropóloga Lygia Sigaud, no opúsculo *Impactos sociais da política do setor elétrico*, publicado em 1988, considerava a política nacional de geração de energia elétrica pelo seguinte ângulo: “[...] esta política tem a curiosa particularidade de gerar não apenas hidreletricidade, mas também efeitos sociais perversos...” (SIGAUD, 1988, p. 104). Os efeitos sociais são decorrência de muitos fatores. O primeiro deles é fruto do processo de tomada de decisão acerca do erguimento de uma barragem. A decisão é sacramentada no âmbito de gabinetes, sem considerar a opinião das pessoas dos diversos territórios a serem afetados. O “social” é abstraído, pois é visto como “uma questão secundária no planejamento energético” (SIGAUD, 1988, p. 104). Nesses contextos, quando a decisão de construir o projeto é tomada e o mesmo já está em fluxo, com ar de fato consumado, é que se procede à avaliação dos impactos. Assim, “trata-se no entanto de avaliar para ‘minimizar’, ‘mitigar’ ou ‘neutralizar’ ‘impactos’ de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de ‘impactos’ para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica” (Ibid., p. 104 grifos da autora). Em raciocínio contínuo, Lygia Sigaud admoesta: “É exatamente porque o “social” ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população” (p. 104). Noutra lugar, Lygia Sigaud reforça este argumento ressaltando que os impactos e as situações dramáticas desencadeados pelas Usinas hidrelétricas são constatações a posteriori à decisão de construir a barragem (SIGAUD, 1986).

⁴A inspiração para a análise que engloba a ideia do inevitável vem de Malheiro (2010). Consoante a reflexão salutar deste autor, “No âmbito destes grandes projetos uma estratégia relativamente nova parece se constituir, a idéia (sic) do inevitável. É cada vez mais claro que quando não se garante a produção do consenso para legitimar grandes obras, opera-se pela produção da resignação, a preocupação se desloca da produção de idéias (sic) socialmente aceitas à inevitabilidade de idéias (sic), dos caminhos socialmente aceitáveis aos caminhos socialmente inevitáveis. Não mais se tem o direito de dizer não, pois estrutura-se um conjunto de estratégias para garantir a resignação” (MALHEIRO, 2010, p.03).



Vislumbrou-se a produção de atores sociais resignados e inamovíveis diante de uma situação concreta prenhe de riscos. Esta é uma realidade contundente, onde a construção de experiências alinhadas à colonialidade do poder e do ser (QUIJANO, 2005; MALDONADO – TORRES, 2007) tem dado a tônica das relações. Tal situação ainda carece de uma leitura e exame mais detidos.

Para este trabalho, lançamos mão de fontes documentais (artigos já produzidos sobre o tema, trabalhos de conclusão de curso e outros); entrevistas semiestruturadas e trabalhos de campo realizados em diversos contextos sociais.

2. REGIÃO SUDESTE DO PARÁ: BREVE IMERSÃO HISTÓRICA

Na região do médio Tocantins cognominada de Sudeste do Pará há uma diversidade social bastante ampla, constituída em decorrência de um longo processo histórico de ocupação⁵. A rigor, a presença de grupos não indígenas nessa área data de fins do século XIX e início do século XX (DA MATA; LARAIA, 1978; EMMI, 1999, 2002; MAGALHÃES, 1996; VELHO, 2009), o que levaria, ulteriormente, a um processo de fixação cada vez mais intenso. Antes disso, há relatos apenas de expedições.

A descoberta de produtos como o caucho (ainda no século XIX), a castanha do Pará (explorada mais intensamente no século XX) e o posterior desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como da mineração, criou condições para a fixação das pessoas que habitavam essa região apenas em caráter sazonal (VELHO, 2009).

Em meio a esse movimento de vinda para o trabalho nos castanhais, nos garimpos de cristais e diamantes, na pecuária, na mineração e etc., há aquelas pessoas que fixaram morada permanente. De modo que a região constituiu-se em lugar proeminente no que diz respeito à presença de um campesinato.

Já nos anos 40 do século XX, com a garimpagem de cristal e de diamante, responsáveis pelo fluxo migratório oriundo de Goiás, é que as condições para a fixação começam a se desenhar. A extração de diamante era uma atividade de verão, ao passo que a coleta da castanha era uma atividade de inverno. Terminada a safra da coleta da castanha, iniciava-se a extração de minério. Isto tornou o povoamento mais efetivo, já que tanto no inverno quanto no verão havia pessoas em atividade (MAGALHÃES, 1996).

⁵Toda essa região do Médio Tocantins, em que se dispõem os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, São Domingos do Pará, São João do Araguaia é reconhecida como tendo sido a maior produtora de castanha da Amazônia (EMMI, 1999; 2002; MAGALHÃES, 1996; VELHO, 2009). A busca por trabalho e por melhores condições de vida levou as pessoas a migrarem do Maranhão e do estado de Goiás (principalmente) e de outras regiões nordestinas para cá. O deslocamento, em um primeiro momento (anos 20 e 40 do século XX), não era garantia de que as pessoas fixariam residência. Ao contrário, “tratavam-se de deslocamentos sazonais não havendo, terminada a safra de castanha, uma permanência significativa” (MAGALHÃES, 1996, p. 698).



A partir do final da década de 1930 surgem, ainda que marginalmente, atividades voltadas para a agricultura. Elas eram realizadas por trabalhadores que haviam se deslocado de longas distâncias e, não podendo manter o padrão de migração sazonal, permaneciam em determinadas localidades e cultivavam alimentos em períodos da entressafra da castanha (VELHO, 2009).

Os produtos cultivados, embora ainda residuais, poderiam até ser vendidos no comércio de Marabá. Afinal, o abastecimento da cidade era muito precário. De modo que “a própria prefeitura estimulará em certa medida a instalação desses agricultores por razões de abastecimento e, possivelmente, para evitar a presença de desocupados” (idem, p. 61). Ademais, continua o autor, “É assim que, aos poucos, cria-se uma pequena agricultura de beira de rio ou de lago e nas ilhas; ou seja, em território menos cobiçado para outras atividades” (p. 61). Tratava-se, basicamente, da realização de atividades voltadas à subsistência, em formato bem marginalizado, já que não havia uma situação de pleno emprego.

A fixação das pessoas quer às margens do rio, quer nas ilhas ou localidades similares, ocorreu em função dessa dinâmica de intermitência ou sazonalidade envolta na economia da castanha. Era preciso produzir a subsistência, porque, embora tal economia fosse absolutamente forte, não garantia a todos os meios necessários à reprodução.

A própria atividade agropecuária também existia nos interstícios da extração da castanha. Assim como ocorreu com o cultivo de produtos agrícolas, a prefeitura passou a incentivar esse tipo de prática. Outra atividade importante, e que sempre ocorreu simultaneamente à atividade da castanha, foi a extração de pedras preciosas. Nesse sentido, diz Otávio. G. Velho, “É assim que surgiam as famosas *corrutelas*, à beira do Araguaia e do Tocantins, das quais a mais célebre em anos recentes foi a do Chiqueirão, em Xambioá (Norte de Goiás), na década de 50” (VELHO, 2009, p. 64 grifos do autor). A vila Apinagés, situada no município de São João do Araguaia, e conforme relatos de seus moradores mais antigos, foi um grande centro de exploração de um afamado garimpo de cristal na época em alusão (SILVA, 2012).

Assim, ao longo dos processos de ocupação, foram se formando diversos grupos, sendo possível notar uma flagrante constituição de muitas comunidades. A este respeito Guerra (2001, p. 61) assinala que “Pescadores sempre houve nestas paragens. O ribeirinho, dividindo sua atividade entre a lavoura e a pesca, tinha nesta uma alternativa de trabalho”. Em raciocínio contínuo, assinala o autor, “Pescava no verão, salgava o peixe e vendia nos armazéns dos centros urbanos. É uma atividade que se intensificou com o enchimento da barragem de Tucuruí” (GUERRA, 2001, p. 61).



No limiar do século XXI um projeto de “Aproveitamento hidrelétrico” irrompe como um relâmpago em um dia ensolarado, deixando entrever toda sorte de preocupação entre os agentes sociais que vivem da relação com a terra e com o rio.

Em 2001 inicia-se a captura de dados com vistas à elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Dados oficiais mencionam que 12 (doze) municípios que fazem parte do Pará, Tocantins e Maranhão terão parte de seus territórios inundados. No Pará os municípios afetados serão: Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará. Em Tocantins: Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Ananás e Buriti do Tocantins. No Maranhão: São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. De acordo com a ELETRONORTE, serão afetadas cerca de 7.888 pessoas, somando as populações rurais e urbanas, nos três estados.

Estes números, traduzidos em termos de famílias, correspondem a 2.075 famílias. Dos grupos familiares mencionados, 858 habitam a zona urbana e 1.217 habitam o meio rural⁶. Entretanto, tais números têm sido contestados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Marabá. Ao invés de serem afetadas apenas 2.075 famílias, a estimativa é a de que 10 mil famílias, que vivem às margens do rio Tocantins possam ser atingidas pela construção da barragem em relevo.

Custeada em um percentual de dois bilhões de dólares, prevê-se que inundará cerca de 1.115 km² de terras (mais de 10.000 hectares de terras férteis) com o lago que se formará. Tudo isto para sustentar uma capacidade de produção de 2160 MW de energia.

3. INTIMIDAR PARA LEGITIMAR: A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COLONIAIS NO CONTEXTO DA UH DE MARABÁ.

Antes de nuançar as experiências tecidas no âmbito do projeto da barragem de Marabá, a que imputamos o qualificativo de colonial, convém realizar uma digressão acerca da colonialidade.

Adiantamos que a colonialidade (do poder, do saber e do ser) ultrapassa o colonialismo⁷. No entanto, as formas de poder gestadas naquele período ainda estão presentes na atualidade (GUERRERO ARIAS, 2010; MALDONADO – TORRES, 2007; QUIJANO 2005; MIGNOLO, 2003), impondo maneiras diversas de controle da vida. A

⁶ELETRONORTE/ELETRONORTE. *AHE Marabá*. Câmara Municipal de Vereadores de Marabá. Apresentação de Power Point. 23 de maio de 2013.

⁷A colonialidade decorre, nesse sentido, dos dois eixos de poder que estruturaram a matriz espaço – temporal do que ficou conhecido como América: a) a codificação das diferenças na ideia de raça e b) a exploração de todas as formas de trabalho (QUIJANO, 2005).



colonialidade do saber e do ser incidem sobre as subjetividades, os imaginários e sobre as sensibilidades (GUERRERO ARIAS, 2010). A rigor, “A colonialidade provoca a dessacralização da vida, que leva a ruptura com a força da espiritualidade e o sagrado, para converter a natureza, o mundo e a vida em objetos para serem explorados” (idem, 2010, p. 87).

Enquanto a colonialidade do saber constitui um padrão de conhecimento profundamente articulado ao exercício do poder (GUERRERO ARIAS, 2010), a colonialidade do poder exerce a dominação no âmbito do político, econômico, da natureza, do religioso, do linguístico e do cultural. A colonialidade do saber impõe a hegemonia da universalidade da razão, do império da ciência e da técnica como únicos discursos de verdade para poder falar e agir sobre o homem (idem, 2010, p. 88).

Sendo assim, a experiência dos sujeitos sob a colonialidade está profundamente marcada pela violência, seja ela física ou não. Como consequência disso, o mundo tem sido sempre um campo de batalha no qual tais sujeitos “aparecem como vencidos de forma *a priori* e permanente” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 140). E isto sugere haver certa imanência dessas práticas na própria ideia de modernidade⁸ que nos circunda.

Colonialidade e resignação são, portanto, o que temos visto no âmbito dos processos que envolvem a barragem de Marabá. O projeto não foi apresentado para as comunidades como algo a ser debatido, ou como uma possibilidade, mas sim como fato incontornável. Quando questionada se trabalhadores da ELETRONORTE já haviam passado em seu lote, uma camponesa do Assentamento Castanhal Araras (área rural do município de São João do Araguaia – PA) ressalta com clareza o teor desse (des) encontro.

E já passaram uma vez por aqui, quando nós num moravam nem nessa casa ainda, era numa outra casinha, dizendo que essa barragem ia sair, ia sair e que aqui ia ficar, ia tomar tudo; mas ia ter algum lugar, algumas partes aqui que a água não ia tomar né? Mas pra esses lotes aqui que é mais próximo ia tomar tudo. Que além disso que ninguém se preocupasse que todo mundo ia ser indenizado né, quando fosse pra começar ia passar alguém tomando o nome de todo mundo pra poder fazer essa indenização. (...)”⁹.

De antemão, e para todos os efeitos, se impõe o caos *dizendo que essa barragem ia sair*. Em seguida busca-se formatar um imaginário de que *alguém ia passar tomando o nome de todo mundo pra poder fazer essa indenização*. Há algo de curioso nesse procedimento que o faz digno de reflexão. Em primeiro plano ele descola as pessoas de

⁸Silvia Rivera Cusincaqui (2010) chama a atenção para este ponto em específico, afirmando que a modernidade tem sido permanentemente colonial.

⁹ CRUZ, T. M. *Araras – um povo no meio do caminho do capital* (ou sobre as influências do projeto de construção da Hidrelétrica de Marabá sobre o PA. Castanhal Araras). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá, 2009, p. 48.



seus universos sócio – territoriais e afetivos. Supor que a inundação de territórios socialmente construídos pode ser plenamente resolvida por meios pecuniários é, por si só, uma violência.

Além disso, o fato da “Eletronorte continuar na prática de ordenar e decidir seus projetos, desconsiderando os seus sociais atingidos (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 373) evidencia outro fenômeno ligado ao poder: a colonialidade da alteridade.

A colonialidade da alteridade consiste “na radical ausência do outro, que não é visibilizado, não existe, é despojado de humanidade e dignidade” (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 89). Tudo que está fora de um dado centro hegemônico é o seu “outro”. A colonialidade da alteridade esmera-se em fazer do “outro” um ser inferior, e em defender a dominação do homem sobre a natureza dando vazão a um ponto de vista de alteridade que é antropocêntrico.

O diálogo estabelecido pela Eletronorte com as comunidades foi sempre em um tom de imposição. Definindo critérios de indenização a priori, a referida empresa obliterou aspectos sociológicos importantes do processo de ocupação dessa região. É o que indica a narrativa de um pescador residente na vila Apinagés (município de São João do Araguaia - PA).

Teve uma reunião no começo de 2011, no mês de março. Eles fizeram uma exigência pra nós. A gente tem que ter a terra intitulada, a casa. Quem tiver a casa intitulada pode receber outra. Mas quem ainda não tem seu título, o pagamento vai ser em dinheiro¹⁰.

O processo de ocupação da região sudeste do estado do Pará, e de várias outras áreas da Amazônia, não ocorreu dentro de parâmetros formais de titulação da terra. O apossamento foi o meio mais comum de acesso este recurso, numa época em que havia terras disponíveis. Caso se *agradassem* dessas terras, os camponeses faziam ali suas roças ou fixavam moradas (MAGALHÃES, 1996). A vila Apinagés, e tantas outras, foram constituídas nesse contexto de apossamento de terras libertas. As comunidades, em geral, não possuem documentos de suas terras, por conta de nunca ter havido necessidade de os terem. Porém, a ameaça da UH de Marabá as têm levado, atualmente, a uma corrida por meios de “legalizar” as suas terras perante o Estado.

Estamos diante de uma espécie de *dejavu*, considerando que, no contexto da barragem de Tucuruí, as relações tiveram um desenlace similar a este. Naquele tempo Sônia Magalhães já observava que a ELETRONORTE agia, “Em primeiro lugar, desconsiderando as práticas sociais em relação ao uso da terra, prevendo para fins de

¹⁰SILVA, C. B. *Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2012, p. 48.



relocação apenas a fração populacional que detivesse o título de propriedade fundiária” (MAGALHÃES, 1988, p. 114). Não havia um conhecimento sociológico prévio. Segundo menciona a autora, a subsidiária da ELETROBRÁS tinha apenas uma pré-noção de como era a organização social daquelas pessoas. Entrementes, “mesmo que houvesse um conhecimento sociológico prévio, havia uma política pré-definida, em princípio não sujeita a modificação”, pondera Magalhães (1988, p. 114).

Ainda, nessa perspectiva, a narrativa de outro pescador da vila Apinagés corrobora o fato de que essa política pré-definida continua dando a tônica do (des) encontro entre a ELETRONORTE e as comunidades ribeirinhas e camponesas da região.

Ai já tem é muita gente que eles já fizeram documentos. É assim: Já pegaram um bocado de nome das pessoas ai, né. Da beira do rio. [...] o pessoal da Eletronorte já conversaram com uma parte dos ribeirinhos, com todos não, só com os que moram bem no berandão do rio, viu. Quando eles foram fazer a marcação lá na minha terra, o doutor que tava na linha de frente lá, eu conversei muito com ele, ele foi que me orientou a plantar muita coisa. Porque, veja bem, mata nativa eles não paga. Eles só pagam o que a gente faz. Só o que faz. [...] só tem valor o que tá plantado, a mata nativa não¹¹.

Além de não reconhecer a dinâmica própria de ocupação da região, a conduta da empresa está vinculada a pressupostos etnocêntricos. Ao definir que *só tem valor o que tá plantado, a mata nativa não*, evidencia-se o quão amplo é o desconhecimento das formas de vida nessa porção do espaço. A relação das comunidades ribeirinhas e camponesas não pode ser lida dissociada do meio biofísico. Tanto a mata, quanto os rios ainda são elementos fundamentais na estruturação do modo de ser destes agentes sociais.

Se dizemos que a ELETRONORTE age ancorada em parâmetros etnocêntricos, é por conta de que ela não considera como legítimas outras formas de relação com a mata e com o rio – meio biofísico. Apenas vislumbra a exploração monetária dos recursos, justificada pela ideia de que tudo isso é para o bem da nação. Ao fazê-lo, promove não só uma violência simbólica, mas sim uma violência ontológica, pois nega e exclui qualquer forma de ser fora dos parâmetros ocidentais e antropocêntricos de relação.

Questões como a afetividade e o apego ao lugar sequer são observadas por essa lógica instrumentalizada da razão. No entanto, os sentimentos também são formas de expressar pensamentos a respeito da barragem em tela.

Isso me entristece demais, olha, demais, demais. Eu não penso só por mim, eu penso nessas crianças, esses adolescentes e por esses que estão chegando, né. Ver tudo isso aqui. Desde quando começou esse negócio, tem noite que eu nem durmo, pensando. Quando eu começo a pensar, eu

¹¹SILVA, C. B. *Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2012, p. 47.



penso, assim, em tudo que eu já vivi; em tudo que a gente tem. Tudo indo por água abaixo, sem saber nem o que vai acontecer com a gente. Começo a pensar, vai embora o sono, vai embora tudo. Às vezes eu passo noites e noites sem dormir pensando nisso¹².

Nesse contexto da UH de Marabá as comunidades ribeirinhas são tratadas como seres desprovidos de sensibilidades. Esta é uma face ainda mais profunda da colonialidade: a colonialidade da afetividade. Patrício Guerreiro Arias já apontava que uma das expressões mais perversas da colonialidade do poder, do saber e do ser, “tem sido erigir a razão como o único “uni-verso”, não só da explicação da realidade, mais sim da própria constituição da condição do humano” (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 89). Tiraram de nós o coração e os afetos, no intuito de fazerem mais fácil a dominação das nossas subjetividades, de nossos imaginários, de nossos desejos e nossos corpos, territórios onde se constroem a poética da liberdade e a existência (GUERRERO ARIAS, 2010).

Assim como se colonizam (dominam) saberes e práticas, colonizam-se também sensibilidades e afetividades. Ora, ao “estar marcado pela ausência de sensibilidade, o outro, o mundo, a natureza, as sociedades, as culturas, os seres humanos e a vida se tornam objetos de domínio, coisas, recursos, cifras para obtenção de mais – valia” (idem, 2010, p. 90).

Sentimentos, sensibilidades e ternura ajudam a problematizar a hegemonia da razão enquanto fonte única e inequívoca de amearhar novos saberes (GUERREIRO ARIAS, 2010, p. 90). Fato é que precisamos desfazer o arbítrio que separou sentimento e pensamento, coração e razão (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 90), e passar a ver seres humanos como seres *sentipensantes* (FALS BORDA, 2009).

Hoje sabemos que não existimos só porque pensamos, mas porque temos a capacidade de amar (GUERRERO ARIAS, 2010). Não se trata de negar a razão, mas de dar afetividade à inteligência. As emoções “são construções de sentido que estão social, cultural e historicamente situadas” (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 91). Além disso, é cada dia mais urgente compreender o ser humano de uma maneira mais holística. Eis, então, uma questão crucial para o nosso trabalho:

Como explicar, desde as epistemologias, as teorias e metodologias de uma academia que é funcional ao poder, que estuda os seres humanos como coisas, os cosmos de sentido da dor, da solidão e da morte? Como ler as cartografias do terror em zonas de guerra, de deslocamentos forçados, de sociedades marcadas pelo silêncio e silenciamento, onde a lógica da vida é tão imprescindível? (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 92).

¹²SILVA, C.B; FILHO, A.S.S. Representações da ameaça: povos e comunidades tradicionais no eixo da UHE de Marabá. In: (Org.) NOVAES, J.S; MARIN, R.E.A *Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015, p. 241.



Em cenários como o da UH de Marabá, em que através dos sentimentos as comunidades expressam pensamentos e valorações acerca deste projeto de barragem, “os marcos teóricos, metodológicos e epistemológicos pouco ajudam, pois sempre, em investigações marcadas pela dor, o terror, e a morte encontramos “indizíveis” que as *epistemes* não podem explicar” (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 92 grifos do autor).

Finalmente podemos dizer que a razão não é o gatilho exclusivo das lutas. As sensibilidades e os afetos contam muito para constituir sentimentos coletivos de indignação e, em razão disso, orquestrar as lutas. A rigor, as lutas são pelo que se ama: a terra, os mortos e a vida (GUERRERO ARIAS, 2010).

A experiência do primeiro contato com a notícia da barragem revela muito deste aspecto da vida constantemente negligenciado pelas epistemologias dominantes. Um pescador de 73 anos de idade, residente na vila Espírito Santo (comunidade ribeirinha pertencente a parte rural da cidade de Marabá- PA), rememora o primeiro contato com a notícia da barragem, e o faz desferindo o seu juízo acerca do mesmo.

Srº. A. D. P. Isso ai já tá com uns dias que eu ouço falar. Assim, né, aqui acolá um fala aqui, outro fala ali. Em 2011 já começou a gente a escutar: “há que vai sair uma barragem ai. O técnico falou ai que em setembro desse ano [2013] ia começar, mas não vigorou. Vão puxar a ferrovia aqui e não tão falando nada de nós. Aqui é sobre a nossa saída. Eles não falam nada pra dizer assim: “você vão sair, mas nós vamos indenizar vocês”. Ninguém não fala isso não. Só faz falar que vai sair.

Sua esposa, dona D. P. S, intervém no diálogo - Mas com certeza que vão indenizar, não é?

Srº. A. D. P. – Não, ninguém sabe, porque eles não falam. Eu sei que pra nós vai ser ruim, ser sair vai ser ruim. A gente fica aqui nessa dúvida, né. Não sabe se sai ou se não sai. E ai pra nós sair daqui vai ser ruim, por causa que já tá com muitos anos que a gente mora aqui¹³.

Quando inquirido sobre o momento e por que meios obteve algum conhecimento acerca da barragem em tema, o pescador aposentado, de 82 anos de idade e da mesma comunidade, verbaliza a situação. Nos interstícios da sua narrativa é possível perceber uma postura pouco amigável, de seu vizinho, com relação ao preposto ligado à barragem. Senão, vejamos.

Srº J. - Rapaz, a primeira vez faz pouco tempo, faz uns cinco anos, quando começaram a falar nessa barragem. Essa barragem tem dado dor de cabeça pro pessoal. Era tão bom se não saísse, né? Isso ai é o que o pessoal quer, né?

Pesquisador: E esta notícia veio do pessoal ligado a Eletronorte ou de outras fontes?

Srº J. - Foi, teve um rapaz aqui, ele falou comigo pra botar as ferramentas dele aqui. Eu falei: “Bota, pode botar, tem problema não, pode botar”. Ele

¹³ SILVA, C.B. A construção social do conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo – território ribeirinho do sudeste paraense. *Revista Confronteiras*. Ano 1, nº 1, abril de 2017, p. 22.



trouxe as ferramentas pra cá pra botar aqui. Até que um rapaz disse assim: "Ah, (...) eu não deixava não". Eu disse: "Não, rapaz, eu não vou empatar". Pesquisador: Alguém falou para o senhor isso? Quem era? Srº J. - Foi, era vizinho, até o dono de um terreno aqui. Disse: "Eu não deixava botar nada aqui". Eu disse: "Não, rapaz, eu tenho que deixar, se é ordem...". Isso já faz um bom tempo¹⁴.

Noutra ocasião, um pescador de 46 anos de idade refere-se à postura dos trabalhadores vinculados à ELETRONORTE como algo que o deixa muito chateado. Afinal, adentraram a sua propriedade sem a devida anuência.

Srº J. A - Em 2007, eles fincaram ela lá. Tem lá na placa do projeto deles a data que eles implantaram. Eles chegam aí e não perguntam não. Já entram, já vem de lá e já invadem as coisas minhas. Eles não pedem nada pra ninguém não. Nunca pagaram nada pra pesquisar. Chega aí, furam o chão, tiram as amostras, põe no avião e vão embora. E outra, chateia muito a gente, porque ela [a ELETRONORTE], nas reuniões dela por aí diz que já sentou com todos nós, que já comunicou. Não, ela não sentou. Ela teve uma audiência pública lá em Marabá. A única coisa que fez foi aquilo lá. Mas sentar conosco aqui, nunca fez não¹⁵.

O formato impositivo sob o qual se busca assentar a barragem de Marabá é sentido, sobremaneira, por muitos. O epíteto de invasores demarca muito bem essa conduta. Ainda, nesse mesmo contexto, a barragem é vista como um "projeto deles" e não da comunidade. É algo que não pertence ao território e, por isso mesmo, prescinde de um sentido positivo na cultura local.

Os sentimentos denotam desconfiança, indignação, rejeição, medo e incerteza quanto ao futuro. O que, no nosso modo de ver, não deixa de ser uma entrada para a forma como tem sido colocado o projeto da barragem de Marabá para estes agentes sociais. Há um modelo de relações conformado que não se caracteriza pelo diálogo entre iguais. Ao contrário, o modelo de relações ainda é colonial, porque impositivo e ameaçador. Tudo isto gera sentimentos, os quais parecem encaminhar certas atitudes por parte dos camponeses.

No ano de 2008 a Comissão Pastoral da Terra de Marabá (CPT de Marabá/PA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens enviaram um ofício (Of.CPT/MAB 01/2008) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Marabá, a fim de expor uma situação denunciada por camponeses do Projeto de Assentamento Mãe Maria, situado no município de Bom Jesus do Tocantins (PA).

A denúncia versava sobre a invasão dos lotes por duas empresas terceirizadas, as quais prestavam serviços para a ELETRONORTE.

Tomamos conhecimento, através dos trabalhadores rurais assentados no Projeto de Assentamento Mãe Maria, localizado neste município de Bom

¹⁴ Ibidem, p. 22.

¹⁵ Ibidem, p. 23.



Jesus do Tocantins, que algumas empresas estão fazendo incursões nos lotes de diversos assentados, realizando 'picadas', inclusive com derrubadas de madeira das reservas existentes, e afixando marcos demarcatórios. Tudo sem a devida outorga dos trabalhadores.

As pessoas que estão perpetrando estas ações chegam aos lotes dos assentados sem qualquer identificação ou apresentação de documentos que as autorize a estar ali, e já vão fazendo o trabalho no local. Os lavradores têm poucas informações sobre tais atividades, mas, do que conseguiram apurar trata-se pesquisa para levantamento de dados com vistas à construção de represa e hidrelétrica no Rio Tocantins.

Os assentados puderam identificar duas empresas que seriam terceirizadas pela ELETRONORTE para realizar o trabalho de levantamento de dados no PA Mãe Maria, são elas: Geotec (empresa de São Paulo) e Maratop.

Apesar de sentirem as ameaças e, em alguns casos, de dizerem que a barragem de Marabá será feita quer eles queiram ou não, não podemos tomar os camponeses como vítimas testemunhais da história (SAHLINS, 2007). Fosse assim, como explicar o fato destes camponeses acionarem os movimentos sociais diante da invasão às suas propriedades? Movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) têm acompanhado de perto as comunidades, apresentando a elas outros contextos onde projetos como este se instalaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quer queiramos ou não, ainda vivemos em um ambiente social em que paira a colonialidade. Não precisamos ir muito longe para ver que essa constatação teórica possui um lastro social incontestável. O modelo de relações tecido no âmbito do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá deixa transparecer essa realidade com bastante evidência.

A intenção de construir um projeto de barragem suscita muitas questões. No caso da UH de Marabá, podemos ver o desapareço e a invisibilização com que foram tratadas as pessoas das áreas requeridas para o erguimento do projeto em tema.

A desconsideração das opiniões de camponeses, ribeirinhos e também de comunidades indígenas no processo decisório do projeto apresenta um primeiro instante de obliteração de suas existências pelo próprio Estado brasileiro e pelas empresas interessadas na obra. Criam-se discursos de que os rios da região precisam ser "aproveitados" para a geração de energia em benefício da nação e, partir disso, justifica-se todo tipo de intervenção.

O fato é que "o sacrifício das comunidades locais e da 'natureza'" continua sendo o "preço- barato- a se pagar pela garantia do desenvolvimento do país" (NÓBREGA, 2011, p. 136). Em decorrência disso, "os territórios dos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras minorias étnicas, situados nas barrancas dos rios, têm sido alvo da indústria barrageira" (Ibid., p. 137).



Tendo em vista o ocorrido no contexto retro apresentado, pode-se inferir que a violência (mesmo que não seja física, mas a subjetiva) é um componente não oficial (mas orgânico) de uma barragem; no contexto da barragem de Marabá a colonialidade do poder e do ser se conjugam na tentativa de produzir seres humanos com imaginários ajustados à ideia de que, a despeito de tudo, a barragem é necessária para o país; por outro lado, esse discurso colonial não embute os riscos de um projeto de tal dimensão na vida das pessoas (nem os riscos imediatos e nem os futuros).

Em todo caso, os atores sociais não são tábula rasa e, por isso mesmo, em alguma medida, fazem suas próprias leituras a respeito do evento. Seja mobilizando a razão, experiências passadas, sentimentos ou sensibilidades, camponeses e ribeirinhos dão margem para que compreendamos o modelo de relações sociais que ali foi instaurado. E é através deste percurso metodológico (perseguindo os sentimentos e sensibilidades) que também pudemos ver como as pessoas responderam ao que lhes estava acontecendo de forma ativa, mesmo em posições subalternas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Identidade e representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal). 11ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

CRUZ, T. M. *Araras – um povo no meio do caminho do capital (ou sobre as influências do projeto de construção da Hidrelétrica de Marabá sobre o PA Castanhal Araras)*. 2009. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá, Marabá-PA, 2009.

DA MATTA, R; LARAIA, R. B. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

_____. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. *PAPPER do NAEA* 166, pp.1-25, 2002.

ELETROBRAS/ELETRONORTE. *AHE Marabá*. Câmara Municipal de Vereadores de Marabá. Apresentação de Power Point. 23 de maio de 2013.

FALS BORDA, O. Una sociología sentipensante para América Latina/ Orlando Fals Borda, antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México, D.F: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2009.

GUERRA, G. A. D. *O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA/ NAEA, 2001.



GUERRERO ARIAS, P. *Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia* (primera parte) *Calle14: revista de investigación en el campo del arte* [en línea] 2010, 4 (Julio-Diciembre): [Fecha de consulta: 6 de abril de 2017] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279021514007>> ISSN 2011-3757.

MALDONADO – TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: (Org.) CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007.

MALHEIRO. B. C. P. Saberes e Territórios em disputa: construindo uma epistemologia fronteiriça. In: *Anais da II SBS Norte*. Belém, 2010.

MAGALHÃES, S. B. Exemplo de Tucuruí – uma política de relocação em contexto. SANTOS, L. A. O; ANDRADE, L. M. M. (Orgs.) *As hidrelétricas do Xingú e os Povos indígenas*. Comissão Pró – Índio de São Paulo. 1988.

_____. O desencantamento da beira- reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Orgs) *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

MARIN, R. E. A; TRINDADE, J. S. B. "WAKYMÃHÃ MEKTO KHÔNHITONXAKAKA: projeto da hidrelétrica de Marabá-Pará". In: (Org.) ALMEIDA, A.B.W. *Conflitos sociais no "Complexo do Madeira"*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA edições, 2009.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/ projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. In: *Ver. Inter Mob. Hum.*, Brasília, Ano XIX, N° 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2005.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Ch'ixinakax utxiwa*. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacifico do "sistema mundial". In: *Cultura na prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SEVÁ. O. *Mega - projeto hidrelétrico no rio Xingu*. Sobrevive a insanidade eletrocrática que pariu Itaipu e Tucuruí? 2002. Disponível em <http://www.fem.unicamp.br/~seva/megaprojXINGU_reduz.PDF> acesso em 21 de março de 2016.

SIGAUD, L. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação – PPGAS/MN/UFRJ – N° 9, 1986.



_____. Impactos sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L. A. O; ANDRADE, L. M. M. (Orgs.) *As hidrelétricas do Xingú e os Povos indígenas*. Comissão Pró – Índio de São Paulo. 1988.

SILVA, C. B. *Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá*. 2012. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2012.

_____; FILHO, A.S.S. Representações da ameaça: povos e comunidades tradicionais no eixo da UHE de Marabá. In: (Org.) NOVAES, J.S; MARIN, R.E.A *Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015.

_____. A construção social do conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo – território ribeirinho do sudeste paraense. *Revista Confronteiras*. Ano 1, nº 1, abril de 2017.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisa. Rio de Janeiro/RJ. 2009.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.**

Políticas Públicas Territoriais Nacionais no Setor Hidroviário e seus Reflexos na Amazônia: um enfoque sobre a (re)produção de instalações portuárias nos municípios de Itaituba-PA e Santarém-PA

Ivan Gomes da Silva Viana (Ufopa)¹
ivanviana05@hotmail.com
Gilber Valério Cordovil (Ufopa)²
gilval@bol.com.br

RESUMO

O transporte hidroviário (de cargas e passageiros) é um meio essencial de deslocamento utilizado pelos amazônidas para suplantar as barreiras estabelecidas pelas significativas distâncias na região. No presente estudo elabora-se uma discussão de como as políticas públicas territoriais nacionais, no que diz respeito à infraestrutura de transporte hidroviário, vêm repercutindo na (re)produção de empreendimentos portuários nos municípios de Itaituba e Santarém. Para complementar as abordagens propostas, discuti-se como se engendrou a implantação das políticas públicas na Amazônia brasileira, assim como se busca compreender a relação entre a produção de empreendimento portuários no Oeste do Estado do Pará, em particular nos citados municípios, e sua relação com a dinâmica dos espaços locais. São abordadas as políticas públicas nacionais por meio do PAC, PNLT (2007), PNIH (2013) e PNLP (2015). A análise das políticas territoriais brasileiras no setor hidroviário desenvolvida por este trabalho configurou-se como um exercício de reflexão sobre a necessidade de construção de políticas públicas para a Amazônia a partir da Amazônia, nas diferentes escalas, considerando as complexidades da região, assim como pensando alternativas para mitigar as influências das externalidades, em boa parte personificadas em políticas públicas, que historicamente marcaram a organização do espaço desta região e que, acima de tudo, tiveram, até o momento, contribuições questionáveis para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Transportes, Amazônia, Hidrovia, Portos

1. INTRODUÇÃO

É fato que o Brasil concentra um significativo estoque de água doce em consideração ao total disponível no planeta, conseqüentemente as potencialidades no que se refere ao aproveitamento estratégico dos recursos hídricos no país são evidentes. Segundo Shiklomanov et al.(2000), levando em consideração a vazão média anual dos rios em território brasileiro de 180 mil m³/s, o país apresenta cerca de 12% da disponibilidade

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (Usp). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Coordenador do projeto de pesquisa intitulado: A dinâmica de instalação de empreendimentos na Amazônia na transição entre os séculos XX e XXI: uma análise dos projetos portuários em Santarém - PA

² Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (Usp). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Coordenador do projeto de pesquisa intitulado: Uso do território: conceito chave para a afirmação da lógica territorial das horizontalidades da tradicional rede de transporte fluvial do baixo Amazonas-PA



mundial de recursos hídricos, que é de 1,5 milhão de m³/s. Quando a escala de enfoque é a Amazônia, compreende-se a importância estratégica da região para o Brasil no que diz respeito aos recursos hídricos, haja vista que em terras amazônicas circula 74% das águas superficiais brasileiras (MARENGO, 2008).

A história da Amazônia revela a vocação dos rios da região para o transporte da população, bem como para o escoamento de matérias-primas e produtos. Até década de 1960 os rios amazônicos cumpriam um papel essencial na organização do espaço, tanto que Gonçalves (2005) propõe um padrão espacial conhecido como rio-várzea-floresta, neste padrão dois sistemas econômicos dominantes ganham destaque, sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX: as drogas do sertão e a economia da borracha (seringalismo).

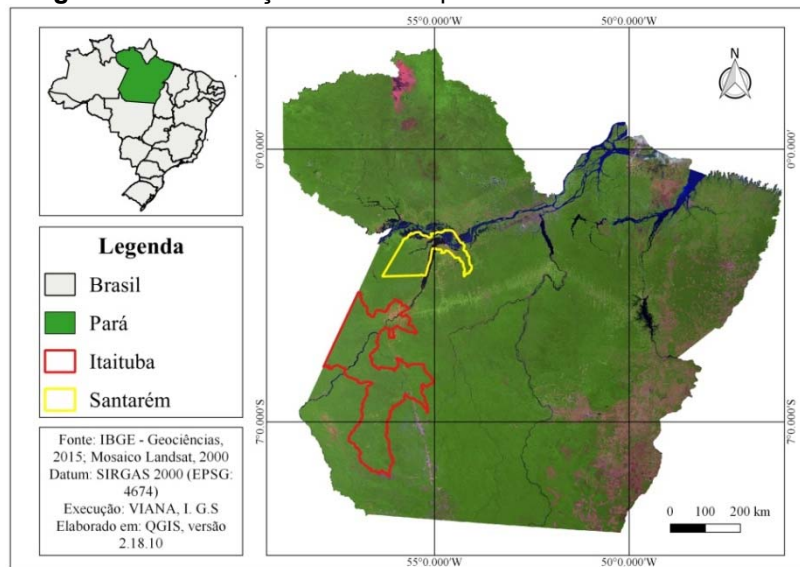
Por meio de interesses e estratégias externas à região, diretamente ligados aos interesses geopolíticos do regime ditatorial, com o intuito de integração da Amazônia ao Brasil, o espaço amazônico pós década de 1960 conheceu um viés hegemônico de organização, onde as rodovias irão cumprir um valioso papel econômico e político, consolidando a organização do espaço por meio do padrão estrada - terra firme - subsolo (GONÇALVES, 2005).

O privilégio dado às políticas públicas rodoviárias na Amazônia, de certa maneira durante algumas décadas limitou o aproveitamento das potencialidades dos rios, desta região, no que se refere às contribuições destes para a logística de transporte nacional para fins de exportação. Não obstante, o crescimento do volume das exportações brasileiras nas últimas décadas do século XX, o crescimento do peso das cifras desta atividade para a economia do país, bem como a consolidação do Brasil como um dos principais países exportadores de *commodities* no mundo, forçou o país a pensar novas alternativas para superar os “gargalos” na circulação de mercadorias e produtos primários dentro do país. Estes elementos ajudam a compreender o porquê das políticas públicas nacionais de infraestrutura hidroviária, neste início de século XXI, considerarem cada vez mais os rios amazônicos em seus estudos e planejamentos visando à expansão do setor.

Os municípios de Itaituba e Santarém estão localizados na região norte do Brasil, em uma região denominada localmente, devido às relações políticas, culturais e comerciais, de Oeste do Pará, nas margens do Rio Tapajós, em seu baixo curso. Segundo a classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Itaituba compõe a mesorregião do Sudoeste Paraense, apresenta uma área territorial de 62.042,302 km², tendo uma população de 97.493 mil habitantes. Já Santarém, localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas, na confluência entre os rios Tapajós e Amazonas, possui uma área territorial de 17.898,389 km², com uma população de 294.580 mil habitantes (Figura 1).



Figura 1 – Localização dos municípios de Itaituba – PA e Santarém – PA.



Elaboração: VIANA, I., 2017

A localização geográfica destes municípios acaba por ser um atrativo para a instalação de empreendimentos portuários, haja vista a navegabilidade do baixo Tapajós para embarcações de porte significativo (com capacidade de até 900 toneladas) nos trechos em que ele atravessa os dois municípios, tendo uma extensão de cerca de 280 quilômetros (BRASIL, 2016). Outro elemento estratégico é o acesso ao rio Amazonas, haja vista que o rio Tapajós é afluente deste.

Atentos a esta potencialidade natural, grupos ligados ao agronegócio matogrossense, principalmente os ligados ao cultivo da soja e do milho, enxergam no oeste paraense, e nos municípios em questão, espaços para a viabilização logística do escoamento de grãos para o mercado internacional, trazendo conseqüentemente um aumento da lucratividade com a redução dos custos de deslocamento, ou seja, uma saída pelo Norte. Estes grupos recaem suas expectativas nos indicadores de crescimento do escoamento da produção via BR – 163 (Cuiabá-Santarém), chegando ao rio Tapajós e Amazonas, apesar das conhecidas deficiências infraestruturais de transporte entre as áreas de produção e escoamento (portos) do sistema Arco Norte, “[...] algumas das rodovias carecem de manutenção e ainda não foram asfaltadas, as hidrovias precisam de sinalização e a malha ferroviária é pouco dispersa” (CONAB, 2016, p. 19).

Tendo em vista as constantes (re) organizações do espaço amazônico, comandadas na maioria das vezes por lógicas externas à região, e muitas vezes ao próprio país, alguns questionamentos são colocados para direcionar as reflexões do presente trabalho: I) Historicamente, as políticas públicas territoriais pensadas para Amazônia trouxeram elementos significativos para o desenvolvimento da região? II) Os investimentos



públicos em infraestrutura logística (de portos e hidrovias) previstos pelas políticas territoriais nacionais repercutem de que forma no espaço amazônico brasileiro? III) Os empreendimentos portuários instalados (e os previstos) nos municípios de Itaituba e Santarém representam a materialização do planejamento das políticas públicas para o setor hidroviário brasileiro?

No presente estudo, buscar-se-á discutir como as políticas públicas territoriais nacionais, no que diz respeito à infraestrutura de transporte hidroviário, vêm repercutindo na (re)produção de empreendimentos portuários nos municípios de Itaituba e Santarém. Para complementar as abordagens propostas, objetiva-se discutir como se engendrou a implantação de políticas públicas na Amazônia brasileira, assim como compreender a relação entre a produção de empreendimento portuários no Oeste do Estado do Pará, em particular nos municípios de Itaituba e Santarém, e sua relação com a dinâmica dos espaços locais.

2. RESGATANDO O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS IMPLANTADAS NA AMAZÔNIA

Para se entender o histórico de atuação do Estado brasileiro na Amazônia é imprescindível a compreensão das políticas públicas idealizadas, em diferentes momentos, para região. As políticas públicas definem-se como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, ou seja, são ações dos governos que influenciam na vida dos cidadãos (PETERS, 1986). Sendo assim, estas repercutem na economia e nas sociedades, constituindo-se “[...] no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

As políticas públicas podem ser tipificadas pela identificação de seus objetivos e de seus campos básicos de ação, não deixando de considerar que existem interconexões entre elas. Alguns exemplos de tais políticas são: as políticas econômicas (monetária, salarial, etc.), as políticas sociais (saúde, educação, etc.), a política exterior, entre outras (MELLO, 2006). Pode ser estabelecida uma tipologia de três grandes campos das políticas públicas: as econômicas, as sociais e as territoriais. Segundo Mello-Théry (2011), de fato todas estas têm uma espacialidade, todavia as políticas territoriais, por modelarem o espaço, servem como suporte para outras especializações, tais como: de transporte, ambiental, urbana, etc. É no campo das políticas territoriais que uma análise geográfica sobre o contexto atual das questões hidroviárias na Amazônia pode contribuir de forma satisfatória, sobretudo tendo em vista que em muitos casos as políticas territoriais resultam em uma nova reestruturação e “[...] adequação do território que lhes serve de suporte, palco e objeto de reprodução.



Estas são típicas dos avanços do capitalismo e sub-estratégias da política econômica” (MELLO-THÉRY, 2011, p. 28)

As políticas de povoamento e inserção da Amazônia ao Brasil, historicamente, tiveram um viés de afirmação da soberania nacional. A geopolítica enquanto “campo de conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico” (Becker, 2005, p. 71), oferece as bases conceituais para se identificar e analisar os mecanismos e as estratégias de dominação do espaço presentes em tais políticas públicas. Becker (2005) destaca que tais mecanismos e estratégias sempre estiveram presentes na Amazônia, desde os tempos coloniais.

As ações do Estado brasileiro na região amazônica nas últimas décadas do século XX reproduziram a lógica da necessidade de domínio territorial, acompanhada da estratégia de integração, de forma geral, despreocupada com as dinâmicas sócio-espaciais locais e as capacidades de suporte dos sistemas ambientais, estes entendidos como a organização espacial decorrente das interações entre os elementos físicos da natureza (CHRISTOFOLETTI, 1999). Nesse aspecto, percebe-se a discrepância histórica da relevância dada às políticas governamentais na área de implantação de infraestrutura na Amazônia, das de cunho ambiental. No panorama atual, este quadro deve-se em boa parte, ao fato de que muitas políticas ambientais na Amazônia não são idealizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, mas por ministérios que planejam e executam grandes obras infraestruturais. Efetivamente, o rumo dado às políticas ambientais no espaço amazônico ainda não se alterou, mesmo com as lições históricas dos prejuízos ao ambiente natural. Todavia, destacam-se avanços na construção institucionais e na organização e capacidade da sociedade civil atuante na temática da proteção ambiental (FEARNISIDE, 2016).

Existe uma situação conflituosa entre desenvolvimento e proteção ambiental na Amazônia, isso se evidenciou nas políticas públicas da década de 1990, como exemplo dessa dissonância, Becker (2005) ressalta a sobreposição de áreas destinadas para serem corredores ecológicos pelo Ministério do Meio Ambiente, com áreas planejadas para servirem de corredores de exportação nas ações do Ministério do Planejamento.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NACIONAIS NO SETOR HIDROVIÁRIO E SEUS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

A década de 1970 se torna um marco inicial do planejamento do espaço amazônico via políticas públicas para integração e ocupação produtiva da região. Neste contexto histórico destaca-se o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1970 a 1972), o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975 a 1979) e o PIN (Programa de Integração Nacional – a partir de 1970). Apesar do surgimento de tais planos e programas na referida



década, na subsequente (de 1980) há uma estagnação na construção de políticas públicas nacionais para Amazônia. A partir de meados da década de 1990, adentrando nos primeiros anos do século XXI, a retomada do planejamento territorial pelo Estado nacional ganha força e repercute na região amazônica por meio do Programa Avança Brasil (que sucedeu o Programa Brasil em Ação – 1996 a 1999) e dos Planos PluriAnuais (2000-2003 e 2004-2007), estes pensando a estruturação do território no âmbito intra-regional e de inserção produtiva da Amazônia no país e no mundo, sobretudo por meio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) estabelecidos dentro do PPA 2000-2003.

Sendo assim, os anos iniciais do século XXI são marcados por uma série de políticas públicas territoriais pautadas em investimentos na infraestrutura nacional de transporte. No setor hidroviário: construção e modernização de portos e hidrovias. A análise de alguns planos e programas ajuda a compreender certas dinâmicas recentes vivenciadas em alguns espaços da Amazônia

Dentro do que se propõem discutir neste trabalho, acredita-se que as análises do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Plano Nacional de Logística e Transporte – PNLT (2007), do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH (2013) e do Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP (2015) subsidiam reflexões sobre o estabelecimento das políticas públicas territoriais nacionais do setor hidroviário e suas repercussões na constituição de novas dinâmicas e (re)arranjos espaciais em outras escalas, como a local.

Criado em 2007, o PAC objetiva a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no Brasil. Ele é pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e injeção de investimentos em setores estratégicos para o país (BRASIL, 2010). Através do PAC 1 (2007 – 2010) e PAC 2 (2011-2014) recursos estimados na ordem de três bilhões de reais foram empregados no setor hidroviário, sendo a maior parte destinados aos portos paraenses e amazônicos. Evidencia-se assim, que investimentos em portos, terminais e hidrovias na Amazônia por parte do PAC, e de outros planos, são questões prioritárias (RODRIGUES; RODRIGUES; CASTRO, 2014). Na hidrovia Tapajós-Teles Pires, por exemplo, está previsto um investimento de R\$ 37.440.000,00 em obras de ampliação de sua navegabilidade (BRASIL, 2017).

Elaborado pelo Ministério dos Transportes em Parceria com o Ministério da defesa, por meio do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CETRAN), o PNLT (2007) busca estrategicamente o aumento da eficiência logística dos portos brasileiros. Segundo o texto de apresentação, trata-se de um plano de Estado brasileiro, destinado a subsidiar a elaboração dos quatro Planos Plurianuais – PPAs, em um horizonte de 2008 a



2023, ou seja, com visão de planejamento de médio e longo prazo. Este visa proporcionar desenvolvimento, agilidade e praticidade na ampliação do setor de transporte nacional, implementando um planejamento científico baseado em sistemas de dados georreferenciados, ancorado em uma análise macroeconômica (BRASIL, 2007). O modal aquaviário é pensado como estratégico para a prosperidade econômica do país no PNLT, sobretudo tendo em vista que este plano busca um equilíbrio maior no uso das modalidades de transporte no território brasileiro. Para o plano, este modal apresenta uma importância significativa na logística de transportes, desta forma os serviços portuários integram a infraestrutura necessária ao dinamismo dos fluxos do comércio exterior brasileiro. Além dos investimentos em portos públicos, o plano destaca a contribuição de terminais a economia nacional, os quais movimentam cargas importantes para a economia, tais como: derivados do petróleo, milho e soja. Os terminais são compreendidos como territórios que são arrendados por empresas particulares, dentro ou fora do cais público, possuindo uma movimentação diferente dos portos públicos, com cargas especializadas, de acordo com a empresa arrendatária (BRASIL, 2007).

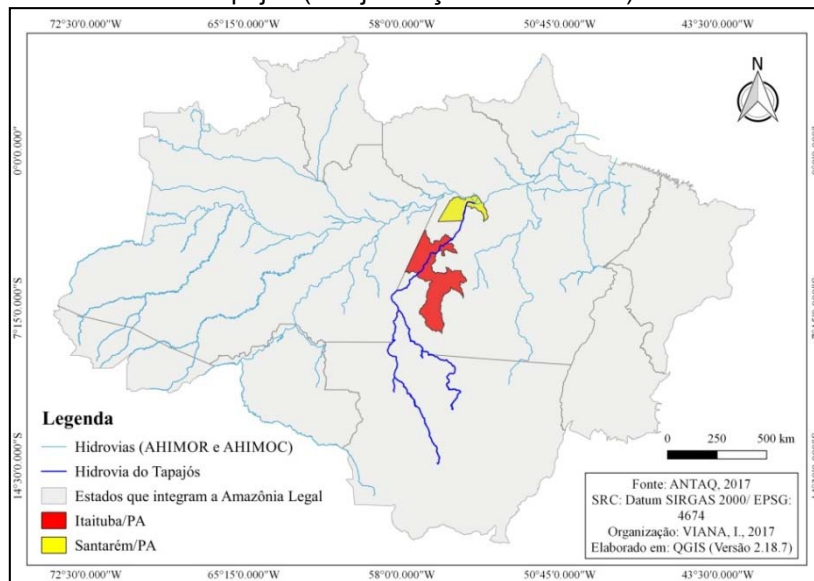
Desenvolvido pela ANTAQ, com a colaboração do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o PNIH (2013) surge como mais um instrumento das políticas públicas territoriais nacionais para impulsionar investimentos em infraestrutura no setor hidroviário, em especial nas hidrovias, com planejamento que se estende até 2030. Este visa o conhecimento das características físico-geográficas dos sistemas fluviais, além do reconhecimento das demandas e ofertas de cada segmento representativo da produção de cargas, gerando alternativas ao mercado de transporte de cargas, orientando como e onde alocar investimento (ANTAQ, 2013). Com isso, o plano incentiva a produção de terminais hidroviários (sobretudo privados), indicando áreas propícias para a instalação destes. O PNIH destaca as condições favoráveis de navegabilidade dos rios da Amazônia, abordando o forte potencial hidroviário. Nesse sentido, destaca que nos próximos anos, as principais hidrovias amazônicas serão alvo de investimentos significativos por parte do Governo Federal através do PAC (ANTAQ, 2013)..

Destacando a Hidrovia do Tapajós (bacia Tapajós - Teles Pires – Juruena), a qual se insere no contexto hidrográfico dos municípios de Itaituba e Santarém (**Figura 2**), o plano aborda a expectativa desta se tornar a melhor rota para o escoamento de grãos do centro-norte de Mato Grosso após a sua total implantação, que será possível através de obras de infraestrutura, as quais, segundo o plano, possibilitarão a integração total (até 2025) desta hidrovia desde Mato Grosso até a foz do Rio Tapajós em Santarém, possibilitando assim, o surgimento de novos terminais ao longo dela.



Para o PNIH a Amazônia se apresenta como uma região carente de rodovias e ferrovias, com isso, as hidrovias “[...] surgem como solução natural de integração para a região, tendo importância tanto no que toca o transporte de passageiros quanto o transporte de cargas”. Ainda complementa, destacando que “[...] há grandes fluxos de produtos com característica de utilização do modal hidroviário (produtos minerais e graneis sólidos agrícolas, por exemplo), localizados próximos às hidrovias. (ANTAQ, 2013, p. 78).

Figura 2 – Hidrovias sob jurisdição da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR) e da Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC). Em destaque a Hidrovia do Tapajós (sob jurisdição da AHIMOR)



Apesar de mencionar sobre o transporte de passageiros, o texto do plano, ao menos no que faz referência à bacia Amazônica, não apresenta um planejamento de investimentos em infraestrutura para esta finalidade de transporte.

Seguindo lógica de planejamento para o setor hidroviário brasileiro, o PNLP (2015) é um instrumento de Estado de planejamento do setor portuário que projeta cenários de curto, médio e longo prazo. Objetiva orientar o crescimento da demanda de serviços portuários, bem como garantir a alocação eficiente de recursos e investimento públicos em infraestrutura portuária, alinhando o funcionamento do setor às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.815 de 5 de junho de 2013 (Lei dos Portos). Além disso, cria projeções de demanda de alocação de cargas e capacidade de carga dos portos brasileiros até 2042 (BRASIL, 2015). O plano confirma a disposição do Brasil em aumentar os investimentos neste setor, na conjuntura estabelecida no Plano Plurianual (2016 – 2019), almejado com isso enquadrar os portos brasileiros dentro dos mais altos padrões internacionais de tecnologia e gestão.



As políticas públicas territoriais nacionais chamam a atenção para a necessidade de investimentos no setor portuário. Nesse aspecto, o PNLP (2015), baseado em seu pilar estratégico que foi PNLP (2013), mostra que entre 2010 e 2014, a movimentação de cargas nos portos brasileiros saltou de 739 para 900 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 21,7% neste período.

No novo arranjo institucional do setor portuário estabelecido pela Lei nº 12.815/2013 a Secretaria de Portos (SEP/PR) torna-se o órgão central do planejamento deste setor, sendo esta secretaria responsável pela viabilização da exploração dos portos, A secretaria em questão é principal idealizadora do PNLP.

Assim como o PNLT (2007) e o PNIH (2013), o PNLP (2015) estabelece um modelo de planejamento que busca atrair recursos privados para o setor de transporte hidroviário, estimulando de certa forma arrendamentos de terminais e autorizações de instalação

Em relação à questão ambiental, o plano destaca o acompanhamento da gestão ambiental dos portos por meio do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), o qual desde 2012 avalia o desempenho das autoridades portuárias no que se refere à gestão ambiental. Outro marco nesta questão é o lançamento da Portaria Interministerial, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da SEP/PR, nº 425/2011, estabelecendo que as autoridades portuárias devessem dispor de uma estrutura de gestão ambiental, com pessoal para desenvolver ações e programas ambientais. Entre as ações propostas para o Meio Ambiente no PNLP (dentro do ciclo 2015 – 2018) estão: inserir a variável ambiental no planejamento portuário; implantar boas práticas de gestão ambiental e de segurança e saúde no trabalho nos portos; adequar os portos à legislação ambiental; e revitalizar áreas portuárias, fortalecendo a interação entre porto e cidade.

3.1 Políticas públicas territoriais nacionais e o processo de modernização e instalação de portos nos municípios de Itaituba e Santarém

É notório que há uma associação entre o aumento da importância do setor logístico de transporte brasileiro, com o crescimento da economia do país nas duas últimas décadas. Este fator repercute diretamente na visão estratégica de planejamento do Brasil no início do século XXI para o transporte hidroviário. Estima-se um crescimento de demanda para os portos brasileiros no período de 2015 a 2042 de aproximadamente 92%, chegando à movimentação de 1,8 bilhões de toneladas em 2042. Entretanto, a capacidade de movimentação dos portos está estimada em 1,4 bilhões de toneladas neste horizonte. Isso deixa evidente a necessidade de investimentos contínuos (BRASIL, 2015).

Os planos abordados neste estudo explicitam as diretrizes das políticas territoriais brasileiras para o setor hidroviário nacional, estas pautadas em estratégias de intensificação



de investimentos em infraestrutura e incentivo à instalação de novos empreendimentos portuários. Neste aspecto, o planejamento via políticas públicas parece concretizado, entretanto cabe uma reflexão sobre as problemáticas advindas do distanciamento entre a escala de planejamento das políticas, da escala de atuação delas (escala local).

Os empreendimentos incentivados pelas políticas nacionais se materializam na escala local, conseqüentemente, a dinâmica do espaço local se depara com as influências das políticas pensadas privilegiando a escala do crescimento econômico nacional. Como já foi exposto, para a Amazônia este modelo de planejamento externo e que pouco considera os anseios e as necessidades intra-regionais não é recente.

A modernização e/ou produção de empreendimentos portuários nos municípios de Itaituba e Santarém ilustra a materialização do planejamento projetado via políticas territoriais nacionais. Nesse sentido, a discussão tendo como enfoque de abordagem estes municípios, demonstra o contexto atual vivido em alguns espaços da região amazônica, no que diz respeito ao crescente aproveitamento do seu potencial hidroviário pelos grupos econômicos nacionais e internacionais ligados à movimentação de cargas, destacando-se para os municípios em questão, a movimentação de grãos sólidos agrícolas.

Para o município de Itaituba cerca de R\$ 3 bilhões de reais serão investidos nos próximos anos na modernização do setor portuário, tais investimentos são realizados por meio de parcerias entre a esfera pública e privada (BARROS, 2014). Segundo Rodrigues e Rodrigues (2015), o terminal da empresa Bunge já se encontra operando no município, porém, para Itaituba, sobretudo no distrito de Miritituba, prevê-se a instalação de mais dez empreendimentos portuários.

Dentre os fatores locais vantajosos para a instalação de complexos portuários no município estão: a menor distância em relação aos produtores de grãos do Mato Grosso; a posição geográfica, não há necessidade de se passar pelo centro urbano da cidade; a baixa fiscalização por parte de órgão ambiental estadual e municipal; a baixa resistência de movimentos ambientais; as áreas já se encontram desmatadas, ou seja, ambientalmente alteradas; as áreas apresentam baixa densidade populacional; a possibilidade de utilizar a intermodalidade (rodoviário e hidroviário); a existência de outros empreendimentos portuários, podendo gerar força política por meio da associação corporativa (como exemplo a Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós – ATAP); e o barateamento no preço do transporte das cargas em relação aos portos do eixo sul do Brasil (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

Em Santarém a produção e a modernização de empreendimentos portuários refletem também as diretrizes estabelecidas pelas políticas territoriais. Nesse sentido, algumas novas dinâmicas são consideradas, entre elas: a modernização do Porto Público



de Santarém, administrado pela Companhia Docas do Pará (CDP); o arrendamento de áreas e leilões de terminais na área deste porto; e a criação de projetos portuários em uma área denominada de Maicá.

O Porto Público de Santarém, assim como outros importantes portos brasileiros, vem passando por obras de modernização conforme já elucidado anteriormente na abordagem do PNL (2015). Uma área deste porto foi arrendada para a Empresa Cargill S.A para a instalação de um terminal graneleiro que começou a operar em 2003, encontrando-se atualmente em expansão. No contexto atual este terminal movimenta soja e milho advindos de Mato Grosso, operando no modal rodoviário e hidroviário, sendo que 80% dos grãos chegam por meio de barcaças ao terminal, e os outros 20% diretamente em caminhões advindo do supracitado Estado (CARGILL, 2017).

Outro elemento recente em relação ao Porto Público de Santarém foi o leilão em 23 de março de 2017 de dois terminais do porto para o consórcio Porto Santarém, formado pelas empresas Petróleo Sabbá e Petrobras Distribuidora (BRASIL, 2017). A ANTAQ divulgou que os terminais, que armazenam e movimentam granéis líquidos de combustível, foram leiloados por um valor de R\$ 62 milhões.

A política de arrendamentos e leilões de terminais localizados dentro da área do Porto Público de Santarém mostra a própria materialização de um dos objetivos da política territorial brasileira no setor hidroviário, no que diz respeito ao incentivo a investimentos privados no setor portuário. Nesse contexto, existem ainda em Santarém projetos de construção de terminais graneleiros sendo direcionados para um espaço denominado de Grande Área do Maicá, onde existe um lago na margem direita do rio Amazonas, formado pelo caráter anastomosado adquirido pelo rio nesta área. Destaca-se nesse caso, o projeto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), até então o único que já possui estudos (EIA/RIMA) direcionados a sua implantação. No entanto, a empresa CEAGRO Agrícola Ltda. que também tem interesse na construção de um terminal na área em questão, já recebeu o Termo de Referência para a realização de estudos a fim de conseguir a Licença ambiental para suas atividades (MARTINS, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma parcela considerável da literatura escrita sobre o espaço amazônico destaca a organização da dinâmica espacial da região atrelada aos seus rios, ou seja, expressando a vocação ribeirinha dos seus espaços. Portanto, o transporte hidroviário é um meio essencial de deslocamento utilizado pelos amazônidas para suplantarem as barreiras estabelecidas pelas significativas distâncias na região.



Mesmo reconhecendo a importância do planejamento do setor hidroviário brasileiro, mediante as políticas públicas nacionais por meio do PAC, PNLT (2007), PNIH (2013) e PNLP (2015), algumas reflexões críticas são importantes. Acredita-se que a associação direta entre investimento no setor hidroviário e consequente crescimento da economia em escala nacional obscurece o planejamento do espaço regional, e principalmente, do espaço local. Presencia-se em vários espaços na Amazônia a carência de planejamento do setor hidroviário quando se refere à movimentação de cargas e passageiros dentro da região. Isto fica evidente quando se compara as condições de acesso e a infraestrutura dos terminais regionais ou locais em comparação aos portos e terminais vinculados à dinâmica de exportação para o mercado internacional. Como exemplo, o município de Santarém, que possui uma centralidade importante na dinâmica do transporte hidroviário dentro da região Oeste do Pará, não possui um terminal organizado (com infraestrutura planejada) para movimentação de cargas e passageiros com os municípios de sua área de influência.

Outro fator a ser considerado é a influência na reorganização espacial que tais empreendimentos geram nos espaços de implantação. Nesse sentido, há o crescimento da demanda de bens e serviços, que de certa forma acaba dinamizando a economia local.

No caso de Itaituba, várias empresas, no atual momento, buscam instalar terminais portuários no município, todavia o próprio PNIH (2013) já prevê a redução da importância destes terminais a partir de 2025, com a implantação efetiva da Hidrovia Tapajós – Teles Pires, haja vista que a soja (produto mais exportado pelo rio Tapajós) passará a ser embarcada em terminais mais próximos às regiões produtoras no interior de Mato Grosso (como Ipiranga do Norte e Paranaíta) (ANTAQ, 2013). Sendo assim, questiona-se sobre o legado de tais empreendimentos, os benefícios com a implantação dos terminais justificariam os impactos socioambientais?

As políticas públicas elucidadas demonstram um avanço significativo no planejamento brasileiro a médio e longo prazo para o setor hidroviário, fator este que direciona para um crescimento planejado deste setor, que consequentemente, será substancial para economia brasileira nas próximas décadas, tendo em vista o patamar alcançado pelo país no cenário internacional de movimentação de *commodities*. Entretanto, na realidade amazônica, fica evidente a necessidade de se planejar o setor hidroviário do ponto de vista, principalmente, da infraestrutura portuária para atender às demandas intra-regionais e/ou locais.

Em linhas gerais, a análise das políticas territoriais brasileiras no setor hidroviário desenvolvida por este trabalho configurou-se como um exercício de reflexão sobre a necessidade de construção de políticas públicas para a Amazônia a partir da Amazônia, nas diferentes escalas, considerando as complexidades da região, assim como pensando



alternativas para mitigar as influências das externalidades, em boa parte personificadas em políticas públicas, que historicamente marcaram a organização do espaço desta região e que, acima de tudo, tiveram, até o momento, contribuições questionáveis para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária** – Relatório técnico: Bacia Amazônica. Brasília: ANTAQ, 2013. Disponível em: <<http://portal.antaq.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BARROS. B. Licenças custam a sair e 'saída Norte' trava. **Valor Econômico**, São Paulo, p.07,7 de julho de 2014.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazonia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974. Rio de Janeiro, 1971.

_____. **Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979. Brasília, 1974.**

_____. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Plano Plurianual 2000-2003 (PPA 2000-2003). Brasília, 1999.**

_____. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007). Brasília, 2003.**

_____. **PNLT -Plano Nacional de Logística e Transportes.** Brasília: Ministério dos Transportes/Ministério da Defesa, 2007.

_____. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento(PAC) - 10º Balanço - Janeiro a Abril de 2010.** Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/d473dfcab55fe26e4d3fb91f3df17ccc.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Secretaria de portos (SEP/PR). **Portaria Interministerial, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da SEP/PR, nº 425/2011.** Brasília, 2011.

_____. **Lei nº 12.815 de 5 de junho de 2013.** Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Brasília, 2013.

_____. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Plano Plurianual 2016-2019 (PPA 2016-2019). Brasília, 2015.**

_____. Secretaria de Portos (SEP/PR). **PNLP - Plano Nacional de Logística Portuária.** Brasília, 2015.

_____. DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Hidrovia do Tapajós, 2016.** Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/hidrovia-do-tapajos>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. **Portal Brasil - 2017.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego>>. Acesso em: 15 jun. 2017.



CARGILL. **Terminal de Santarém**. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/produtos-servicos/servicos-ortuarios/santarem/index.jsp>>. Acesso em: 10 de junho 2017.

CONAB. Conselho Nacional de Abastecimento. **Estimativa de escoamento das exportações do complexo soja e milho pelos portos nacionais, safra 2016/2017**. Compêndio de Estudos Conab v. 1 (2016-). Brasília: Conab, 2016. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2017.

FEARNSIDE, Philip Martin. Environmental policy in Brazilian Amazonia: Lessons from recent history. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2016. ISSN 2179-7536.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgar Blüncher, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005. 179 p.

MARENGO, José Antônio. **Água e mudanças climáticas**. Estudos Avançados, São Paulo, 22 (63), pp. 83-96, jul. 2008.

MARTINS, Pedro Sergio Vieira. **Santarém e rota da exportação de commodities: violação dos direitos na construção de portos da cidade**. Disponível em: <www.terradedireitos.org.br>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume Editora, 2006, 410 p.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e gestão ambiental na Amazônia: Terras públicas e os dilemas do Estado**. 1a. ed. Sao Paulo: Annablume, 2011, 200 p.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Transporte Hidroviário, Portos e Terminais: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v. 1, 1º semestre de 2014, pp.115-137. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 15 maio 2017.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. A produção de complexos portuários em Itaituba, Oeste do Pará: Lógicas e contradições das políticas públicas. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v. 16, n. 56 Dez/2015 p. 01-21.

SHIKLOMANOV, I. A. et al. **The dynamics of river water inflow to the Arctic Ocean**. In: LEWIS, E. L. et al. (Ed.) *The Freshwater Budget of the Arctic Ocean*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2000. p.281-96.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****O CONSÓRCIO NORTE ENERGIA: RELAÇÕES ESTADO E EMPREITEIRAS NA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO NORTE ENERGIA.**

MSc. Rosemberg Batista de Araújo (UFPA)¹
rosemberg@ufpa.br

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)²
smag@ufpa.br

RESUMO

A relação entre Estado e empreiteiras no Brasil é um caso significativo de acordo empresário-burocrático, de permeabilidade do Estado, dado que o Estado por meio de seus órgãos, agências e empresas públicas, criou condições econômicas e institucionais para manutenção das relações entre si e as empreiteiras (CAMARGOS, 1993 e MARQUES, 2000). Esta relação é aqui discutida enquanto ação pública (LASCUMES e LE GALÈS, 2012), a partir de dados secundários, principalmente, coletados em diferentes sítios de informação digital em razão da dificuldade de interlocução com atores envolvidos. Analisa-se o caso da UHE Belo Monte, apresentando brevemente o leilão de concessão desta, a constituição do Consórcio Norte Energia e alterações na sua composição acionária, evidenciando a permeabilidade dos órgãos estatais em todo o processo, bem como na condução do consórcio e na sua tomada de decisão, de forma a atender interesses das empreiteiras envolvidas desde o planejamento da referida UHE. Este trabalho é parte de uma tese, em construção, no PPGSA e obteve apoio da FAPESPA.

Palavras Chave: Ação Pública, Estado, Barragem, Belo Monte**1. INTRODUÇÃO**

Compreendemos que uma política pública, além de tratar de problemas sociais, é uma ação coletiva que participa da criação de uma ordem social e política, regula, direciona, integra e resolve conflitos. Numa realidade plural, há uma diversidade de situações, de condicionantes para as questões sociais, que poderão se tornar problemas sociais e assim demandarem uma intervenção pública e dessa forma tentar determinar o rumo que essas questões sociais seguirão. Lascoumes e Le Galès (2012) preferem usar o termo ação pública para essas situações, pois o termo permite compreender e destacar o conjunto das interações entre diversos atores que participam desde a construção, implementação, monitoramento até avaliação, em seus mais variados níveis. Essa concepção não reduz o papel do Estado, mas o coloca em interface com diversas outras institucionalidades. Há diferentes análises das políticas públicas, dependendo das questões que se pretende destacar, tais como, o papel do Estado, dos governos, das elites dirigentes, dos movimentos

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo PPGSA, Doutorando pelo PPGSA, da UFPA.

² Docente da UFPA, vinculada ao PPGSA.



sociais (em especial os sindicatos), dos intermediários, das burocracias, as motivações dos atores, a percepção dos problemas sociais e tantas outras nuances de uma política pública.

Neste artigo inicialmente faremos uma breve discussão sobre o Estado e a relação com as empreiteiras no Brasil, em seguida apresentamos alguns elementos do leilão de concessão de Belo Monte e a constituição do Consórcio Norte Energia e alterações na sua composição acionária, buscando destacar as relações das empresas entre si e com o Estado. Este trabalho é parte de uma tese, em construção, no PPGSA e conta com apoio da FAPESPA, através do projeto Hidrelétricas e Sociedade na Amazônia.

2. RELAÇÃO ESTADO E EMPREITEIRAS NO BRASIL, BREVE DEBATE

Inicialmente, para uma discussão sobre o Estado, destacamos que há pelo menos três grandes linhas de interpretação: duas clássicas - marxista, weberiana e uma mais contemporânea, chamada neoinstitucionalista.

Na concepção marxista, a sociedade é concebida a partir de uma determinada fase do desenvolvimento econômico e compreende duas instâncias analíticas, a base econômica e a superestrutura. Essa perspectiva destaca como as relações de produção são a base para a constituição das relações sociais e das instituições em cada momento histórico ao mesmo tempo que permite uma compreensão das rupturas da ordem social por meio das mudanças no modo de produção. O Estado é analisado como parte da superestrutura e dessa forma tem suas relações determinadas pela base econômica. Neste sentido, é visto como um instrumento da classe dominante. Diversos autores trabalharam a partir desta perspectiva. Marques (1997) destaca quatro temas que ele considera relevantes sobre a concepção marxista de Estado: a) autonomia relativa do Estado e como a burguesia pode abrir mão do domínio político para garantir a permanência dos seus interesses; b) desproporcionalidade do poder social, destacando que o domínio de classe da burguesia estaria associado às elites no poder e suas instituições, mediante a construção e manutenção de valores burgueses e de uma série de articulações, inclusive o recrutamento dos próprios servidores do Estado, no interior da burguesia, que reforçam seu caráter de classe; c) a dependência estrutural do Estado ao capital, pois a manutenção do Estado decorre de impostos resultantes da atividade econômica e nesse sentido o Estado iria sempre privilegiar os interesses do capital; e d) a seletividade estrutural do Estado capitalista, da escolha de quais projetos, ações apoiar, executar.

Max Weber considera que o Estado é a instituição social que mantém o monopólio sobre o uso da força. Nesse sentido, é ressaltado o caráter coercitivo do Estado, em manter determinada ordem, que pode ser do domínio de uma classe ou pode ser resultado de uma multiplicidade de determinantes.



Entre os contemporâneos, os neoinstitucionalistas destacam a importância das instituições para o entendimento dos processos sociais, entre eles, a relação entre o Estado e a Sociedade. Esta abordagem apresenta contribuições de diversas áreas e faz uma crítica à concepção marxista de domínio do Estado por parte de uma classe ou frações de classe, pois compreende que esse processo é complexo e envolve diversas instituições, inseridas em determinados contextos históricos, normas, coerções, coações e consenso contingente (MARQUES, 1997).

Essa abordagem divide-se em duas correntes: a) da escolha racional que considera as instituições fundamentais para a definição das estratégias dos atores, estes maximizadores bem-informados e egoístas de preferências, na qual os constrangimentos à escolha estratégica alteram o comportamento auto-interessado; e b) o neoinstitucionalismo histórico, que também considera que as instituições estruturam as situações em que os atores se encontram, mas afirmam que os atores, na maior parte do tempo, tentam seguir as regras e as normas sociais sem pensar sobre o seu próprio interesse e que essas regras e normas são conformadas pelas instituições. Dessa forma, “as instituições para eles não apenas constroem as interações sociais, mas também alteram a conformação das preferências dos atores” (MARQUES, 1997, p. 12).

Sobre as funções e tamanho do Estado, pode-se afirmar que há dois tipos de abordagem: os liberais e mais recentemente os neoliberais, que defendem a participação mínima do Estado, atribuindo a este mais uma função de coordenação e gestão de macro processos, sem interferência significativa nos processos econômicos, a maioria das atividades e ações seriam assumidas pela iniciativa privada. Dessa forma, o mercado torna-se o agente central. O Estado deve proteger os direitos individuais, pessoas e propriedades, e a execução de contratos privados voluntariamente negociados.

Por outro lado, há os sociais democratas que defendem uma maior participação do Estado no controle econômico realizando atividades inclusive de cunho produtivo e, sobretudo, um setor social forte, com um sistema de previdência que englobe a maioria das pessoas e possibilite auxílios aos que não conseguem entrar no sistema. Segundo Evans (1993), nos anos 1950 e 1960, nos países ocidentais havia o predomínio dessa segunda visão de Estado. A partir dos anos 1980, com as diversas crises econômicas, começou a se sobressair a postura neoliberal, em um processo de privatização e reforma do Estado, com destaque para a América Latina. O decréscimo no crescimento do comércio mundial nos anos 70 e a elevação das taxas de juros reais associada à diminuição dos empréstimos comerciais fizeram com que diversos países em desenvolvimento promovessem uma série de ajustes e restrições impostas pela conjuntura internacional. O Estado passa a ser visto como problema, já que o mesmo não conseguiu garantir as transformações e mudanças



necessárias, mesmo promovendo substantiva mudança estrutural com ampliação da produção industrial local.

Para finalizar nossa breve discussão sobre Estado, com destaque para as relações no Brasil, apresentamos a contribuição de Nunes (2010), que percebe quatro padrões que ele chama de gramáticas que estruturam as relações entre sociedade e Estado no Brasil: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimento. O clientelismo é traço marcante das relações do Estado, dado, por exemplo, o número significativo de cargos de livre nomeação por parte dos dirigentes governamentais; por outro lado, mesmo o corporativismo que se organizou no Brasil a partir de governo de Getúlio Vargas na década de 30, apresenta traços clientelistas: mantendo longos mandatos em sindicatos e federações e atuando numa forma de troca de favores. Quando analisamos mesmo as instituições que são consideradas exemplos de insulamentos burocráticos como Petrobras e BNDES, vemos traços do clientelismo nas nomeações, trocas de favores e apropriação de recursos ilícitos, voltados para o financiamento de campanhas.

No caso das relações entre o Estado e as empreiteiras no Brasil, segundo Camargos (1993), estas representam um caso significativo de acordo empresário-burocrático, de permeabilidade do Estado (Marques, 2000), dado que o Estado por meio de seus órgãos, agências e empresas públicas, criou as condições econômicas e institucionais para manutenção das relações entre si e as empreiteiras.

A autora destaca três momentos significativos deste processo de constituição destas relações ao longo da história: a) a transformação do DNER em autarquia em 1945 e; b) a criação da ELETROBRAS e a criação de programa de hidrelétricas na década de 70; e c) apoio à transnacionalização das empreiteiras brasileiras por meio do Ministério das Relações Exteriores e do financiamento público.

Considerando o primeiro momento, destacado pela autora com a transformação do DNER em autarquia federal, não mais executor direto, o DNER torna-se o responsável pelo planejamento global das infraestruturas que serão construídas pelo Estado, bem como pela mobilização dos recursos financeiros para execução das obras e assim cria demandas para diversas empreiteiras responsáveis pela execução e, construção. Esse processo gerou uma estatização de demandas e criou um mercado para as empreiteiras nacionais, sendo este um dos poucos setores oligopolizados sob controle de brasileiros natos.

O segundo momento é central para este trabalho, pois a criação da ELETROBRAS em 1962 impulsionou a centralização do planejamento das ações do setor elétrico no Brasil. Esse processo de planejamento centralizado, a maior capacitação financeira com fundos e investimento federais, autonomia para endividamento externo e a legislação que exigia a participação de empresas brasileiras na construção das hidrelétricas foram os fatores



primordiais que possibilitaram o domínio das empreiteiras brasileiras no processo de construção das hidrelétricas. Anteriormente, o financiamento era externo, por meio das empresas regionais, priorizava as empresas estrangeiras como condição para liberação dos recursos. Ao mesmo tempo, as maiores empreiteiras brasileiras, daquele momento, obtiveram conhecimento e experiência na construção de barragens, por meio de consultorias e parcerias nas construções, assumindo a partir deste período, a construção das maiores hidrelétricas brasileiras (CAMARGOS, 1993).

No último momento, as empreiteiras são incentivadas a desenvolver ações em outros países, sendo o Estado o grande impulsionador por meio de acordos políticos entre governos e do financiamento Federal, por meio do BNDES.

Campos (2012) mostra como, durante a ditadura civil-militar de 1964 – 1988, um grupo de empreiteiras, por meio de diversas estratégias, de suas organizações civis (que não sofreram intervenções ou repressão do Estado, como outras organizações civis de caráter popular como sindicatos e organizações estudantis), foi impondo ao Estado sua perspectiva de desenvolvimento e quais ações deveriam ser executadas para alcançá-la. Essas empreiteiras conseguiram que fosse executada sua agenda de desenvolvimento e com isto obtiveram lucros expressivos e se consolidaram como força econômica e política no cenário brasileiro, dadas suas influências nas três esferas de governo.

Para analisar estas relações que se interseccionam entre Estado e empreiteiras, Marques (2000) introduz o conceito de permeabilidade do Estado, no contexto de implantação das políticas urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1975 e 1996. O autor justifica a adoção deste conceito por permitir analisar o Estado e a sociedade não como esferas estanques, mesmo distintas, e assim perceber as combinações entre ambas. Ao mesmo tempo, este conceito reforça que no Estado estão presente diversos grupos de interesses com atuação direta nos órgãos estatais ou por meio de entidades e organizações civis.

3. UHE BELO MONTE, O LEILÃO E FORMAÇÃO DO CONSÓRCIO NORTE ENERGIA

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma central elétrica que está sendo construída no rio Xingu, Estado do Pará, entre os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. Segundo a Norte Energia, consórcio responsável por sua construção, a referida usina terá capacidade instalada total de 11.233,1 MW, por meio de duas casas de força: a) a casa de força principal com 18 máquinas unidades geradoras do tipo Francis, totalizando 11.000,0 MW; e b) casa de força complementar com 6 (seis) unidades geradoras do tipo Bulbo, totalizando 233,1 MW. O eixo do barramento principal (Sítio Pimental) localiza-se no rio Xingu, cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira-PA, formando o reservatório do



Xingu com área de 386 km². A partir do reservatório do Xingu, o fluxo é desviado pelo Canal de Derivação até a Casa de Força Principal (Sítio Belo Monte), formando reservatório intermediário com área de 130 km², totalizando 516 km². Tal desvio forma Trecho de Vazão Reduzida (TVR) de cerca de 100 km de extensão, conhecida como Volta Grande do Xingu³.

Para a construção da usina, de acordo com a legislação vigente: Lei 8.666 de 1993 que regula os diversos processos de licitação, entre eles o leilão, bem como, a forma e etapas obrigatórias para cada de tipo de obra pública. No caso, em destaque o leilão para contratação da energia elétrica proveniente da UHE Belo Monte. Este foi realizado a partir do edital 006/2009 ANEEL, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da Resolução Homologatória n. 953, de 18 de março de 2010, e publicado do Diário Oficial da União de 19 de março de 2010. A referida Usina está sendo construída pelo vencedor do leilão e este poderá comercializar a energia produzida por 30 anos.

A Eletrobras, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa foram as empresas responsáveis pela condução dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte. Tendo em vista este fato, era avaliado pelo Governo e imprensa que estas empresas seriam as principais interessadas na execução das obras de Belo Monte e sua futura exploração, considerando que estas empresas serão ressarcidas pelo Consórcio Vencedor pelos recursos utilizados para a construção dos Estudos de Impacto ambiental, conforme anexo IV do edital, valor total de R\$: 143.654.192,93.

A Odebrecht e Camargo Corrêa, que participaram do EIA/RIMA e tinham conhecimento sobre as dificuldades que encontrariam no processo de construção, passaram a questionar o valor da obra que estava orçada, no edital, em R\$ 19.018.115.000,00⁴ (dezenove bilhões, dezoito milhões e cento e quinze mil reais), argumentando que este valor deveria ser de 30 bilhões e que o valor de R\$ 83,00 pelo MWh, teto máximo proposto pelo edital, não viabilizaria o empreendimento, considerando a produção de energia firme da UHE. No entanto, o Governo Federal, não fez alterações no edital, pois estes valores eram parte dos argumentos usados por este para justificar e legitimar a execução da obra perante a sociedade em geral e principalmente, em relação aos contrários a construção de Belo Monte.

No contexto do questionamento do preço da obra fixado no leilão, um fato que cabe ser destacado foi aumento da capacidade de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a partir de recursos do Tesouro Nacional e

³ Sobre os impactos provocados nos rios da Volta Grande do Xingu destacamos a dissertação de Cleice da Luz Vidal: Não teve enchente nesse inverno: povos tradicionais e efeitos socioambientais a jusante de Belo Monte, do PPGAA/UFPA.

⁴ Inicialmente a obra estava orçada em 4,5 bilhões, no edital passou para 19 bilhões e hoje, em documentos da Norte Energia, está em 30 bilhões.



capitalizações de empresa públicas, permitindo assim que o BNDES pudesse financiar obras com maior valor, como Belo Monte. Além de garantir diminuição e isenções fiscais para as empresas envolvidas.

Outro destaque foi a implantação, por meio da Medida Provisória 511 de 5 de novembro de 2010, convertida, posteriormente, na Lei 12.404, de 4 de maio de 2011, no artigo 23, diz que a União pode abater até R\$ 20 bilhões em dívidas que o BNDES tenha contraído com o Tesouro, assim se o concessionário não pagar, o risco integral é do Tesouro.

Por outro lado, são pouco claras as relações referentes a este leilão.

Em relatório de auditoria de 2016, o Tribunal de Contas da União – TCU, quando analisa o leilão de Belo Monte, diz que a despeito de demandas por ele efetuadas, dados importantes sobre os estudos não tinham sido disponibilizados ou foram expostos de forma fragmentada em diversos documentos para agentes públicos e empresas privadas que poderiam se interessar e concorrer no leilão da UHE. Mesmo a EPE (órgão a qual compete habilitar tecnicamente e cadastrar os empreendimentos de geração que poderão ser ofertados nos leilões de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos, bem como calcular o custo marginal de referência que deverá ser parte dos respectivos leilões de compra de energia), quando analisou o Estudo de Viabilidade encaminhado pela ANEEL, afirma ter tido acesso de forma fragmentada e com lacunas de dados. No entanto, quatro meses depois “realizou otimizações substanciais nos estudos apresentados, ensejando assim uma redução do valor global do empreendimento de R\$ 17.408.535.720,00 (previsto no EVTE) para R\$ 15.951.315.730,56” (TCU, 2016, p. 31). Posteriormente, foi atualizado o para R\$ 19.018.115.250,00, para contemplar os custos das condicionantes ambientais, dos quais R\$ 500.000.000,00 foram referentes à parcela do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, criado pelo Decreto s/nº, de 19/11/2009, de responsabilidade do empreendedor.

O relatório TCU 2016 destaca duas questões sobre o leilão: primeiro que não houve equidade no acesso aos dados e informações dos estudos realizados para uma avaliação substancial por parte de empresas interessadas para a construção de Belo Monte, havendo prejuízo no processo de concorrência; segundo que as empresas responsáveis pelos estudos de viabilidade propositalmente não otimizaram as soluções e neste sentido superfaturaram o orçamento

Para o leilão, inicialmente, estava previsto a concorrência entre dois Consórcios, um formado pelas empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, e outro formado pela Andrade Gutierrez e empresas estatais. No entanto, as duas primeiras empresas desistiram previamente de concorrer no leilão, permanecendo o consórcio liderado pela terceira. A



partir dessa desistência, o Governo Federal, em busca de uma aparente concorrência, como forma de legitimar o leilão e ter poder de barganha com as empreiteiras, promove a constituição de outro consórcio, com uma forte presença das empresas estatais da área elétrica e empreiteiras de médio porte, articuladas por Delfim Neto, ex-ministro da fazenda no período da ditadura civil-militar, e por alguns membros do Governo do Presidente Lula, conforme quadro abaixo.

A partir destes dados podemos questionar os argumentos das empresas Odebrecht e Camargo Corrêa que desistiram de participar do processo de licitação pois considerava o subdimensionamento do orçamento da UHE Belo Monte realizada pela EPE.

Causam estranheza os argumentos das empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, empresas com reconhecida experiência na construção de grandes hidrelétricas, para não participar do processo de licitação: por um lado, argumentavam o subdimensionamento do orçamento da UHE Belo Monte realizada pela EPE que, conforme o analisado pelo TCU acima não se sustenta. Por outro lado, já sabiam da disponibilidade de financiamentos públicos e da forte presença de estatais do setor e de fundos de pensão, que assumiriam a maior parte do risco do investimento. Pode-se ter como hipótese que era uma estratégia para aumentar do valor da obra e do valor mínimo por Megawatt, pois os valores do edital não poderiam justificar a obra economicamente – objeto de controvérsia sobre a relação capacidade instalada X energia gerada⁵.

A ANEEL realizou o leilão no dia 20 de abril de 2014⁶, estando em concorrência dois consórcios: um denominado Consórcio Belo Monte Energia liderado pela Andrade Gutierrez; e outro denominado Consórcio Norte Energia, liderado pela ELETROBRAS e empreiteiras de porte médio. Ambos os consórcios tinham em sua composição empresas estatais. No primeiro com seguinte composição: Andrade Gutierrez Participações S/A (12,75%) - Vale S/A (12,75%) - Neoenergia S/A (12,75%) - Companhia Brasileira de Alumínio (12,75%) - Furnas Centrais Elétricas S/A (24,5%) - Eletrosul Centrais Elétricas S/A (24,5%).

No segundo apresentava a seguinte composição: Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (49,98%), Construtora Queiroz Galvão S/A (10,02%), Galvão Engenharia S/A (3,75%), Mendes Junior Trading Engenharia (3,75%), Serveng-Civilsan S/A (3,75%), J Malucelli Construtora de Obras S/A (9,98%), Contern Construções e Comércio Ltda (3,75%), Cetenco Engenharia S/A (5%) e Gaia Energia e Participações (10,02%). As subsidiárias da Eletrobras não eram as diretamente envolvidas nos estudos, tanto a Chesf, como Furnas e

⁵ Cabe destacar que Geldes de Campos Castro esta construindo a tese: O que ocorre em Belo Monte diz respeito a todos nós” Proposição Cosmopolítica na arena pública online, onde analisa diversos discursos sobre Belo Monte a partir da Internet.

⁶ Inicialmente o leilão estava programado para ser realizado em 2009, mas devido a pressões dos movimentos sociais, do Ministério Público e dos próprios empresários foi adiado algumas vezes. Podemos dizer também que ainda não tinham sido fechados os acordos entre as empresas e o governo.



Eletrosul não tinha conhecimento sobre o projeto, como apontou o relatório do TCU, e a Eletrobras e Eletronorte ficaram para comporem o consórcio vencedor, como de fato aconteceu.

Nessa primeira composição, destacamos a fatia de 40% do consórcio formados por construtoras. Neste momento, havia a participação de sete construtoras, sendo que nenhuma teve envolvimento direto com o processo de licenciamento ambiental e somente metade delas estavam no ranking nacional de maiores empreiteiras de 2010, da revista o empreiteiro⁷. E, logo depois da divulgação do consórcio vencedor, uma das empreiteiras, Queiroz Galvão já anunciava que iria se retirar do consórcio⁸.

Às primeiras aproximações do processo de leilão da UHE Belo Monte, destacamos os posicionamentos das empresas e do Estado a) As empresas privadas que estavam participando do leilão, buscando uma margem de lucro maior. Estas detinham conhecimento sobre o local onde a Usina seria construída e assim toda a logística para sua construção, pois, participaram de todo o processo de licenciamento ambiental, desde os estudos de inventário da Bacia do Rio Xingu. Esse fato tende a reforçar a hipótese de que o a relação capacidade instalada X geração efetiva estava subdimensionado nos estudos; b) O Executivo Federal que definiu esta obra como uma ação prioritária a partir de uma opção da política energética adotada. Nos dois consórcios, há uma participação significativa das empresas públicas do setor elétrico que assumem a maior parcela dos riscos financeiros. Para ambos há também, os incentivos fiscais destacados e ainda a atuação do Estado, por meio de diversos atores do primeiro escalão do governo, para a formação de um consórcio um pouco antes do leilão.

Tabela 01: Antes e depois do leilão a interferência do Governo Federal

Situação ou evento	Fonte
Dilma Rousseff, então Ministra da Casa Civil, afirmou que a Eletrobras terá 49% de participação na UHE Belo Monte, em março de 2010.	Revista Istoé Dinheiro (19/03/2010) disponível no link: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20100319/dilma-eletobras-deve-ter-fatia-belo-monte/26343
O lance de R\$ 78 do consórcio Norte Energia foi construído dentro da Eletrobras, por executivos ligados ao primeiro escalão do governo federal, com destaque para a participação de Adhemar Palocci, na época	Revista Valor Econômico (22/04/2010) disponível no link: http://www.valor.com.br/arquivo/820149/governocos-turouolancedovencedor

⁷ Ranking nacional disponível no link: http://www.revistaoe.com.br/Publicacoes/4084/Ranking_Nacional__25_Maiores_Construtoras.aspx. Acesso dia 31/08/2016.

⁸ Conforme reportagem da revista valor de 23 de abril de 2010, disponível no link: <http://www.valor.com.br/arquivo/820393/umleilaoartificialparapolemicabelomonte>.



diretor de planejamento da Eletronorte.	
Eletrobrás comanda leilão de Belo Monte: estatal definiu regras, impôs taxa de lucro e montou seu time para disputar a concessão.	Jornal o Estadão (25/04/2010) Disponível no link: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,eleto-bras-comanda-leilao-de-belo-monte,542630
Assessoria (organização) do ex-ministro da Economia Delfim Neto para formação dos consórcios Norte Energia e Construtor de Belo Monte	Jornal Folha de São Paulo (07/04/2016) disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758310exministrorecebeupropinaporbelomontedizexecutivodaandrade.shtml
Logo após o leilão já tinha empresa querendo sair do consórcio Norte Energia e outras querendo participar.	Revista Istoé Dinheiro (26/04/2010) disponível no link: http://gvces.com.br/fim-do-leilao-comeco-da-confusao?locale=pt-br
Reunião entre a ministra chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, o ministro Zimmermann, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, o diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás, Valter Cardeal, o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, e o presidente do consórcio vencedor, José Ailton de Lima, que também é diretor da Chesf, para avaliar as iniciativas que já foram tomadas pelo consórcio vencedor do leilão, o grupo Norte Energia, liderado pela Chesf, subsidiária da estatal Eletrobrás.	Jornal o Estado de São Paulo (07/04/2010) disponível no link: https://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=83739
A ministra chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, afirmou hoje que o governo tem mobilizado técnicos do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para agilizar a liberação da licença ambiental provisória da usina de Belo Monte, no rio Xingu (PA).	Revista Valor Econômico (19/05/2010) disponível no link: http://www.valor.com.br/arquivo/661585/casacivilmobilizammaeibamaparaagilizarlicencadebelomonte
As decisões são tomadas pelo governo e comunicadas aos “parceiros” privados.	Revista Istoé Dinheiro (17/06/2010) disponível no link: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20100617/governo-assume-controle-total-belo-monte/46183
O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, afirmou hoje que “sem a mão forte do governo”, a usina hidrelétrica de Belo Monte, não sairia do papel. Ressaltando que a usina de Belo Monte é uma obra “complicadíssima”, que também está localizada numa área complexa, ele avaliou que “não bastará apenas a participação do governo no	Revista Istoé Dinheiro (27/07/2010) disponível no link: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20100727/epe-sem-governo-belo-monte-nao-sairia-papel/42712



empreendimento apenas por meio de seu braço estatal, a Eletrobrás. Vai precisar de ação permanente do governo. É uma usina que se você largar, não vai sair”, disse.	
As negociações com as empreiteiras foram intensas nos últimos dias e até a ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, participou das conversas, recebendo executivos de construtoras como a Queiroz Galvão e a Andrade Gutierrez. Além de liderar o pool das empreiteiras contratadas para tocar a obra, a Andrade também deverá assumir uma fatia societária na Norte Energia, empresa criada pelos vencedores do leilão da usina.	Jornal o Estado de São Paulo (14/08/2010) disponível no link: https://outrapolitica.wordpress.com/2010/08/15/tres-maiores-empreiteiras-construirao-belo-monte/
Empresas que faziam parte do Consórcio Belo Monte, após vencer o leilão anunciam que pretendem sair do consórcio e o Ministro de Minas e Energia na época, Edson Lobão fala que existe várias empresas interessadas em participar.	Revista Valor Econômico (25/02/2011) disponível no link: http://www.valor.com.br/arquivo/190335/lobaodizquehaumafiladeempresasinteressadasembelomonte
O diretor geral da unidade de negócios de energia da construtora Andrade Gutierrez, Flávio Barra, junto com o presidente do consórcio, Henrique Di Lello (indicado pela Andrade), tiveram uma série de encontros com diferentes membros do governo federal para apresentar a modelagem que será usada nas obras.	Revista Valor Econômico (01/06/2011) disponível no link: https://www.bracier.org.br/noticias/brasil/1366-andrade-gutierrez-inicia-belo-monte.html
Andrade Gutierrez admite formação de cartel em Belo Monte.	Jornal Folha de São Paulo (16/11/2016) disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1832

Olhando para a tabela acima podemos perceber o envolvimento de atores governamentais importantes no processo de leilão, com a definição da participação da Eletrobras e suas subsidiárias com pelo menos 49%, fato destacado pela então Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff. O envolvimento de um ex-ministro da fazenda, que tem ainda certa influência sobre empreiteiras e que participou antes do leilão para formação do Consórcio Norte Energia e depois nos conflitos entre as empresas no atendimento de interesses divergentes que foram resolvidos a partir da participação na obra por meio do Consórcio Construtor de Belo Monte. E por outro lado, as próprias empresas que hoje admitem a formação de cartel nos leilões para a construção de hidrelétricas, como destaque para Belo Monte.

Ainda olhando o quadro podemos observar que depois do leilão o Governo continua a condução do processo, com um Consórcio Norte Energia que possui caráter privado, mas que as decisões são tomadas pelos representantes públicos, seja na compra dos



equipamentos (turbinas e outros) e na formação do CCBM e do CMBM. Como destaca as diversas reuniões e declarações de agentes públicos e privadas nas tomadas de decisão da Norte Energia.

Depois de assinado o contrato, houve mudanças na composição da Norte Energia, primeiro a entrada dos fundos de pensão (Funcef e Petros) que assumiram 20% que compraram das construtoras, ficando estas com menor participação, mesmo com entrada da OAS, o total ficou em 15,02%. Diluição da participação da Chesf com a Eletronorte e Eletrobrás ficando assim a divisão acionária: Eletrobrás (15%), Chesf (15%), Eletronorte (19,98%), Petros (10%), Bolzano Participações (fundo formado por Previ e Iberdrola, com 10%), Funcef (2,5%), Caixa FI Cevix (parceria da Funcef com Engevix, tem 5%), J. Malucelli Energia (0,25%), Gaia (9%), Sinobrás (1%), Queiroz Galvão (2,51%), OAS (2,51%), Contern Construções (1,25%), Cetenco Engenharia (1,25%), Galvão Engenharia (1,25%), J. Malucelli Construtora (1%), Mendes Júnior (1,25%) e Serveng (1,25%).

Ainda em 2011, a Gaia (do grupo Bertin) vendeu sua parte do consórcio para a empresa Vale, ficando esta com 9%. Também entraram no consórcio a Cemig e a Light, no caso da primeira os acordos, para sua entrada no consórcio, foram mediados pela Construtora Andrade Gutierrez que detêm 33% de suas ações, as duas empresas geradoras formaram a SPE Amazônia Energia que totaliza 9,77% do consórcio. A partir dessa composição, considerando a Cemig também como empresa pública, por ser domínio acionário do Governo do Estado de Minas Gerais, teremos uma participação maior de empresas públicas no consórcio Norte Energia.

Em 2012, houve outra mudança: a Engevix participava do consórcio junto com o Funcef via Caixa FI Cevix, vendeu sua participação e assim a Funcef passa a ter 10% da Norte Energia. Em 2014, a Vale vendeu metade de sua participação para a Cemig, compondo a SPE Aliança Norte Energia Participações S/A, que manteve os 9% agora divididos entre a Vale 4,5% e a Cemig 4,5%.

A composição atual da Norte Energia, conforme site do Consórcio⁹, está assim: **Grupo Eletrobras:** Eletrobras 15,00%, Chesf 15,00% e Eletronorte 19,98%; **Entidades de Previdência Complementar:** Petros 10,00% e Funcef 10,00%; **Sociedade de Propósito Específico:** Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.) 10,00% e Amazônia (Cemig e Light): 9,77%; **Autoprodutoras:** Aliança Norte Energia Participações S/A (Vale/Cemig) 9,00% e Sinobras: 1,00% e **Outras Sociedades:** J.Malucelli Energia: 0,25%. O consórcio Norte Energia tem maioria de empresas públicas e fundos de pensão.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁹ <http://northeastenergia.com.br/site/portugues/composicao-acionaria/> acesso dia 14/11/2016.



As mudanças na composição do Consórcio Norte Energia, desde o momento do leilão, deixam pistas sobre as estratégias do Estado e das empresas numa grande obra como Belo Monte, neste sentido, destacamos:

- com relação às construtoras, na primeira configuração do consórcio, tem-se a participação de 40%; na segunda composição, houve a diminuição da participação das construtoras, totalizando nesse momento 15,02% e na composição atual não conta com participação das grandes construtoras diretamente, contanto com 0,25% da J. Malucelli Energia, do Grupo J. Malucelli;
- com relação aos fundos de pensão das empresas públicas, depois do leilão houve a entrada da Petros e Funcef e junto com Previ (que já estava desde leilão) possuem 25% do consórcio;
- com relação às empresas públicas, uma participação acentuada, grupo Eletrobrás com 49,98% e a Cemig com 9,5%
- com relação aos demais participantes, são grandes geradores privados: Iderdrola 5% (grupo espanhol de energia), Light 4,77% e as empresas de mineração Vale 4,5% e Sinobras 1%.
- De forma geral, a Norte Energia é majoritariamente de caráter público, exercendo influencia nas decisões que podem ser tomadas sem resistências, por outro lado, funciona como empresas privada, sem licitações para a contratação de obras e serviços, sem permitir o controle público das contas, sem especificar os critérios para a seleção das empresas prestadoras de serviços.

Pode-se concluir que houve intensas negociações entre as construtoras e o governo para a construção de Belo Monte. Como o governo manteve o preço do MW e conseguiu impor um consórcio e mantê-lo mesmo sem a presença das grandes empreiteiras, estas se organizaram para garantir participação nas obras civis. No primeiro momento, as construtoras médias que participaram do leilão reivindicaram do governo uma participação maior nas obras, mas este, considerando o desafio, as incertezas que esta obra representava, a acomodação de interesses com vistas a evitar oposição e resistências, optou por incluir as grandes construtoras e assim foi formado o CCBM, que ficou responsável pela construção das barragens, canal e demais obras da UHE com a Construtora Andrade Gutierrez, perdedora no leilão, como líder deste consórcio e o CMBM, responsável pela montagem dos equipamentos de geração de energia.



5. BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, R. B e MAGALHAES, S. B. Uma discussão hermenêutica sobre o estudo de impacto ambiental, o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte. *Encontro Nacional da ANPPAS*, 7 2015, Brasília. 7 Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília: Editora da UNB, 2015.

BERMANN, C. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1 – jun. 2012, pp. 5-23.

CAMPOS, P. H. P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014, 444p.

CAMARGOS, R. C. M. *Estado e empreiteiras no Brasil: uma análise setorial*. 1993, 173f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) UNICAMP, 1993.

EVANS, P. B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. In: *Revista de Economia Contemporânea*, Nº 4 jul. – dez, 1998. pp. 51-85. Disponível: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC_2.2_03_Analise_do_estado_no_mundo_neoliberal.pdf>. Acesso dia 05/04/2015.

JOBERT, Bruno, MULLER, Pierre. *L'Etat en action: Politique publiques et corporatismes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987. 238p.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologia da Ação Pública*. Maceio: Editora da UFAL, 2012a. 127p.

_____. A ação pública compreendida pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão*, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.9, n.18, São Luís, 2012b, pp. 19-44.

MAGALHÃES, S. B. Territórios ocupados: um ensaio de reflexão sobre a política pública de desenvolvimento nacional e desenvolvimento territorial. In: ROCHA, G. M., MAGALHÃES, S. B., GUERRA, G. A. D. e TEISSERENC, P. *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém, NUMA/UFPA, 2008.

MAGALHÃES, S. B. e HERNANDEZ, F. M. *Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009. Disponível: < http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso dia 06/06/2013.

MARQUES, E. C. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. In: *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 43, 1.º semestre de 1997, pp. 67-102.

MARQUES, E. C. Estado e empreiteiras na comunidade de políticas urbanas no Rio de Janeiro. In: *Revista Dados* (Rio de Janeiro), v. 42, n.2, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-258199900200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso dia 02/02/2016.



MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n.41, 1999, pp. 45-67.

MARQUES, E. C. e BICHIR, R. M. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas urbanas em São Paulo (1978-98). *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 39-74, 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso dia 02/02/2016.

RIBEIRO, G. L. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Editora Marco Zero e ANPOCS, 1991, 189p.

SEVÁ, O. Estranhas catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. In: *Revista Ciência e Cultura*, v. 60, n. 3, Set. 2008. pp. 44-50. Disponível: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso dia 02/02/2015.

TCU (Tribunal de Contas das União. ACÓRDÃO 2839/2016. Disponível: <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A2839%2520ANOACORDAO%253A2016/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>. Acesso dia 20/02/2017.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004. 422p.

WERNER, D. *Desenvolvimento regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira*. 2011. 240f. Dissertação de Mestrado (Instituto de Economia) UNICAMP, 2011.

**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS****O (DES)VALOR DOS OBJETOS DE VIDA: O CASO DAS INDENIZAÇÕES DE
BELO MONTE**Camila do S. Aranha dos Reis (UNIRIO)¹
cami.aranha@gmail.com**RESUMO**

Este artigo apresenta problemáticas em torno das indenizações de famílias impactadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Devido à instalação da usina realizada entre os anos de 2011 a 2016, centenas de famílias foram desapropriadas dos lugares que mantinham ocupação em uma região chamada Volta Grande do Xingu. Sem o título de terra, as compensações recaíram sobre as benfeitorias realizadas no local. Essas benfeitorias se constituem enquanto casas, pontos comerciais, cultivos, bens em geral – aqui tratados como objetos de vida, articulados com o meio que o produz e dá sentido à eles. Pela perspectiva da “biografia cultural das coisas”, trabalhada pelo antropólogo Igor Kopytoff, serão analisados diferentes casos de indenizações observados em duas pesquisas de campo realizadas na região entre os anos de 2015 e 2016. Outros casos também serão discutidos por meio do estudo do “Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte”, elaborado pelo Ministério Público Federal em 2015. Objetiva-se compreender de que modo ao dar um valor de mercado às benfeitorias indenizadas, o Estado não possibilitou que houvesse condições mínimas para que as famílias expropriadas mantivessem sua subsistência e a preservação de seus modos de vida, uma vez que reduziu os objetos de vida ao mero valor econômico, invisibilizando os valores culturais.

Palavras-chave: Objetos de vida, Memórias, Indenizações, UHE Belo Monte.

1. INTRODUÇÃO

Na região chamada Volta Grande do Xingu, no sudoeste do Pará, foi instalada a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. Com o bloqueio do rio, houve o alagamento de diversas áreas para a formação de reservatórios de água da Usina no rio Xingu e também uma enorme redução da vazão de água, o que casou uma espécie de “seca” do rio após o barramento. O subsequente bloqueio do rio comprometeu a preservação dos modos de vida

¹ Doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre em Arte e Cultura Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrante dos grupos de pesquisa: Observatório de Comunicação Estética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/CNPq; LAMPE - Laboratório Ambiente-Corporais em Atravessamentos e Experimentações: Imaginação, Amor, Arte e Política na Amazônia - UFPA/CNPq.



existentes em sua zona de impacto. Os lagos de Belo Monte, como são chamados os reservatórios, submergiram centenas de ilhas, mataram milhares de peixes e com isso comprometeram a sobrevivência das famílias ribeirinhas que dependiam diretamente do rio para subsistência.

Com a desapropriação de grande parte das ilhas e de parte da terra firme da Volta Grande, as famílias obrigadas a se retirar de seus lugares foram submetidas a dois processos problemáticos: o primeiro está relacionado ao reconhecimento de ocupação da terra, uma vez que para receber qualquer valor compensatório, sem a titulação de posse, essas famílias precisavam ser consideradas posseiras pelo Estado, ou seja, ocupantes de um espaço; o segundo problema, como consequência ao primeiro, se refere à escolha de um único lugar para receber indenização, dado fato de que sem o título de terra, o mesmo concernia somente às benfeitorias feitas no local. Na visão do Estado essas famílias não podiam ocupar dois espaços concomitantemente (BRASIL, 2015).

As narrativas orais são fontes primordiais deste trabalho, pois recompõe a história do ribeirinho na Amazônia oriental, aquele que durante muitos anos ocupou as ilhas e as beiras de rios, sendo por isso também chamado de beiradeiro. Desse modo, essas narrativas contribuem para retratar os modos de ver e perceber o lugar afetivo, onde foram fincadas crenças, culturas e histórias, – o que foi ignorado durante todo planejamento e execução da UHE de Belo Monte.

As histórias de vida fazem parte da memória social da região, visto que são os “acontecimentos vividos pessoalmente” que constituem a memória, seja ela individual ou coletiva (POLLAK, 1992, p. 201). Essas memórias descrevem paisagens que se transformaram após o início das obras da usina. Dentre essas mudanças, tem-se parte da floresta tropical incendiada como medida do Plano Básico Ambiental (PBA), que visou minimizar os impactos socioambientais causados pelo alagamento das ilhas, além da patente seca do rio a jusante e cheia a montante, onde se formaram os lagos de água parada.

A memória coletiva (HALBWACHS, 2006) dessas populações se manifesta em resistência à memória oficial (POLLAK, 1989), uma vez que a UHE Belo Monte se firma no plano de desenvolvimento econômico elaborado pelo poder central, parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem que objetivo promover o “progresso” da região nos antigos moldes de enriquecimento do Sul em detrimento do Norte do país. Nesse sentido, “no avanço sobre a natureza em busca de jazidas de megawatts, é solidária à retórica abstrata do ‘bem comum’ a violência institucional e simbólica sobre grupos antagonistas do projeto como ribeirinhos, grupos indígenas” (HERNANDEZ, MAGALHÃES, 2011, p. 296).



É possível afirmar que as memórias das famílias expropriadas por Belo Monte foram invisibilizadas no processo de implementação da Usina e, ainda que hoje haja mais estudos sobre essas populações, pouco se sabe sobre a memória social que constitui diferentes modos de vida. Nessa estudo de caso, lembrar é reconstruir paisagens de um lugar perdido que se ressignificou na própria memória individual após rupturas compulsórias e que também resiste ao esquecimento (REIS, 2016).

Por meio de uma análise interpretativa (GEERTZ, 2014) fundamentada na abordagem teórico-metodológico da biografia cultural das coisas, proposta pelo Igor Kopytoff (2008), este trabalho avalia os processos de (des)valorização simbólica, social e cultural dos bens e das terras indenizadas pelo Estado por causa da instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no Pará. Fragmentos importantes do “Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte”, elaborado pelo Ministério Público Federal em 2015, serão apresentados para evidenciar casos importantes para análise. Também serão apresentados alguns relatos de famílias indenizadas colhidos entre os anos de 2015 e 2016 em duas pesquisas de campo feitas em Altamira². Por meio da evidência da memória social dessas populações, objetiva-se compreender esses processos de (des)valorização³, que surgem desde a etapa de dar um valor monetário ao que antes não tinha até às reivindicações posteriores feitas por essas mesmas famílias.

2. O VIVER DA VOLTA GRANDE DO XINGU

A ocupação dos beiradões⁴ se iniciou mais intensamente a partir do final do século XIX, por causa da exploração de látex, quando muitos imigrantes vieram para a Amazônia em busca do famoso “ouro branco”. Há mais de um século, esta região se estabeleceu a partir das relações interculturais entre as populações indígenas e não-indígenas, sendo as últimas compostas por brancos, negros e caboclos que ocuparam diferentes localidades, constituindo em alguns casos, pequenas comunidades.

Em relação às demais regiões da Amazônia, a Volta Grande sofreu um processo migratório menos intenso devido ao isolamento geográfico, ocasionado pela abundância de

² A cidade de Altamira é o maior centro urbano da região. Esses relatos fizeram parte da pesquisa de Mestrado intitulada “Território de perda: memórias inundadas e fotografia pós Belo Monte” (REIS, 2016). Apesar da questão de investigação não ter tido foco nas indenizações, alguns relatos contribuem com este artigo.

³ Ora valorização no sentido de atribuir um valor de mercado, ora desvalorização por justamente atribuir um valor de mercado que, muitas vezes, não contribui para a manutenção mínima de sobrevivências dessas populações após a emigração forçada.

⁴ Nome popular dado às beiras dos rios ao longo do médio rio Xingu, onde está localizada a Volta Grande, localidade de estudo.



cachoeiras e pequenas ilhas que dificultavam o acesso ao local. De acordo com Ana Francesco et al. (2017, p. 42),

o processo de colonização da região de modo mais sistemático remonta à chegada dos jesuítas no século XVIII e a fundação da missão Tavaquara, durante uma viagem realizada pelo padre Johannes Roque de Hundertpfund em 1750, onde posteriormente ergueu-se a cidade de Altamira de borracha.

O Xingu das cachoeiras do final do século XIX, como descreve o geógrafo francês e professor de história, Henri Coudreau ([1896]1977), já apresentava muitas situações de interculturalidade entre índios e não-índios, apesar de muitos outros grupos indígenas não terem sido contactados naquela época. A exploração de borracha feita na região proporcionava tal situação, ora conflituosa ora “amigável”. Sobre tal conjuntura, tem-se os relatos orais das famílias mais antigas, entretanto, prevalece ainda a história oficial da região, escrita pelos exploradores de cada época.

O relato escrito deixado por Coudreau (1977) faz parte dos discursos hegemônicos que operam sobre a Amazônia e ele, assim como outros, pouco contribui para a compreensão das singularidades dos modos de vida consolidados nas beiras dos rios – a especificar que aqui se objetiva discutir questões entorno do que trato como “objetos de vida”: objetos íntimos, pessoais, familiares, mas também objetos de subsistência, de trabalho, do cotidiano entre o lazer e a labuta. Nesse sentido, as memórias sociais e as narrativas orais das famílias ribeirinhas tornam-se primorosas fontes de conhecimento histórico (VICH; ZAVALA, 2004, p. 89).

A história oral como metodologia de investigação (DELGADO, 2010) colabora para a evidência dos relatos orais das famílias ribeirinhas impactadas por Belo Monte; uma vez que há ainda a necessidade da “produção de um discurso sobre o passado que assume a introdução de novos atores [protagonistas] no processo de uma história e novas vozes na interpretação de seus sentidos” (VICH; ZAVALA, 2004, p. 89, grifo meu). Por meio da história oral serão apresentados fragmentos de relatos orais que permitem compreender as problemáticas das indenizações pela perspectiva *biografia cultural das coisas*, – proposta metodológica de pesquisa apresentada pelo antropólogo cultural Igor Kopytoff (2008), que consiste em evidenciar as fases de “vida” dos objetos e os sentidos entorno da relação entre objeto e valor, seja econômico ou afetivo.

O Relatório de Inspeção Interinstitucional elaborado pelo Ministério Público Federal do Estado do Pará em junho de 2015, em conjunto com os antropólogos e professores universitários, Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Chicago (USP/UCHICAGO), Mauro William Barbosa de Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Sônia Magalhães, da Universidade



Federal do Pará (UFPA), esclarece por meio das análises desses pesquisadores sobre as moradas na região da volta Grande do Xingu e arredores:

A disciplina da antropologia conta, pelo menos desde o ensaio clássico de Marcel Mauss sobre migrações sazonais, com fartos exemplos de uso alternado de várias moradias. Aldeias permanentes e acampamentos sazonais são comuns, acompanhando os ritmos culturais e a disponibilidade de recursos naturais. Nesse sentido, a ocupação de mais de um espaço, a coexistência de “pontos de pesca”, moradias, “pontos de apoio urbanos” e as várias formas de ocupação do território pelos ribeirinhos nada tem de extraordinário. É ela que define o modo de vida do ribeirinho, que permite atender ao mesmo tempo ao modo de exercer uma atividade, de conseguir comida e eventualmente dinheiro, de transmitir seu ofício e seus conhecimentos, de viver em comunidade e de ter acesso aos serviços públicos em particular à saúde e à educação escolar dos filhos. (CARNEIRO DA CUNHA apud BRASIL, 2015, p. 7)

Uma das características fundamentais da região em análise é o intenso trânsito entre lugares e as imigrações sazonais, especialmente nas beiras de rios. Com a abertura da rodovia Transamazônica⁵ se intensifica a ocupação rural e com isso temos duas realidades distintas: a vida ribeirinha e a vida rural. A formação das agrovilas na zona rural, por exemplo, que foi proposta de assentamento rural feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), se deu através do agrupamento de famílias por meio da construção de espaços comuns, tais como igrejas, campos de futebol ou quadras, que serviam tanto como lazer como espaço de organização política dos grupos sociais. O Incra oferecia as chamadas terras “devolutas” às famílias que residiam próximas às margens das rodovias e dos chamados travessões⁶. Somente a partir desses ambientes que as famílias foram solidificando enquanto comunidade.

3. O (DES)VALOR DOS OBJETOS DE VIDA

Foi através do seu Amadeu, comerciante da região, que compreendi a significância de “casa de morada”, – o que acredito que ser algo, como enfatizado por Carneiro da Cunha apud Brasil (2015), que pode ser ampliado para o contexto local. O lugar em que se mora é completamente diferente do lugar em que se trabalha, isto é consenso. Nas áreas urbanas da região, o local de trabalho é chamado de “ponto comercial”, o que se difere por consequência das casas de suporte ou de morada na cidade, nas ilhas e nos vilarejos.

⁵ A Transamazônica faz parte do projeto geopolítico de integração nacional executado durante o Regime militar, na década de 1970. Terceira maior rodovia do Brasil, com 4.223 quilômetros de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba, à Lábrea, no Amazonas, corta sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

⁶ Travessão, travessa ou vicinal são estradas de terras abertas durante o Projeto de Colonização da Transamazônica, que partem da rodovia principal seguindo mata adentro no lado sul e norte. Dentro dos travessões existem outras estradas abertas, que formam uma espécie de “ruas”, essas ruas são chamadas na região de “ramal”. Por causa dessas estradas, a região da Transamazônica é conhecida como “espinha de peixe”, sendo a rodovia vista como o dorso e os travessões como espinhas.



Entretanto, é comum na região da Volta Grande e em seu entorno haver hibridez nesses espaços, sendo os pontos comerciais também casas e casas também pontos comerciais, constituindo uma relação simbiótica entre o público e o privado. Nesse sentido, casa de morada ao mesmo tempo em que é redundante, do mesmo enfatiza a especificidade de sua não-hibridez, de uma singularidade que abriga o sentido de único de lar, um espaço privado. Seu Amadeu nas conversas que tivemos enfatizava constantemente que ele queria uma casa de morada e um ponto comercial, como tinha antes.

Amadeu tem um caso bastante emblemático. Ao longo dos últimos anos morando em uma agrovila chamada Santo Antônio, que ficava entre às margens da rodovia Transamazônica e às margens do rio Xingu, trabalhou como comerciante. Este imigrante do nordeste paraense iniciou a vida na Volta Grande trabalhando com pesca e com agricultura familiar, mas foi com o comércio que mais se identificou. Ele tinha na agrovila dois terrenos, uma casa de morada e um estabelecimento comercial, que era a fonte de renda de sua família. O ponto comercial foi avaliado como uma benfeitoria, uma fonte de renda compreendida nas relações produtivistas, sendo por isso passível de indenização pelos dois lugares. Este não teria sido um caso emblemático se o valor proposto pelas indenizações não tivessem sido muito abaixo do esperado e do considerado justo por Amadeu. Como não aceitou as propostas, o processo ocorria em justiça escrita pelos papéis que não sabia ler⁷.

Situação de seu Amadeu é bastante diferente dos pescadores, que tinham uma relação menos compreendida. Grande parte dos pescadores impactados por Belo Monte tinham mais de uma moradia: além das casas de morada, também mantinham “casas de apoio”⁸ nas cidades e nos pequenos vilarejos, e também ocupavam as ilhas onde pescavam com barracões que serviam de apoio de trabalho. De modo geral, é possível afirmar⁹ que os valores das indenizações propostas não permitiam reconstruir a vida dessas famílias noutro local com condições similares e muito precariamente permitiam viver nas periferias dos centros urbanos (BRASIL, 2015). Em muitos casos, como de seu Élio, pescador do Xingu, a proposta de indenização da ilha onde ficava seu ponto de pesca, que era fonte de subsistência e de trabalho, foi de três mil reais.

Nas conversas que tive com o comerciante, seu Amadeu, ele explicou que os bens que possuía serviam tanto como instrumento de trabalho quanto meio para o lazer da família e da comunidade em que morava. Os barracões que tinha eram montados nas ilhas

⁷ Até a última vez que conversei com ele, em 2016, o processo ainda estava em análise na Defensoria Pública da União de Altamira.

⁸ Casas de apoio é um termo muito utilizado na região para designar casas coletivas de famílias. Elas eram administradas pelos chefes de família, matriarcas e patriarcas, e serviam de apoio para os membros da família que trabalhavam na cidade e para as crianças e jovens que precisavam concluir seus estudos.

⁹ A partir das pesquisas de campo realizadas na região entre os anos de 2015 e 2016. Mais informações, ver REIS (2016).



próximas de sua casa em dias de festa e a pesca garantia boa parte da alimentação dos eventos. Os barcos e os utensílios de pesca não tem sentido se não houver um rio para navegar e peixes para pescar – se fizermos uma pequena biografia cultural desses objetos, poderemos identificar as funções sociais e culturais, assim como as relações produzem sentidos aos modos de vida que os mantêm. As rupturas que a construção da barragem provocou evidenciam a significância dos objetos de vida.

A pesca comercial hoje é proibida na região devido a diminuição absurda da quantidade de peixe após barramento do rio Xingu. As palavras de seu Amadeu esclarecem: “eu tinha tudo, tinha o Xingu, praia boa, a minha canoa, os meus utensílios de pesca para eu ir pescar e fazer disso meu lazer”. Um importante fragmento do Relatório Inspeção Interinstitucional também sinaliza práticas semelhantes na região.

Ao responder sobre a localização e a situação do “ponto de pesca” dos pescadores e pescadoras da comunidade, o Sr. Hélio revela o quanto é importante não simplificar este termo, numa abordagem externa. Um dos lugares da Vila onde pescavam, era ponto de pesca, ponto de ensino e muito mais, conforme é possível compreender seguindo esse fio de memória. Ficava na “praia”, onde pescavam, brincavam, comiam, festejavam, ensinavam e aprendiam. Esta expressão, conforme a qualificou o Sr. Hélio, condensa muitos sentidos. Ali estavam os peixes, era um dos lugares de trabalho, de convivência familiar e comunitária, de ensino das crianças e jovens, o sustento material, a alimentação culturalmente adequada, a festa. (BRASIL, 2015, p. 75)

Para garantir que todas as famílias presentes no raio de impacto da usina fossem removidas, o Estado tomou uma medida legal (em termos jurídicos, é o que se chama de “utilidade pública”) para legitimar que muitas casas fossem derrubadas mesmo sem acordo de indenização e/ou contra a vontade do morador. A utilidade pública garante tais medidas em prol de um suposto benefício comum e, nesse caso, nacional. A mercantilização forçada dos objetos de vida subsidiou o Estado para justificar ações extremas, como derrubar casas, já que podia ressarcir em reais pelos espaços desapropriados.

Pela perspectiva da biografia cultural das coisas (KOPYTOFF, 2008), pode-se compreender que os objetos de vida transitam entre diferentes fases, momentos e são possuidores de uma vida social (APPADURAI, 2008). Os utensílios de pesca ao mesmo tempo em que se constituem como instrumentos de trabalho, também permitiam que os lanços familiares e comunitários pudessem ser mantidos. Nessa lógica, ocorre uma espécie de dupla perda para as populações ribeirinhas que foram impactadas. A primeira perda remete ao próprio valor em reais das indenizações que não permitia que, na maioria dos casos, essas famílias mantivessem seus modos de vida, uma vez que foram relocadas para locais distantes dos rios, remanescendo nas periferias das cidades vizinhas ou em agrovilas mais distantes. A segunda perda foi provocada pela falta de sentido ao qual esses objetos



de vida foram submetidos, seja pelo abandono, seja pela destruição das casas derrubadas¹⁰, seja pela inutilidade. Sem o contato com o rio, as relações estabelecidas nas beiras dos rios se esvaem.

Sobre a esfera dos valores de troca, Igor Kopytoff (2008, p. 97) esclarece que “coisas diferentes têm que ser selecionadas e cognitivamente assemelhadas entre si quando colocadas dentro de cada categoria, e distinguidas entre si quando colocadas em categorias distintas”. Quando categorizadas, as coisas sofrem um processo de valoração que distingue os objetos que valem mais e os que valem menos dentro da lógica capitalística, ou seja, adentram um campo hierárquico de valores. Nesse sentido, os espaços desapropriados, as casas e barracões derrubados foram considerados objetos de pouco valor dentro da categoria “casa” ou “barracão”, primeiro porque eram construções feitas com matérias simples e de pouco valor comercial. Tal ação isolou os objetos e os descontextualizou dos meios em que estavam inseridos, homogeneizando os diferentes modos de vida e desvalorizando-os ao valorá-los.

Ao rememorar os dois espaços que ocupou durante anos, o ponto comercial e a casa de morada, seu Amadeu descreve que no lote do comércio foi também onde aprendeu a cultivar arroz, uma das três grandes produções incentivadas pelo Incra na região (arroz, cacau e pimenta do reino). A casa de morada de seu Amadeu tinha 500 metros de frente com um quintal que chegava ao rio, que de tão grande não sabia as medidas. A casa e o quintal fazem parte do território onde se estabelecem as construções simbólicas de vida de Amadeu, portanto, não estão desassociadas. Uma casa derrubada é um território que se desintegra.

Um agravante das situações de muitas famílias indenizadas por Belo Monte foi a limitação de compensação aos danos sociais. Há inúmeros processos contra a empresa Norte Energia por não considerar a posse de mais de um lugar. Na visão da empresa e do Estado, as famílias não podiam ocupar mais de um local simultaneamente. Sem o título da terra, as famílias precisavam comprovar que viviam em diferentes lugares ao mesmo tempo.

Quando a Volta Grande do Xingu foi decretada utilidade pública, muitas localidades não eram regularizadas em termos fundiários, por isso o valor das indenizações recaía somente ao que foi cultivado em termos de benfeitorias no local. Sobre os valores das indenizações, Élio, o pescador, diz que nunca vai esquecer o valor dado em reais para o que ele tinha como um bem precioso: o seu quintal, que tem como parte integrante a terra, o rio, a fauna e a flora.

¹⁰ Muitas ilhas foram queimadas como parte das medidas de minimização dos impactos ambientais, como já mencionado anteriormente. Ouvi relatos de famílias que tiveram suas casas destruídas sem a devida permissão.



Um pé de manga custava quatorze reais. Eu falava assim: “quatorze reais não paga nem a safra de um ano, se você for vender a manga, que um pé de manga não dá só cem mangas, dá milhares de mangas”. Se eu fosse vender à dez reais o cento de manga, quanto eu não fazia a cada ano, né?! Um pé de abacate era nove reais. Um pé de cacau era noventa reais. [Mas porque o cacau vale mais?] Porque o cacau é foco da região. Um pé de cacau, na verdade, começa a produzir com três anos e vai até cinquenta anos produzindo. Um pé de limão era onze reais, um pé de acerola vinte e nove reais, me lembro tudinho.¹¹

O que Élio esclarecia também se referia às condições mínimas para a reconstrução da vida na região, uma vez que com o valor baixo do ressarcimento das benfeitorias, as famílias encontravam inúmeras dificuldades da manutenção das condições mínimas de sobrevivência, – principalmente as famílias de pescadores, que não cultivaram grandes extensões de terra, como fizeram os pequenos agricultores da zona rural. Assim, comprar outro lote, outra casa, manter-se próximo ao restante da família, em especial dos filhos, continuar a atividade pesqueira após a barragem do rio, dentre outros, foi algo que se tornou cada vez mais difícil.

3.1 A perda, os objetos e a memória

Quando Peter Stallybrass (2016) analisa a Inglaterra do século XIX no ensaio *O casaco de Marx*, a partir dos textos e dos relatos de vida do grande pensador Karl Marx, o autor faz uma série de reflexões sobre as casas penhores, mercadoria, objetos e memória. Para Stallybrass (2016, p. 64), “penhorar um objeto é despojá-lo de memória”. Apesar das observações deste autor se referir a uma época e um contexto particular, há peculiaridades que são quase universais, por assim dizer, já que são operadas pela lógica produtivista do capitalismo. Desde a época analisada, as famílias mais pobres eram as que mais frequentavam as casas de penhores, eram as que trocavam seus objetos mais valiosos por dinheiro: “para os pobres, as memórias estavam inscritas em objetos que eram assombrados pela perda. Pois os objetos estavam o tempo todo prestes a sumirem” (STALLYBRASS, 2016, p. 66).

No início do século XX e com mais intensidade durante a ditadura militar no Brasil, ocorre a modernização da Amazônia. Grandes projetos de desenvolvimento, como as hidrelétricas, foram planejados e executados. A UHE Belo Monte surge enquanto proposta na década de 1970, mas somente foi implementada décadas depois. A partir desse momento, os objetos de vidas das populações impactadas começaram a ser assombradas pela perda.

¹¹ Élio Alves. Entrevista gravada em áudio, pesquisa de campo realizada em 2015.



A construção da barragem de Belo Monte aconteceu permeada de “um processo de expropriação dos meios de produção e de reprodução da vida dos grupos ribeirinhos impactados pela UHE” (BRASIL, 2015, p. 5), pois na maioria dos casos, as perdas eram maiores que os benefícios. Os meios de produção é o que mantém diversos modos de vida que se estabelecem em uma relação de dependência mútua.

No meio dos escombros de sua casa demolida, Da. Rita apresentou ao Grupo de Inspeção o forno em que cozinhava com carvão do coco do mesmo babaçu de que extraía o azeite, o grão, a palha, o leite, o bagaço e o talo, tudo utilizado para manter um modo de vida que a família, de cerca de 30 indígenas Xipaya, consolidou nos 36 anos em que ocupa a belíssima ilha do Cotovelo do Bacabal. (BRASIL, 2015, p. 5-6)

Os modos de vida amazônidos se consolidaram por meio do contato constante com rio e com a terra. A convivência entre diferentes culturas, indígenas e não-indígenas, possibilitou uma troca grande entre diversos saberes, que deu suporte para distintos tipos de ocupação, especialmente após a década de 1970, quando foi incentivada a imigração para a Amazônia como um todo. Sobre os diferentes modos de ocupação, o Relatório de Inspeção Interinstitucional (2015, p. 5) também pontua que:

Além da pesca, os cultivos encontrados revelaram um padrão cultural de ocupação do território que se repetiu nos diversos locais visitados, de complementariedade entre a agricultura e a pesca, às vezes combinados com a criação de animais. Um *manejo de recursos naturais e uma relação com a natureza característico de comunidade tradicional* (Professora Sônia Magalhães). Uma forma de ocupação, de economia familiar, de relação de vizinhança e parentesco, de patrimônio ecotécnico e cultural, além do padrão de residência bilocal, que revelaram o *caráter pescador-camponês do modo de vida ilhéu nas localidades visitadas* (Professor Mauro de Almeida).

As condições de vida são exógenas ao ser e acontecem por meio do contexto social e político em que as populações estão inseridas. Por essa via, Judith Butler (2015) contribui para as reflexões ao apresentar o conceito precariedade como condição da própria vida. A autora enfatiza que a manutenção da vida está diretamente vinculada às condições sociais e políticas, uma vez que a vida em si é precária, ou seja, não depende somente da potência de vida do ser para que existir. As condições sociais e políticas são cruciais para a manutenção da vida e, por essa perspectiva, a preservação do meio ambiente seria uma condição extremamente importante para a sobrevivência das comunidades tradicionais, que dependem diretamente da floresta e do rio para subsistência.

Diferentes casos foram observados na região (REIS, 2016). Dentre esses, há o de dona Antônia que era proprietária de um restaurante, onde também residia, na beira da Transamazônica, parte da agrovila Santo Antônio, localizada no quilômetro 50 da rodovia (sentido Altamira-Marabá). D. Antônia tinha estabilidade financeira com o restaurante e com o comércio na beira da estrada, onde “vendia de um tudo”, como ela mesma disse. Lembra



com carinho dos favores que pedia aos vizinhos, que eram próximos de localização e de afeto. A casa-comércio abrigava Antônia com seus trezes filhos, netos e agregados. No ano de 2016, quando a conheci, ela estava em uma realidade completamente diferente: o ônibus já não passava mais em sua porta, vivia em um isolamento geográfico e com uma insatisfação grande, onde se via forçada a uma ressignificação profunda da própria vida, longe de doze filhos que se espalharam pela região.

Sobre a proposta de indenização do restaurante de Antônia, ela narrou que a Norte Energia inicialmente havia feito uma proposta de cinquenta mil reais pelo restaurante, pelo ponto de comércio e pela casa. O que ela questionou severamente, esclarecendo que tinha muitos filhos, que todos residiam com ela e que a maioria dependia dela direta e indiretamente. Dois meses depois foi feita outra avaliação e o valor subiu para R\$ 130 mil. As divergências entre valores tornou-se uma realidade bastante comum após Belo Monte. Com as famílias extensas, os valores podiam ser considerados ainda mais baixos. No caso de Antônia, a indenização recebida foi dividida entre ela e os trezes filhos que já tinham também suas próprias famílias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de Belo Monte aconteceu permeada de controvérsias e sem o cumprimento de muitas condicionantes¹² de licenciamento ambiental. Dentre os atingidos, pode-se afirmar que as populações ribeirinhas que dependiam do rio para subsistência foram as mais impactadas, pois as indenizações irrisórias e a mudança para locais distantes do rio afetaram socialmente todos os seus modos de vida. A desterritorialização dessas comunidades ribeirinhas ou beiradeiras “não abala apenas econômica e emocionalmente as famílias, que perderam não apenas seu local de moradia, mas a possibilidade de viver como viviam” (FRANCESCO; CARNEIRO, 2015, p. 38). Após o deslocamento forçado dessas famílias, muitos objetos de vida se perderam no caminho dos intensos trânsitos.

O Estado ao atribuir um valor de mercado às benfeitorias feitas nos lugares indenizados destituiu de memória e de sentido os objetos, tais quais, casas, barracões, materiais de trabalho, etc., já que “um objeto só pode voltar ao seu estado de mercadoria e readquirir seu valor de troca se for despojado de sua particularidade histórica” (STALLYBRASS, 2016, p. 64-65). Os valores socioculturais envolvidos nesses processos foram poucos visibilizados justamente pelos objetos de vida terem sido destituídos de memória, o que apaga as marcas históricas e o sentido que só ganham quando

¹² Condicionantes de licenciamento são ações previstas para diminuir os impactos ambientais e sociais na região afetada pela construção de uma hidrelétrica.



relacionados ao meio em que estavam inseridos. A escolha por um lugar para se viver não foi e nem é aleatória para qualquer grupo humano, nem para indivíduos isolados. Existem muitos motivos pelos quais as famílias escolheram se estabelecer na Volta Grande e isto precisa ser debatido.

Nos últimos anos, com a venda de pequenas propriedades, o pasto para criação de gado aumentou consideravelmente, só parando nas agrovilas por questões de força maior. As agrovilas, por sua vez, foram inchando para abrir espaço aos novos moradores, que não eram novos nas localidades, mas eram os mais recentes, que com tantos deslocamentos ainda não perderam o título de imigrantes. Os mais novos vizinhos eram aqueles que tiveram que se deslocar por causa de Belo Monte, “expulsos por Belo Monte, [como] Raimunda e João” que se tornaram “refugiados em seu próprio país” (BRUM, 2015, grifo meu) ou simplesmente expulsos como seu Amadeu, que se mudou para a agrovilla D’Vinci, no km 18 sentido leste da Transamazônica, sem acordo com a empresa responsável pela construção de Belo Monte, a Norte Energia S/A.

Como já mencionado na apresentação da questão de pesquisa, parte da análise dos processos de (des)valorização do valor simbólico, social e cultural dos bens indenizados por Belo Monte foi feita por meio de um estudo do *Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte*, que apresentou relatos de caráter etnográficos feitos com chefes¹³ de família que participaram dos processos indenizatórios, e que também expõem reflexões importantes de pesquisadores acadêmicos e antropólogos. Mesmo que mais fragmentos não tenham sido apresentados, todos contribuíram para as reflexões. A outra parte da análise teve como base pesquisas de campo realizadas na região entre os anos de 2015 e 2016.

A metodologia de análise do relatório e da própria pesquisa de campo dialogou com a história oral (DELGADO, 2010) da região como “uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2003, p. 23). Somente por meio da história oral e da memória social que podemos compreender melhor as imbricações presentes nos processos indenizatórios, entendendo que o valor do espaço está para além das questões de mercado, uma vez que ao se tratar de fonte de subsistência, o saber local (GEERTZ, 2014) revela as funções sociais e culturais do lugar. A biografia cultural das coisas (KOPYTOFF, 2008) colaborou para que compreendermos que “por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

¹³ Como chefes se considera tanto as matriarcas quanto os patriarcas.



Justifica-se, portanto, a relevância dessas reflexões considerando a situação emergencial de um debate crítico sobre os mecanismos de invisibilização das populações ao longo da construção de Belo Monte. Privilegia, assim, as memórias que não somente fazem parte da diversidade de culturas presentes na região, mas que também recompõem a história social da Amazônia, seus valores socioculturais e simbólicos.

Conclui-se também que a construção da hidrelétrica de Belo Monte esteve permeada pelo pensamento colonial, que privilegiou interesses econômicos em prol dos interesses locais. É importante enfatizar que o *outro* da Amazônia faz parte dos discursos hegemônicos que operam sobre a região. Nesse sentido, as reflexões apresentadas se alinham com os pensamentos de Hardt e Negri (2001, p. 142) quando afirmam que “a alteridade não é dada, é produzida”.

5. REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. Altamira, 2015. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf>. Acesso em: out. 2017.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER. J. **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DELGADO, Lucilla de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. **História Oral**, 6, 2003, p. 9-25.

FRANCESCO, Ana de; CARNEIRO, Cristiane (Orgs.). **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERNANDEZ, Francisco del Moral; MAGALHÃES, Sônia Maria Barbosa. *Ciência, cientistas, democracia desfigurada e licenciamento ambiental sob constrangimento: o caso Belo Monte*.



In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: A mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008.

NEGRI, M.; HARDT, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: ed.ufpa, 2012.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupa, memória, dor**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

REIS, Camila do Socorro Aranha dos. **Território da perda: memórias inundadas e fotografia na Amazônia pós Belo Monte**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Contemporânea) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VICH, V.; ZAVALA, Virginia. **Oralidad y poder: Herramientas metodológicas**. Bogotá: Norma. 2004.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias****BELO MONTE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SOBRE O TERRITÓRIO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO XINGU**

Girlian Silva de Sousa (Universidade Federal do Oeste do Pará)¹
E-mail: gyr_gil@yahoo.com.br

Juarez Pezzutti (Universidade Federal do Pará)²
E-mail: Juarez.pezzuti@gmail.com

RESUMO

Consubstanciado no modelo de desenvolvimento econômico pautado em grandes e onerosos projetos, o empreendimento UHE Belo Monte mobiliza expressivo volume de dinheiro público (R\$ 22,5 bilhões, equivalentes a 80% do investimento total do projeto), gerando externalidades socioambientais negativas. O empreendimento faz parte de um projeto mais abrangente que visa a inserção das empresas nacionais no mercado internacional e a garantia de atendimento das demandas da economia chinesa. Historicamente, o processo de implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil está marcado pelos conflitos de interesses políticos, étnico-sociais e econômicos, configurando-se campo de disputa de poder, de mudanças na configuração territorial e de alteração das relações sociais historicamente construídas (CASTRO et al., 2014; DE FÁTIMA BRAGA et al., 2011; VAINER, 2008; ARAUJO, 1992; MAGALHÃES, 2009). Isto posto, a UHE Belo Monte se impõe como violência simbólica (BOURDIEU, 1989), sobre cidadãos, ribeirinhos, povos indígenas e suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2004), desconsiderando especificidades étnico-culturais e a magnitude das transformações no modo de vida dos povos impactados pelo projeto (CUNHA, 2009; ACSELRAD; MELLO, 2009). À vista disso, o presente artigo objetiva refletir sobre as transformações socioambientais ocasionadas pelo empreendimento UHE Belo Monte. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre a temática. As principais conclusões são relativas à não observância das condicionantes do projeto e às tentativas de obnubilação dos custos sociais e ambientais ocasionados pelo empreendimento.

Palavras-chave: UHE Belo Monte, Conflitos, China, Transformações socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

¹ Professora do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFGA.

² Doutor (Ecologia) Unicamp, Professor da Universidade Federal do Pará, Professor dos Programas de Pós-Graduação: PPGDSTU/NAEA; PPGZool/UFGA-MPEG e PPGEAP/UFGA.



O processo de ocupação do território amazônico é historicamente marcado por conflitos socioambientais decorrentes da luta pela apropriação e exploração econômica dos recursos naturais da região. Destacam-se nesse sentido, os projetos de desenvolvimento econômico regional, cujo condicionamento à dinâmica de atendimento das demandas dos mercados externos, resulta em conflitos e externalidades negativas na esfera local (CASTRO, 2012; MORENO, 2015; MONTAÑO, 2014; BRANDÃO, 2012).

Até meados do século XIX, a insuficiência interna de recursos tecnológicos e de capitais para a superação das barreiras naturais amazônica, impediram a intensificação do processo de ocupação do território e de exploração dos recursos naturais. O processo de degradação da Amazônia se intensifica a partir da década de 1970, quando, inaugura-se a partir de então, “as décadas da destruição” – marcadas pelo acentuado processo de predação e disputas pela apropriação e ocupação do território (PADUA, 2000; CASTRO, 2008; MARGARIT, 2013; BOURSCHEID JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013).

Desta forma, o empreendimento UHE Belo Monte mobiliza expressivo volume de dinheiro público, criando externalidades socioambientais negativas. Parte de um projeto mais abrangente que visa a inserção das empresas nacionais no mercado internacional e a garantia de atendimento das demandas da economia chinesa. Historicamente, o processo de implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil está marcado pelos conflitos de interesses políticos, étnico-sociais e econômicos, configurando-se campo de disputa de poder, de mudanças na configuração territorial e de alteração das relações sociais historicamente construídas (CASTRO et al., 2014; DE FÁTIMA BRAGA et al., 2011; VAINER, 2008; ARAUJO, 1992; MAGALHÃES, 2009).

Isto posto, a UHE Belo Monte se impõe como violência simbólica (BOURDIEU, 1989), sobre as populações locais e suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2004), desconsiderando especificidades étnico-culturais e a magnitude das transformações no modo de vida dos povos impactados pelo projeto (CUNHA, 2009; ACSELRAD; MELLO, 2009).

À vista disso, o presente artigo objetiva refletir sobre as transformações socioambientais ocasionadas pelo empreendimento UHE Belo Monte. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre a temática. As principais conclusões são relativas à não observância das condicionantes do projeto e às tentativas de obnubilação dos custos sociais e ambientais ocasionados pelo empreendimento.

2. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL



Até meados do século XIX, a insuficiência interna de recursos tecnológicos e de capitais para a superação das barreiras naturais amazônica, impediram a intensificação do processo de ocupação do território e de exploração dos recursos naturais. Foi necessária a descoberta de benefícios econômicos que atraíssem o interesse do capital europeu e norte-americano, e compensassem os elevados custos para a exploração de recursos naturais na região (PÁDUA, 2000; SANTOS, 1980). Os incentivos econômicos à produção da borracha para a demanda do mercado externo a partir de 1850, foram tão significativos que desestimularam a concorrência na produção de outros fatores de produção pelos demais setores da economia (SANTOS, 1980). Contudo, a efemeridade histórica do ciclo econômico da borracha retardou o surgimento de estruturas socioeconômicas mais complexas e permanentes, capazes de intensificar a destruição da floresta no início do século XX (PÁDUA, 2000).

A partir da década de 1930, o Brasil adota a industrialização como modelo desenvolvimentista. Este projeto se inicia durante o governo Vargas (1930-1945), se intensifica com o governo Kubitschek (1956-1961) e se consolida durante o período militar, a partir do golpe de 1964 (BOURSCHEID JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013; GIAMBIAGI et al., 2011). Destarte, o processo de degradação da Amazônia se intensifica a partir da década de 1970, quando apenas 1% da sua cobertura original havia sido devastado. Inaugura-se a partir de então, “as décadas da destruição” – marcadas pelo acentuado processo de predação e disputas pela apropriação e ocupação do território (PADUA, 2000; CASTRO, 2008; MARGARIT, 2013; BOURSCHEID JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013).

Este cenário é produto da racionalidade que dissocia natureza, progresso e equidade social - e esteve na origem dos projetos de integração e desenvolvimento econômico para a região amazônica (KUBITSCHEK, 2000). Desde o período colonial, “a Região Norte configurou-se em grande incógnita para os dirigentes nacionais. A selva tropical era ao mesmo tempo exuberante e devastadora, no que diz respeito aos corpos que consumia no movimento de desbravamento de seu interior” (BOURSCHEID; PEDROSO; CUNHA, 2013 p. 97). Assim, as visões de vazio geográfico e de natureza indomada são recorrentes no ideário sobre a Amazônia – permanecendo arraigada nos atuais megaempreendimentos para a região, nos quais, a população nativa é ignorada e posta à margem (CASTRO, 2008; FONTES, 2006).

Durante o governo militar, o planejamento regional estratégico da Amazônia centralizou-se na construção de estradas visando a integração das regiões sul e sudeste às regiões mais isoladas do país. Por conseguinte, a Transamazônica e a BR-364 confluíam os interesses de soberania nacional e progresso através da prospecção dos recursos naturais amazônicos para o abastecimento das regiões industrializadas do país (BOURSCHEID



JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013). Lucio Flávio Pinto define a construção do eixo viário de integração nacional como “o episódio mais traumático de toda a história amazônica”³ (PINTO, 2014, p.71). Produto dessa lógica, a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) gerou “disputas materiais e simbólicas sobre o território e seus recursos, identidades, valores e racionalidades intrínsecas às dinâmicas próprias do mundo social” (CASTRO, 2008 p. 9).

Historicamente, este representa o marco inicial do período atração da grande empresa agropecuária e mineradora na região. O interesse do mercado de exportação de commodities agropecuárias e mineral na região, promoveu a substituição da floresta, do pequeno agricultor e das comunidades tradicionais e seus modos de cultivo, por núcleos urbanos e pela monocultura empresarial. À medida em que o grande capital se consolida através do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, acirram-se os conflitos e a degradação ambiental (MARGARIT, 2013; CASTRO, 2008; BOURSCHIED JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013)

2.1 A floresta na dinâmica Brasil made in China: os grandes projetos na Amazônia

No complexo mundo globalizado, as múltiplas escalas entre o local e o global determinam as dinâmicas do desenvolvimento econômico territorial, posto a existência de conflitos de interesses endógenos e hierarquias de fatores macroeconômicos, capazes de redesenhar as fronteiras territoriais (BRANDÃO, 2012). Neste sentido, a China como grande potência econômica e geopolítica, é considerada a principal estrutura orgânica do crescimento da economia mundial (WOLF, 2017). A racionalidade do sistema econômico chinês engendra transformações materiais e socioculturais ao redor do planeta. Isto decorre da atuação dual como produtor de mercadorias industrializadas - que abarrotam os mercados ao redor do mundo; e como maior comprador mundial de matérias-primas:

Ao assumir o papel de grande fábrica do mundo, o país criou dinâmicas decisivas que radicalizaram a divisão internacional do trabalho, descentralizando a indústria, por um lado, e também desindustrializando e reprimarizando várias economias, impulsionando uma grande demanda de recursos naturais, o que vem, por sua vez, reconfigurando uma divisão internacional da natureza: o longo da última década, a demanda chinesa foi o principal fator responsável pela alta dos preços internacionais das commodities e consolidou-se como o motor da expansão da indústria extrativa em nível global (MORENO, 2015 p. 12).

O modo de produção chinês viabilizou em termos de preço e escala de produção, o atual nível de consumismo de massa, permitindo que o intenso processo de urbanização criasse subjetividades tão significativas que transformaram o metabolismo do sistema

³ Para um estudo aprofundado do que Flávio Pinto considera “a mais grave tentativa de apropriação indébita de terras públicas do país”, consultar Pinto, (2014).



capitalista no século XXI⁴ (MORENO, 2015; BRANDÃO, 2012; WOLF, 2017). A colossal indústria chinesa demanda aportes constantes de matérias-primas e recursos naturais - prospectados ao redor do planeta. Grãos, carnes, fibras, minérios, madeiras, exigem logística e infraestrutura para escoamento, condizentes com os padrões de eficiência exigidos por seu modo de produção. Isto requer dos parceiros comerciais da China (produtores de matérias-primas e recursos naturais), a adequação das estratégias nacionais e regionais às demandas de eficiência chinesas - o que tem produzido profundas e irreversíveis transformações nos territórios onde o “*Chinese dream*” consubstancializa pesadelos desenvolvimentistas de escalas inéditas (MORENO, 2015).

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, que por sua vez, é o principal parceiro comercial da China na América Latina. Isto significa que o fluxo comercial também se reflete no volume de investimentos diretos chineses no Brasil, quarto destino dos investimentos diretos da China no exterior. A pauta de exportação brasileira para a China está concentrada na soja, minério de ferro e petróleo – o que justifica o interesse Chinês em garantir o escoamento dos fluxos logísticos de matérias-primas e recursos naturais através de investimentos em obras de infraestrutura, com vista a melhorar a conectividade dos países da América Latina e do Caribe entre si, e destes com a China (MORENO, 2015).

Cabe lembrar, que tanto os projetos em execução no âmbito dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), como os que integram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), visam acelerar o processo de internacionalização das empresas brasileiras. Nesse sentido, as fronteiras da Amazônia outrora vistas como um problema de segurança nacional, hoje são estratégicas para a integração econômica sul-americana, representando uma grande vantagem brasileira (CASTRO, 2012; CARVALHO, 2011).

Por conseguinte, o capital chinês se faz presente nos projetos de infraestrutura do PAC II - geração e transmissão de energia, e integração logística multimodal da região (portos, ferrovias, estradas, rodovias, hidrovias, silos), cujo discurso sobre a necessidade de integração nacional e garantia de competitividade ao agronegócio, assegura a presença chinesa no território brasileiro (ZARAPOLLI, 2017; CARVALHO, 2011; MORENO, 2015). Neste sentido, Camila Moreno explica que a consolidação do Arco Norte é convergente interesses estratégicos do setor produtivo brasileiro e da China.

A efetivação do Arco Norte é crucial na estratégia de crescimento do agronegócio e para a expansão da fronteira minerária brasileira, com perspectivas futuras de integração ao canal interoceânico planejado pela China na Nicarágua, com vistas a promoção de novos fluxos e rotas globais (MORENO, 2015). Nesta perspectiva, enquanto o IIRSA representa a

⁴ Para maior aprofundamento sobre o tema, vide MORENO, (2015).



oportunidade brasileira para a conquista da hegemonia regional, a Amazônia permanece no papel de viabilizadora do processo de concentração de riquezas em outras regiões do país e do mundo, concentrando em âmbito local a externalidades negativas da especialização na exportação de matérias-primas (CARVAHO, 2011; MORENO, 2015; CASTRO, 2012).

3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE BELO MONTE SOBRE TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO XINGU

Previsto para inundar uma área de aproximadamente 500 km², o reservatório de Belo Monte deverá afetar diretamente outros 1.000 km² no local de construção do empreendimento. Sendo que entre 20.000 e 40.000 estão previstas de serem desalojadas de suas casas (GREENPEACE, 2016). O empreendimento tem sido associado ainda, a uma série de externalidades sociais negativas como inchaço populacional e aumento da demanda por serviços de saúde, educação (embora a infraestrutura da cidade seja insuficiente), aumento da violência, prostituição, consumo de drogas e tráfico de pessoas na cidade de Altamira, agravamento do processo de desmatamento (GREENPEACE, 2016). Afora esses impactos, a intensa redução na vazão do rio representa ameaça para a soberania e a segurança alimentar dos povos indígenas da Volta Grande:

De acordo com a análise do EIA de 2009, os povos indígenas que vivem ao longo da Volta Grande, além de perderem os peixes dos quais dependem para se alimentar, não serão mais capazes de viajar de barco para Altamira para vender seus produtos ou comprar bens de consumo, enquanto as comunidades acima da barragem principal perderão o acesso aos peixes migratórios. A redução da vazão afetará ainda a agricultura da região, a qualidade da água e a floresta do entorno, enquanto a água parada remanescente da redução da vazão do rio se converterá em criadouros perfeitos para os mosquitos portadores da malária e de doenças transmitidas pela água (GREENPEACE, 2016 p. 33).

Desta forma, a UHE Belo Monte materializa a racionalidade do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, pautado em grandes e onerosos projetos de empreendimentos, com vistas ao atendimento das demandas externas. Além do expressivo volume de dinheiro público mobilizado (R\$ 22,5 bilhões, 80% do investimento total), os novos projetos de hidroeletricidade contam com o incentivo diferencial do capital chinês, para baratear custos e acelerar processos (MORENO, 2015).

A emergência de tais interesses tem impulsionado a flexibilização da legislação ambiental; o desprezo aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e de outras populações atingidas; o atropelo do processo de licenciamento ambiental; desrespeito a responsabilidades fiscais, entre outras violações, a despeito da grande mobilização nacional



e internacional (CASTRO et al., 2014; DE FÁTIMA BRAGA et al., 2011; VAINER, 2008; ARAUJO, 1992; MAGALHÃES, 2009; MORENO, 2015; OLIVEIRA; COHN, 2014; MONTAÑO, 2014).

O empreendimento se impõe como violência simbólica sobre cidadãos, ribeirinhos, povos indígenas e suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2008), desconsiderando especificidades étnico-culturais e a magnitude das transformações no modo de vida dos povos impactados pelo projeto (CUNHA, 2009; ACSELRAD; MELLO, 2009; MONTAÑO, 2014). Não obstante, Belo Monte representa uma amostra da racionalidade capitalista mundial de mercadorização dos recursos naturais, na qual, a expansão das fronteiras da Amazônia através de grandes empreendimentos – sobretudo, os megaempreendimento de infraestrutura, integram as macroestratégias dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, com o apoio do Estado, para a exploração e controle dos recursos naturais (CASTRO, 2012; MORENO, 2015).

Nesse sentido, a hidrelétrica de Belo Monte tem sido apontada como o projeto que abre de forma definitiva a viabilização de mineração em terras indígenas. Ao lado de Belo Monte, na Volta Grande do rio Xingu, o projeto Belo Sun, de uma mineradora canadense, seria a maior planta de mineração de ouro a céu aberto do país (MORENO, 2015 p. 79).

A construção de hidrelétricas na Amazônia tem sido implementada às custas da violação dos direitos das populações locais, em especial, dos direitos povos indígenas sobre seus territórios. Neste processo, o acesso aos recursos naturais são privatizados e os passivos socioambientais socializados ou ignorados. Desta forma, a Amazônia se consolida como “fronteira” social e jurídica (MORENO, 2015). Nesta concepção, “fronteira” está intrínseca a noção de assimetria de forças, cujas vítimas são indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, posseiros (MORENO, 2015; CASTRO, 2008, ALMEIDA, 2008).

CONCLUSÕES

A intensificação do processo de globalização, tem produzido complexas relações econômicas e socioculturais entre as diferentes escalas do desenvolvimento territorial. Isto se deve as novas configurações do capitalismo mundial, em que a China se destaca como a nova potência geopolítica, engendrando transformações socioambientais irreversíveis sobre na busca da satisfação das demandas do seu modelo de produção. Desta forma, a Amazônia tem se consolidado como periferia nas dinâmicas do comércio internacional, enquanto fornecedora de matérias-primas e recursos naturais.

Por conseguinte, os grandes empreendimentos implementados na Amazônia, fazem parte da racionalidade capitalista de mercadorização da natureza, na qual, os interesses do grupos econômicos nacionais e estrangeiros são priorizados em detrimento das populações



locais, deixadas à margem do processo dito de “desenvolvimento”. Desta forma, a Amazônia se consolida como “fronteira” social e jurídica com grandes perdas socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PPGSCA; UFAM, 2008.192 p.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURSCHEID JUNIOR, Ivan; PEDROSO, Gustavo F.; CUNHA, Fábio R. Transamazônica: formação do latifúndio nortista e a eclosão do conflito agrário. PPGCS: UFRB: **Olhares Sociais**. 2013.

CARVALHO, G.. Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios. Belém: Fase. 2011.

CASTRO, Edna. M. R.. **Sociedade, Território e Conflitos**: a Br 163 em Questão. 1. ed. Belém: NAEA; UFPA, 2008. v. 1. 297p.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH (Online)**, v. 25, p. 45-62, 2012.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, Sara; Nascimento, S.; CARREIRA, L.; CORREA, S. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos a sociedade no século XXI. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 380, p. 2-23, 2014.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREENPEACE. Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o brasil e para o mundo, 2016.



KUBITSCHKEK, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal (Coleção Brasil 500 anos), 2000.

MARGARIT, Eduardo. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento estratégico da Amazônia durante o governo militar. Marechal Cândido Rondon: **Geografia em questão**, V.6, N.1, p.12-31, 2013.

MONTAÑO, Marcelo. Planejamento às avessas: os descompassos da avaliação dos impactos sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília, DF: ABA, 2014.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China**: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília, DF: ABA, 2014.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.6, supl. p. 793-811, Sept. 2000.

PINTO, Lúcio F. **O fim da Amazônia**: grilagem e desmatamento. Manaus: UEA Edições, (2014).

ROJAS, Viviany. (dês)cumprimento das condicionantes socioambientais de Belo Monte. In: **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília, DF: ABA, 2014.

WOLF, MARTIN. BCs sozinhos não criam estabilidade. **Valor Econômico**. São Paulo, 25 oct. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/5168334/bcs-sozinhos-nao-criam-estabilidade#>>. Acesso em: 25 oct. 2017.

ZARAPOLLI, Domingos. Programa de investimento tem 30 obras prioritárias. **Valor Econômico**. São Paulo, 17 oct. 2017. <Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/5157828/programa-de-investimento-tem-30-obras-prioritarias>>. Acesso em: 17 oct. 2017.

**GT 03 – Colonialidade e Grandes obras de Infra-estrutura:**
hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.**FAMÍLIAS RIBEIRINHAS: MEMÓRIAS DE VIDA E TRABALHO FRENTE À**
CONSTRUÇÃO DE BELO MONTEElizabeth de Lemos Vidal (UFPA) ¹

vidal@ufpa.br

Maria Ivonete Coutinho (UFPA) ²

ivonet@ufpa.br

RESUMO

A construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte atingiu, diretamente, centenas de famílias, obrigando-as a abandonar suas casas. Tendo em vista que os estudos realizados pelos EIA-RIMA, Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais não previram os impactos que a barragem do rio iria causar às histórias de vida e trabalho de moradores das áreas atingidas pelo empreendimento, este estudo identifica, registra, investiga, debate e divulga as transformações socioeconômicas e as práticas ambientais vivenciadas pelas famílias ribeirinhas impactadas. Os depoimentos revelam que suas histórias e suas memórias estão, aos poucos, condenadas ao esquecimento. Ao estudar a memória coletiva, HALBWACHS (2011) afirma que os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los. Entretanto, no caso específico de Belo Monte, essa resistência inexistente em razão do processo de deslocamento involuntário a que são submetidas muitas famílias, obrigadas a deixar para trás até mesmo os cemitérios onde estão enterrados pedaços de sua memória individual e coletiva. “[...] A gente tá deixando muita coisa, primeiro nossa história, eu nasci aqui. Meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira. Nós temos o cemitério onde está (sic) os restos mortais dos nossos parentes e tudo isso vai ficar pra trás. Pra nós, isso é triste ter que deixar eles aí. Tudo bem, é uma pedra são ossos, mas é o que a gente gosta. Eles estão ficando aí e a nossa história vai deixar de existir. (Sr. Manoel, morador da Volta Grande do Xingu).

Palavras-chave: Hidrelétrica, Belo Monte, História, Memória

¹Doutorado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), (2008). Mestrado em Estudos Literários - Programa de Pós-Graduação (Pós-Lit), linha de pesquisa Literatura, História e Memória Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), (2001). Professor Associado I. Linhas de pesquisa em que atua: Literatura, História e Memória. Coordena o projeto de pesquisa Famílias ribeirinhas: memórias de trabalho e de vida frente à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

² Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2008). Mestrado em Letras, pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Professor associado I da Universidade Federal do Pará. Atua na área de Letras e Antropologia. Atua com projetos de pesquisa e extensão sobre mulheres, migração, memórias, em diálogo com textos literários e abordagens sociológicas. Participa do Projeto de Pesquisa “Famílias ribeirinhas memórias de vida e trabalho frente à construção de Belo Monte”



1. INTRODUÇÃO

Se, entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito acidental e de curta duração, os homens poderiam destruir suas casas, seu bairro, sua cidade, e reconstruir em cima, no mesmo local, uma outra cidade, segundo um plano diferente – mas as pedras se deixam transportar, não é muito fácil modificar as relações entre as pedras e os homens. [...] As pedras e os materiais não oferecerão resistência. Os grupos resistirão... (HALBWACHS, 2006)

Os Estudos de Impactos Ambientais e os Relatórios de Impactos Ambientais – EIA/RIMA não previram os impactos que a construção da barragem do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte - CHBM, no rio Xingu, iriam causar às histórias de vida e trabalho de moradores das áreas atingidas pelo empreendimento. Ao espaço diretamente afetado pelo empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte pertencem os municípios de Anapu, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo e Altamira, no Sudoeste paraense. O município de Altamira caracteriza-se como Polo, congregando as demandas dos demais municípios, identificando-se como central, na rede de cidades afetadas. Desde o início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHBM, em 2010, esses municípios enfrentam sérios problemas sociais, econômicos e ambientais, em diferentes proporções, o que tem ocasionado transformações drásticas para a população que ocupa essa região. Para melhor compreender a relação deste trabalho com os estudos realizados antes da liberação da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, faz-se necessário entender como começou a elaboração dos EIA/RIMA:

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi elaborado pela LEME Engenharia Ltda. em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica ECE-120/2005 firmado em julho de 2005 entre a ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht, visando à conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental do AHE Belo Monte, incluindo a revisão do inventário do trecho principal do rio Xingu. O EIA apresenta os resultados dos estudos ambientais desenvolvidos no período decorrido entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2009, sendo um documento integrante do processo de licenciamento do AHE Belo Monte junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – processo DILIQ/IBQMQ no 1.156, solicitado pela ELETROBRÁS junto a esse órgão ambiental em janeiro de 2006. Vale observar que este EIA foi desenvolvido em atendimento às diretrizes estabelecidas pelo IBAMA no “Termo de Referência para Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA – Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (PA), emitido pelo referido órgão em dezembro de 2007. [...] Objetiva-se, assim, colaborar para uma potencial alavancagem das oportunidades de desenvolvimento regional do território que poderão ser advindas dessa sinergia de medidas e, também, preparar esse território



para o eventual recebimento do AHE Belo Monte, resultando numa amenização dos efeitos negativos dele derivados, ou mesmo buscando evitá-los. (6365-EIA-G90-001b Leme 17 Engenharia Ltda, p. 04).

A citação, retirada de um documento denominado “Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, em suas 426 páginas não abrange aspectos relacionados às alterações que o empreendimento poderia causar às histórias de trabalho e de vida das comunidades de interesse desta pesquisa, atingidas pela obra. Resume-se, da leitura integral do documento, o comprometimento de alavancar oportunidades de desenvolvimento regional do território “que poderão ser advindas dessa sinergia de medidas e, também, preparar esse território para o eventual recebimento do AHE Belo Monte, resultando numa amenização dos efeitos negativos dele derivados, ou mesmo buscando evitá-los”. A ausência de um estudo específico, voltado para a temática em questão, no referido documento, deu origem ao presente estudo que registra e discute as transformações socioeconômicas e as práticas ambientais que atingem direta ou indiretamente as histórias de vida e trabalho de famílias ribeirinhas atingidas pela construção da UHBM.

Os depoimentos, examinadas com olhares demorados e ouvidos atentos, com o intuito de radiografar sentimentos que se ocultam e se revelam, em forma de longos desabafos, denunciam uma séria ameaça à sobrevivência e à preservação de suas histórias, condenadas ao esquecimento. Os relatos indicam que a construção de Belo Monte contraria o conhecimento sobre o fenômeno da resistência, em casos de ameaça desta natureza. Ao estudar a memória coletiva HALBWACHS defende que os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los:

No caso específico de Belo Monte, essa resistência foi alimentada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem – MB e Movimento “Xingu vivo para sempre” sob a liderança de Antonia Melo. Segundo Antonia Melo, a história de resistência dos povos do Xingu iniciou um pouco antes de 1989, logo depois que a Ditadura Militar construía a Hidrelétrica de Tucuruí. Nesse mesmo tempo, de 1970 a 1980, o governo mandou estudar o rio Xingu, sobre a viabilidade de construir hidrelétricas no Xingu. Na década de 1980, quando os movimentos sociais da época souberam que o governo estava com a então empresa chamada **SENEC**, fazendo estudos na Volta Grande do Xingu, os movimentos sociais começaram a se organizar:

[...] Nessa época, já existia o movimento dos atingidos por barragem que teve início em Tucuruí. Então os movimentos aqui, os sindicatos, os trabalhadores rurais iniciaram um projeto de organização chamado GRACOX, que significa Grupo dos Atingidos pela Barragem do Rio Xingu. [...] Esse grupo andou por vários lugares do Brasil. [...] Nesse sentido, em 1989, a Comissão dos Atingidos pelas Barragens do Rio Xingu, e depois os



indígenas, tiveram notícias de que o governo queria construir um complexo de barragens no rio Xingu. [...] Então os Caiapó foram os primeiros povos a se organizar e organizaram aqui, em 1989, o 1ª Encontro dos Povos Indígenas *do Xingu*. (Antonia Melo)

Contudo, os movimentos enfrentavam uma grande dificuldade. O diálogo com uma população, sem histórico de resistência, era uma barreira. Não havia ressonância dentro de um grupo de pessoas que não tinham ideia da ameaça concreta que a construção do barramento do rio Xingu poderia representar. Moisés da Costa Ribeiro, um dos líderes do MAB relata que os moradores da comunidade do Arroz cru recebiam do MAB material informativo, jornais, vídeos e, em seguida, havia um debate com a comunidade, sobre os problemas que o empreendimento causaria aos ribeirinhos:

Mas, todas as vezes que a gente precisava que essas comunidades, de fato, participassem das ações, as comunidades não participavam. Elas estavam em uma letargia muito grande. Isso ocorria por vários aspectos: primeiro por ausência desse histórico de resistência. Essa comunidade sempre teve uma vida muito pacata, muito voltada para os seus afazeres, sua relação com a terra e com rio. E quando se viu forçada a reagir, não conseguiu. Isso foi um dos motivos que fez o projeto de Belo Monte avançar. Se a comunidade tivesse feito uma resistência real, talvez o projeto tivesse levado mais tempo para passar por essas fases de licenciamento e assim por diante. (Moisés da Costa Ribeiro - MAB desde 2007)

Depois de tantas idas e vindas, os movimentos de resistência enfraquecem diante do processo indenizatório, oferecido pelo Consórcio Construtor Belo monte – CCBM. No entanto, as indenizações não correspondem aos valores reais, das áreas desapropriadas. Mas já é tarde. A construção inicia inviabilizando as possibilidades de resistência ao submeter os atingidos ao reassentamento involuntário, desconsiderando a dinâmica da vida ribeirinha. Essa população, que se relaciona de forma ontológica com os recursos naturais, principalmente com o rio, enfrenta o grande desafio no momento em que é reassentada. Nas áreas destinadas à construção dos assentamentos surge um aglomerado de casas que em nada se assemelha às moradias deixadas para trás. Sob a ótica dos Estudos de Impactos ambientais – EIA, não há instrumento legal específico que determine a forma como se dará o reassentamento da população atingida por barragem. Este procedimento é norteado pela legislação de uso e ocupação do solo, afeta à área em que deve se dar o reassentamento e norma de regularização fundiária, adotada pelo órgão de reforma agrária, abaixo relacionada. Importante ressaltar que a questão é de ordem técnica, prevalecendo a razoabilidade na solução a ser adotada de modo que o reassentamento se dê de acordo com a natureza da população a ser reassentada, se rural ou urbana:



O empreendedor deverá elaborar Plano de Reassentamento da população que deverá ser removida das áreas destinadas à formação dos reservatórios, implantação da infra-estrutura logística e construção das estruturas componentes do arranjo geral do empreendimento. Embora todos os atingidos devam ter assegurado o direito ao reassentamento os beneficiários dessa forma de indenização, por optarem por ela, tendem a ser os pequenos proprietários e posseiros, os minifundiários, os demais atingidos que não possuem direitos sobre a propriedade e aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse caso, importante observar as restrições de ordem ambiental a seguir relacionadas no Capítulo atinente à “Reassentamento de População Ribeirinha” quanto à ocupação, para fins de reassentamento, de Áreas de Preservação Permanente, atendidos os marcos legais atinentes aos programas de proteção de populações tradicionais e Plano Diretor, bem como Lei de Zoneamento dos municípios, quando houver. Com escopo de determinar a inclusão dos agricultores familiares atingidos com a construção de barragens para aproveitamento hidrelétrico, com área remanescente de até três módulos rurais, no Programa Nacional de Reforma Agrária, o INCRA editou a Portaria INCRA nº 687, de 27 de setembro de 2004. (6365-EIA-G90-001b Leme 146 Engenharia Ltda.)

O remanejamento das famílias atingidas, para os assentamentos, é um processo complexo e perverso, se considerada a desagregação de identidade e vizinhança. As paredes das casas sequer “suportam” a instalação de um armador de rede. Pensar uma casa no calor tropical da Amazônia, sem uma rede, é desconhecer hábitos culturais da população da região. Mas isso é só mais um detalhe. A aridez do espaço geográfico escolhido para a construção dos assentamentos; a distância dos assentamentos, das áreas urbanas; a metragem dos lotes destinados a cada família; o material empregado na construção das casas; a falta de transporte coletivo; a falta de Posto de Saúde; a falta de Escola; a falta de área de lazer; a falta de infraestrutura chega a ser uma agressão às suas tradições e modos de vida, o que lhes causa prejuízos irreparáveis. Essas informações estão registradas e fotografadas em documentos, bem como gravadas nas vozes dos próprios moradores, destituídos de suas propriedades e de suas histórias de vida e trabalho, deixadas para trás.

2. MEMÓRIA COLETIVA X MEMÓRIA INDIVIDUAL

[...] A gente tá deixando muita coisa, primeiro nossa história, eu nasci aqui. Meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira. Nós temos o cemitério onde ((sic) os restos mortais dos nossos parentes e tudo isso vai ficar pra traz. Pra nós, isso é triste ter que deixar eles aí. Tudo bem, é uma pedra. São ossos, mas é o que a gente gosta. Eles estão ficando aí e a nossa história vai deixar de existir. Outro dia comentando com os meus irmãos, aqui lembrando a nossa infância, hoje a gente lembra porque alguma coisa faz a gente lembrar e se a gente sair daqui a gente vai esquecer disso. Quando nós perdemos nosso irmão a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui. E agora a gente vai ter que deixar. Não é por querer e ele vai ficar aí



pra traz e a gente não queria deixar, daqui a gente não queria sair. E existe uma história que eles vão retirar, e tá todo mundo quietinho, lá no seu lugar. E vamos ter que sair por causa desse projeto que diz que é progresso, que pra nós não tem nada de progresso, só destrói. (Sr. Manoel Ribeiro, morador da Ilha da Fazenda)

Durante o processo da rememoração, o sujeito do discurso retorna ao ‘começo’, evocando o seu nascimento: “Meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira”. No preenchimento dos vazios não recuperados, ocorre o encontro entre memória coletiva e memória individual momento em que o sujeito decodifica a representação simbólica na perda de um pedaço de sua história individual e coletiva: “a nossa história vai deixar de existir”. A resistência ao *esquecimento* parece adquirir força na memória coletiva. “Outro dia comentando com os meus irmãos, aqui lembrando a nossa infância, hoje a gente lembra porque alguma coisa faz a gente lembrar e se a gente sair daqui a gente vai esquecer disso”. Mais próximo de um monólogo interior a fragmentação das imagens, parcialmente recuperadas, evidencia a impossibilidade da recuperação da memória, por inteiro e, para preenchê-la, não basta evocar a memória do ‘outro’. Segundo Halbwachs

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Retornando à sequência das lembranças reconstituída pelo Sr. Manoel, à luz da teoria de HALBWACHS, é possível admitir que a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação de memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, em um grupo de amigos ou em diferentes ambientes de convivência: “Quando nós perdemos nosso irmão a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui. E agora a gente vai ter que deixar. Não é por querer e ele vai ficar aí pra traz e a gente não queria deixar, daqui a gente não queria sair.” O sentimento de resistência se manifesta no encontro entre memória individual e memória coletiva que ocorre na medida em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Mas, além de examinar o depoimento do Sr. Manoel à luz do estudo da memória sob a perspectiva da teoria de Halbwachs, é do interesse dessa pesquisa articular a compreensão dessas memórias, também, à luz de Henri Bergson, em *Matière et Mémoire* e Wander Melo Miranda em “Esquecer para lembrar” e “Esquecer de lembrar”.



3. MATÉRIA E ESPÍRITO

O depoimento do Sr. Manoel, morador da Ilha da Fazenda, examinado sob a perspectiva da dissociação entre matéria e espírito, aponta a dificuldade do sujeito em localizar lembranças e combinar imagens. Mais do que recordar, o sujeito tenta reconstituir o universo que o circunda, o que significa vencer as intercessões de tempo e de espaço. Só assim, será capaz de juntar retalhos do passado, no presente, na busca de acontecimentos vividos, tal como ocorre quando localiza essa lembrança: “quando nós perdemos nosso irmão, a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui”.

Mais do que ver o reflexo de si mesmo no espaço que ocupa, o sujeito quer transpor a distância que o impede de vencer todas as intercessões de tempo e de espaço que tornam possível a reconstituição de um fragmento do passado, no presente. Admitindo-se essa possibilidade, é preciso considerar a dissociação entre matéria e espírito, uma vez que a lembrança representa precisamente “o ponto de intercessão entre o espírito e a matéria”. E é o próprio Bergson quem chama a atenção para esse afastamento ao afirmar que desde que pedimos aos fatos indicações precisas para resolver o problema da dissociação entre matéria e espírito, é para o terreno da memória que nos vemos transportados. “Isso era de se esperar, pois a lembrança [...] representa precisamente o ponto de intercessão entre o espírito e a matéria” (BERGSON, 1999, p. 05).

Nesse contexto, o sujeito reordena e ressignifica imagens com as quais pretende articular passado e presente. No entanto, não se pode perder de vista que, mesmo orientadas pela rememoração do sujeito, as imagens da reminiscência apresentam lacunas do tempo não recuperado. Essas lacunas, quando preenchidas com fragmentos de experiências, misturam diferentes instâncias temporais. Trazidas de um passado distante para o presente, as lembranças promovem o encontro com outros sujeitos. Ao estudar a memória auto-biográfica nas obras de Graciliano Ramos e Silviano Santiago, Wander Melo Miranda (1992) dedica um capítulo ao estudo da memória no qual discute a diferença entre as proposições “esquecer para lembrar” e “esquecer de lembrar”. Segundo esse estudo, a *memória operadora do Mesmo* impõe ao sujeito que lembra “a consciência” (falsa) da sua plenitude e autonomia, condenando-o a refazer o tecido de sua história sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado, o qual, por não conter os fios que o outro tece, é irremediavelmente alienante (MIRANDA, 1992, p. 120). No polo oposto, o da *memória operadora da diferença*, sugere o autor: “lembrar é descobrir, desconstruir,



desterritorializar – atividade produtiva que tece com as ideias e imagens do presente a experiência do passado” (MIRANDA, 1992, p. 120).

Na perspectiva da “*memória operadora do Mesmo*” é possível identificar o sujeito que avalia a perda de fios de sua própria história, embora sob o efeito da “consciência (falsa) da sua plenitude e autonomia”, recusa-se a “refazer o tecido de sua história sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado”. Assim, o sujeito, apenas parcialmente sob o efeito da “memória operadora do Mesmo”, seguro de que pode reconstituir o passado, no presente, aciona a memória operadora da diferença. “A gente tá deixando muita coisa, primeiro nossa história, eu nasci aqui meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira. Nós temos cemitério onde está os restos mortais dos nossos parentes”.

Dessa forma, na memória do sujeito (o Sr. Manoel) ocorrem dois movimentos: no primeiro – que corresponde ao fluxo do tempo entre o recuo ao passado e o retorno ao presente – os fragmentos recuperados pela memória concedem ao sujeito do presente, a ilusão de que é o sujeito das lembranças; no segundo movimento, o recuo da memória desentranha do passado diferentes experiências adquiridas em temporalidades distintas, permitindo-lhe a reinvenção do passado e do presente no tempo da memória “Eles estão ficando aí e a nossa história vai deixar de existir”. Desse reencontro com o passado, surgem as primeiras lembranças cuidadosamente organizadas que resultam do processo da “*memória operadora da diferença*” de que fala o texto de Wander sobre a atividade produtiva que tece com as idéias e imagens do presente as experiências do passado. Nesse sentido, quando o sujeito da lembrança rememora a morte do irmão: “Quando nós perdemos nosso irmão a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui” realiza-se o encontro entre dimensões temporais, ao mesmo tempo em que ocorre a atualização da memória histórica que anuncia a condição social do sujeito que se expressa no âmbito da memória coletiva – ato presente da escrita do passado – determinando o lugar da enunciação. A informação de que “existe uma história que eles vão retirar, e tá todo mundo quietinho, lá no seu lugar”, denuncia um aspecto histórico, recriado como um acréscimo da experiência do sujeito, no presente que atualiza a memória do passado. Ou, é possível, ainda, que no momento de organizar, escolher, imaginar e combinar lembranças, esse detalhe não mereceu relevância na memória do sujeito figurando, apenas, como ponto de referência e não propriamente uma referência histórica. Reconstituindo a história, o discurso apresenta um desdobramento: reproduz o sentimento de reprovação, gravado na memória coletiva e registra no imaginário social a dramaticidade com que o Sr. Manoel finaliza a entrevista: “vamos ter que sair por causa desse projeto que diz que é progresso, que pra nós não tem nada de progresso, só destrói”. O depoimento anuncia o apagamento da memória coletiva e individual condenadas ao apagamento,



arrancadas à força, como diz Aldice: “E agora a gente está sendo obrigado a vender que é uma venda forçada, que você tá vendendo uma coisa que você não quer. Pra nós é forçado. Ou tu vende ou você sai no prejuízo.” Da saída forçada, resulta o cenário de desolação descrito pelo Sr. Armando Balão: “Rapaz, aqui mudou muito. Porque aqui era tudo cheio de gente..., num tem mais ninguém... Só tem esse trechozinho ali do Alexandre até o Laurindo, o resto foro tudo embora. Isso aqui de primeiro era animado, tempo que eu morava aí. Agora... ficou uma solidão.” Como testemunha de um momento histórico, o sujeito da lembrança evoca e convoca outros sujeitos guardados na sua própria memória, na tentativa de recuperar a história já em franco processo de apagamento e em cujas fissuras se encontram temporalidades diferentes. Nesse sentido, a pluralidade temporal muitas vezes impossibilita a identificação da autoria que se “desdobra em *eus* reversíveis” (MIRANDA, 1992, p. 67), de acordo com o espaço e o tempo da representação.

Desse modo, a lembrança do passado retorna como matéria viva do que **já se foi** construído para **vir a ser** na bagagem da memória futura de quem lembra. No entanto, nada disso existiria sem a participação efetiva da deusa da memória. Com o auxílio de Mnemosyne, a descrição que acomoda signos do espaço rememorado representa um recurso da narração cuja importância é fundamental para a constituição do sujeito. Na obra *História e narração em Walter Benjamin*, Jeanne Marie Gagnebin assinala a importância da narração para a constituição do sujeito que inevitavelmente está atrelada ao processo de rememoração (GAGNEBIN, 1999, p. 03). Apropriando-me dessa afirmação vigorosa sobre a importância da narração, na constituição do sujeito, acrescentaria ao discurso de Gagnebin, no que diz respeito à importância da narração, a importância do sentimento de perda de “pedaços da história”, antes da própria narração, momento em que o sujeito inicia a urdidura de um tecido onde os fios da trama se entrecem, durante a batalha do fazer lembrar para não esquecer, em dois planos distintos: no primeiro, as lembranças do passado fragmentado; no segundo, o presente da enunciação que abriga fragmentos de imagens recuperadas. Nesse sentido, os depoimentos apresentados neste estudo combinam signos em movimento, projetando um espaço em constante transformação. Das diferentes temporalidades, apreendidas e capturadas no processo da reminiscência, surge um trabalho de tecelagem no qual não basta um fio de Ariadne localizador da lembrança, mas, ao contrário. É preciso desenrolar fios de meadas diversas. Desfiar o tecido de muitas memórias dando-lhes uma nova configuração, o que remete às Impressões de outros dois ex moradores da Volta grande do Xingu: Aldice Freitas da Silva e José Paulo Balão. Começemos por Aldice Freitas e seu desabafo:



Eu não considero isso como progresso. Altamira tá lotada. Muito inchaço de pessoas transitando na cidade. Pessoas diferentes. Nós tínhamos o costume de sair na praça, até no Banco mesmo, ver a mesma cara, as mesmas pessoas. A gente não conhecia, não tinha afinidade, mas sabia que aquelas pessoas eram dali. Hoje só se vê rosto estranho. (Aldice Freitas da Silva)

E é uma coisa assim... a gente não quer... Nós já tivemos oportunidade de vender essa terra, mas nunca quisemos. E agora a gente está sendo obrigado a vender que é uma venda forçada, que você tá vendendo uma coisa que você não quer. Pra nós é forçado. Pra nós essa sensação é de velório. É a mesma coisa dum velório tá saindo pro cemitério. É a mesma sensação que a gente tá sentindo hoje. Saber que nós vamos sair daqui e não ter esperança de voltar pra cá. Então a sensação é triste mesmo, é lamentável. E é uma coisa assim... a gente não quer... Nós já tivemos oportunidade de vender essa terra, mas nunca quisemos. E agora a gente está sendo obrigado a vender, que é uma venda forçada, que você tá vendendo uma coisa que você não quer. Pra nós é **forçado**. Ou tu vende ou você sai no prejuízo. (Aldice Freitas da Silva)

Em seguida, José Paulo Balão:

Meu nome é José Paulo, moro na comunidade de Santa Luzia, este aqui é o cemitério local da comunidade de Santa Luzia. Essa daqui é a sepultura do meu irmão, essa aqui também. Esses dois são meus avós paternos e naquele outro local ali, é meu primo (sic), que como a Bete tava falando sobre o remanejamento, levar eles daqui... segundo a Norte Energia contratou uma firma pra remanejar esses cadáver daqui pro cemitério Jardim, lá na saída de Vitória, em Altamira. Eles vão anunciar na "FM" na "RURAL" tentando localizar os familiares pra vim ver a retirada dos ossos pra levar pra esse cemitério Jardim, lá de Altamira. Eles já compraram o terreno. Ainda não tem dia marcado. Eles só vieram, fizeram um levantamento aqui do cemitério, em todo cemitério que vai ser atingido eles fizeram um levantamento aqui, no Arroz Cru. Em várias ilhas aqui, tem cemitério e todos eles estão cadastrados com estas placazinhas que essa firma que a Norte Energia contratou, tá marcado esse cemitério todinho. (José Paulo Balão)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, ao examinar e relacionar diferentes discursos, diferentes sujeitos e múltiplas vozes, chama a atenção para a urgência do registro da memória histórica ameaçada pelos impactos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHBM, na região da Transamazônica. Os depoimentos aqui mencionados ressignificam passado e presente, submetidos às influências da memória coletiva, nos espaços atingidos pela barragem do rio Xingu. Mais do que testemunhas de um drama anunciado, os sujeitos reelaboram a efabulação que surge de uma experiência coletiva, articulando diferentes pontos de vista que se encontram e se distanciam, a um só tempo, ou em tempos diferentes. E assim, devidamente situadas no contexto de suas funções, as vozes emergem do processo de denúncia, insatisfação, tristeza, incertezas e perdas. As indenizações pagas



às famílias atingidas, pelo Consócio Construtor de Belo Monte – CCBM, não garantem, no reassentamento, a manutenção de suas tradições e modos de vida, o que lhes causa prejuízos irreparáveis. Uma entrevista gravada com a moradora Aldice Freitas autentica a gravidade das perdas irrecuperáveis: “Meu pai, agora, aos 87 anos, não acreditava que o rio Xingu seria represado. Tantas décadas de resistência encheram o seu coração de esperança. Já estava convencido de que a obra nunca chegaria. Então o levamos para ver uma das **ensecadeiras**. Diante da magnitude da construção, reagiu da seguinte forma: do barco mesmo, apanhou com as mãos a água do rio, bebeu, abaixou a cabeça e assim ficou até à volta pra casa. Os gestos do pai de Aldice traduzem a desistência. Para ele, as **ensecadeiras** representam o final da resistência. A luta acabou. Não há mais saída a não ser curvar-se à derrota.

Finalizamos este texto com um fragmento do desabafo do Sr. Armando Balão: “Rapaz, aqui mudou muito. Porque aqui era tudo cheio de gente..., num tem mais ninguém... Só tem esse trechinho ali do Alexandre até o Laurindo, o resto foro tudo embora. Isso aqui de primeiro era animado, tempo que eu morava aí. Agora... ficou uma solidão.” (Armando Balão)

O Senhor Armando Balão navega no sentido Altamira Volta Grande, Volta Grande Altamira, errando pelo que restou do rio. Seu depoimento pode ser conferido no documentário “Memórias trabalho e de vida frente à construção de Belo Monte: <https://www.youtube.com/watch?v=5f1Hkv6Riss>

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas, v. 1.
- _____. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas, v. 1.
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EIA-G90-001b Leme 146 Engenharia Ltda.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- MIRANDA, W. M. *Corpos Escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. Belo Horizonte: UFMG, 1992.
- BALÃO, Armando. Morador da Volta Grande do Xingu.



BALÃO, José Paulo. Morador da Volta Grande do Xingu.
FREITAS, Aldice. Moradora da Volta Grande do Xingu.
MELO, Antonia. Líder do movimento “Xingu vivo para sempre”
RIBEIRO, Manoel. Morador da Ilha da Fazenda
RIBEIRO, Moisés da Costa (MAB)

**GT 03 – Colonialidade e Grandes Obras de Infra-estrutura: Hidrelétricas, Portos, Hidrovias, Rodovias e Ferrovias.****O AUMENTO NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA COMO A MATERIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE**

Márcio Teixeira Bittencourt (PPGEDAM/NUMA/UFPA; TJPA)

marciobitten@gmail.com

Germana Menescal Bittencourt (FAESA/UFPA)

mesnescal@ufpa.br

Na pesquisa desenvolvida em 2016, intitulada A Justiça Ambiental e os Grandes Empreendimentos do Setor Elétrico na Amazônia Paraense foi realizado o levantamento quantitativo e qualitativo de ações judiciais relacionadas principalmente com a violação dos direitos humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na Justiça Federal e da Justiça do Trabalho em comarcas onde foram executados grandes empreendimentos do setor elétrico, restando comprovado considerável aumento nos conflitos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) divulgou o Atlas da Violência 2017, trazendo o Município de Altamira como tendo a maior taxa de homicídios e mortes violentas com causas indeterminadas dentre todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. O período da pesquisa coincide com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Restou evidente que o empreendimento aumentou consideravelmente o número de conflitos. Uma vez que os conflitos acabam por serem judicializados, existe uma relação direta entre a instalação dos empreendimentos e o aumento quantitativo e qualitativo dos processos que podem ser considerados como a materialização dos impactos socioambientais envolvendo diretamente o ser humano e o direito a vida. Razões pelas quais, contempladas as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento econômico e o direito ao uso ético e equilibrado dos recursos naturais em contraposição aos impactos socioambientais suportados pela sociedade local conclui-se que o grande empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte não trouxe desenvolvimento para o Município de Altamira.

Palavras-chaves: Conflitos Ambientais; Hidrelétricas; Homicídios

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das regiões e localidades onde estão sendo implantados e projetos os empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro, remete-se de maneira direta e indireta à discussão sobre os padrões espaciais do desenvolvimento brasileiro. Traz à pauta discussões sobre como a sociedade brasileira ocupa e explora o seu território e como distribui espacialmente a riqueza e as possibilidades de desenvolvimento.



Em relação aos empreendimentos em execução na Amazônia Paraense temos a predominância do Grande Projeto de Investimento (GPI), caracterizados pela grande intensidade de elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território. Como regra com grandes unidades produtivas. As regiões de implantação dos Grandes Projetos de Investimento, de um modo geral, tem restado a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e quase sempre a degradação ambiental (VAINER e ARAÚJO, 1992).

No caso do Estado do Pará, muitas das vezes os empreendimentos são instalados em espaços urbanos que não são devidamente equipados. Os poderes locais, mesmo que tenham algum tipo de crescimento na arrecadação – o que nem sempre ocorre em virtude de subsídios e benefícios fiscais – vêem os problemas multiplicarem-se em ritmo e proporções muito maiores. A relação entre as possibilidades de aumento na arrecadação de impostos e a grande promessa de que o empreendimento oportunizará o desenvolvimento local diminui ainda mais a capacidade de decisão e ação dos poderes locais e regionais.

Com o grande crescimento populacional as prefeituras, vêem acumular-se necessidades em habitação, saneamento básico, transporte, educação, segurança, saúde, infraestrutura entre outros serviços básicos essenciais. Tais problemas, assimetrias, não solucionados e muito menos é o foco do grande projeto de investimento. O que ocorre é a proliferação das carências.

A natureza e lógica dos grandes empreendimentos do setor elétrico, no caso das hidrelétricas é a exploração dos recursos hídricos e respectivos espaços, com a mobilização territorial para uma finalidade específica a produção de eletricidade com o menor custo possível.

Durante a fase de Estudo de Impacto Ambiental, são considerados os conflitos socioambientais do empreendimento. No entanto, o conceito de conflitos socioambientais tem evoluído tanto no âmbito internacional como no âmbito nacional.

No âmbito internacional, para que seja considerado conflito socioambiental é necessário que haja relação com a escassez dos recursos naturais, provocados pelas atividades socioeconômicas que causam degradação ao ambiente natural. Isto é, a escassez e a forma de utilização da natureza determinam os desequilíbrios social, econômico e ambiental. Neste desequilíbrio estão envolvidos os aspectos materiais e simbólicos do ambiente natural.



Ainda no âmbito internacional, o conceito mais próximo da realidade amazônica seria o de Turner (2004), que se baseia no desequilíbrio entre a oferta e a procura de bens naturais e tem como causas a ação predadora das atividades humanas. O autor considera que os conflitos socioambientais têm suas origens, não somente a partir da escassez dos recursos, mas também, pelo uso destes. Assim, não associa, exclusivamente, os conflitos socioambientais a carência de bens naturais. Essa visão mais ampla se aproxima da realidade amazônica, onde há grande estoque de recursos naturais, porém intensamente e predatoriamente explorados e aumenta ainda mais os conflitos.

Já no âmbito nacional destaca-se o conceito trazido por Ribeiro (1995) que assegura que os conflitos que envolvem os recursos ambientais conglomeram peculiaridades como a existência de impactos diretos ou indiretos de determinadas atividades socioeconômicas, como consequências destas ações surgem características negativas ao ambiente natural como: degradação e desequilíbrio; ameaças à sustentabilidade de áreas físicas, de bens coletivos e de recursos naturais escassos; além da extinção de espécies da biodiversidade.

Outro aspecto importante a ser considerado no Estudo de Impacto Ambiental é o conceito de Justiça Ambiental. Na definição do Movimento de Justiça Ambiental dos Estados Unidos, elaborado por BULLARD (1994), Justiça Ambiental:

“É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulamentações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.”

Portanto, a Justiça Ambiental é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociados nos discursos e nas práticas.

Entende-se por Injustiça Ambiental, o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, et al, 2009).



Este artigo relacionará os resultados da pesquisa desenvolvida durante o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – PPGEDAM/NUMA/UFPA, na qual foi estudado o conflito socioambiental sob o aspecto da Justiça Ambiental e sua relação com os grandes empreendimentos do setor elétrico na Amazônia paraense. Bem como se os processos judiciais podem ser considerados uma materialização dos conflitos socioambientais.

Os dados apresentados na Dissertação de Mestrado foram contextualizados com os grandes empreendimentos estudados, nos quais as obras ainda estavam em execução e inclusive coincidindo com o ápice do inchaço populacional que foi diretamente relacionado com o número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas no grande empreendimento.

A pesquisa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2017) em seu Atlas da Violência 2017, trazendo o Município de Altamira como tendo a maior taxa de homicídios e mortes violentas com causas indeterminadas dentre todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes acabou por confirmar uma das principais hipóteses apresentadas na pesquisa.

2. CONCEITO DE IMPACTO AMBIENTAL LOCAL SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA AMBIENTAL

A Lei Complementar 140/2011, a qual regulamentou as ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, teve sua vigência e aplicabilidade imediata, a partir de 9 de dezembro de 2011, cabendo aos Municípios o licenciamento ambiental das atividades de impacto local conforme definido no seu artigo 9º. No entanto, ocorreu a ampliação da competência municipal em matéria ambiental, senão vejamos alguns casos.

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.



O Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA - PA, publicou a Resolução nº 116/2014, datada de 03 de julho de 2014, com a justificativa legal do artigo 6º da Resolução CONAMA nº 237/1997, no que concerne a competência do órgão ambiental municipal para o licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto local, ou de outros que lhe forem delegadas por instrumento legal ou convênio, definiu expressamente as atividades de impacto ambiental local, referente às tipologias aplicáveis, com critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

O artigo primeiro da resolução teve o grande desafio de conceituar o que seria impacto ambiental local:

Art. 1º. Para os efeitos desta Resolução, considera-se impacto ambiental local qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais, dentro dos limites do Município.

3. GRANDES EMPREENDIMENTOS ESTUDADOS

3.1 **Linhão-Tucuruí-Macapá-Manaus**

Um dos estudos de caso é referente ao grande empreendimento do setor elétrico do Sistema Tucuruí-Macapá-Manaus (Linhão Tucuruí), inserido no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que possibilitará a interligação das Usinas Hidrelétricas da Amazônia, em especial as de grande porte, tais como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte como fornecedoras de energia para as regiões do país onde existe uma maior demanda, dentre os quais os grandes centros da região sudeste. O Sistema Tucuruí-Macapá-Manaus foi executado junto à Calha Norte, do Estado do Pará, inclusive junto ao Município de Almeirim e o Distrito de Monte Dourado, permitindo a integração dos estados do Amazonas, Amapá e do oeste do Pará ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com aproximadamente 1.800 quilômetros de extensão total em tensões de 500 e 230 kV em circuito duplo, passou por trechos de florestas e atravessou o Rio Amazonas exatamente junto ao Município de Almeirim, onde foi construída a Subestação de Energia Jurupari, uma das maiores do Brasil.

3.2 **Hidrelétrica de Belo Monte: (Altamira/Vitória do Xingu-PA).**

A usina hidrelétrica de Belo Monte é um projeto do planejamento energético brasileiro, instalada no Rio Xingu, no estado do Pará, região Norte do Brasil. Por meio deste



empreendimento, o governo acrescentará pouco mais de 11 mil megawatts (MW) de capacidade instalada à matriz energética nacional. Com essa produção estimada de energia, Belo Monte é a segunda maior hidrelétrica do Brasil, atrás apenas da usina Itaipu binacional, administrada pelo Brasil e o Paraguai, com 14 mil MW de potência. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte iniciou as atividades no mês de maio de 2016, com sua motorização total prevista para janeiro de 2019. Previsão de Gastos 2011 a 2014 – R\$19.738.100.000,00 após 2014 R\$9.123.380.000,00 (PAC, 2014).

4. GRANDES EMPREENDIMENTOS EXPLORADORES DOS RECURSOS NATURAIS E O AUMENTO DA DEMANDA JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO.

Como regra, os conflitos relacionados direta e indiretamente com os grandes empreendimentos são materializados junto ao Poder Judiciário por meio dos processos. No entanto, os Estudos de Impacto Ambiental não levam em consideração tais informações como indicadores de conflitos socioambientais.

De acordo com os dados relativos aos processos judiciais, durante a implementação dos empreendimentos ocorreu uma grande elevação do quantitativo processual e também um elevado aumento processual em matérias relacionadas à violação de direitos humanos.

Assim, torna-se forçoso argumentar que os conflitos de interesses submetidos à apreciação do Poder Judiciário, decorrentes do acréscimo, praticamente instantâneo, da população dos municípios afetados pelas grandes obras não são apenas os relacionados diretamente ao empreendimentos e suas condicionantes.

Vários processos judiciais complexos, tanto de situações de caráter individual ou coletivo, mas que, dentro do que está sendo proposto pela presente pesquisa, estão relacionados com o empreendimento e que foram de fato judicializados junto às Comarcas onde estão sendo executados os empreendimentos, razão pela qual deveriam ser considerados impactos socioambientais. No entanto, diante da visão limitada do conceito de conflitos socioambientais não são levados em consideração quando da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental. Simplesmente, ocorre a judicialização dos conflitos socioambientais com o grande crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo dos processos e o Poder Judiciário não consegue realizar a prestação jurisdicional de forma eficiente, uma vez que fica mantida a mesma estrutura, como se nada tivesse mudado naquela comarca. Situação que também é ambientalmente injusta.

5. O ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017 E OS DADOS ESTATÍSTICOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



De uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foi inaugurado o portal eletrônico <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>, o qual tem por objetivos prover indicadores e conteúdo sobre segurança pública, apresentando as características do sistema de segurança pública brasileiro. Os dados do ATLAS DA VIOLÊNCIA estão alicerçados nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que trazem informações sobre incidentes até ano de 2015, considerando ainda as MORTES VIOLENTAS POR CAUSAS INDETERMINADAS (MVCÍ).

Entre os 30 municípios mais violentos em 2015, com população superior a 100 mil habitantes, segundo a soma das taxas de homicídio e de MVCÍ, ALTAMIRA, no Estado do Pará, ficou em primeiro lugar com um indicador de 107,00.

O Atlas da Violência 2017 apresenta as três principais formas em que o desempenho econômico afeta a criminalidade.

- a) Acesso ao Mercado de Trabalho – Diminuição da Taxa de Desemprego (1%) – Diminui a Taxa de Homicídios (2,1%);
- b) Geração de Renda – Aumento do Mercado Ilícito; (Tráfico de Drogas).
- c) Desempenho Econômico com Desorganização Social – Migrações, Alterações do Espaço Urbano, Esmagamento do Controle Social pelo Crime.

O crescimento econômico faz aumentar a oferta de postos de trabalhos, ao mesmo tempo em a forma e a velocidade como o crescimento econômico afeta o território é outro aspecto relevante. Por exemplo, um crescimento rápido e desordenado das cidades (como aconteceu em Altamira, no rastro da construção da Usina de Belo Monte) pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local, o que levou Altamira a aparecer no primeiro lugar da lista do número de homicídios.

Os dados estatísticos processuais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foram solicitados à Coordenadoria de Estatística do Tribunal de Justiça do Estado do Pará exclusivamente para a presente pesquisa foram oficializados por meio do Processo Administrativo SIGADOC nº PA-MEM-2017/26617.

Para a definição do critério qualitativo foi utilizada a Tela Unificada do Conselho Nacional de Justiça, versão 10/07/2017, (Conselho Nacional de Justiça, 2017) tendo sido utilizados os códigos numéricos para fins de contemplar além dos processos, inquéritos e procedimentos da competência da infância e juventude (atos infracionais, boletins de ocorrências etc). O objetivo de contemplar todas as possibilidades foi abranger o máximo de possibilidade relacionadas com a morte de um ser humano. Restando por fim, que a forma tentada também restou contemplada na pesquisa.



Materialmente, os tipos penais foram assim classificados:

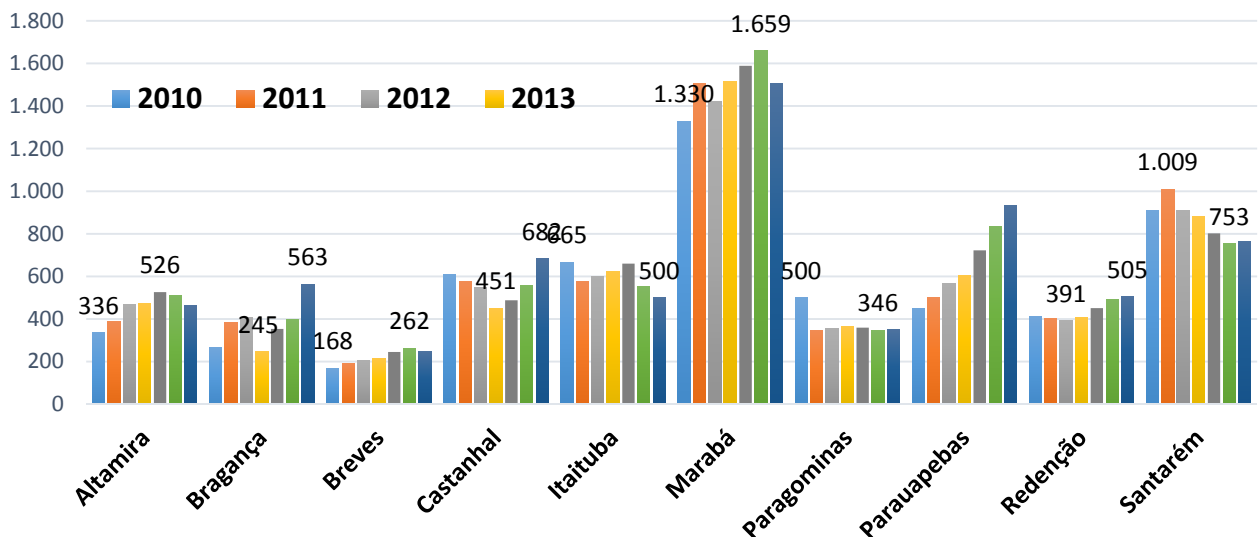
- a) – Todos os crimes contra a vida;
- b) – Lesão Corporal seguida de Morte;
- c) – Latrocínio e Extorsão Mediante Sequestro Seguida de Morte;

Para a consolidação dos gráficos após o estudo da Tabela Unificada foi estabelecido o período compreendido iniciando no ano de 2010, data em que entrou em funcionamento o atual sistema de controle processual LIBRA, até o ano de 2016, ano em que os dados já estão consolidados.

Foram levados em consideração para efeitos comparativos os dados estatísticos processuais de 08 (oito) comarcas de 2ª Entrância, todas Comarcas consideradas pela divisão administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará como Pólo, quais sejam: ALTAMIRA, BRANGANÇA, BREVES, CASTANHAL, ITAITUBA, MARABÁ, PARAGOMINAS, PARAUPEBAS E SANTAREM.

Os dados obtidos estão apresentados nos Gráficos 01 e 02, a seguir.

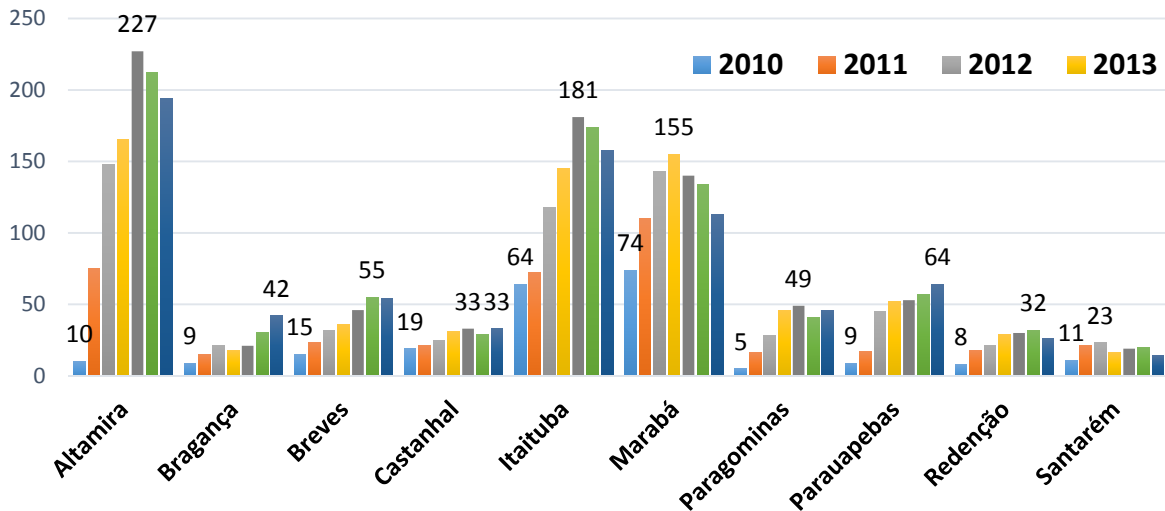
GRÁFICO 01 - Feitos que apuram a violação do direito à vida por comarca, nos últimos 7 anos (expostos os anos de menores e maiores quantitativos)



Fonte: Coordenadoria de Estatística do TJPA



GRAFICO 02 – Atos infracionais que apuram a violação do direito à vida por comarca, nos últimos 7 anos (expostos os anos de maiores e menores quantitativos)



Fonte: Coordenadoria de Estatística do TJPA

Por mais que os dados estatísticos processuais estejam em constante aprimoramento em razão da continuidade da padronização dos sistemas em nível nacional pelo Conselho Nacional de Justiça, pode ser constatado que de fato houve um aumento considerável no número de homicídios em Altamira, graças especialmente aos atos infracionais praticados por adolescentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas de que os empreendimentos do setor elétrico proporcionam o desenvolvimento na Amazônia, em especial o desenvolvimento econômico, em caráter temporário, durante a execução das obras de instalação. A dinamização do mercado de trabalho local se dá em função das atividades econômicas desenvolvidas devido à implantação destes empreendimentos e o que isso acarreta em termos de geração de empregos diretos e indiretos, além da intensificação das atividades nos setores de comércio e serviços. Trata-se de um impacto temporário, mas que pode ser de grande intensidade, que não pode ser desconsiderado sob o aspecto econômico.

Por outro lado, principalmente pelo crescimento desordenado das comunidades locais onde se instalam, ocorrem vários impactos negativos, os quais, via de regra, acabam por ser judicializados, ou seja, são submetidos ao Poder Judiciário e viram processos judiciais.



A utilização da análise de projeção quantitativa e qualitativa das demandas processuais, enquanto indicador a ser considerado no Estudo de Impacto Ambiental poderá ser de grande importância para fins de definir a relação entre o desenvolvimento econômico e os impactos dos empreendimentos do setor elétrico.

Como regra, os grandes empreendimentos do setor elétrico que estão sendo instalados na Amazônia, contemplando a Geração, Transmissão e Distribuição, encontram-se inseridos dentro de um contexto de desenvolvimento que não privilegia o desenvolvimento local, ainda mais no tocante ao acesso aos serviços públicos de energia de qualidade, tanto as cidades quanto as comunidades rurais, comunidades ribeirinhas e até mesmo aldeias indígenas localizadas nas proximidades das linhas de transmissão que continuarão sem acesso aos serviços públicos de energia elétrica de qualidade e permanecerão excluídos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A partir de um dos pressupostos basilares da Justiça Ambiental, em relação a defesa dos direitos das comunidades nas quais haja a transferência negativa dos custos ambientais, conclui-se que é ambientalmente injusto desconsiderar o aumento quantitativo e qualitativo processual nas cidades e regiões onde estão sendo instalados os grandes empreendimentos do setor elétrico na Amazônia Paraense como impactos socioambientais.

Uma vez que os conflitos acabam por serem judicializados, existe uma relação direta entre a instalação dos empreendimentos e o aumento quantitativo e qualitativo dos processos os quais podem ser considerados como a materialização dos impactos socioambientais envolvendo diretamente o ser humano e o direito a vida. Razões pelas quais, contempladas as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento econômico e o direito ao uso ético e equilibrado dos recursos naturais em contraposição aos impactos socioambientais suportados pela sociedade local conclui-se que o grande empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte não trouxe desenvolvimento para o Município de Altamira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. O que é justiça ambiental/ Henri Acselrad, Cecília Campello do A. Mello, Gustavo das Neves Bezerra, - Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Amazonas, Amapá e Oeste do Pará ligados ao Sistema Interligado Nacional.** Disponível em : <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/12/amazonas-amapa-e-oeste-do-para-ligados-ao-sistema-interligado-nacional>. Acesso em Maio/2014.



BITTENCOURT, Márcio Teixeira. **A Justiça Ambiental e os Grandes Empreendimentos do Setor Elétrico na Amazônia Paraense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará. 2015.

BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie: race, class and environmental quality**. Boulder, Westview Press, 1990.

Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Boletim do Magistrado - 21/10/2013**. Disponível em : <http://www.cnj.jus.br/component/acymailing/archive/view/listid-4-boletim-do-magistrado/mailid-4650-boletim-do-magistrado?Itemid=1236>. Acesso em : Junho/2014

LYNCH, Barbara Deutsch. **Instituições Internacionais para a Proteção Ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas**. In: A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, Henri Acselrad (org.) Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2001, pp. 57 – 82. 2001

MICHELLIS Jr., Decio; 1962 – Crônicas da Sustentabilidade; 2011; 3ª Edição. 320 páginas. Notas 1. Sustentabilidade; Energia; Pequenas Centrais Hidrelétricas. I. Artigos e Opiniões. <https://pt.scribd.com/doc/63884912/19/BELO-MONTE-100-VIRTUAL>

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. **Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari**. Fonte: <http://www.pac.gov.br/obra/6084>. Acesso em Janeiro/2015.

VAINER, Carlos B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional/ Carlos B. Vainer, Frederico Guilherme B. de Araújo** – Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

Sites Pesquisados

www.tjpa.jus.br

www.cnj.jus.br

www.ipea.gov.br

<http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>

<http://www.cnj.jus.br/sqt/versoes.php>

<http://www.pac.gov.br/>

<http://www.pac.gov.br/obra/6084>

<http://www.pac.gov.br/obra/1581>

www.planalto.gov.br



Grupo de Trabalho
Colonialidade e Grandes Obras de Infraestrutura: hidrelétricas, portos,
hidrovias, rodovias e ferrovias.

Título
TEMPO, TEMPOS MÚLTIPLOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA
AMAZÔNIA.

José Guilherme Carvalho da Silva¹
gcarvalho67@gmail.com

RESUMO

Este artigo se assenta na concepção de que o universo, a nossa sociedade e nós mesmos vivenciamos diferentes tempos profundamente imbricados. Isto quer dizer que passado, presente e futuro não podem ser compreendidos apartados entre si e/ou como uma sucessão de etapas. Contudo, a modernidade consolidou a ideia de que o tempo é linear, uniforme, eterno e universal. Tal perspectiva se tornou hegemônica em nossa sociedade e com ela a noção de que o tempo é ascendente e progressivo. O trabalho ora apresentado tenta demonstrar que pensar o tempo dessa maneira nos impõe barreiras à inteligibilidade do mundo em que vivemos; dos fenômenos sociais e da natureza. Apresentamos outra perspectiva que compreende as três dimensões temporais de maneira plural e integradas. Como consequência desse percurso analítico passamos a falar de *passados*, *presentes* e *futuros*, bem como resgatamos o acaso e a incerteza como parte integrante da própria história. Utilizamos esse referencial para analisar os conflitos decorrentes da construção das hidrelétricas Santo Antonio e Jirau no rio Madeira, em Rondônia, as repercussões sobre as populações locais, particularmente sobre as comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Tempo. Tempos múltiplos. Hidrelétricas. Rondônia.

1. Introdução

A ideia básica desta tese é que a noção de tempo hegemônica em nossa sociedade dificulta a melhor compreensão da complexidade em que estamos enredados enquanto sujeitos sociais, indivíduos e como integrantes da natureza. Esse tempo surgido e consolidado com a modernidade tem como principais características ser linear, uniforme, eterno e universal. Todavia, quando nos colocamos a analisar a nós mesmos e a tudo a nossa volta percebemos que a distinção rígida entre passado, presente e futuro; ou a ideia

¹ Doutor em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará - NAEA/UFPA.



de que passado e futuro não existem, mas apenas o presente, criam barreiras à inteligibilidade do mundo em que vivemos.

Em vez de um tempo linear e uniforme vivenciamos, na verdade, uma *multiplicidade de tempos*: o tempo do Estado, o tempo das empresas, o tempo do indivíduo, o tempo do universo e o tempo biológico, entre outros mais. Com Fernand Braudel (1996), incorporamos a ideia dos tempos múltiplos que se conformam em tempos de longa e curta durações e o das conjunturas. Todos imbricados, como se estivessem um dentro do outro, ao mesmo tempo.

Essa compreensão da realidade constituída de *tempos múltiplos* nos levou a tentar construir novos enfoques sobre as hidrelétricas do Madeira. Começamos a perceber que tais empreendimentos materializavam o encontro de tempos diferenciados, por expressarem nos nossos dias alguns elementos que se encontravam presentes nos primórdios do capitalismo: a) a noção positiva de *progresso*; b) a *ciência* e a *técnica* como progresso social e expressão da verdade, e; c) a noção de *domínio do homem sobre a natureza*. Estes se articulam e reforçam o processo de expansão acelerada do capital na Amazônia, posto que são partes constitutivas do mesmo. É o tempo de longa duração que nos permite compreender melhor o significado de fatos atuais relacionados à construção de Jirau e Santo Antonio.

2. Multiplicidade dos tempos e conflitos

2.1. Tempo, simetria temporal e irreversibilidade

O tempo absoluto era para Isaac Newton uma espécie de “pano de fundo” onde os acontecimentos ocorriam. Universo este que se assemelhava a um grande relógio, a funcionar eternamente e perfeitamente ajustado. Descobrir, portanto, as leis universais que o regiam, os mecanismos que o faziam movimentar-se, passou a ser a tarefa fundamental dos homens de ciência. Para eles as tais leis poderiam ser expressas através de fórmulas matemáticas, racionais. Com Newton foi possível determinar com maior precisão a movimentação dos astros e prever, sem qualquer dificuldade, tanto o seu posicionamento no futuro quanto no passado, bastando para isso que se conhecesse precisamente as condições iniciais. Um mundo matematizado se constituiu para a ciência que poderia dessa forma estabelecer certezas sem a interferência da subjetividade a influenciar nos resultados. Essa perspectiva se tornou uma poderosa referência à produção científica para além do que se convencionou chamar ciências naturais. A explicação precisa do movimento dos astros acabou resultando numa importante conclusão: o universo era simétrico. Isto é, não havia



distinção entre passado e futuro já que, matematicamente, um evento futuro poderia ir até o passado e vice-versa, bastando para isso inverter os elementos das equações.

A noção da reversibilidade do tempo parecia então cientificamente comprovada, mesmo sendo difícil para qualquer pessoa imaginar essa possibilidade na sua própria vida. Segundo Prigogine, a dinâmica newtoniana foi a teoria que se identificou com o triunfo da ciência, negando radicalmente o tempo. De acordo com o autor, as raízes dessa negação podem ser encontradas “nos conceitos teológicos da época de Newton” (PRIGOGINE, 2009, p. 89). Para Leibniz, Deus sendo o criador de tudo o que há no universo não distingue passado, presente e futuro. Tudo está sob seu inteiro controle e poder. Este pensador, inspirado em São Tomás, afirmou que uma pessoa bem informada poderia “profetizar todo o futuro”. Portanto, se para Deus não há tempo, já que este surgiu junto com a criação – um ato divino –, ele não “deveria existir também para o cientista bem informado”. A negação do tempo se tornou parte do credo do cientista. Mesmo hoje a maioria dos cientistas compartilha essa opinião; pelo menos, é o ponto de vista expressado nas obras de Feynman, Hawking e David Ruelle: as leis fundamentais ignoram a flecha do tempo do mesmo modo (PRIGOGINE, 2009, p. 89-90). Tal afirmação parece absurda, mas para a física clássica “a distinção entre passado, presente e futuro não passa de uma ilusão, embora tenaz”, como afirmou certa vez Einstein (PRIGOGINE, 1996, p. 172).

No século XIX a teoria proposta por Darwin lançou novas luzes ao debate científico ao incorporar dois elementos até então negligenciados pela física e outras ciências: o tempo e a irreversibilidade. Questões como o tempo da existência da Terra e da nossa própria enquanto espécie assumiram grande relevância a partir de então. A explicação bíblica da criação e sua temporalidade já não davam conta de responder às novas indagações. Por outro lado, ficou evidente a dificuldade de pensar a evolução no sentido da reversibilidade, posto que nem as condições nem as combinações realizadas ao longo de milhões de anos poderiam repetir-se. A humanidade mesma parecia ser obra do acaso, de situações ímpares que nos fez ser o que somos.

Os resultados dos estudos de Clausius sobre o calor irão questionar alguns dos principais pressupostos da dinâmica clássica newtoniana. Isto ficou ainda mais evidente com a definição do conceito de *entropia* apresentado por ele em 1865. De acordo com Altvater, a entropia, assim como a sintropia, “son conceptos físicos que describen y miden los estados (de orden) y sus variaciones en sistemas cerrados” (ALTVATER, 1994, p. 33). A entropia é, portanto, “uma medida da ‘desordem molecular’, do ‘esquecimento’ das condições iniciais” (SPIRE, 2000, p. 12). Ao associar este conceito ao segundo princípio da termodinâmica, Clausius faz com que a distinção entre processos reversíveis e irreversíveis fosse introduzida na termodinâmica (PRIGOGINE, 1996, p. 25).



As questões levantadas pela termodinâmica, em particular pelos estudos de Rudolf Clausius, irão abalar boa parte dos preceitos da física clássica. A associação do conceito com o segundo princípio da termodinâmica inseriu a flecha do tempo na explicação da evolução do Universo, “introduziu uma história no mundo. Em vez de um mundo repetitivo, ou seja, sem história, é um mundo que evolui, que aparece” (SPIRE, 2000, p. 16). O Universo passou a ter uma história, devido a quebra da simetria temporal, a ter um passado e também um futuro. E o futuro é possível justamente por conta da assimetria que atravessa o Universo que gera ordem e desordem, desordem e ordem, que faz, portanto, com que haja o tempo.

Segundo Prigogine, a produção de entropia contem dois elementos “dialéticos”, a saber: um elemento criador de ordem e outro de desordem. E os dois “estão sempre ligados” na construção do novo (PRIGOGINE, 2008, p. 35). Ou seja, nem tudo no Universo segue no sentido absoluto do equilíbrio, da entropia máxima, tal como pensava Clausius. Sendo assim, a “morte térmica” não é um dado da realidade.

Se não é possível tudo dominar e tudo prever; a concepção defendida por Prigogine não nos leva a outro extremo, à incerteza generalizada e à incapacidade de conhecer o mundo que nos rodeia? Indaguemos de outra maneira: a inteligibilidade do mundo, a necessidade de explicá-lo anula o acaso e a incerteza? A resposta parece ser negativa. Reconhecer que a natureza é atravessada pela instabilidade, bem como pela irreversibilidade não significa abrir mão de compreendê-la. Contudo, o que Prigogine ressalta é que vivemos num mundo complexo, com história e sem um roteiro predeterminado a guiá-la, portanto, aberto a diferentes possibilidades e não somente à morte térmica. Ele mesmo alerta: “[...] O acaso puro é tanto uma negação da realidade e de nossa exigência de compreender o mundo quanto o determinismo o é [...]” (PRIGOGINE, 1996, p. 197). Construir um caminho entre esses extremos parece ser um dos nossos grandes desafios.

Essa perspectiva é realmente profunda e prenhe de consequências tanto para a natureza quanto à sociedade. Ainda mais num momento histórico em que afirmações como o “fim da história” são proclamadas aos quatro ventos, ou que não é possível fazermos nada a não ser nos adequarmos subordinadamente à globalização capitalista. A ideia de “bifurcação” nos coloca novamente no interior da história como seus construtores e não como seres passivos.

Por outro lado, as bifurcações também são fontes de quebra de simetria temporal (PRIGOGINE, 1996, p. 71). Ou seja, há efetivamente passado e futuro na conformação do sistema. Tal como Piettre podemos afirmar que há “um futuro, porque há uma constante passagem da ordem à desordem, e da desordem à ordem. E existe tempo, na medida em



que há “*assimetria*” entre um e outro processo, a expansão que impede que o primeiro triunfe sobre o segundo” (PIETTRE, 1997, p. 154, grifo do autor). A flecha do tempo, assim como a entropia e a irreversibilidade não são, portanto, criações humanas derivadas da ignorância dos observadores sobre as condições iniciais dos fenômenos. Diferentemente de Espinoza não acreditamos que a existência do tempo ocorra tão somente por conta da inteligência parcial que temos da natureza (PIETTRE, 1997, p. 86).

Para Prigogine, a tese de que a “flecha do tempo é apenas fenomenológica torna-se absurda. Não somos nós que geramos a flecha do tempo. Muito pelo contrário, somos seus filhos” (PRIGOGINE, 1996, p. 12). Sem as situações de não-equilíbrio não haveria vida. E são essas situações as que predominam na natureza e não aquelas fundadas na estabilidade. E é justamente a complexidade do mundo em que vivemos que evidencia a existência da flecha do tempo, da assimetria temporal.

2.2. Tempos múltiplos, múltiplos tempos.

Prigogine afirmou certa vez que cada ser complexo é constituído por uma “pluralidade de tempos ‘ramificados’ uns sobre os outros, segundo articulações subtis e múltiplas. A história, quer seja a de um ser vivo ou a de uma sociedade, nunca mais poderá ser reduzida à simplicidade monótona de um tempo único [...]” (PRIGOGINE apud SPIRE, 2000, p. 26). Há atualmente uma quantidade considerável de teorias elaboradas por físicos renomados sobre o imbricamento de diferentes tempos e dimensões, passagem de uma dimensão a outra etc. Evidentemente não nos cabe entrar nesse debate, apesar do fascínio que ele desperta. O que interessa neste momento é tão somente evidenciar essa ideia de tempos múltiplos em interação, pois ela será muito importante para a abordagem que realizaremos.

É coerente defender a ideia de “pluralidade dos tempos” e, ao mesmo tempo, associá-la a uma seta ou flecha? Se assim o fizéssemos não estaríamos reforçando a tese da linearidade temporal, de uma história presa a um único sentido? A coerência, portanto, não estaria em defendermos o ponto de vista que vivemos num mundo atravessado por diferentes temporalidades, mas que nós seres humanos por distintas razões temos dificuldades para apreendê-lo dessa forma? Diferentes indicações parecem demonstrar que estamos – nós, o planeta e o Universo – regidos pela coexistência de tempos múltiplos. Então, porque a ideia de tempo linear domina o nosso pensamento, grande parte das formas de compreendermos o mundo e a nossa própria história? Se nos apoiarmos nas ideias de Prigogine a “pluralidade dos tempos” não se restringe ao presente, mas também ao futuro. A questão é saber se essa “pluralidade de futuros” está restrita aos fenômenos físicos ou podem nos ajudar a pensar a nossa história.



As relações sociais estão atravessadas por tempos diferenciados: o tempo dos homens não é o mesmo tempo das mulheres, o tempo das comunidades atingidas pelas hidrelétricas do Madeira não é o mesmo tempo do capital ou do Estado, somente para citar alguns fatos. Não estamos tratando de “tempos ilusórios” ou de aparências, mas de algo muito objetivo, material e de consequências abrangentes.

Já quando falamos de “tempo da natureza” estamos na realidade nos referindo a duas dimensões temporais. A primeira é o reconhecimento da existência da natureza, cujo tempo independe de nós. A segunda é o “tempo humano” projetado para a natureza. No capitalismo, por exemplo, o “tempo do capital” se impõe àquela: a soja, o pinus e o eucalipto precisam crescer mais rápido e imunes a diferentes pragas, os animais devem estar prontos para o abate o mais breve possível, a terra tem que ser produtiva etc. Nesse caso, o tempo da natureza é “pervertido” a fim de atender aos “interesses” da sociedade.

A ideia de um “tempo linear” é resultado relativamente recente do pensamento humano, mas diferentes indicações na atualidade demonstram que estamos – nós, o planeta e o Universo – regidos pela coexistência de “tempos múltiplos” e não por um eterno presente. Porém, em contraposição a essa perspectiva, Comte-Sponville afirma peremptoriamente: “[...] Sou o que sou, não o que era ou serei: sou meu corpo atual, meu corpo em ato, e essa materialidade de minha existência não é senão minha presença no mundo – minha presença no presente” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 49). Da nossa parte dizemos: Sou o que fui, o que sou e o que serei. Sou múltiplo de mim mesmo numa unidade dialética.

Não é digno de nota que nos dias de hoje povos indígenas dos Andes se fundamentem em toda uma tradição milenar para promover a crítica radical à globalização capitalista e à mercantilização da natureza – o *Buen Vivir* –, bem como para defender que se construa uma nova relação entre sociedade e natureza? São, portanto, ideias, visões de mundo que não morreram mesmo após o desaparecimento do império Inca. E as ideias têm o poder de transformarem-se em força material.

A ideia de que o passado já não existe é uma premissa equivocada. Que algo do passado está morto e definitivamente enterrado é verdade. Contudo, o passado vive no presente de variadas formas: através das instituições, de pensamentos, tradições, monumentos, expressões (ditos populares) e outros. Assim como o futuro se apresenta no presente como utopias, projetos políticos coletivos ou desejos pessoais, programas partidários e outros. Estes moldam e são moldados pelo presente.

Evidentemente não é a totalidade do passado que se apresenta no presente, assim como não será a totalidade do hoje que se fará material amanhã. Algo do passado se perde para sempre. Dificilmente voltaremos a nos locomover de charretes ou de bigas romanas.



Por outro lado, o presente não é um nada entre dois nada, nem uma mera passagem ou ponto de diferenciação entre o passado e o futuro. Por conseguinte, questionamos os pontos de vista defensores dessa tese, como o apresentado por Bensaïd (1999, p. 128). Não um ponto de intervalo, mas um rico – por sua complexidade – processo de imbricamento de diferentes tempos. É dessa maneira que compreendemos o presente.

A distinção temporal não se resume ao passado, presente e futuro, mas se desdobra em outras modalidades como a diferenciação entre tempos físico, cronológico e linguístico (LE GOFF, 1994, p. 209). Não há como negar que há diferenças substanciais entre eles. Todavia, ao mesmo tempo, não podemos negligenciar o fato de que tal como as árvores, as baleias, os microrganismos ou o universo, nós também somos *filhos do tempo* como afirmado diversas vezes por Prigogine. Somos matéria orgânica, indivíduos e sujeitos sociais, porém, reiteradamente apartados entre si por diferentes ramos da ciência. Comungamos com outros seres, planetas ou galáxias as flechas do tempo. É preciso reconhecer, todavia, que essa consciência tripartida do tempo é fruto também da nossa própria evolução enquanto espécie, das nossas experimentações e vivências, que se consolidaram a ponto de nos dificultar pensá-lo de outra maneira.

Ao afirmamos nossa discordância com a distinção usual entre passado, presente e futuro não estamos propugnando que haja equivalência entre passado e futuro, por exemplo. Ou que essas três dimensões não tenham diferenças substanciais entre si. O que queremos evidenciar é que tais diferenças não se apresentam como etapas ou sucessões apartadas entre si. Nossa concepção se fundamenta na ideia de que passado, presente e futuro se produzem e se reproduzem continuamente. Não obstante, imbricados, interrelacionados – se fosse possível dizer de outra forma, um dentro do outro – de tal maneira que a distinção entre eles não pode ser meramente cronológica – idades antiga, média, moderna e contemporânea, por exemplo –, sequencial, fundada na ideia de progresso, negligenciando a incerteza e o acaso. Será preciso, portanto, que sejam elaborados outros parâmetros teóricos e/ou metodológicos para tratar dessas distinções.

Esta perspectiva compreende a sociedade atravessada por *relações temporais múltiplas*. Ou dito de outra forma, *somos a convergência de tempos diferenciados*. Com isso estamos afirmando que a sociedade, a natureza, os indivíduos e o universo são essencialmente constituídos por relações complexas calcadas em tempos que se chocam, que se sobrepõem e que se articulam, que produzem contradições e sínteses (diacrônicos), mas que não eliminam a sincronia e a simultaneidade.

Autores como Bensaïd trazem contribuições interessantes ao evidenciar que a sociedade é atravessada por temporalidades heterogêneas e ritmos diferenciados, que a história é “grávida de acontecimentos”, que “a heterogeneidade do desenvolvimento



histórico é incompatível com a imagem de um progresso em sentido único”, que uma “formação social concreta não é redutível à homogeneidade da relação de produção dominante”, e ao demonstrar que mesmo Marx trabalhou com a ideia de “discordância dos tempos” (BENSAÏD, 1999, p. 40-43). Entretanto, insiste numa certa preponderância do presente na medida em que ele é considerado “a categoria central numa história aberta” (BENSAÏD, 1999, p. 86). Não obstante, o presente não é nem uma passagem entre passado e futuro, muito menos “se conserva imóvel no limiar do tempo” (BENSAÏD, 1999, p. 86). O presente não se auto-explica completamente, em grande parte dos casos é necessário articular as três dimensões temporais, a fim de melhor compreendermos os acontecimentos presentes: uma perspectiva relacional. Portanto, a defesa de que temos “três modos de um mesmo tempo triplamente presente” – presente do passado, presente do presente e presente do futuro – não é adequado de acordo com o nosso ponto de vista. Essa perspectiva tripla do presente foi anunciada séculos atrás por santo Agostinho, que se perguntava onde estava o passado e o futuro que ele não encontrava em lugar algum (AGOSTINHO, 2002, p. 271). E desde então foi incorporada por autores de diversas matizes teóricas como Comte-Sponville, Walter Benjamin, Daniel Bensaïd e outros.

Compartilhamos com Daniel Bensaïd a ideia de que o curso da história não segue um traçado único “que lhe daria sentido. Ele explode em galhos e ramos sempre recomeçados. Cada ponto de bifurcação crítico coloca suas próprias questões e exige suas próprias respostas.” (BENSAÏD, 1999, p. 60-61). Ou seja, a história não é “[...] a realização de um destino genérico, tanto quanto o presente não é a meta predeterminada do passado” (Idem, p. 38). Vivemos, portanto, num presente que não é passagem mas ramificação e bifurcação (Ibdem, p. 133). Essas afirmações são prenhes de consequências teóricas, políticas e mesmo ideológicas.

O presente é o momento de seleção dos possíveis, segundo Bensaïd. Afirmação com a qual concordamos integralmente, desde que o “momento” seja compreendido enquanto relações temporais. E é justamente nesse *momento* que presente e futuro se encontram, não enquanto destino pré-determinado mas como possibilidades que podem ou não vingar. Tal posicionamento resgata e afirma a condição do homem enquanto sujeito da história, pois são as suas escolhas que definirão a possibilidade que se tornará real. Nesse sentido, se a história está em aberto, o correto seria falarmos de *futuros* e não de *futuro* no singular, na medida em que há diferentes opções em nossas mãos. Evidentemente essas opções estão atravessadas por diversas variáveis: correlação de forças políticas, especificidades históricas, formas de organização da sociedade e do Estado etc.

A noção de *futuros* abole as tentativas de pensar a história como sendo constituída por etapas ou ciclos, bem como converte o desejo de alguns em determinar o seu fim numa



mera caricatura do real, sem qualquer respaldo empírico e/ou processual. Nada de promessas, nada de espera ou de previsão. Futuros enquanto possibilidades, projetos que se projetam a partir e além do presente. Repetimos o que afirmou Prigogine: o possível é mais rico que o real. O futuro está em aberto, mas não se encontra livre de condicionamentos materiais e subjetivos a influenciá-lo.

As “leis não governam o mundo, mas este tampouco é regido pelo acaso”, afirma Prigogine (NOVAES 1992, p. 199). Da mesma forma ele nos diz que “[...] O acaso puro é tanto uma negação da realidade e de nossa exigência de compreender o mundo quanto o determinismo o é [...]” (Idem, p.197). Por outro lado, não há também como falar em certeza absoluta quando se trata de processos sociais. Aliás, Prigogine demonstra cabalmente que tal premissa também vale para a física e outras ciências. Caminhamos então no “fio da navalha” no qual os dois extremos são as visões de mundo fundadas na certeza absoluta, de um lado; e aquelas que acreditam ser impossível estabelecer verdades científicas por causa de uma indeterminação também absoluta. E a ciência é chamada dessa maneira porque suas certezas propiciam novas incertezas, daí a historicidade de suas verdades.

Eis que chegamos a um ponto decisivo da nossa argumentação sobre a multiplicidade dos tempos e o imbricamento entre passado, presente e futuro. Isto porque ao reconhecermos o futuro como um campo de possibilidades, portanto, um tempo plural, identificamos essa pluralidade também no passado e no presente.

O presente se constitui numa possibilidade que se tornou real. Ou seja, outras havia, mas sucumbiram de alguma forma. Entretanto, isto não significa que tenham simplesmente deixado de existir e muitos desses projetos derrotados continuam presentes ainda hoje, e não há como negligenciá-los sob o risco de tornarmos incompreensível o hoje. E o hoje são *presentes*, presentemente imbricados. Quando nos voltamos ao passado a tendência é enxergá-lo linearmente, através da concatenação de fatos que torna quase natural a causalidade. É como se tudo fosse canalizado para um único e grande rio e não como rios que se cortam e que, às vezes, rumam paralelamente. Não obstante, esse grau de coerência é simplesmente impossível, é imaginário. Olhar o passado dessa forma é favorecer e/ou valorizar a perspectiva dominante sobre a história. E as opções que não foram feitas? E aquelas que tendo sido feitas não se materializaram ou não conseguiram impor-se?

Olhemos para nós mesmos: somos resultado das nossas opções, as efetivamente assumidas e aquelas que resolvemos abandonar, mas que existiram. E estas, mesmo não efetivadas, fazem parte daquilo que somos. Até mesmo porque algumas pessoas são “assombradas” presentemente pelas opções negligenciadas. Segundo alguns médicos, tal situação é muito comum nos pacientes em estado terminal. Mas não são somente os



indivíduos que viveram e que vivem situações de difíceis escolhas. A *bifurcação* é algo que atravessa todo o corpo social e mesmo processos químico e físico, por ser um dos elementos da constituição da própria vida. O passado esteve prenhe de bifurcações, assim como o presente. É por isso que falamos em *passados* e *presentes*.

Se ao olharmos retrospectivamente o universo temos a possibilidade de identificarmos um passado comum, na sociedade humana encontramos passados em vez de passado (no singular). Evidentemente somos *homo sapiens* e isso diz muita coisa. Por outro lado, somos “filhos das estrelas” e isso muda muita coisa. Ou seja, nosso passado na Terra não é todo o nosso passado, pois também somos parte do *Big Bang* que fez surgir o universo em que vivemos. É, portanto, um passado bem mais longínquo. Contudo, o passado terráqueo não é uma derivação mecânica da explosão inicial. Nossa existência resulta de processos aleatórios, de bifurcações e de condições longe do equilíbrio jamais imaginados ou antecipadamente previstos.

Da mesma forma que precisamos incorporar as *bifurcações* para construirmos alguma inteligibilidade sobre o(s) *passado(s)*, a *incerteza* não está restrita ao *futuro*. Nossa perspectiva é que ela – a incerteza – também deve ser direcionada ao passado. Isto é importante porque, como deixamos entrever anteriormente, no âmbito da ciência histórica tendemos a enxergar o passado como algo perfeitamente coerente. Tal fato aconteceu por causa disso e daquilo. O imponderável inexistente. E essa “coerência” nos traz até os dias atuais. Os projetos vencidos foram derrotados de modo definitivo? Por que foram vencidos? Isto nos coloca diante de importantes questões: a) a incerteza e o acaso são elementos constituintes da história; b) o arcabouço teórico que conforma a ciência histórica não é suficiente em muitas ocasiões para explicar determinados fatos, sendo necessário/condição seu diálogo com outras ciências; c) a história não é a concatenação de fatos coerentes entre si como se os mesmos resultassem de um processo linear; d) a história é atravessada por múltiplas temporalidades.

2.3. Os conflitos temporais no Madeira

Para Santos, o que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas, ou hegemônicas: “As primeiras são o vetor da sociedade, enfim. Os outros agentes sociais, hegemônizados pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos” (SANTOS, 2008, p. 29). Portanto, a relação que se estabelece entre os tempos é de dominação, de um que é hegemônico sobre os demais. Nesse caso, as temporalidades estão relacionadas às práticas, modos de vida ou posições na estrutura social experimentada por determinados sujeitos/grupos. Estes às vivenciam de forma hegemônica sobre os demais ou encontram-se submetidos ao “tempo despótico”, depende de onde os



mesmos se situam na dita estrutura. Sendo válida esta nossa interpretação, podemos afirmar, então, que as distintas temporalidades encontram-se envolvidas num intrincado processo de relações de poder na sociedade.

Consideramos muito interessante a formulação de Santos, pois ela, diferentemente da sustentada por Comte-Sponville, não restringe a temporalidade a um aspecto subjetivo, mas a coloca no interior da dinâmica social. Nesse sentido, as diferentes temporalidades referem-se, a nosso ver, a prática sociais, modos de vida, visões de mundo, formas de relação das pessoas entre si e com a natureza, das maneiras como elas se identificam e constroem suas instituições. Grosso modo, podemos sintetizar o nosso argumento através da seguinte comparação: assim como a religiosidade é a expressão de determinada religião (modos de manifestação da fé, práticas etc.), a temporalidade é a forma como os diferentes grupos sociais/pessoas vivenciam o tempo (o seu tempo/o tempo hegemônico).

Ressalvamos, porém, que nem todas as temporalidades encontram-se completamente subordinadas ao “tempo despótico”. Em que pese as relações sociais capitalistas serem as predominantes na sociedade elas não abarcam a totalidade dos territórios, dos atores sociais e indivíduos. O que queremos dizer com isso? Que o tempo vivenciado por determinados segmentos é balizado por outros parâmetros que não a coerção temporal típica da sociedade capitalista, as relações de mercado ou o tempo abstrato dos calendários e dos relógios.

As comunidades indígenas, por exemplo, possuem outros referenciais de tempo qualitativamente diferentes do hegemônico no capitalismo, assim como ribeirinhos, extrativistas, pescadores e outros. Não obstante, isto não quer dizer que tais segmentos estejam completamente livres das determinações temporais da sociedade moderna. Vejamos o caso dos povos indígenas. Com exceção dos chamados “índios isolados” boa parte deles mantém relações frequentes com não-índios e seus modos de vida. Alguns povos, inclusive, debatem atualmente a possibilidade de inserirem-se no mercado de carbono, para citarmos um único caso. E não há como negar que essas relações mercantis têm potencial para gerar mudanças substanciais no interior dos mesmos, inclusive nas suas formas de vivenciar o tempo.

Da mesma forma, as comunidades ribeirinhas que vivem no entorno do rio Madeira possuem modos diferenciados de se relacionar com a natureza e com os seus pares que, efetivamente, não são reduzíveis a uma subordinação ao tempo despótico, apesar de não estarem completamente livres dele já que a sua reprodução socioeconômica depende em boa medida do respeito a prazos e compromissos orientados pelo *tempo-coerção* dominante dos atravessadores, dos agentes públicos do Estado ou das empresas de pesca, por exemplo.



Os conflitos ocorrem, portanto, entre os sujeitos sociais hegemônicos, entre estes e os segmentos sociais hegemônizados e no interior destes. Além disso, as diferentes perspectivas temporais encontram também variadas formas de territorializar-se. Isto porque elas estão vinculadas a distintas formas de compreender a relação da sociedade com a natureza e/ou o espaço; como o acesso, o uso e o controle dos recursos naturais existentes nos territórios, por exemplo.

Com relação aos conflitos temporais entre os sujeitos sociais hegemônicos podemos dizer que o tempo do setor financeiro não vem a ser o mesmo do da indústria ou do agronegócio, mesmo que todos possam ser considerados dominantes e haja certa unidade em seu conjunto. Da mesma forma, o tempo dos operários que trabalharam na construção das usinas Santo Antonio e Jirau não eram similares aos das comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras, mesmo considerando que ambos estivessem sob o “chicote” do tempo despótico. Ou ainda que o tempo dos novos empreendimentos que se instalam em Porto Velho não se assemelha ao do setor comercial nativo. Os primeiros assentados numa rede logística ampliada e eficiente de compra e distribuição de produtos, cuja velocidade é impossível de ser acompanhada pelos comerciantes da capital rondoniense. Um dos resultados desse “choque de tempos” tem sido o fechamento de diversos estabelecimentos, enquanto que os shoppings e as redes de varejo e de atacado de outras partes do país têm ganhado espaço crescente na vida econômica local.

Por outro lado, Porto Velho enfrenta uma nova dinâmica qualitativamente diferente do que havia antes da instalação das duas hidrelétricas no Madeira. A cidade encontra-se enredada num novo ritmo com a chegada de milhares de pessoas em busca de empregos e oportunidades, empresas se deslocam para a região e a prestação dos serviços públicos entrou em colapso por conta do crescimento exponencial das demandas sem que tenha havido aumento na quantidade de postos de saúde, hospitais, delegacias, escolas e outros equipamentos, bem como não houve melhoria do atendimento prestado. A cidade parece viver outro ritmo, mais acelerado, deixando determinados segmentos da população atônitos com as profundas mudanças ocorridas em tão pouco espaço de tempo. É como se uma nova lógica temporal tivesse finalmente triunfado sob o domínio do *tempo despótico* ressaltado por Milton Santos.

Para além das acirradas disputas pelos territórios que colocam em lados opostos os segmentos beneficiados pelos empreendimentos – bancos, políticos, agronegócio, empresas em geral e outros – e aqueles que de diferentes formas estão sendo expropriados de suas terras, deslocados compulsoriamente e impedidos de acessar os recursos naturais que sempre garantiram sua sobrevivência; há os conflitos de temporalidades que de forma alguma podem ser compreendidos como externalidades, mas sim como parte constitutiva



dos embates em andamento, apesar de pouco refletidos. É imprescindível ressaltar que a profunda reconfiguração socioterritorial porque passa Rondônia, em especial nas áreas diretamente impactadas pela construção das usinas, ocorre trazendo em seu âmago a imposição de uma outra temporalidade: a do capital, o tempo-mercadoria.

Parece obvio afirmar que as relações capitalistas predominavam naquele estado muito antes do erguimento das barragens e que, portanto, as temporalidades hegemônicas ressaltadas por Milton Santos já se impunham de diferentes formas às demais. Ocorre, porém, que a construção das usinas aprofundou esse processo como nunca antes havia ocorrido. A velocidade com que o capital avança sobre e nos territórios, a amplitude da reconfiguração socioterritorial, a complexidade da teia de interesses envolvidos e a forma como se efetiva a articulação das diferentes escalas – do plano local ao internacional – não encontram similaridade com outros processos pretéritos. Mesmo a exploração econômica da borracha e o asfaltamento da BR-364, resguardadas as particularidades históricas, não promoveram reconfigurações socioterritoriais tão abrangentes.

As possíveis comparações entre esses processos contribuem tão somente para demonstrar a existência de um *continuun* de longa duração na história da Amazônia: o fato desta servir de fonte de provimento de recursos naturais para outras regiões do país e do exterior. Esse é o alicerce sobre o qual se construiu a intervenção dos Estados português e brasileiro, bem como de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros na Amazônia. É esta condição que fundamenta nosso lugar no mundo. É a estrutura que persiste e que se mantém quase imóvel, se tomarmos como referência o arcabouço teórico braudeliano. Essa estrutura complexa é constituída por instituições, ideias (e mesmo preconceitos), políticas governamentais, o papel desempenhado pela burocracia etc. Talvez isto nos ajude a compreender porque justamente no governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores a Amazônia continuou a ser encarada como o meio da satisfação de interesses que lhe são estranhos, exógenos.

Por conseguinte, as formas como os povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, remanescentes de quilombos e outros segmentos sociais que mantêm relações diferenciadas com a natureza vivenciam o tempo se apresentam como “anomalias” diante do tempo-mercadoria, mecanizado, homogêneo, linear e mensurado. Enfim, o tempo do capital. Diante deste “o tempo das experiências, das interações afetivas e pessoais e das relações familiares, situadas no lado oposto das práticas geradas pelo dinheiro, perdem sua importância” (CARDOSO, 2009, p. 36-37). Como determinar preço a isto? Como estabelecer um valor monetário às terras onde se localizavam os cemitérios que desapareceram sob as águas do Madeira que se elevaram por causa do seu represamento? Como determinar uma



quantia em dinheiro para os lugares das lembranças? Esse é motivo pelo qual acreditamos ser impossível apartar as disputas territoriais dos conflitos temporais.

As hidrelétricas do Madeira, assim como todos os grandes projetos de infraestrutura em execução ou previstos para serem executados na Amazônia, são bem mais que meras construções, meras estruturas físicas. Seu alcance e sua capacidade de interferir no território precisam ser compreendidos integrados à construção de um *ethos* fundado na velocidade, na emergência, na perspectiva do tempo como uma mercadoria qualquer, que incide fortemente na sociedade.

A valorização das terras, os conflitos fundiários, a verticalização das construções em Porto Velho, a favelização, o aumento das diferentes formas de violência, o aprofundamento do êxodo rural e o deslocamento de grandes levas de migrantes para Rondônia são apenas a “ponta do iceberg” desse processo mais amplo de reconfiguração socioterritorial e de imposição do tempo-mercadoria.

Nesse sentido, o que alguns setores da sociedade consideram “caos” em Porto Velho, na verdade corresponde a uma abrangente e profunda (no tempo e no espaço) reconfiguração socioterritorial: uma nova ordem que se delinea. Evidentemente, para além dos limites municipais que, em contrapartida, capta e reflete mudanças estruturais em escala ampliada.

No capitalismo, o tempo é também uma mercadoria como outra qualquer. Esse tempo que se impõe à sociedade é fundado na velocidade. Quem não se adapta ao novo ritmo é alijado do jogo, sofre consequências de diferentes ordens. Para o empresário pode ser a falência; ao trabalhador pode significar a manutenção do emprego, desde que se submeta à extorsão de suas energias e ao desprezo da sua condição humana. Em Jaci-Paraná, que se transformou num garimpo a céu aberto, todos buscam desenfreadamente ganhar o máximo de dinheiro no menor espaço de tempo. Daí as diferentes estratégias utilizadas para este fim: são os cubículos construídos nos quintais para receber os hóspedes que transitam pelo distrito, é o “puteiro” localizado no meio do mato para facilitar o acesso dos operários e lhes extrair até os últimos centavos, é o rentável comércio da droga que alicia crescentemente novos consumidores. Tempo, tempo, tempo. Dinheiro, dinheiro, dinheiro. Afinal, tempo é dinheiro.

A ampliação da infraestrutura urbana de Porto Velho também é constituída para facilitar essa velocidade, para tornar a capital rondoniense competitiva, enfim, para aumentar a produtividade de uma economia que se expandiu com a instalação das usinas. Novos prédios, viadutos, asfaltamento de vias, melhoria dos sistemas de transporte e de comunicação e a ampliação das redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto têm



como fim último servir de suporte para a expansão ampliada do capital, apesar de, aparentemente, ter como foco principal a melhoria das condições de vida da população.

Esse *tempo-mercadoria* que se impõe à sociedade é ele próprio fruto da nossa própria história em sociedade. Não é, portanto, atributo das empresas ou de uma organização em particular. O tempo-mercadoria acompanha a expansão acelerada do capital, pois está no cerne do próprio sistema capitalista. É o tempo hegemônico do/no presente, mas que não pode ser devidamente compreendido se apartado dos tempos passados e das possibilidades dos tempos futuros. Mesmo que para os desiludidos com a construção das usinas o passado não volte mais, bem como não haja mais futuro.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. Tradução de Alex Marins. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ALTVATER, Elmar. **El precio del bienestar**. Tradução de Manuel Ardid Lorés Valência, Espanha: Edicions Alfons el Magnànim, 1994.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Tradução de Luiz Cavalcanti de Menezes Guerra Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. . Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).
- COMTE-SPONVILLE, André. **O ser-tempo**: algumas reflexões sobre o tempo da consciência. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: _____. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1994.
- NOVAES, Adauto. Sobre tempo e história. In: _____. (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- PIETTRE, Bernard. **Filosofia e ciência do tempo**. Tradução de Maria Antonia Pires de Carvalho Figueiredo. Bauru, SP: EDUSC, 1997.
- PRIGOGINE, Ilya. Tradução de Roberto Leal Ferreira. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.



_____. **O nascimento do tempo**. Tradução de Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. Ciência numa era de transição. In: **Ciência, razão e paixão**. CARVALHO, Edgar de Assis; ALMEIDA, Maria Conceição de (Org.). 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009, p. 67-71.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos).

SPIRE, Arnaud. Tradução de Filipe Duarte. **O pensamento prigogine**: seguido de três entrevistas com Gilles Tannoudji, Daniel Bensaïd e Edgar Morin. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

**GT 03 – Colonialidade e Grandes obras de Infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO E TERRITÓRIO NORMADO: UMA ANÁLISE PORTUÁRIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL.**

Isabel Perides (FFLCH-USP)¹
isabelperides@usp.br

RESUMO

Buscamos estabelecer uma reflexão sobre o papel do espaço geográfico como fonte material e não formal do direito (ANTAS JR., 2005), com o objetivo de analisar uma série de implicações nas dinâmicas territoriais, particularmente sobre a produção normativa na atual fase da globalização capitalista. Os portos sempre representaram um fator determinante de economia e prosperidade, sendo parte integrante e fundamental para o sistema global e econômico. Assim, propomos analisar o processo de containerização e logística multimodal a partir da década de 1970. As transformações técnicas e tecnológicas promoveram uma integração planetária que fez emergir sistemas organizacionais e grandes grupos transnacionais com poder econômico até então inéditos sobre o território. Existe hoje uma centralização de grupos de empresas que dominam o espaço marítimo mundial e que constituem verdadeiros poderes supranacionais. É a partir da especialização portuária concorrente onde a movimentação das cargas pode ser identificada por mercados geográficos relevantes conforme sua especialização e respectivos índices de concentração. No mercado portuário existem escolhas importantes feitas pelos exportadores e importadores que incluem o preço, a eficiência da prestação de serviços e o custo e a distância para portos estrangeiros. Essa especialização dos portos e a escolha de importadores e exportadores pela utilização de determinados portos e terminais portuários e não outros produzem consequências no uso do território.

Palavras-chave: Espaço Marítimo Portuário; Sistema Portuário; Containerização.

1. INTRODUÇÃO

Ao observarmos a história do homem sob uma perspectiva espacial podemos observar que as diversas sociedades produziram mecanismos, materiais e culturais, que asseguraram sua subsistência. Há uma interação contínua e indissociável entre sociedade e espaço do qual resulta o espaço geográfico. Este último por ser um produto social se reproduz e se altera conforme se modificam os modos de produção ao longo dos diversos períodos da história. (ISNARD, 1978, p. 5/16; SANTOS, 2012 [1996])

¹ Doutoranda em Geografia pelo Departamento de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, FFLCH.



Compreendemos nesta pesquisa o espaço geográfico conforme propõe Milton Santos, ou seja, o espaço como instância da sociedade, e o espaço geográfico como aquele que contém e é contido pelas demais instâncias. O espaço e a sociedade constituem sob esta perspectiva um todo indissociável, numa relação de mútua construção, onde “cada geração humana” produziria uma geração espacial. (ISNARD, 1978; SANTOS, 2012 [1996])

O advento das tecnologias propiciou uma integração planetária que fez emergir sistemas organizacionais e grandes grupos transnacionais com poder econômico até então inédito sobre o território. Fazendo necessário o debate contemporâneo sobre soberania do Estado, com o papel de agente regulador, repartido com o poder político, econômico e normativo exercido pelos novos agentes contemporâneos. (ANTAS JR, 2005, p. 166)

As relações e a repartição do poder dentro do Estado territorial, tanto internamente quanto em contexto internacional, reverbera na formação socioespacial. Porém, não é apenas a forma geográfica ou jurídica que interessa ao geógrafo, mas o uso do território tanto por parte do Estado, como também por poderes que exorbitam o poder do Estado como as empresas transnacionais e blocos econômicos. (SANTOS, 2012 [1996], p. 15; CATAIA, 2011, p. 116; ANTAS JR., 2005)

Por meio da técnica que o homem encontra o mecanismo para suprir as necessidades a ele inerentes, e nesse “empenho em sobreviver, em estar no mundo” o homem modifica e reforma a natureza (ORTEGA Y GASSET, 1991 [1939], p. 612). É, portanto, através da técnica que o homem transforma o meio geográfico, de tal sorte que a principal forma de relação entre o homem e a natureza é dada pela técnica. As técnicas são instrumentos materiais e sociais com os quais “o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”, assim se explica o fato de o mundo ser algo diverso em cada período da história. (SANTOS, 2012 [1996], p. 29) As técnicas possuem estágios que podem localizá-las no tempo, “o conjunto de temporalidades próprias de cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço”. (SANTOS, 2008, [1994], p. 57-59)

O espaço geográfico, no entanto, não é composto tão somente de técnicas e de objetos técnicos, as ações humanas que se constituem uma categoria fundamental que permite analisar o espaço sob uma perspectiva geográfica. E pode-se dizer que as ações possuem hoje uma intencionalidade mercantil e simbólica que direcionam as estratégias dos atores hegemônicos na funcionalização dos sistemas técnicos, das redes, das empresas e dos Estados. (SANTOS, 2008 [1994], p. 87; CONTEL, 2006, p. 5-6)



A norma jurídica entendida como instância da sociedade não é um produto arbitrário do legislador, mas originária de fatos e fatores sociais que constituem fonte para a produção da norma. (NADER, 2013 [1980], p.142) As fontes materiais do direito são todos os fatores que condicionam a formação das normas jurídicas, e que dão ensejo ao conteúdo das fontes formais. Para o Direito fontes materiais são consideradas as razões econômicas, sociológicas, políticas, etc., que influenciam na criação de uma fonte formal, por exemplo, a lei. Nesse sentido coadunamos com a tese defendida por Antas Jr. (2002) de que a norma seria um dos elementos do espaço geográfico, e que por sua vez, o espaço geográfico seria fonte material e não formal do direito.

A norma jurídica impõe ao território uma racionalidade na regulação do espaço geográfico e essa regulação enrijece e torna legal ou ilegal, determinados arranjos espaciais, caracterizando o que Milton Santos chamou de território normado. (1994, p. 03)

2. A DINÂMICA DO SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE GLOBALIZAÇÃO.

Pensando em escala mundial a história dos sistemas técnicos coincidem com períodos históricos. (SANTOS, 2012 [1985] p. 37) Observa-se ao longo destes períodos que os portos marítimos, e o papel que exercem especialmente nos seus territórios de origem, acompanham as modernizações técnicas e tecnológicas. Para Braudel (1965 [1958]) as periodizações históricas obedecem a critérios objetivos do investigador partindo da realidade histórica. A periodização nos auxilia a compreensão das diferenças “de lugar para lugar”. (SANTOS, 2012 [1985] p. 38)

O início da história dos portos se perde no tempo, porém sabe-se que são complementos indispensáveis à navegação. (CÉLÉRIER, 1962, p. 7) Essa pesquisa propõe uma análise contextualizada com a periodização dos sistemas portuários e segue a seguinte periodização: Período pré-técnico: Antiguidade Clássica; Período técnico: Idade Média; e Período Técnico-científico-informacional: as grandes navegações, vapor, radar, satélites, contêineres e logística.

O espaço ocupado pelos homens é um espaço dinâmico e em constante movimento e em construção de interação recíproca. As diferentes funções que assumem o espaço nutrem as transformações das ideias e das técnicas e estas cumprem um papel fundamental na reestruturação das redes de transportes marítimos e sua comunicação estrutural com os portos. A estrutura espacial portuária assume uma importante dimensão conectada com a representatividade da dimensão temporal.



A análise portuária e uma suposta desigualdade regional por ela propiciada também nos permite discutir sobre o funcionamento das redes em verticalidades, espaço de fluxos formados por pontos, dotados de um papel regulador em todas as escalas geográficas; e também de horizontalidades, ou seja, dos espaços contíguos; bem como a noção de racionalidade do território imposta por um poder hegemônico global nos mais diversos aspectos da vida econômica, social e política e que reverberam na produção do território.

Na construção dos Estados nacionais o número e a qualidade dos navios eram fundamentais não apenas para tempos de guerra e defesa dos territórios. Mas para o fomento da indústria e uma balança comercial favorável, os mercantilistas também consideravam essencial a construção de uma marinha mercante. À importância de navios e infraestrutura portuária que fossem adequados para transportar os produtos industriais a outros países fez com que os Estados tivessem pelo estímulo à navegação um grande zelo. (HUBERMAN, 1962 [1959], p. 103-104)

A revolução na indústria e agricultura trouxe também a revolução nos transportes. A maior velocidade na produção de mercadorias, colheitas cada vez mais abundantes exigia melhores qualidades no transporte dos fluxos das mercadorias e melhoramento dos fixos. Foi no século XVIII que teve início aperfeiçoamentos na construção de estradas e aberturas de canais. A estrada de macadame surgiu no início do século XIX e se seguiram a ferrovia e o navio a vapor. Os leitos dos rios foram aprofundados, canais foram abertos, a revolução nos transportes possibilitou a ampliação do mercado interno em todas as direções, possibilitando assim, que o mercado antes local se ampliasse para escalas mundiais. (HUBERMAN, 1962 [1959], p. 199)

Segundo Harvey (2011 [2010] p. 131/133) a diversidade geográfica sempre foi uma condição necessária para a reprodução do capital. O capitalismo sempre explorou e floresceu num mundo geográfico de imensa diversidade de atributos físicos e condições sociais e culturais. A possibilidade criada pela evolução nos transportes fez emergir lugares a descobrir, o que foi fundamental para a reprodução do capital.

2.1 Infraestrutura portuária brasileira

O setor portuário é fundamentalmente estratégico para qualquer nação, e o sistema portuário brasileiro tem passado por profundas alterações em suas estruturas. A nova realidade econômica mundial impõe modernizações no contexto da nova realidade de mundialização das economias. Pode-se dizer que o sistema portuário brasileiro se inseriu efetivamente no comércio internacional com a abertura dos Portos promovida por D. João VI



em 1808, quando inevitavelmente ocorreu significativo aumento de demanda por instalações portuárias. (BEZERRA, 2005, p. 05)

No início do século XX iniciam-se no Brasil concessões para a construção e exploração dos portos. Entre 1906 e 1967 a organização do setor portuário nacional era exercida pelo Governo Federal por meio do Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP). Em 1943 é criado o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (DNPRC) que seria substituído posteriormente pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) extinto em 1975 dando lugar a criação de Empresa Portos do Brasil (PORTOBRAS). (SECRETARIA DOS PORTOS, 2015)

Criada em 1975 a empresa pública de capital estatal integral – Empresa de Portos do Brasil S.A. PORTOBRAS – tinha por finalidade cuidar da coordenação dos investimentos, administração, regulação e operação do sistema portuário; na prática a PORTOBRAS funcionava como um *holding* estatal das Companhias Docas locais representando o executivo da União na exploração dos portos. Assim, a empresa explorava o cais comercial como operador portuário (por meio de subsidiárias) e ao mesmo tempo funcionava como autoridade nacional. (SECRETARIA DE PORTOS, 2015)

Em 1990 sob o argumento da incapacidade de melhorar as condições das infraestruturas portuárias e torná-las mais eficientes e competitivas, indo de encontro às políticas neoliberais traçadas pelo período histórico, a PORTOBRAS foi extinta, o sistema portuário brasileiro se encontrou em profunda crise, o que influenciou de forma direta a edição da chamada Lei de Modernização dos Portos, Lei n. 8.630 de 1993. Sendo substituída posteriormente pelo novo marco regulatório dessa temática a chamada Nova Lei dos Portos, Lei n. 12.815 de 2013, aprovada por intermédio da Medida Provisória 595. (SECRETARIA DE PORTOS, 2015)

Quadro 1 Cronologia da regulamentação do sistema portuário brasileiro

ANO	ANTAQ: SETOR AQUAVIÁRIO – principais marcos regulatórios
1808	Abertura dos Portos “às nações amigas” por D. João VI.
1846	Criação da Companhia de Estabelecimento de Ponta da Areia, Porto de Niterói (Visconde de Mauá).
1911	Decreto n. 9.078 de 1911, Governo Federal cria a Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais; Inspetoria Federal de Navegação.
1932	Criação do Departamento Nacional de Portos e Navegação, Dec. 23.607.
1943	Departamento Nacional de Portos e Navegação passa a ser Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.



1960	Década de 1960: criação das primeiras Cias. Docas.
1967	Criação do Ministério dos Transportes.
1975	Criação da PORTOBRAS.
1990	Extinções: PORTOBRAS e Ministério dos Transportes; Criação do MINFRA (Ministério da Infraestrutura).
1992	Extinção do MINFRA e Criação do MTC (Ministério dos Transportes e das Comunicações)
1993	Lei 8.630/93, criação da nova estrutura organizacional para Portos Públicos com surgimento do Órgão Gestor de mão-de-obra do Trabalho Portuário Avulso (OGMO), do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), e da Autoridade Portuária (AP).
1995	Lei n. 8.987/95 Lei das Concessões e Permissões.
2001	Lei n. 10.233/01 Criação do CONIT, DNIT, ANTT e ANTAQ.
2002	Res. 55- ANTAQ – Regulamenta exploração de Portos Públicos na forma de arrendamentos
2005	Res. 517 – ANTAQ – Regulamenta exploração de Terminal de Uso Privado (TUP).
2008	Dec. 6.620 – Regulamenta outorgas para exploração de terminais e portos públicos.
2010	Res. 1160 ANTAQ – Regulamenta exploração de TUP, e substitui a Re. 517.

Fonte: ANTAQ, 2011; SECRETARIA DE PORTOS, Histórico, 2015. Organizado pela autora, 2017.

A partir da década de 1990 vivemos um momento de transição, caracterizado pelas rupturas em alguns processos, por exemplo, a saída do Estado de uma série de setores e as privatizações e concessões de serviços públicos a particulares. Mas o Estado permanecendo com o seu papel de agente regulador. Estas transformações indicam os processos históricos em movimento. O Estado se retirando de setores que geriu com eficiência passando a serem regidos por empresas privadas.

O Estado cria novos mecanismos de regulação para os setores cujos serviços públicos prestados pelo Estado foram concedidos a agentes privados, a agências nacionais de regulação: ANATEL, ANEEL, ANP, ANS, ANVISA, ANA, ANTT, ANCINE e ANTAQ. Segundo Antas Jr. (2005, p. 172) na medida em que acontece a criação, há o aceite implícito, de que esse novo tipo de empresa privada pode determinar uma regulação do território com direcionamento para a lógica de mercado.

Há então a ruptura do modelo de regulação predominantemente estatal para um modelo híbrido, conforme denominou Antas Jr. (2005, p. 173) nesse modelo híbrido estão presentes o Estado, as corporações hegemônicas, os movimentos sociais organizados (de



forma discreta) e é a partir dessas três categorias que surge o novo modelo de regulação – as *Agências Nacionais de Regulação*.

Em 2001, a Lei n. 10.233 cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ, autarquia responsável pela regulação, supervisão e fiscalização das atividades de prestação de serviços de transportes aquaviários e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária.

A ANTAQ por meio de sua Resolução 2960 de 4 de julho de 2013 apresenta um total de 235 infraestruturas portuárias que define e classifica entre: portos públicos do tipo marítimo; portos públicos do tipo fluvial; terminas de uso privado (TUP) do tipo marítimo; terminal de uso privado (TUP) do tipo fluvial; e Estação de Transbordo de Carga (ETC) do tipo fluvial. Podemos verificar a distribuição dessas infraestruturas diretamente por Estado e implicitamente por região nos mapas 1, 2 e 3.

Mapa 1 Distribuição das infraestruturas aquaviárias (BRASIL, 2013)





Mapa 2 Distribuição dos Terminais de Uso Privado - TUP (BRASIL, 2013)



Mapa 3 Portos Públicos Marítimos (BRASIL, 2013)





As normas técnicas num processo progressivo de implementação de normas têm constituído um facilitador de modernização portuária, de equipamentos, métodos e processos de movimentação de cargas nos portos e terminais portuários. Os portos brasileiros têm incorporado mudanças tecnológicas, containerização e expansão da automação das operações e uso da telemática. Os centros logísticos aceleram os fluxos de bens através de circuitos econômicos em escala mundial. Todavia, ainda persistem nas cidades portuárias conflitos entre aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Assim, o processo de ocupação e formação do espaço econômico brasileiro possui descontinuidades tanto temporais como geográficas. Sua construção levou mais de três séculos, e o resultado hoje é um verdadeiro mosaico, e cada região produtora se vincula de forma precária aos portos. (DINIZ, 2002, p. 247) Em Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* e com Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste*, observa-se com esses autores que as disparidades regionais brasileiras são frutos não apenas da diversidade geográfica existente em face ao vasto território nacional, mas principalmente pelos ciclos econômicos que se sucederam em função de distintos fatores na formação do território brasileiro.

2.2 Especialização, logística e movimentação nacional portuária

O aprofundamento das desigualdades regionais partindo das infraestruturas portuárias, e o papel que a presença dessas infraestruturas assumem precisam ser mais detalhadamente analisadas. Existe hoje uma especialização portuária concorrente onde as movimentações das cargas podem ser identificadas por mercados geográficos relevantes conforme sua especialização e respectivos índices de concentração: cargas gerais, granéis sólidos, granéis líquidos e contêineres.

No mercado portuário existem escolhas importantes feitas pelos exportadores e importadores que incluem o preço, a eficiência da prestação de serviços e o custo e a distância para portos estrangeiros. Essa especialização dos portos e a escolha de importadores e exportadores pela utilização de determinados portos e terminais portuários e não outros produzem consequências no uso do território.

Parte do nosso questionamento e análise é que apesar da introdução da logística e da containerização a partir de meados da década de 1970 em contexto mundial e a inserção da lógica multimodal a especialização portuária, a falta de infraestruturas adequadas da formação das redes de circulação de transportes, bem como a falta de investimento nas



infraestruturas portuárias consolidam e aprofundam desigualdades regionais estabelecidas na ocupação e formação do território.

O porto constitui um fixo enquanto dimensão estruturante de uma rede de conexões interregionais que articulam o território nacional. A qualidade e a quantidade dessa integração constituem hoje ponto fundamental para competitividade das empresas. As principais estruturas de transporte do país: ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos, além dos equipamentos associados à logística do transporte de cargas, armazéns, estações aduaneiras de interior (porto seco) constituem a base de infraestrutura de transporte no Brasil. A intermodalidade é responsável pela rede de circulação que precisa ser dinâmica na fluidez de cargas e mercadorias advindas do porto.

Para essa pesquisa a interpretação geográfica da logística torna-se uma ferramenta importante para analisar e compreender a dinâmica dos fluxos materiais e imateriais no uso do território brasileiro. Segundo Braga (2013) os nós logísticos e as plataformas logísticas fazem parte de uma base “material e normativa de cada subespaço” o que lhes atribui melhores condições para atrair fluxos materiais e, por conseguinte melhores condições competitivas num mercado global. A distribuição seletiva da logística estabelece um papel importante na rede e na circulação de fluxos de um país.

Braga (2013) aponta os nós logísticos, portos secos, centrais de distribuição, terminais portuários, plataformas logísticas, como fixos que interligam redes de circulação, e que por sua vez são capazes de elevar os níveis de competitividade entre os agentes econômicos podendo produzir uma distribuição desigual de fluxos materiais no território.

As atividades portuárias são de fundamental importância para o equilíbrio da Balança Comercial do Brasil, exportação e importação. As atividades portuárias sofreram profundas alterações viabilizadas pela Lei de Modernização dos Portos. Para Kappel a atividade portuária pode ser resumida “em um sistema linear composto de um centro de negócios, que abrange diversos setores da economia começando pela agricultura e terminando em aparelhos eletrônicos”. Assim, todos os setores da economia inclusive serviços estão presentes na atividade de exportação e importação portuária brasileira.

A operação portuária não se limita à faixa do cais. Há por trás todo um sistema logístico que vai desde os armazéns até o entreposto no interior do país. Assim, a atividade portuária tem na essência um aglomerado produtivo, cuja especialidade é a movimentação de mercadorias marítimas e fluviais gerando divisas e fazendo o equilíbrio da balança comercial brasileira.



O site Mercado Marítimo (2017) apresenta lista das principais empresas que atuam no *mercado de transporte mundial de contêineres*, segundo o site a lista foi elaborada por pelo que que eles definiram como região geográfica e dentro de cada região as empresas foram ordenadas pelo seu tamanho em capacidade de TEU – Twenty Foot Equivalent Unit (Unidade

Quadro 2 Principais empresas que atuam no mercado de transporte mundial de contêineres

EUROPA	ÁSIA E ORIENTE MÉDIO
Maersk Line (Dinamarca)	Evergreen Line/ Evergreen Group (Taiwan)
MSC Group (Suíça)	Cosco Shipping (China)
CMA CGM Group (França)	Hanjin Shipping (Coreia do Sul)
Hamburg Sud Group (Alemanha)	OOCL (Hong Kong)
Hapag-Lloyd (Alemanha)	Yang Ming (Taiwan)
	Uasc (Dubai)
CONTINENTE AMERICANO	MOL Group (Japão)
APL (Estados Unidos)	NYK (Japão)
	Wan hai (Taiwan)
	X-Press Feeders (Cingapura)
	Hyundai (Coreia do Sul)
	“K” Line (Japão)
	PIL (Cingapura)
	ZIM (Israel)

FONTE: MERCADO MARÍTIMO, 2017. Organizado pela autora, 2017.

Segundo o Mercado Marítimo (2017) estas são as principais empresas de navegação mundial que atuam no transporte de contêineres e foram ordenadas pelo tamanho do TEU (Unidade Equivalente de Transporte) que possui um tamanho padrão de contêiner intermodal de 20 pés de comprimento. Estes módulos padronizados de contêiner de 20 pés recebem o nome de TEU, ou seja, um contêiner de 20 pés é um contêiner de 1 TEU. Trata-se da medida padrão para medir a capacidade de contêineres em navios, trens e etc. Um contêiner padrão equivale 6,10 m de comprimento x 2,44 m de largura x 2,59 m de altura, ou aproximadamente 39 metros cúbicos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O porto constitui um fixo enquanto dimensão estruturante de uma rede de conexões interregionais que articulam o território nacional. A integração de diferentes modais é fundamental para a circulação das mercadorias provenientes do mercado portuário. A qualidade e a quantidade dessa integração constituem hoje ponto fundamental para competitividade das empresas. O processo de containerização e a logística multimodal



produziram uma nova organização do espaço marítimo portuário em escala mundial. Existe hoje uma centralização de grupos de empresas que dominam o espaço marítimo mundial e que são verdadeiros poderes supranacionais. Todos esses processos tiveram a norma como facilitadora, inibidora ou estimuladora de transformações espaciais e que corroboram para a produção de uma lógica contemporânea de controle do espaço portuário marítimo. Todavia, em escala nacional, a especialização dos portos e a ainda a incompleta rede de circulação interna de mercadorias faz importadores e exportadores utilizarem determinados portos e terminais portuários que reproduzem e aprofundam as desigualdades regionais pretéritas.

REFERÊNCIAS

ANTAS JR., Ricardo Mendes. **Território e Regulação, Espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Editora FAPESP, 2005.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes. **Desempenho do Setor Aquaviário de 2016. Oportunidade e Melhorias Portuárias. Indicadores, Cargas e Navegação**. Realização: FIESP/CIESP, 2016.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos, o Porto do Café**. Tese apresentada ao concurso de Livre Docência da Cadeira de Geografia do Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, n. 24 série A, 1969.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **O Porto de Vitória**. Tese apresentada ao Concurso para provimento da Cadeira de Geografia do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São Paulo: Instituto de Geografia, 1974.

BEZERRA, Marlon de Freitas. **Portos do Brasil: Balanço Econômico e Institucional em 2012**. Dissertação de Mestrado em Economia Política. São Paulo: PUC, 2015.

BRAGA, Vanderlei. **Logística e uso do território: tipologia e topologia de nós logísticos e o projeto da plataforma multimodal de Goiás (PLMG)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais. A longa duração**. Revista de História Vol. XXX ano XVI, n. 62, 1965, Abril-Junho.

CAMPOS NETO, C.A.S; et all. **Texto para Discussão n.1.408. Portos Brasileiros 2009: ranking, área de influência, porte e valor agregado médio dos produtos movimentados**. Brasília: IPEA, jun. 2009.

CATAIA, Antonio Marcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas. A fragmentação do território brasileiro**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CÉLÉRIER, Pierre. **Os Portos Marítimos. Les ports maritimes**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CONTEL, Fabio Betioli. **Os sistemas de movimento do território brasileiro**. IN: SANTOS, M.; Silveira, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Recod, 2011 [2001].



COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Editora: Universidade de São Paulo, 2013 [1992].

COUTINHO, Paulo C. (coord) et all. **Avaliação da Concorrência na prestação de serviços portuários**. Sumário Executivo. Brasília: CERME. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Regulação de Mercados, 2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS. **Os portos brasileiros. Sua evolução, características e movimento comercial**. Organizado em colaboração com o Departamento de Portos, Rios e Canais e editado com a autorização do Exm. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas conforme a comunicação de 28 de maio de 1949 daquele departamento.

DINIZ, Clélio Campolina. **Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos**. IN: CASTRO, Ana Célia. BNDES, desenvolvimento em debate. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.

FORNASIER, Mateus de Oliveira; FERREIRA, Luciano Vaz. **Complexidade, globalização e regulação jurídica: a conduta das empresas transnacionais e suas possibilidades de normatização**. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 19, n; 2, p. 73 – 100, dez. 2015.

FURTADO. Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [1959].

GASSET, Ortega Y. **Mediação sobre a técnica**. Tradução: José Francisco P. de Almeida Oliveira. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991 [1939].

GUILLAUME. Jacques. **Le Port et son Espace**. In : *Espaces Temps*, 2, 1976, pp.33-42.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 [2010].

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962 [1959].

ISNARD, H. **O espaço do geógrafo**. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 36, p.5-16, jul./dez., 1978.

KAPELL, Raimundo F..**Portos Brasileiros Novos Desafios para a Sociedade**. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/raimundokappel.htm, acesso em: set. de 2017.

MARCONDES. Renato Leite. **Desigualdades Regionais Brasileiras: Comércio Marítimo e Posse de Cativos**. Tese de Livre- Docência do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, 2005.

MERCADO MARÍTIMO. **As principais empresas de navegação do mundo**. Disponível em: < <https://mercadomaritimo.com.br/conheca-as-principais-empresas-de-navegacao-do-mundo/>> acesso em 07 de set. de 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA E TESOURO NACIONAL. Serviço Estatístico Econômico e Financeiro. **Movimento Marítimo. Shipping Movement. Mouvement Maritime**. N. 3, 1934, 1935, 1936 e 1937.

MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES. Serviço de Documentação. **Transportes do Brasil. Exposição Comemorativa da I Semana Nacional dos Transportes**. Rio de Janeiro: 1969.

MONIE, Frédéric. **Hérve Théry, Pouvoir et territoire au Brésil. De l'archipel au continent**. In : *Caravelle*, n.67, 1996, pp. 217-219.



NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 35ª ed. Rio de Janeiro : Forense, 1980 [2013].

PERIDES, Isabel Lopes. **Território e guerra dos lugares: uma análise por meio do federalismo fiscal**. São Paulo: 2017. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Flávio G. (org.). **Portos e Cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana**. Editora da UESC. Governo da Bahia: Ilhéus – Bahia, 2011.

Santos, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. IN: Boletim Paulista de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo. N. 54, jun. 1977, p. 88-89.

_____, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp: 2012 [1996].

SILVA, Moacir M. F. **Geografia dos Transportes no Brasil**. Biblioteca Geografia Brasileira, n. 7 série A. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

THÉRY, Hérve. **As malhas territoriais brasileiras: uma construção história e social**. In: O espaço. Uma produção histórica (parte final). N.33, 2008, p. 43-54.

VIGARIÈ, André. **La Circulation Maritime**. Géographie de la Circulation 2ª partie. Paris : Éditions Génin, 1968.



GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAPÁ.

Katrícia Milena Almeida Corrêa (Universidade Federal do Amapá-UNIFAP)¹
katriciacorrea@yahoo.com.br

Jadson Luís Rebelo Porto (Universidade Federal do Amapá-UNIFAP)²
jadsonporto@unifap.br

RESUMO

O presente trabalho visa analisar os novos caminhos da geração de energia hidrelétrica no Amapá, por meio da integração do Estado do Sistema Interligado Nacional, diante das questões relacionadas ao desenvolvimento regional. A recente inserção de empreendimentos hidrelétricos no Amapá, como fruto de interesses nacionais de integração energética dos sistemas isolados para o mercado consumidor, desembocou novos efeitos e desafios para o estado, sendo este uma peça importante para o processo. A motivação desta abordagem ancora-se na necessidade de compreensão sobre as ações econômicas praticadas pelo setor elétrico no Brasil, Amazônia brasileira e Estado do Amapá, diante de questões econômicas, políticas e sociais inerentes a cada contexto. A abordagem deste artigo recorre-se à pesquisa bibliográfica, sobre o sistema elétrico nas escalas nacional, regional e local à luz do desenvolvimento regional e traz o estudo de caso sobre os empreendimentos hidrelétricos e ações operacionais para a integração energética do Amapá ao Brasil. A pesquisa aponta que a consolidação dos empreendimentos hidrelétricos no Amapá não representou avanços para o desenvolvimento regional, quando consideradas as ações efetivadas nos estágios iniciais do processo. Isto, justifica-se em parte, pelas dificuldades da plena distribuição de energia para todo o estado, denotando um quadro negativo da oferta do serviço quando comparada a outras regiões do país. Para tanto, este artigo estrutura-se a partir de dois tópicos: o primeiro apresenta o sistema elétrico no Brasil e na Amazônia e; o segundo discute as hidrelétricas instaladas no Amapá, as perspectivas de integração energética e busca pelo desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Sistema Interligado Nacional, Hidrelétricas, Amapá.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição. Bolsista de pós-graduação da CAPES.

² Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).



1. INTRODUÇÃO

Os novos acontecimentos impulsionados pela globalização bem como reestruturação produtiva vêm despertando em todas as regiões, novas dinâmicas de organização territorial, especialmente, quando considerados os novos padrões de produção e consumo que conjuntamente são capazes de conduzir à resultados multiescalares complexos. Diante deste panorama, as demandas energéticas provenientes de núcleos urbanos e industriais avançam em uma velocidade extraordinária, justamente por acompanharem as lógicas do sistema capitalista, majoritariamente, nas grandes cidades, porém que se amplia para todas as regiões.

Com isso, o suprimento de energia elétrica passa a ser um dos elementos diretamente associados ao desenvolvimento socioeconômico, representando um recurso fundamental e estratégico para alavancar também, o desenvolvimento regional em muitos países (ANEEL, 2005). Segundo a agência, os avanços tecnológicos implementados nas atividades de geração, transmissão e uso final de energia elétrica permitem sua expansão para localidades remotas, podendo melhorar consideravelmente a qualidade de vida de seus habitantes. Por outro lado, uma grande parcela da população brasileira é atendida de forma muito precária e, no caso da Amazônia, a energia elétrica sequer alcança todas as localidades.

Conseqüentemente, dentro do panorama apresentado, as ações do Estado neoliberal passam a acompanhar as ações do capital, deixando claro a construção de novos tempos, impondo assim, práticas que viabilizem a produtividade e expansão energética diante da crescente demanda. As ações então, reverberam potencialmente em amplas escalas, a exemplo tem-se a implementação do Sistema Interligado Nacional (SIN) que atua no intuito de expandir a oferta de energia elétrica, colocando a Amazônia e o Amapá como metas para a materialização de suas ações.

Sendo assim, a recente inserção de empreendimentos hidrelétricos no Amapá, como fruto de interesses nacionais de integração energética para o mercado consumidor, desembocou novos efeitos e desafios para o estado, sendo este uma peça importante para o processo. Partindo desta contextualização preliminar, a pesquisa coloca a seguinte questão orientadora: De que forma a instalação de empreendimentos hidrelétricos no Amapá se relaciona com as mudanças territoriais provocadas pela consolidação do SIN em face do desenvolvimento regional? Para tanto, o presente artigo visa explicar os novos caminhos da geração de energia hidrelétrica no Amapá, por meio da integração do estado do SIN, bem como seus efeitos no desenvolvimento regional.



Assim, este artigo estrutura-se a partir de dois tópicos: o primeiro apresenta o sistema elétrico no contexto brasileiro, bem como na região amazônica; o segundo discute as hidrelétricas instaladas no Amapá, as perspectivas de integração energética e busca pelo desenvolvimento regional.

2. O SISTEMA ELÉTRICO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Conforme informações da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Setor Elétrico Brasileiro (SEB), após ter passado por várias reformas institucionais adquiriu, a partir das Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, um equilíbrio em relação a sua estruturação organizacional (ANEEL, 2005). Sendo assim, o corpo do setor passou a ser gerenciado por agentes estatais, públicos e privados. Os agentes que, conjuntamente, atuam nos aspectos técnicos são responsáveis por implementar a política energética nacional, regulando, operacionando e comercializando a energia gerada para todas as unidades federativas do país.

É importante destacar que, dentro da estrutura setorial de energia elétrica brasileira, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) faz parte de uma importante rede de cooperação institucional sendo o órgão executor das atividades de coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica dentro do Sistema Interligado Nacional (SIN), bem como pelo planejamento da operação dos sistemas isolados ao longo do país, sob a fiscalização e regulação da ANEEL (ONS, 2017).

2.1 Características do sistema elétrico

Segundo Domingues (2003) o sistema elétrico brasileiro é formado por meio de um amplo sistema interligado que abrange dimensões continentais e conecta, em sua maioria, as regiões do país: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. O sistema elétrico também conecta grande parte dos pequenos sistemas isolados, dos quais, muitos se localizam na Amazônia brasileira. Este sistema consegue atender cerca de 92% dos domicílios, de uma demanda de 40 milhões de consumidores, entretanto, a grande maioria da demanda atendida vive em centros urbanos.

Face à conjuntura presente,



A atual configuração do sistema brasileiro de atendimento da demanda de energia elétrica é caracterizada por grandes empreendimentos de geração elétrica, que em sua maioria se localizam afastados dos grandes centros consumidores (essencialmente ambientes urbanos e áreas industriais). Assim, o sistema é bastante dependente do escoamento da eletricidade produzida nas usinas e, devido à grande extensão territorial de nosso país, necessita percorrer longas distâncias por meio de instalações que compõem o Sistema Interligado Nacional (SIN), que são principalmente as Linhas de Transmissão (LTs) e as Subestações (SEs) (BARRETO, 2016, p.2).

No que concerne aos aspectos geração e transmissão de energia elétrica, o Brasil conta com um sistema conjunto formado por usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e ativos de distribuição, esse sistema denomina-se Sistema Interligado Nacional (SIN) que recentemente vem se estruturando no país. Por outro lado, é importante destacar que existem outros sistemas de menor grandeza, não vinculados ao SIN, os chamados Sistemas Isolados, os quais concentram-se, majoritariamente, na região Amazônica, justamente por condições de acesso mais restritas (ANEEL, 2008).

Por outro lado, com relação às implicações identificadas sobre os parâmetros de efetividade do sistema elétrico no Brasil, Bermann (2002) apontou que muitos estados da federação ainda não contavam com total efetividade desse sistema, como: Amazonas, Amapá e Roraima, por exemplo. Hoje, mesmo que estes estados façam parte das ações do SIN, ainda se encontram, majoritariamente, desvinculados do restante do país, uma vez que, as demandas isoladas são supridas com sistemas próprios.

Outro entrave que deve ser destacado diante do contexto apresentado, diz respeito as ações desenvolvidas setorialmente, ou seja, aquelas pensadas prioritariamente para a implantação de empreendimentos hidroenergéticos visando o atendimento de regiões que apresentem maior demanda, nesse caso, o Sudeste. É lícito então considerar que, a grande concentração de polos industriais nessa região e, conseqüentemente, do capital gerado pela indústria e serviços, estão postos como prioridade diante das ações do sistema elétrico brasileiro.

Para tanto, os resultados de ações econômicas pontuais conduzem regiões segmentadas à suportarem a carga de responsabilidade de produção de energia elétrica, bem como em atender as demandas externas de outras regiões. Essas informações reforçam o pensamento de Vainer e Araújo (1992) que defendiam que o encadeamento dos efeitos do sistema elétrico conduziria, aceleradamente, a inúmeras transformações em regiões isoladas, levando-as a integração com intuito de exportar a energia elétrica para os



grandes centros urbano-industriais, deixando claro a materialização das desigualdades regionais no país.

Segundo os dados apresentados pelo Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional-BEN 2017 - ano base 2016, as informações consolidadas referentes ao quantitativo da utilização de energia no Brasil apontaram para a produção industrial, transporte de carga e mobilidade de pessoas como as principais atividades consumidoras de energia, correspondendo a aproximadamente 65% do consumo total de energia no país durante todo o ano de 2016 (EPE, 2017).

Hoje, entende-se que a lógica do setor elétrico está fortemente pautada na consolidação do SIN, em virtude, principalmente da ampliação e construção de empreendimentos hidrelétricos que deixam claro, a materialização do encadeamento de ações unilaterais do setor. Em contrapartida, outras questões relativas ao desenvolvimento regional como os aspectos sociais e econômicos ainda se tornam elementos secundários ao processo.

2.2 O Sistema Interligado Nacional e as hidrelétricas na Amazônia brasileira

O sistema elétrico presente na Amazônia brasileira é composto por dois grupos: os Sistemas Isolados e o Sistema Interligado. Dentro dessa categorização, esses grupos justificam-se pelas dimensões significativas no que diz respeito aos aspectos territoriais da região, que acabam por englobar sistemas heterogêneos em virtude, principalmente, dos custos onerosos para o atendimento das demandas. O Sistema Interligado projetado para a região amazônica é formado, basicamente, pelos subsistemas elétricos regionais, que representam elementos-chave na interligação nacional. Nesta ótica, Domingues (2003) aponta que, geograficamente, esses subsistemas dividem-se em: Subsistema Norte-Interligado e Subsistema Interligado Mato Grosso.

O subsistema Norte-Interligado, passou a operar em 1981 cobrindo a região Norte e o estado do Maranhão. Este subsistema foi ampliado em 1998, e é em sua grande maioria, mantido pela energia gerada da UHE Tucuruí. Com relação ao Subsistema Interligado Mato Grosso, ele representa uma extensão do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, sendo este o responsável pelo atendimento do sul do Estado do Mato Grosso.

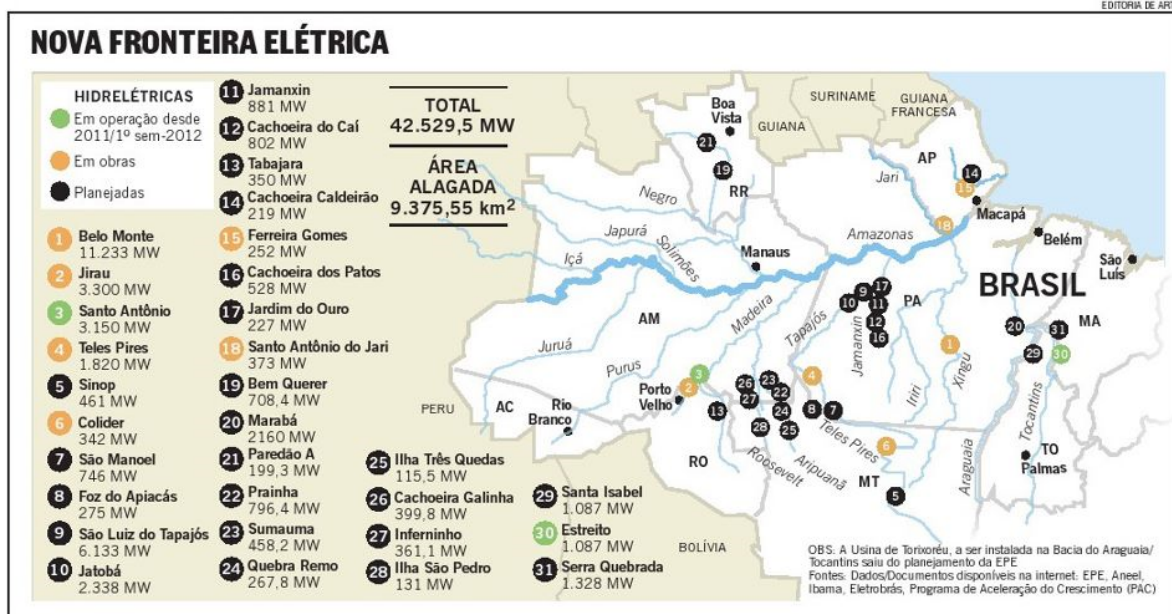
Conforme dados do Anuário de Estatística de Energia Elétrica (EPE, 2016), o subsistema Norte-Interligado, exportou cerca de 11.588 MW de energia elétrica para os



demais subsistemas do país no ano de 2015. Em outras palavras, com a consolidação do SIN, a região amazônica passou a exportar energia elétrica para outros subsistemas regionais.

Nesta ótica, a exploração econômica a partir dos recursos hídricos, para a geração de energia elétrica, colocou a Amazônia em um novo panorama, como a região que oferta um alto potencial hidrelétrico e que a torna exportadora de megawatts por meio da implantação de 31 usinas hidrelétricas (figura 1). Entretanto, grande parte da região amazônica brasileira, ainda é suprida eletricamente por diversos sistemas isolados materializados por termelétricas espalhadas por toda a região.

Figura 1 – Hidrelétricas na Amazônia brasileira.



Fonte: CEA (2015).

Pelo fato daqueles sistemas representarem um custo elevado na geração de energia, bem como manutenção, o impulso de consolidação do SIN acelerou a construção e implantação de hidrelétricas criando uma nova fronteira elétrica na Amazônia. Isto foi possível, através da inserção do capital no represamento de rios com cursos d'água estratégicos cuja destinação principal, está no atendimento de demandas externas de consumo, principalmente aquelas que provém dos grandes setores industriais.

Por outro lado, cabe ressaltar que este fato não é recente, uma vez que, as intenções foram traçadas desde 1987, com o Plano 2010. O chamado "Plano 2010" enumerou mais de 79 barragens na região, que seriam implantadas ao longo de trechos com significativo potencial hídrico. Por conseguinte, mesmo que os entraves financeiros do Brasil tenham apontado para vários adiamentos nos referidos planos de construção, as



implantações prosseguiram com certa pressa, uma vez que, a demanda energética dos grandes setores industriais aumentava consideravelmente e, colocava a região como uma fonte preciosa para a geração de energia, muitas vezes, considerada como um receptáculo energético para um futuro próximo (FEARNSIDE, 2015).

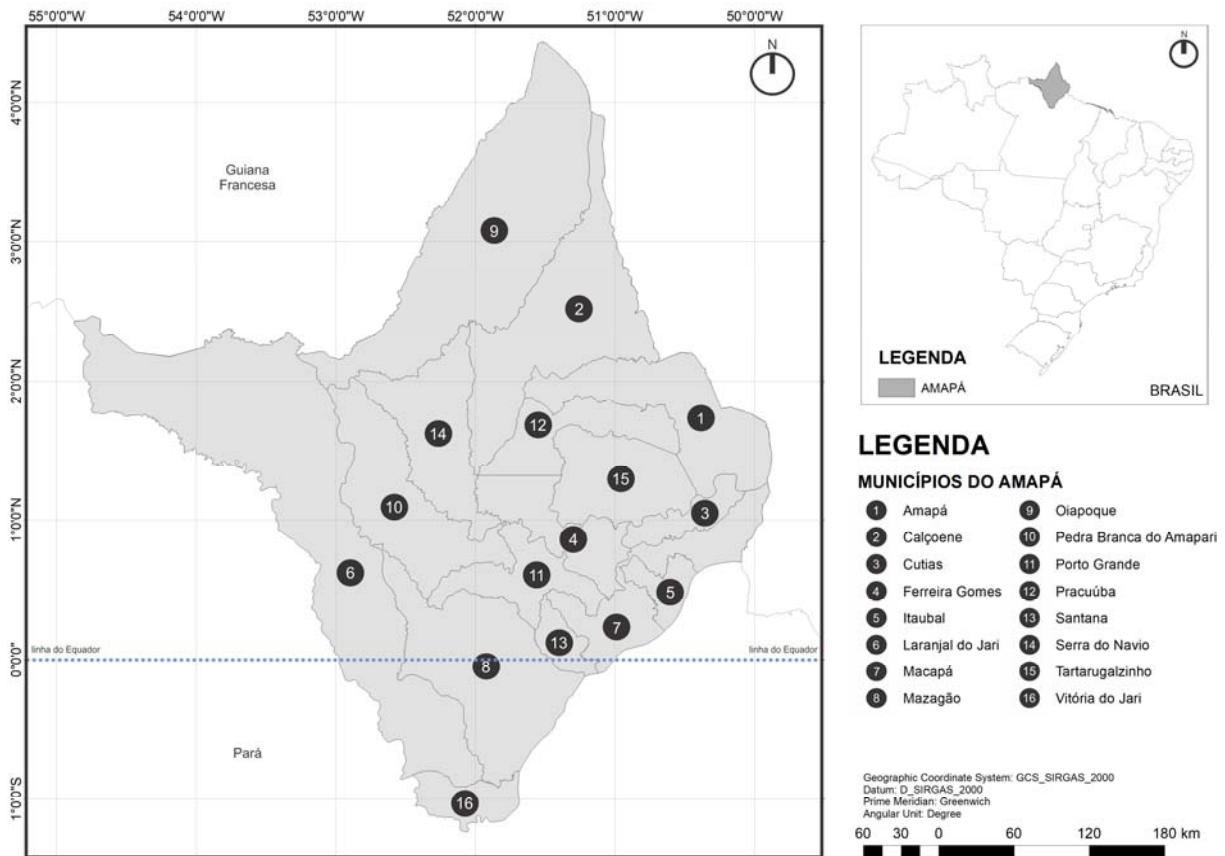
Assim, o autor aponta que, embora os discursos proferidos à sociedade de que os grandes empreendimentos hidrelétricos possuem uma capacidade enfática para desenvolvimento econômico, eles podem provocar extinção de localidades ocupadas pelas populações tradicionais. Neste prisma, Bloemer e Reis (2001) já apontavam que a construção e operação de hidrelétricas desembocavam ações expropriatórias de terras, obstrução de acesso ou perdas de áreas produtivas, rompimento do tecido social comunitário, bem como o reassentamento integral ou parcial de aglomerados urbanos como efeitos imediatos e que impactam, negativamente, no desenvolvimento regional como verificado nos dias atuais.

Diante do exposto, compreende-se que as ações do sistema elétrico, na Amazônia brasileira, atuam priorizando o cumprimento das metas produtivas de geração de energia elétrica, disponibilizando seus recursos hidroenergéticos para outras regiões do país. Como resultado, o grande potencial hidroenergético amazônico, identificado pelo Plano 2010, passa a ser aproveitado na medida em que as ações de integração energética dos sistemas isolados se consolidam na região.

3. HIDRELÉTRICAS NO AMAPÁ: PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Estado do Amapá, criado a partir da Constituição Federal de 1988, fazia parte da conjuntura dos Territórios Federais, tutelados pela União que visava a defesa dos territórios fronteiriços internacionalmente, bem como a administração de seus recursos. O Estado está localizado à margem esquerda da foz do rio Amazonas, fronteira com a Guiana Francesa e, tendo também sua capital Macapá, cortada pela linha imaginária do Equador (figura 2).

Figura 2 – Localização do Estado do Amapá e seus municípios.



Fonte: Katrícia Corrêa (2017).

Em relação aos investimentos vinculados ao fornecimento de energia no Amapá, Porto (2003) identifica duas fases da evolução do setor no estado: a primeira denominada fase CEA (1947-1976) e a segunda fase entre CEA/ELETRONORTE (1976-2000). A primeira fase diz respeito à origem do investimento no setor elétrico através: da criação da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) (Lei nº 2.740, de 2 de maio de 1956) para gestão de sua demanda; da implantação de termoelétricas, visando atender a extração de manganês; do primeiro levantamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, no Rio Araguari e; do início das obras de uma usina hidrelétrica neste rio.

Para o autor, o intuito da criação da CEA seria justamente para gerir a implantação de termelétricas no estado para dar suporte à extração de manganês pela ICOMI. Além disso, outro objetivo seria iniciar o levantamento do potencial hidrelétrico do rio Araguari, especificamente no trecho pertencente ao município de Ferreira Gomes, para construção de uma usina hidrelétrica neste rio, a UHE Coaracy Nunes³ (Paredão) iniciada em 1960.

³ Financiada pelos recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM (20%), Ministério de Minas e Energia (25%), ELETROBRAS (atualmente ELETRONORTE) (25%), royalties provenientes da



A segunda fase do desenvolvimento do setor energético no Estado do Amapá (1976-2012) está relacionada à produção energética da UHE Coaracy Nunes, ampliando sua demanda e distribuição elétrica, direcionados principalmente ao município de Macapá, e à instalação de novas usinas termoelétricas no Estado (op. cit.). Nesta fase a ELETRONORTE, criada em 1973 em substituição à ELETROBRÁS e instalada no Amapá em 1974, assumiu a gerência da produção e distribuição de energia (que anteriormente era feita pela CEA) ficando assim, designada na conclusão das obras e na operação da UHE Coaracy Nunes (Paredão) (op. cit.).

Observa-se hoje, uma terceira fase do desenvolvimento do setor energético amapaense, denominada neste estudo como a fase de integração energética (após 2012). Esta fase compreende aos investimentos aplicados no estado por grupos externos e privados concedidos através de leilões, dentro das políticas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fixados ao longo do rio Araguari, visando inserir o Amapá ao SIN, a partir da conexão do Linhão de Tucuruí ao sistema amapaense.

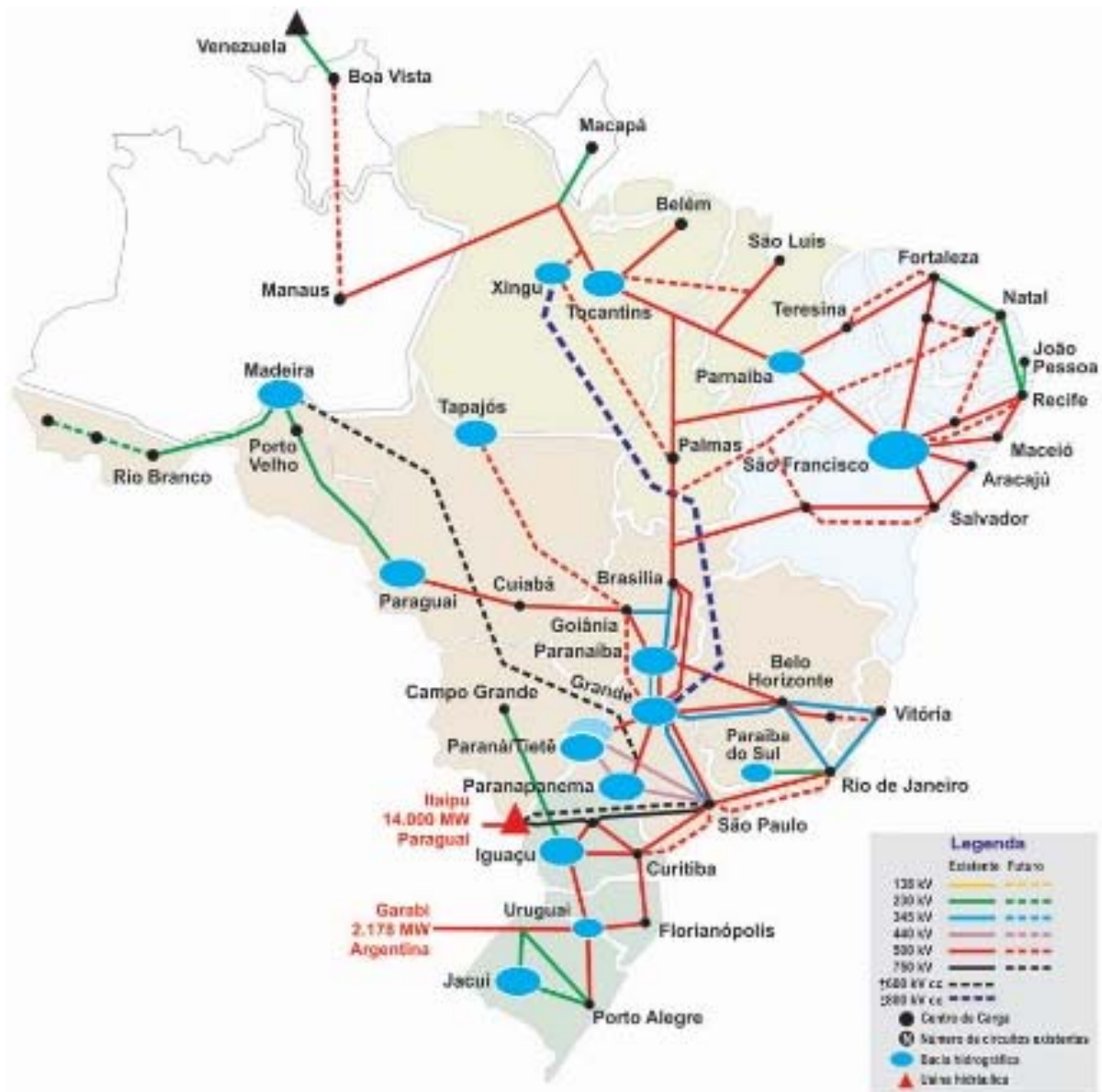
Sendo assim, as ações de grupos privados implantaram mais três hidrelétricas no Amapá, sendo duas delas no município de Ferreira Gomes: UHE Ferreira Gomes (Ferreira Gomes Energia - Grupo Alupar Investimento S/A), UHE Cachoeira Caldeirão (Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.) e outra em Laranjal do Jari, a UHE Santo Antônio (Energias do Brasil/ Energias de Portugal S.A-EDP). Os referidos empreendimentos foram cruciais para interligação do estado ao SIN via linhão de Tucuruí

Segundo Campos (2016), recentemente foram concluídas 22 linhas de transmissão de energia elétrica que correspondem a cerca de 5.256 km de extensão, bem como 33 novas linhas equivalentes a 10.704 km. Além disso, estão sendo implantadas 30 subestações de energia, deixando o Estado do Amapá estruturado conforme a proposta do PAC, diante da interligação Tucuruí-Macapá-Manaus. Vale ressaltar que, a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, implantada desde 2010 e situada na região limítrofe entre os municípios de Almeirim/PA pelo Distrito de Monte Dourado e Laranjal do Jari – AP, foi a responsável pela estruturação estadual ao SIN (figura 3).

exportação do minério de manganês (20%) e da poupança privada (10%) (PORTO, 2003). A hidrelétrica somente entrou em operação a partir de 1976.



Figura 3 – Integração energética do Amapá ao Sistema Interligado Nacional.



Fonte: CEA (2015).

Abrantes (2014), em contrapartida, afirma que, embora o aumento do número de conexões e de consumo de energia elétrica no estado estejam alcançando patamares significativos, é necessário apontar para a alarmante contradição entre geração e consumo no quadro atual. Para o autor, a energia gerada ainda não consegue cobrir toda a demanda populacional por apresentar graves problemas da distribuição do serviço. Para tanto, a quadro a seguir, aponta os dados de geração de energia elétrica para cada estado da região Norte:



Quadro 1 – Geração de energia elétrica nos estados da região Norte (2011-2015).

Geração elétrica por região e UF no Brasil 2011-2015 (GWh)						
UF	2011	2012	2013	2014	2015	Δ% (2014/2015) 2014??? não seria 2011?
Rondônia	3.214	4.173	6.407	15.148	26.463	74,7
Amapá	1.566	1.704	1.816	1.933	2.380	23,1
Roraima	133	128	169	245	194	20,8
Acre	203	377	234	250	281	12
Amazonas	9.036	9.561	9.970	8.946	9.143	2,2
Pará	43.092	41.217	41.191	41.951	38.304	-8,7
Tocantins	10.650	12.747	11.881	12.227	10.347	-15,4
Norte	67.894	69.906	71.668	80.700	87.111	7,9
Brasil	531.758	552.498	570.025	590.479	581.486	-1,5

Fonte: Adaptado de EPE (2016).

O quadro 1 apresenta os dados referentes a geração de energia elétrica no período de 2011-2015 e, coloca o Amapá como o segundo estado da região Norte com maior variação na produção energética, cerca de 23,1%, durante o período representando um avanço diante de suas possibilidades de geração de energia elétrica.

Por outro lado, os dados apresentados no quadro 2 mostram que os níveis de consumo observados de 2011 a 2015, em especial, no estado do Amapá variaram em 4,3 dentro da escala de consumo de eletricidade na região.

Quadro 2 – Consumo de energia elétrica (GWh) nos estados da região Norte (2011-2015).

	2011	2012	2013	2014	2015	Δ% (2015/2014)
Brasil	320.352	327.498	336.732	354.774	349.803	-1,4
Norte	18.865	18.677	19.900	21.523	22.409	4,1
Rondônia	2.378	2.826	2.825	2.995	2.969	-0,8
Acre	728	819	847	875	1.086	24,1
Amazonas	5.085	5.596	5.966	6.275	6.357	1,3
Roraima	587	662	705	802	883	10,2
Pará	7.789	6.322	6.843	7.664	8.035	4,8
Amapá	825	882	961	1.015	1.058	4,3
Tocantins	1.473	1.569	1.767	1.897	2.020	6,5

Fonte: Adaptado de EPE (2016).

Fazendo um paralelo entre geração e consumo, pode-se observar que em 2015, o Amapá gerou mais energia (2.380 GWh) do que consumiu (1.086 GWh), ou seja, o estado



gerou excedentes (1.322 GWh) que foram disponibilizados no mercado energético comprovando assim, a hipótese de ser exportador de energia elétrica com a consolidação do SIN. Isto, em parte, é resultado da baixa demanda energética, quando comparada a outros estados e regiões, além de ser um indicativo para dificuldades nas atividades de distribuição pela CEA para as demandas isoladas.

Sinteticamente, as discussões aqui delineadas permitem compreender que: o Estado do Amapá avançou em termos produtivos de energia elétrica, principalmente, quando considerado o período da fase de integração energética (pós-2012), composta pelos empreendimentos hidrelétricos por parte da iniciativa privada. As transformações na estrutura do setor elétrico brasileiro por meio do SIN provocaram importantes mudanças territoriais no estado por meio do aproveitamento de seus recursos hídricos que, conjuntamente, deram suporte à integração energética do Estado do Amapá ao Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do sistema elétrico, na Amazônia brasileira têm priorizado o cumprimento das metas produtivas de geração de energia elétrica, disponibilizando seus recursos hidroenergéticos para outras regiões do país. Com isso, o grande potencial hidroenergético amazônico tem sido aproveitado desde a década de 1980 na medida em que a integração energética dos sistemas isolados foi consolidada e articulada ao sistema nacional.

Assim, a possível resposta a questão orientadora previamente estabelecida, aponta que: a instalação dos empreendimentos hidrelétricos no Amapá está diretamente relacionada às mudanças territoriais provocadas pela consolidação do SIN, através da expansão da produção energética que avançou do município de Ferreira Gomes para Laranjal do Jari, no Sul do Amapá e, como consequência vinculou-se ao estado do Pará, através do linhão de Tucuruí, Porém, as mudanças provocadas pelo setor elétrico não contribuíram, significativamente, para avanços no desenvolvimento regional em virtude do descompasso identificado entre as ações de produção nacionais (SIN) e as ações de distribuição estaduais (CEA).

Atualmente, observa-se que as ações que visam a integração dos sistemas elétricos regionais ao SIN caminham aceleradamente visando a disponibilidade de energia para o mercado consumidor. Esse fato, todavia, justifica-se pela demanda crescente oriunda dos grandes centros urbanos e polos industriais presentes, em sua maioria, no Sudeste do Brasil. Por outro lado, a implementação da integração energética requereu a inserção de hidrelétricas



na Amazônia, mesmo com déficit de planejamento sob a real questão da necessidade, da demanda, colocando a região como mera exportadora de energia elétrica.

Em relação ao cenário amapaense, percebeu-se que em 2012 iniciou-se uma nova fase da evolução do setor energético amapaense: a de integração energética. Os novos empreendimentos hidrelétricos, inseridos recentemente no Amapá, colaboraram para o aumento dos níveis de geração de energia excedendo a demanda estadual. Entretanto, a sua distribuição no contexto estadual apresenta-se carente de planejamento; apresentando, com isso, um desequilíbrio entre produção, distribuição e consumo do serviço.

A nova fase do setor elétrico aqui discutida apresentou como principal característica a composição de empreendimentos hidrelétricos por parte da iniciativa privada e foi crucial para a expansão da fronteira elétrica do Estado do Amapá e da Amazônia, bem como para suas mudanças territoriais. Por outro lado, verificou-se que a instalação de empreendimentos hidrelétricos no Amapá gera, de fato, excedentes de energia. Contudo o quantitativo de produção energética não é absorvido internamente pela baixa demanda e por problemas de distribuição pertinentes a concessionária CEA. Em suma, os vínculos causais do processo de integração energética apresentam-se contraditórios e não garantem o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos. **(Des) envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo**: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1966 a 2006). 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 2 ed. Brasília: ANEEL, 2005.

_____. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3 ed. Brasília: ANEEL, 2008.

_____. **Ouvidoria setorial em números 2017**: aspectos técnicos e comerciais. Brasília: ANEEL, 2017.

BARRETO, André Viola. **Vulnerabilidade de linhas de transmissão a desligamentos por descargas atmosféricas**: uma proposta de classificação como suporte para o planejamento. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências em Planejamento Energético, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BERMANN, C. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. **Anais** do Seminário internacional fontes alternativas de energia e eficiência energética – opção para uma política energética sustentável no Brasil. Câmara dos Deputados, Brasília, jun. 2002.



BLOEMER, Maria Sens; REIS, Neusa Maria. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004. **Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências**

_____. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. **Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.**

_____. Lei nº 2.740, de 2 de maio de 1956. **Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá.**

CAMPOS, Karoline Fernandes Siqueira. **Novas dinâmicas territoriais da usina hidrelétrica de Santo Antônio no Vale do Jari: A desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru-AP**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

CEA, Companhia de Eletricidade do AMAPÁ. **CEA consolida projeto estratégico com a conexão do Amapá ao linhão de Tucuruí**. 2015. Disponível em: <<http://www.cea.ap.gov.br/det2.php?id=1725>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

DOMINGUES, Paulo Cesar Magalhães. **A interconexão elétrica dos Sistemas Isolados da Amazônia ao Sistema Interligado Nacional**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

EPE, Empresa de Pesquisa Energética. **Balanco Energético Nacional-BEN: Relatório Síntese - ano base 2016**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – MME, 2017.

_____. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica: ano base 2015**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – MME, 2016.

FEARNSIDE, Philip. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico. **O setor elétrico: relacionamentos**. 2017. Disponível em: <http://apps05.ons.org.br/institucional_linguas/relacionamentos.aspx>. Acesso em: 10 set. 2017.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais - 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.

VAINER, Carlos B; ARAÚJO, Frederico G.B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

**GT 03 – Colonialidade e Grandes obras de Infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****AS TRÍPLICES FRONTEIRAS BRASIL/PERU/BOLÍVIA E
BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA NA AMÉRICA DO SUL: DUAS REGIÕES
TRANSFRONTEIRIÇAS EM FORMAÇÃO?**

Maria Célia Nunes Coelho (UFRJ)¹
mcncoelho@gmail.com

Gisela Aquino Pires do Rio (UFRJ)²
giselario@ufrj.br

Luiz Jardim Wanderley (UERJ)³
luizjardim.ffp@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as políticas de desenvolvimento regional e a formação de regiões transfronteiriças na Amazônia e no Prata. Partimos da hipótese de que o envolvimento de mais de dois países em espaços de fronteira política podem provocar maior dinamismo econômico e inserção no mercado mundial, ao aumentarem as possibilidades de articulações transfronteiriças fundamentadas na cooperação e integração entre os países vizinhos. Para tanto, os espaços selecionados foram: A - Tríplice Fronteira do Sul – Brasil-Paraguai-Argentina e B - Tríplice Fronteira do Norte – Brasil-Peru-Bolívia. A ênfase da pesquisa recaiu sobre os dois principais significados do prefixo *trans*: para “além de” e “através de”. Em segundo lugar, nos preocupamos com o processo de formação de regiões transfronteiriças. Em terceiro lugar, nos ocupamos das caracterizações e análises econômicas e espaciais das duas tríplexes fronteiras, para entender o processo de desenvolvimento transfronteiriço a partir da criação de estoques, fluxos e cadeias produtivas; dos interesses dos Estados nacionais; e das atuações de investidores e gestores. Nossas conclusões apontam para: (a) o grau variado de crescimento das interações nas Tríplexes Fronteiras, reflexo dos níveis distintos de organização, das variadas densidades demográficas e dos desenvolvimentos diferenciados das suas atividades econômicas; e (b) o processo de transformação das Tríplexes Fronteiras em regiões transfronteiriças em progresso, ainda que em marcha gradual.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira, Transfronteira, Brasil-Peru-Bolívia, Brasil-Paraguai-Argentina

1. INTRODUÇÃO

A proposição de desenvolvimento com intensificação das relações transfronteiriças em oposição às propostas de construção de muros (embora sem exemplos concretos no

¹ PhD em Geografia, professora aposentada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Associada do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ).

²Doutora em Socioeconomia do Desenvolvimento, professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ).

³ Doutor em Geografia, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós Graduação em Geografia (ppgG-UERJ-FFP).



Brasil) acarreta, certamente, mudanças nas relações entre países vizinhos, como a geração de espaços passíveis de se transformarem em regiões transfronteiriças. Em algum momento, por força das necessidades de expansão do capital, assim como por necessidade de controle e vigilância, a formação de regiões transfronteiriças pode constituir resposta àquelas pressões de separação e exclusão.

A propósito deste artigo, indagamos se as estratégias de construção regional de *transfronteiras*, visando promover a acumulação capitalista e a segurança territorial, podem ser vistas como possibilidade de promoção do processo de descolonização ampliada dos países sul-americanos ou se seguem reproduzindo a condição de periferia dependente no sistema mundo.

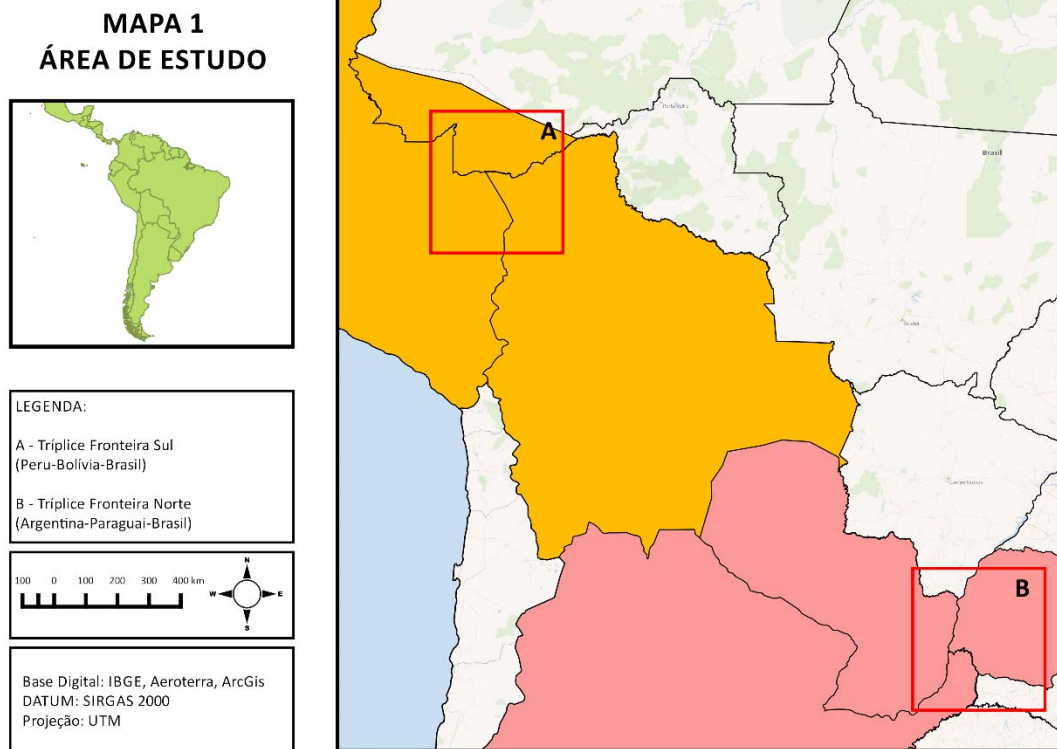
Apoiado em projeto de pesquisa sobre políticas de formação de regiões transfronteiriças na Amazônia e no Prata, este texto busca caracterizar dois espaços de tríplexes fronteiras brasileiras, e examinar o papel, nesse processo, de cadeias produtivas, vistas aqui como forças motoras da economia regional.

A opção pelos espaços de tríplexes fronteiras partiu da hipótese de que o envolvimento de mais de dois países no desenvolvimento econômico, social e espacial tende a obter maior dinamismo econômico para inserção no mercado mundial, ao ampliar o leque de possibilidades e oportunidades de articulação econômica, social, ambiental e institucional.

A seleção dos dois espaços – a Tríplex Fronteira do Sul, Brasil-Paraguai-Argentina, e da Tríplex Fronteira do Norte, Brasil-Peru-Bolívia – (Mapa 1) foi, basicamente, fundamentada no contexto sul-americano, pois, estes dois polos estiveram sempre no centro dos problemas das fronteiras políticas internacionais: segurança/vigilância/proteção e povoamento/estruturação dos espaços com vistas ao crescimento/desenvolvimento econômico e social. Proteger/vigiar, ocupar e desenvolver, criando regiões internacionais, podem ser metas que unidas são vistas como alternativas à militarização das fronteiras.



Mapa 1: Áreas de Estudo



As tríplíce fronteiras mais do que as bi-fronteiras podem, em tese, ser locais/áreas de passagens para diferentes destinos de mercadorias, turistas, moedas, etc. Levamos ainda em conta o potencial de desenvolvimento de forças produtivas que tornarão essas fronteiras dinâmicas. De acordo com suas possibilidades potenciais, as tríplíce fronteiras analisadas tendem a ganhar forças como espaços ou regiões de trocas, de negócios, de comunicação, de cooperação e de integração regional. Finalmente, as análises desses espaços de estudo foram pautadas em: 1) levantamento bibliográfico referente às noções de fronteira, transfronteira, região transfronteiriça; 2) trabalhos de campo realizados em ambos os espaços; e 3) investigações das cadeias produtivas em desenvolvimento nas regiões analisadas. Resulta deste trabalho o esboço de um quadro comparativo.

2. REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS: UMA APROXIMAÇÃO DA NOÇÃO

Há três aspectos que consideramos relevante sublinhar. O primeiro é chamar a atenção para as interações transfronteiriças. Insistiu-se sobre os dois principais significados do prefixo *trans*: para *além de* e *através de*. Neste sentido, a organização espacial de cadeias produtivas impõe articulação e interação concretas. Essas interações variam em função de especificidades, da densidade de atividades associadas a cada cadeia, da estrutura e escala de cada cadeia, das condições de infraestrutura e logística dos espaços considerados. Ou seja, as cadeias produtivas consideradas se organizam necessariamente



para além e através da fronteira político-administrativa de cada país. Com ou sem o impulso dos respectivos Estados, regiões transfronteiriças estão se estruturando com variados graus e tipos de interações.

Pensar a formação de regiões transfronteiriças é apreender as diferenças de funcionamento entre sistemas nacionais e a dinâmica regional, que no caso das bacias do Prata e Amazônica não são exclusivamente urbanas como sinalizam os trabalhos de Vasquez, Bülher e Guibert publicados em 2009. No caso específico do Projeto, as regiões transfronteiriças podem se tornar objetos de transformações geopolíticas e geoeconômicas, mais importantes e complexas do que o controle direto dos limites do país como modo de reduzir os riscos à segurança nacional e regional. Trata-se, portanto, de sobrepor fronteiras internacionais e fronteiras econômicas. Ou seja, uma forma de combater os riscos geopolíticos e os obstáculos ao crescimento/desenvolvimento social e econômico.

O segundo diz respeito à noção de cadeia produtiva. O desenvolvimento de cadeias produtivas implica na articulação entre localidades regidas por uma lógica de conexões, complementaridade e integração horizontal ou vertical. Assim, espaços de circulação articulam áreas de exportação e de processamento às áreas de consumo de bens acabados.

O terceiro aspecto diz respeito à formação de regiões transfronteiriças e o método comparativo. O levantamento bibliográfico possibilitou recuperar parcialmente a evolução do emprego do conceito de região transfronteiriça. Este conceito se generalizou a partir dos anos de 1960 e principalmente no decorrer da década de 1970, concomitantemente às grandes transformações na escala de circulação mundial. Concretamente, são regiões compostas por lugares de troca e intercâmbio; são espaços que puderam adquirir certa individualidade e complexidade (DE RUFFRAY et al., 2008) e, no caso da bacia do Prata, a complexidade está intimamente associada à imbricação de processos de natureza urbana e rural, o que já assinala uma peculiaridade em relação aos processos que ocorrem na União Europeia, por exemplo. Mas em todas as regiões assim definidas as relações econômicas entre os diferentes territórios nacionais remetem à geografia econômica e à geoeconomia como perspectivas metodológicas (GUIBERT, 2009).

Poucos trabalhos analisam com particular atenção as interações transfronteiriças na escala sul-americana. Projeto de pesquisa nessa escala apontou, em 2009, as dinâmicas transfronteiriças e transnacionais na bacia do Prata (GUIBERT et alii, 2009) tendo como base a reestruturação das áreas consideradas reservas de terras em consequência da criação do Mercosul. Na América do Sul, não se pode negligenciar a presença de espaços marginais com baixa densidade demográfica no final do século XX, onde a expansão da frente de criação de gado, nos anos de 1990, reconfigurou a fronteira entre Brasil e



Paraguai, principalmente no Chaco paraguaio, fazendo emergir, nas palavras de Vasquez (2009: 404), “pela primeira vez um espaço econômico transfronteiriço”, que, ao contrário dos estudos europeus, é formado pela interação entre espaços rurais, ou, dito de outro modo, quando uma frente agrícola ultrapassa os limites internacionais (BÜHLER, 2009).

O segmento da Fronteira Norte atualmente mais representativo para a Amazônia conecta Acre, Peru e Bolívia e Brasil e foi analisado segundo o que Machado et al (2014) consideram uma geopolítica fragmentada, voltada para pequenos espaços que, *grosso modo*, correspondem a regiões transnacionais com “limites flexíveis, de curta duração e estruturas instáveis”. Esta abordagem complementa definição anterior sobre o transfronteiriço como possibilidade e capacidade dos diferentes atores em estabelecer uma estratégia espacial sem necessariamente contestar os limites relativos à soberania territorial (GUIBERT e LIGRONE, 2006).

Em oposição, há vasta literatura voltada para a realidade norte-americana e europeia que destacam as especificidades teóricas e metodológicas para o estudo de espaços transfronteiriços (DE RUFFRA et alii, 2008; BOYCHUCK e VAN NIJNATTEN, 2004; SOHN, 2014; PERKMANN e SUM, 2002; CUISINIER-RAYNAL, 2001; NEWMAN, 2006, entre outros) e a transfronteira como lugar de práticas institucionais (PAASI e ZIMMERBAUER, 2016). Este número de trabalhos reforça uma linha que Foucher (1997) denominou como “geografia das fronteiras” para analisar as interações espaciais em áreas de fronteira.

É sempre bom lembrar que a problemática transfronteiriça não é recente. Perkmann e Sum (2002) consideram que a retomada do interesse se deveu, principalmente, ao fato de que a condição transfronteiriça, ou melhor, as interações nestes espaços, tornaram-se o objetivo mais ou menos explícito das estratégias espaciais de vários grupos e forças sociais dentro e além dos limites da fronteira. Na América do Sul, a diluição dos interesses exclusivos do Estado pelas interações entre unidades territoriais de dois ou mais Estados foi anteriormente apontada por vários autores (MACHADO, 1998; 2000; STEIMAN e MACHADO, 2002; GUIBERT, 2009; VASQUEZ, 2009; BÜLHER, 2009, entre outros) e mais recentemente por Ferrari e Dias (2013), além do já mencionado trabalho de Machado *et al* (2014).

Não podemos deixar de assinalar que os trabalhos sobre o transfronteiriço são acompanhados pela retomada das discussões sobre as fronteiras internacionais. Nas duas primeiras décadas do século XXI, as discussões parecem apontar para o retorno das fronteiras (FOUCHER, 2016). A permanência da discussão encontra respaldo na publicação *Border Disputes a Global Encyclopedia*, em 3 volumes, editada em 2015. Artigos publicados na edição especial do *Journal of Borderlands Studies*, em 2012, na revista *L'Espace*



Politique, em 2013, ou ainda na revista *Politique Étrangère*, em 2010⁴, indicam a retomada da construção de muros em diferentes fronteiras internacionais como resposta aos efeitos da globalização como imigração, terrorismo e pobreza.

No caso específico do Brasil, detectou-se a criação do Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras, que tem por objetivo consolidar o campo dos Estudos Fronteiriços, conforme o *Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras*, publicado em 2016. Esta publicação mostra que o acúmulo de conhecimento sobre estudos fronteiriços é significativo, conforme pode ser observado na extensa bibliografia levantada no decorrer do projeto. De livre acesso, a plataforma sobre estudos de fronteira mapeia grupos de pesquisa e produção científica, indicando a continuidade, formação e consolidação de linhas de pesquisa sobre o tema.

Para efeitos de nosso trabalho consideramos que fronteiras podem conter espaços e mesmo regiões em processo de formação. Benedetti (2013, p. 41) cita como espaço diferenciado, único e com dinâmica própria, a Tríplice Fronteira urbanizada na zona de contato entre a Argentina, Brasil e Paraguai, enquanto nós citamos ainda a Tríplice Fronteira incipientemente desenvolvida na zona de contato entre Brasil, Bolívia e Peru (essa segunda retratando um tempo diferenciado da outra citada por Benadetti).

3. CADEIAS PRODUTIVAS

Dois referenciais teóricos alimentam a noção de cadeia produtiva. O primeiro decorre dos aportes da *Global Commodity Chain* que define cadeia produtiva como uma “rede de trabalho e processos de produção cujo resultado é um bem-acabado” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986). Esta perspectiva apoia-se no modelo centro-semiperiferia-periferia como espacialidade do sistema capitalista. Os esforços foram e estão sendo orientados ou reestruturados de acordo com as abordagens teóricas orientadas pelas noções de *commodities* e de *Global Commodity Chain* (GCC) (GEREFFI; KORENIEWICZ, 1994; BLAIR, 2009).

O segundo referencial teórico inspira-se nos aspectos teóricos de sistemas produtivos e de inovação. Segundo este referencial, cadeia produtiva consiste no conjunto de etapas consecutivas pelas quais insumos são transformados e cuja divisão territorial do trabalho implica em articulação no nível regional que se vincula ao nível nacional ou internacional (LASTRES e CASSIOLATO, 2003). A escala regional seria a escala para articulação de parte da cadeia, em determinado período histórico, não obstante a integração

⁴ Essas publicações refletem a variedade de redes de pesquisa *Border Regions in Transition*, *East Border Net*, *Asian Borderlands Research Network*, *African Borderlands Research Network*, *The Association for Borderlands Studies* formadas nos últimos 20 anos Konrard, (2013).



da cadeia a sistemas mais amplos. Neste caso, procedeu-se à aproximação com a noção de cadeia de valor uma vez que esta última caracteriza-se por ser geograficamente concentrada e envolver estoques de recursos e infraestrutura (KUPFER, 2015), o que permitiria reforçar o aprendizado por interação, aproveitar a disponibilidade de infraestrutura para reforçar os efeitos de proximidade que lhe são associados, desenvolver especificidades do tipo complementaridade e de organização e, por fim, explorar as diferenças de regulação entre países limítrofes.

QUADRO 1: Comparação preliminar de cadeias produtivas entre as tríplexes fronteiras selecionadas para estudo

Categoria	Cadeia	Presença e grau de atuação	
		Brasil-Bolívia-Peru	Argentina-Brasil-Paraguai
Extrativa	Castanha		
	Madeira		
	Látex		
	Ouro		
Agroalimentar	Proteína animal		
	Grãos		
Serviços	Turismo		
	Médicos		
	Energia elétrica		
Inovação	Fármacos/Cosméticos		
	Biotecnologia		

Escala: grau de atuação/presença na região:



No estudo foram selecionadas quatro categorias para agrupar as cadeias que foram identificadas em campo como aquelas que têm uma dimensão transfronteiriça. No atual estágio de desenvolvimento da pesquisa, o aprofundamento análise das cadeias é distinto para cada uma delas.

O conjunto de **cadeias extrativas** selecionadas está mais fortemente ancorado na Tríplex Fronteira Brasil-Bolívia-Peru. Trata-se de uma região que conta com cobertura florestal significativa, com reservas extrativistas e várias unidades de conservação. Na exploração e comercialização da castanha há expressivo contingente de indivíduos envolvidos. Esta cadeia tem representatividade principalmente na Bolívia, sobretudo no entorno de Riberalta (Bolívia) e em diferentes áreas no estado do Acre e na província em



Madre de Dios (Peru). Na coleta e no beneficiamento da castanha residem a oportunidade de gerar emprego e renda, ainda que sazonal. No Acre, a organização do beneficiamento da castanha por meio de cooperativas é relativamente recente (BAYMA et al, 2014), enquanto no sul o cooperativismo tem raízes que remetem à migração e à colonização do Oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Este cooperativismo brasileiro se articula com os grupos empresariais exportadores de castanha no Peru e na Bolívia. O látex, apesar da raiz histórica como impulsionadora da ocupação regional da fronteira norte na segunda metade do século XIX, perdeu importância local e regional, mantendo-se em grande parte por meio de incentivos governamentais aos seringueiros em áreas de preservação ambiental.

No caso da Tríplice Fronteira Sul, talvez a categoria **floresto-industrial** seja mais adequada para apreender o potencial de desenvolvimento de produtos como papel e celulose, produtos da madeira, móveis, fármacos e material bélico. Ainda assim, não se identificou grande interação entre as fronteiras nesta cadeia produtiva. A cadeia em grande parte possui dinâmica interna aos países, até mesmo ligadas ao uso da madeira como carvão vegetal para o aquecimento dos silos de grãos no Brasil e no Paraguai, enquanto na Argentina as presenças de indústrias de celulose conduzem a organização econômica do setor. Deve-se destacar que no Rio Grande do Sul a cadeia floresto-industrial é mais ativa, inclusive com dinâmicas transfronteiriças. Na fronteira Norte a madeira, sobretudo os tipos nobres, segue sendo um produto importante para exportação em pranchas e, em menor grau, para produção de móveis em zonas indústrias financiadas pelo poder público para estimular a agregação de valor via beneficiamento. Ainda assim, pouca inter-relação foi identificada no sentido de trocas e interações transfronteiriças nesta cadeia produtiva. As produções possuem como destino mercados internacionais, mas as vias de exportação seguem sendo por meio de portos nacionais, tanto no Brasil, como na Bolívia e no Peru.

A ampliação da cadeia de **grãos** apoia-se em recursos naturais importantes: disponibilidade de terras (férteis), de água, de radiação solar e de recursos territorialmente construídos, como tecnologias para controle de pragas, seleção de sementes e instrumentos de precisão, além da oferta e condições de infraestrutura e logística. A Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai reúne essas condições. Nesta área, a produção agrícola em grande escala associada ao mercado financeiro pode ser caracterizada como agricultura empresarial (BUHLER, GUIBER, REQUIER-DESJARDINS, 2016) ou parte de uma cadeia de *commodity*.

No caso da Tríplice Fronteira Sul, a cadeia de carne-grãos vem formando uma região transfronteiriça, em particular, na interação Brasil-Paraguai. O plantio de grãos transpassa a fronteira entre os dois países de maneira quase contínua, tanto para



exportação como para transformação em ração para o setor pecuário de suínos e aves da região. O avanço do cultivo de grão no Departamento Alto do Paraná, principalmente no Paraguai, está associado à migração de famílias de brasileiros do Rio Grande do Sul e do Paraná, nas décadas de 1960 e 1970. As famílias de pequenos agricultores do Alto Paraná se organizaram a partir de cooperativas, assim como no Brasil, com intuito de exportar tanto para o Brasil como para outros países do mundo. No Brasil, as organizações cooperativas se encontram em um estágio mais avançado de inserção capitalista, atuando como competidores ascendentes no mercado de carnes, grãos e derivados. Chamamos atenção para as cooperativas - C. Vale, Coamo, Lar, Coopavel e Copagril - e para a empresa BRF (fusão da Sadia e Perdigão que evolui no sul do Brasil, tendo um dos centros industriais em Toledo) que articulam produtores rurais de grãos e animais, com um sistema próprio de armazenamento e de unidades industriais transformadoras, sobretudo frigoríficos para corte de animais, além de uma estrutura logística de distribuição e exportação.

No Norte, existe uma cadeia de carne-grãos ainda em formação. Investimentos recentes, a partir de 2010, de grupos financeiros com apoio do governo estadual e de bancos estatais construíram indústrias de transformação de aves, suínos e peixes. Ainda assim, a condição agropecuária da região ainda é deficitária em animais e grãos, tendo estes que ser importados pelas indústrias recém-criadas. Trata-se portanto de uma aposta financeira ainda incerta que se apoia no interesse estatal de desenvolvimento industrial e busca aproveitar uma região estratégica de tri-fronteira que pode favorecer a exportação para Bolívia e Peru.

A posição do **turismo** é bastante variável em cada uma das regiões consideradas. Sem dúvida é na Tríplice Fronteira Ciudad Del Leste-Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú que a organização em cadeia é relativamente mais estruturada, embora não possamos, até o presente momento, considerar arranjos institucionais densos, articulação em diferentes escalas e incorporação da atividade como dispositivo transversal de desenvolvimento que deem consistência à formação de uma rede de turismo transfronteiriça.

Nas duas regiões, a informalidade parece constituir aspecto dominante do que pode ser identificado como embrião de uma rede produtiva que desempenhe papel relevante na formação e consolidação de uma região transfronteiriça. No Norte, em particular, a rede do turismo é bastante fraca e está relacionada ao turismo de compras na fronteira Brasil-Bolívia ou ainda, em menor grau, ao turismo internacional na rota de interligação entre a Amazônia e os Andes via rodovia Interoceânica, mais ligado ao turismo para aventureiros.

Energia elétrica integra o conjunto de serviços de infraestrutura. A geração de energia elétrica é característica dominante na Tríplice Fronteira Sul. Itaipu e Yacyretá são objetos geográficos que retratam competição, formação de estoques importantes de água e



geração de eletricidade no bojo de interações e acordos transnacionais. A densidade demográfica e de atividades econômicas pressionam para ampliação de rede de transmissão e de distribuição.

Como pontos de geração de eletricidade, as duas áreas estudadas encontram-se em posição estratégica no que diz respeito à estabilidade e à continuidade do fluxo de energia elétrica para polos consumidores mais distantes: a integração dos sistemas nacionais impõe lógica à topologia das redes de transmissão. Na Tríplice Fronteira Norte, a função de geração de energia para o sistema integrado nacional brasileiro é mais recente. Enquanto as hidroelétricas de Itaipu e Yacyretá datam dos anos 1980 e 1990, no Norte, Santo Antônio e Jirau foram construídas na década de 2010. No último caso, apesar dos impactos transfronteiriços por conta da construção das hidroelétricas na Bolívia, não há, até o momento, integração do sistema de elétrico na fronteira Amazônica. Contudo, existem projetos de construção de hidroelétricas na bacia dos rios Madeira-Beni-Madre de Dios com objetivo de integrar a rede energética e promover um mercado entre os países limítrofes. Tanto as usinas hidroelétricas como as redes de energia dependem, em grande parte, de investimentos de bancos nacionais e internacionais, principalmente bancos estatais.

As cadeias vinculadas à **inovação** estão, em geral, agrupadas em três tipos: biotecnologia, novos materiais e tecnologia de informação e comunicação. Na categoria inovação, foram definidas duas cadeias que podem ser consideradas desdobramentos da cadeia floresta-industrial.

Na distinção entre cadeias extrativas e de inovação adotou-se como princípio o nível de investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ou seja, o conteúdo em P&D por unidade produzida é elevado e requer níveis de organização e escala. Esta última cadeia é superficialmente analisada, pois não foi possível encontrar estrutura, mesmo que precária, de cooperação nos países limítrofes. Ainda assim, se destacam a formação de um polo médico-fármaco-universitário na Tríplice Fronteira Sul, com a presença de indústrias de medicamentos, medicina especializada e centros universitários formadores de mão de obra qualificada. Na tríplice Fronteira Norte esta cadeia se observa de maneira menos incipiente, com destaque para formação médica na Bolívia, com forte presença de estudantes brasileiros.

Os esquemas das cadeias são, muitas vezes, desenhados de formas incompletas ou inacabadas nas representações geográficas dos países ou regiões periféricas ou transfronteiriças ricas em matérias-primas que são exportadas, *in natura* ou semi-acabadas. Neste caso, os elos superiores da cadeia estão ausentes das representações gráficas dos países ou regiões de suas origens, em geral.



4. QUADRO URBANO, DIFERENCIAÇÕES NAS TRÍPLICES FRONTEIRAS E SEUS VÍNCULOS COM AS CADEIAS PRODUTIVAS

A ocupação urbana nesses dois segmentos da fronteira internacional entre Brasil e países vizinhos contíguos na América do Sul considerados foi intensificada a partir da década de 1970. Com a queda da economia extrativista da borracha que afetou o segmento Norte e com o avanço da concentração de terras e da tecnificação da agricultura intensiva da soja, milho e trigo, somando-se à construção da usina hidrelétrica de Itaipu no segmento Sul, aumentaram o êxodo rural e o crescimento urbano.

As cidades nas Tríplices Fronteiras possuem papéis interativos e conectivos crescentes. As cadeias produtivas, em conexões com as cooperativas, frigoríficos e empresas comerciais e industriais, ou de inovações em campo diversos, sediadas nas cidades, são os motores dessa interação.

Na Tríplice Fronteira Sul, apesar dos avanços das cadeias de Turismo, de Ensino e de Fármacos em Foz do Iguaçu, a cidade de Cascavel, no oeste paranaense, é ainda o centro regional que mais polariza as relações transfronteiriças, por ser, por excelência, um nó das redes técnicas. A área de influência de Cascavel se estende pelo leste do Paraguai (no Alto Paraná, departamento cuja capital é Ciudad del Este - anteriormente denominada Puerto Presidente Stroessner -, cidade gêmea com Foz do Iguaçu/BR, ambas as cidades são as principais conexões fronteiriças do Brasil com o Paraguai (Ribeiro, 2001)). Subcentros como Toledo e Medianeira se desenvolveram mais recentemente, o primeiro, como sede da cooperativa Coamo, da BRF, da fábrica de medicamento genéricos Prati-Donaduzzi e do BioPark (Polo de Biotecnologia ainda em formação) e o segundo como sede da cooperativa Lar e da Frimesa, indústrias de laticínios.

Já na Tríplice Fronteira Norte, a integração econômica e, sobretudo, comercial depende do desenvolvimento regional (de investimentos de capital) fundamentado na expansão das cadeias produtivas ainda insipientes e ainda demasiadamente dependentes da extração de recursos naturais. Neste contexto, Cobira e Riberalta na Bolívia, Rio Branco e Porto Velho no Brasil e Puerto Maldonado no Peru se sobressaem como centros dinâmicos e ordenadores da região. No entanto, outras cidades apresentam crescimento na rede urbana regional, destacamos neste caso em particular Brasiléia, Epitaciolândia e Guajará-Mirim no Brasil e em menor grau Guayarámerin na Bolívia.

5. CONCLUSÕES

As regiões das Tríplices Fronteiras, Norte e Sul, estão em andamento, em ritmos diferenciados. Como quase todos os espaços economicamente estruturados, ou em processo de (re) estruturação, esses aqui examinados estão em processo contínuo do vir a



ser. Há um esforço de atores sociais - não muito continuado devido as crises nacionais - em fortalecerem as relações transfronteiriças. Para isso, os governantes com apoio de atores sociais brasileiros ou de países vizinhos buscam adequar ações e medidas valorizando: 1) as possibilidades dadas pelas localizações e pelas condições físicas, sociais e políticas; 2) as demandas externas e internas e nichos detectados de mercados; e 3) os recursos financeiros de bancos estatais (BNDES e BASA) e internacionais (BIRD, e BID), mas também, de investidores chineses, dentre outros. Nos fragmentos das fronteiras internacional estudadas, os governos municipais, as associações comerciais e industriais, cooperativas e outras instituições empresariais (como Sebrae) se empenham em valorizar estes três elementos catalisadores do desenvolvimento econômico.

Hoje, as peças-chave de ambos os espaços das Tríplices Fronteiras estudadas, no Sul e no Norte, são as cadeias produtivas, motores das relações transfronteiriças. No caso do Sul, os produtos agropecuários gerados são essenciais às indústrias alimentícias ou mesmo para o consumo de países centrais e semi-periféricos em crescimento. Porém, projetando o futuro e recorrendo à produção de alimentos internacionalmente demandados, os avanços e os dinamismos das cadeias de grãos e de proteína animal (mas não só delas) passarão pela resolução de problemas logísticos, de gargalos de transporte envolvendo revisões das vias e meios de transportes, construções de pontes e de eclusas, ou seja, de reestruturações dos espaços passíveis de se transformarem em regiões transfronteiriças dinâmicas. Na Tríplice Fronteira Norte, as dinâmicas se concentram nas cadeias extrativas e de semi-transformação de recursos naturais com destino também à exportação. A transformação industrial com maior agregação de valor parece ainda em estágio inicial.

Obviamente, no entanto, os problemas não se limitarão aos transportes ou logística em geral. Problemas outros como a competição entre países, as diferenças de regulação, as diversidades de interesses afetam e afetarão a capacidade de cada país de resolver entraves ao desenvolvimento. Assim, além de investimentos em infraestrutura, faltam aos países desenvolverem medidas regulatórias comuns e claras para solucionarem problemas novos e velhos.

Nas últimas décadas, após 1970, se considerarmos um relativo curto prazo, a Tríplice Fronteira Sul vem se afirmando como a região de maior potencialidade de desenvolvimento, uma vez que nela se encontram atualmente as maiores possibilidades de transformação de espaço insuficientemente conectado em região transfronteiriça interligada. Mas, considerando um longo prazo, as situações das duas tríplices fronteiras estão sujeitas às mudanças invertidas. No curto prazo, entretanto, a Tríplice Fronteira Norte encontra-se em posição mais desfavorável, pois, além de infraestruturas, faltam créditos e projetos mais



coerentes. Mesmo os projetos que animariam a economia regional enfrentam ainda inadequações em parte pela pouca competitividade regional.

No futuro, certamente, os espaços das bi ou tríplices fronteiras continuarão a se expandir, por força da necessidade de ampliação global e nacionais do capital, também para fins de vigilância, controle e segurança. No entanto, as crises econômicas de acumulação continuarão a incidir e a afetar esses espaços, interrompendo ou tornando mais lentos o crescimento dos processos econômicos ambicionados. Assim, também por meio de novas estratégias dos atores locais ou nacionais, as velocidades dos processos de transformações desses espaços em regiões poderão ser alteradas dinamicamente ou não. Não existem certezas de que essas regiões se concretizarão, pois resta muito a fazer para que isso aconteça. No mundo e na América do Sul tudo pode ocorrer. Combinar fronteira política com fronteiras econômicas, com regulações não díspares (ou, na melhor das situações, cooperativas) e com boas gestões econômicas continuam sendo desafios importantes.

Finalmente, a indagação acerca de se as estratégias de criação capitalista de regiões transfronteiras nas fronteiras internacionais são ou podem ser vistas como formas de descolonização dos países sul-americanos. São elas estratégias ou medidas de mercado que afetam o meio ambiente, esgotando sobretudo o recurso água, ainda abundante, transformam a paisagem natural e se apropriam da terra nos espaços estudados? Os efeitos sociais e físico-ambientais poderão ser perversos no sentido de degradação e concentração dos recursos ainda existentes. As vantagens, provavelmente, serão temporárias. Possivelmente, haverá futuramente a intensificação de uma tendência à migração ainda maior da região mais ocupada no Sul para outra de espaço ou região menos habitada de Bi ou Tríplice Fronteira Norte, em consonância com a expansão do capital.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYMA et alii (2014) Aspectos da cadeia produtiva da castanha do Brasil no estado do Acre, Brasil. *Bol Mus Para Emilio Goeldi Cienc Nat.* Belém v. 9 p. 417-426, mai-ago. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/109501/1/Bayma-et-al-2014-Aspectos-Cadeia-prod-Boletim-MPEG.pdf>

BÜHLER, E-A (2009) La riziculture dans le bassin du Rio de la Plata: quando um front agricole dépasse les frontières nationales. In Guibert, Martine; et al *Le Bassin du Rio de la Plata : intégration régionale et développement local*, Presses Universitaires du Mirail/ Collection Hespérides Amérique, Toulouse.

BUHLER, E-A, GUIBERT, M e REQUIER-DESJARDINS, D (2016) As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais? In BERNARDES, J A et al *As novas fronteiras do Agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Lampraina, CNPq, Nuclamb, Reagri.



- BOYCHUCK, G W., e VAN NIJNATTEN D L.. (2004) Intégration économique et convergence transfrontalière des politiques. *Horizons*, 7, 1; 55-63.
- CUISINIER-RAYNAL, A. (2001) La Frontière au Pérou entre fronts et synapses. *L'Espace Géographique*, Vol. 3: 213-229, 2001
- DE RUFFRAY, S et alii (2008) La comparaison dès territoires transfrontaliers à l'échelle nationale. Vers une typologie fondée sur les logiques d'intégration. Universidade de Metz, Metz. França. Disponível em <http://www.ums-riate.fr/documents/rapport-final-propositioncegum.pdf>
- FERRARI, M. e DIAS, L. C. (2013) Territorialidades transfronteiriças na zona de fronteira seca internacional Brasil-Argentina. In DIAS, L C e FERRARI, M *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, 2 ed.
- FOUCHER, M. ([1997] 2005). Tipología de las fronteras contemporâneas. In: BOVIN Ph. (coord) *Las fronteras del istmo. Fronteras y sociedades entre el sur de México y América Central*, [em linha] Mexico: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2005.
- FOUCHER, M. (2016) *Le retour des frontières*. Paris : CNRS.
- GUIBERT, M. et alii (2009) *Le Bassin du Rio de la Plata. Développement local et intégration régionale*. Toulouse, França : Presses Universitaires du Mirail.
- GUIBERT, M. (2009) Soja sans frontières : vers une spécialisation productive du Bassin du Rio de la Plata. In : Guibert et ali (2009) *Le Bassin du Rio de la Plata. Développement local et intégration régionale*. Toulouse, França : Presses Universitaires du Mirail.
- GUIBERT, M. e LIGRONE, P. (2006) Transfronterización. In: BIAGINI, H e ROIG, A. *Diccionario del pensamiento alternativo*. Buenos Aires, 2006.
- HOPKINS, Terence K. and WALLERSTEIN, Immanuel. (1986) Commodity Chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, 10(1), pp. 157 – 170.
- KUPFER, D. (2015) As cadeias globais de valor e seus mitos. *Valor Econômico*. 09/11/2015.
- LASTRES, M. M. H. e CASSIOLATO, J. E. (2003) Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.
- MACHADO, L. O. (1998) Limites, Fronteiras, Redes. In: T. M. Strohaecker et alii. (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB, 1998
- MACHADO, L. O. (2000) Limites e Fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território* Vol. 8: 9-29, 2000.
- MACHADO, L. O. et alii (2014) Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (br), o Peru e a Bolívia. *Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía* vol. 23, n 2, jul-dez, 2014, pp 15-30.
- NEWMAN, D. (2006) The lines that continue to separate us: borders in our 'borderless world'. *The Progress in Human Geography* 30 (2): 1-19.
- PAASI, A. e ZIMMERBAUER, K. (2016) Penumbra borders and planning paradoxes: relational thinking and the question of borders in spatial planning. *Environment and Planning (A)*.jan 2016
- PERKMAN, M. e SUM, N. (2002) Globalization, regionalization and cross-border regions: scales, discourses and governance. In Perkman, M e Sum, N (eds), *Globalization*,



regionalization, and cross-border regions. Basinstoke: Palgrave Macmillan.
<https://dspace.lboro.ac.uk/dspace-jspui/bitstream/2134/661/3/ch1Perkmann%2BSum.pdf>

REBORATTI, C. E. (1990) Fronteras Agrarias em America Latina. *Geocrítica* XV 87, mai, 1990. <http://www.ub.edu/geocrit/cienbil.htm>.

SOHN, C. (2014) Modelling Cross-Border Integration: The Role of Borders as a Resource. *Geopolitics* 19: 587-608.

STEIMAN, R. e MACHADO, L. O. (2002) Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. *Terra Limitanea*. Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo Retis.

VASQUEZ, F. (2009) Frente pioneiro del ganado bovino em las márgenes del mercosur y emergencia territorial en la frontera paraguayo-brasileña. In: Guibert, Martine; et all *Le Bassin du Rio de la Plata : intégration régionale et développement local*, Presses Universitaires du Mirail/ Collection Hespérides Amérique, Toulouse.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias****A FRONTEIRA DA HIDROELETRICIDADE NO AMAPÁ: UM CONTEXTO DE CONFLITOS**Thallys Arimar Lopes Rosa, (Universidade Federal do Amapá) ¹

e-mail: thallys.nr@gmail.com

Ricardo Ângelo Pereira de Lima, (Universidade Federal do Amapá) ²

e-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es

RESUMO

O trabalho propõe uma reflexão da dinâmica do espaço amapaense a partir da implantação de grandes empreendimentos hídricos, desenhados aqui particularmente nas usinas hidroelétricas (UHE), ancorando-se na visão geográfica para o reconhecimento dos fatos e análise dos conflitos que estiveram presentes na implantação desses empreendimentos. A fronteira da hidroeletricidade no Amapá data de um período em que a necessidade de energia era crescente e a política energética no Brasil voltava os olhos para a Amazônia. O potencial hídrico visto na bacia do Araguari e a emergência de energia no estado, visando principalmente os projetos de mineração, convergiram para a construção da primeira hidroelétrica do Amapá no início década de 1950, concluída em 1975; A hidroelétrica Coaracy Nunes localiza-se a 15 km da cidade de Ferreira Gomes e hoje tem potência total de 78,0 MW. A fronteira que até então permeava a concepção econômica e política se concretiza e avança nos anos 2011 com o início das obras da UHE Ferreira Gomes Energia concluída em 2015 e a UHE Cachoeira Caldeirão com início das obras em 2013 e conclusão em 2016, ambas na cidade de Ferreira Gomes e com potencia máxima de 252 MW e 219 MW respectivamente. É notório que a inserção desses empreendimentos em um espaço muitas vezes já habitado configura um contexto de conflitos visto que diferentes atores sociais estão envolvidos em disputas em todo o processo, sejam eles pescadores, agricultores, extrativistas, construtores ou mesmo o Estado.

Palavras-chave: Amapá, Hidroeletricidade, Fronteira, Conflito

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá, aluno do programa de pós-graduação/mestrado em Desenvolvimento Regional e integrante do grupo de pesquisas Ribeirinhos da Amazônia.

² Doutor em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona e doutor em Géographie et Aménagement pela Université de Toulouse II (Le Mirail), professor do curso de Geografia; do programa de pós-graduação/mestrado em Desenvolvimento Regional e líder do grupo de pesquisa Ribeirinhos da Amazônia.



O espaço amapaense como visto hoje é fruto de uma série de processos políticos, econômicas e institucionais que foram articulados intensamente a interesses externos, o que delineou historicamente a sua formatação e configuração espacial, pode-se apontar nesse contexto; a criação do Território Federal do Amapá em 1943; os investimentos do capital externos internacional tendo como objetivo a exploração mineral após a década de 1950; e a transformação do então Território Federal em estado em 1988.

Nesse bojo de acentuadas transformações a necessidade de energia elétrica visando a efetivação do plano de exploração mineral no ainda Território fez com que a hidroeletricidade surgisse como elemento fundamental para o desenvolvimento das atividades mineradoras. O potencial hídrico visto na bacia do Araguari foi o fator determinante para que se desse início aos estudos preparatórios para a construção do que viria ser a primeira hidroelétrica do Amapá e da Amazônia no início década de 1950.

Assim, a construção da Usina Hidrelétrica do Paredão, posteriormente denominada de Coaracy Nunes (UHCN) localizada no rio Araguari foi marco inicial para a exploração dos recursos hídricos no espaço amapaense. O aproveitamento foi intensificado em 2011 com o início das obras de duas novas hidroelétricas; UHE Ferreira Gomes Energia no rio Araguari; UHE de Santo Antônio do Jari no rio Jari; e em 2013 com a UHE Cachoeira Caldeirão também no rio Araguari.

Como exposto ao norte, o aumento no número de empreendimentos voltados a geração de energia avança e trás consigo uma nova dinâmica, a de fronteira, aqui entendida como o que está na frente, o lugar para onde se tende a expandir (MACHADO, 1998).

Consoante a isso a implantação de um grande empreendimento hidroelétrico impacta diretamente nas dimensões socioambientais desenhadas na insustentabilidade de alguns empreendimentos, Bermann (2007, p.141) afirma que:

“esse caráter insustentável pode ser estabelecido a partir de critérios que identificam os problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e da operação de uma usina hidrelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu *locus* de construção”.

Ainda, no que se refere aos aspectos sociais, pode-se destacar como exemplo as populações ribeirinhas atingidas pelas obras, essas são invariavelmente desconsideradas diante da perspectiva da perda irreversível das suas condições de produção e reprodução social (Bermann, 2007).



Posto isso, o estudo busca dar luz a essa complexidade de dinâmicas presentes no espaço amapaense e ainda de forma mais particular, espacializar temporalmente essas usinas no mapa territorial do estado de forma que se possa visualizar o percurso dessa fronteira. Metodologicamente o estudo será quali-quantitativo, de caráter exploratório e baseado em levantamento bibliográfico, havendo a plotagem de dados.

A importância do estudo de dar à medida que, visualizar a fronteira como dinâmica e transformadora do espaço é fundamental para entender como os meios e os modos de vida das pessoas afetadas se alteraram e se reorganização no espaço. É notório que a inserção desses empreendimentos em um espaço muitas vezes já habitado configura um contexto de conflitos visto que diferentes atores sociais que estão envolvidos em disputas em todo o processo sejam eles pescadores, agricultores, extrativistas, construtores ou mesmo o Estado.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AMAPAENSE

Cabe inicialmente, destacar o contexto da formação do espaço amazônico haja vista as implicações diretas na formação e (re)formatação do espaço amapaense.

A Amazônia em todo seu processo histórico se viu alvo de diversas políticas que tomaram seu território principalmente no século XX visando expandir uma economia de fronteira (Becker, 1994) que culminou em um intenso povoamento tanto de “ordem intencional” ou “planejada”, quanto de “ordem espontânea”.

É para a Amazônia que deverão ser redistribuídos os excedentes demográficos nordestinos, permitindo simultaneamente aliviar as tensões da periferia deprimida, conter a migração para o centro, que já mostra sinais de saturação, criar condições para novos investimentos do centro e garantir a soberania nacional da área. (BECKER, 1982 p. 29)

Tostes (2011 p. 77) ainda relata que a “transformação do espaço na região está ligada a estratégia de defesa e ocupação do território, tendo à frente o discurso desenvolvimentista do Estado que fortaleceu políticas exógenas capazes de difundir o crescimento acelerado das cidades a partir da implantação de redes físicas”.

A criação do Território Federal do Amapá (1943)³ está fortemente ligada à justificativa de defesa nacional, PORTO (2002, p.05) relata que:

³ Segundo Porto (2014, p. 13 apud PORTO, 2005b) “Os Territórios Federais foram resultados de ações que conduziram a formação de estruturas capazes de inseri-los em um mundo globalizado e em rede; que



“A justificativa do "interesse da defesa nacional" para a criação do Território Federal do Amapá está inserida no contexto da Segunda Guerra Mundial e, com isso, visou proteger a fronteira brasileira, juntamente com os demais Territórios de Guaporé, Rio Branco, Iguazú e Ponta Porã. Em 1941 foi construída uma base aérea no município do Amapá, e a sua função era abastecer os aviões norte americanos que se destinavam à África e Europa, bem como auxiliar as Marinhas norte-americana e brasileira, no patrulhamento da costa norte do Brasil. Esta base funcionou até 1948”.

A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser (re)construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público, assim, após a década de 1950 o Território amapaense recebeu uma série de investimentos externos de empresas internacionais visando a exploração mineral (Manganês, tantalita, caulim, cromita, ouro, ferro) (PORTO, 2014).

O primeiro empreendimento mineral de grande porte na Amazônia se deu pela atuação da Indústria e Comércio de Minérios S/A-ICOMI no Amapá, de 1953 a 1997, porém, a indisponibilidade energética dificultou a extração mineral. Com intuito de sanar esse entrave o Governo do Amapá iniciou, no começo da década de 1960, a construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (UHECN), finalizada e inaugurada pela Eletronorte em 1976. Utilizando como subsídio financeiro os royalties pagos pela ICOMI (CHAGAS, 2010).

3. O ESTADO DO AMAPÁ E A HIDROELETRECIDADE

3.1 Aspectos Geográficos

O Estado do Amapá é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil e apresenta sua localização privilegiada, localizando-se na região norte, tem como limites; a pela foz do Rio Amazonas, a leste o estado do Pará, a oeste e sul; ao norte pela Guiana Francesa; pelo Oceano Atlântico a nordeste; pelo Suriname, a noroeste. Encontra-se entre as latitudes 04°00'00"N e 01°00'00"S e longitudes 50°00'00" e 55°00'00" W (Figura 01).

envolveram relações de políticas econômicas; que expuseram condições para atender as elites locais delimitando um espaço juridicamente definido e; territorializando suas relações de poder”.

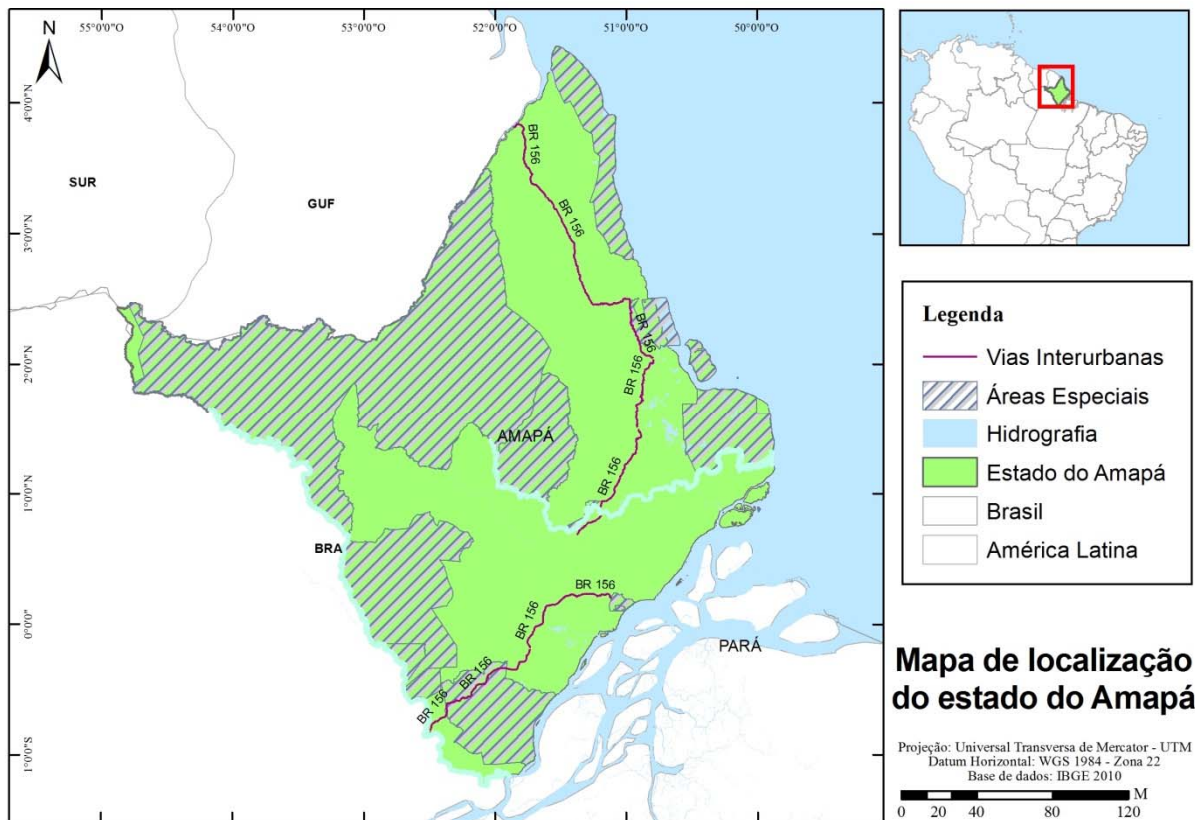


Figura 01 – Localização do estado do Amapá
Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Conforme dados do IBGE, o estado do Amapá possui uma área aproximada de 142.828,521 km², e uma população que estimada em um total de 797.722 habitantes (IBGE, 2017).

A classificação oficial do clima do Amapá é “tropical superúmido”. O Estado possui duas regiões climáticas principais. Uma delas é “úmida com um ou dois meses secos (setembro e outubro)”, e predomina sobre a maior parte do interior do Estado - oeste, sul, norte e toda a parte central. A outra é “úmida com três meses secos (setembro, outubro e novembro)”, registrada na maior parte do litoral, a leste. as temperaturas médias anuais são as seguintes: média geral de 26° C (leste do Estado) e 25° C (restante da área), média das máximas de 30,4° C, média das mínimas de 23,1° C.

Ainda, o Amapá possui um grande potencial hídrico como descreve Corrêa e Porto (2017, p.10):

“O Estado do Amapá dispõe uma de uma significativa malha hídrica, sendo considerada uma das mais abundantes da região amazônica. Sendo assim, o Amapá possui 39 bacias hidrográficas e 21 sub-bacias que, em conjunto, representam uma área de 82.696 km² abrangendo os 16 municípios



do estado e correspondendo a aproximadamente 1% dos cursos hídricos de todo o território nacional. Aproximadamente 39% da malha hidrográfica do estado faz parte da bacia do Amazonas”.

3.2 A hidroeletricidade

No reconhecimento do potencial hidroelétrico colocou o Amapá uma posição estratégica nos interesses do capital nacionais e internacional que desencadeou importantes transformações no espaço, desenhadas especialmente na construção de hidroelétricas, melhor descritas a baixo.

A UHE Coaracy Nunes localiza-se no rio Araguari, mas especificamente em seu médio curso e a 15 km da cidade de Ferreira Gomes (Figura 02) foi a primeira hidroelétrica implantada no Território amapaense, também sendo a primeira da Amazônia e teve sua inauguração em 13 de janeiro de 1976, é importante ressaltar que:

(...) os estudos para a construção da UHE de Coaracy Nunes, iniciaram ainda na década de 1950, todavia, somente no final da década de 1960 os estudos sobre a viabilidade para a construção da hidroelétrica foram finalizados, por meio da assinatura do contrato entre o Governo do Território Federal do Amapá (GTFA) e a empresa TECHINT, uma empresa de Milão (Itália), fundada em 1945. (SILVA; LIMA; SILVA, 2016, p.127).

A Eletronorte (2015) faz um balanço sobre a UHE Coaracy Nunes, onde inicialmente, a mesma teve sua operação comercial com duas unidades de 20 MW de potência em cada uma. A terceira unidade começou a operar em fevereiro de 2000, com 30 MW, e a Hidrelétrica acrescentou ainda mais 8 MW a sua potência nos últimos anos, chegando a uma potência instalada de 78 MW. Hoje o empreendimento faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) através do Linhão de Tucuruí.

Em consequente se tem a implantação da UHE Ferreira Gomes Energia localizada no rio Araguari também em seu médio curso (Figura 02). A implantação do canteiro de obras teve início em novembro de 2011, concluídas em 2015, possuindo uma capacidade de gerar 252 Mwh (megawatts-hora) A concessão dá o direito à empresa de operar a UHE até o ano de 2045 (FERREIRA GOMES ENERGIA, 2012).

O mais recente empreendimento hidroelétrico implantando no médio Araguari foi a usina hidroelétrica Cachoeira Caldeirão (UHECC) localizada no município de Porto Grande essa que teve suas obras iniciadas em 2013 com conclusão em agosto de 2016, possuindo uma capacidade de geração de 219MW de energia. A cerca das últimas duas citadas, Silva; Lima e Silva (2016, p. 130) ressaltam que:



Tais usinas fazem parte do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) e foram leiloadas pela ANEEL com preço final de R\$ 69,78/MWh e R\$ 95,31/MWh, respectivamente, que são valores abaixo das expectativas do mercado cujo preço final orbitava em torno de R\$100/MWh⁶. Contudo, torna-se importante enfatizar que a bacia do rio Araguari abrange diversas atividades minerais e áreas especiais no Amapá (...) e a construção de UHE nessa região impactará com intensidade os recursos naturais e os habitantes da região.

Além das UHE implantadas na bacia do Araguari, o Amapá possui mais uma hidroelétrica construída na bacia do Jari. A Usina Hidroelétrica de Santo Antônio do Jari (UHESAJ) (FIGURA 02) localiza-se na divisa entre os estados do Pará e Amapá, ela que faz proveito da queda natural do rio Jari, onde se formam cachoeiras com cerca de 10m de altura, e gera 373MW de potência instalada. A obra iniciou em 1º de agosto de 2011 e foi concluída em 2014, quatro meses antes do previsto. (CESBE S.A, 2015).

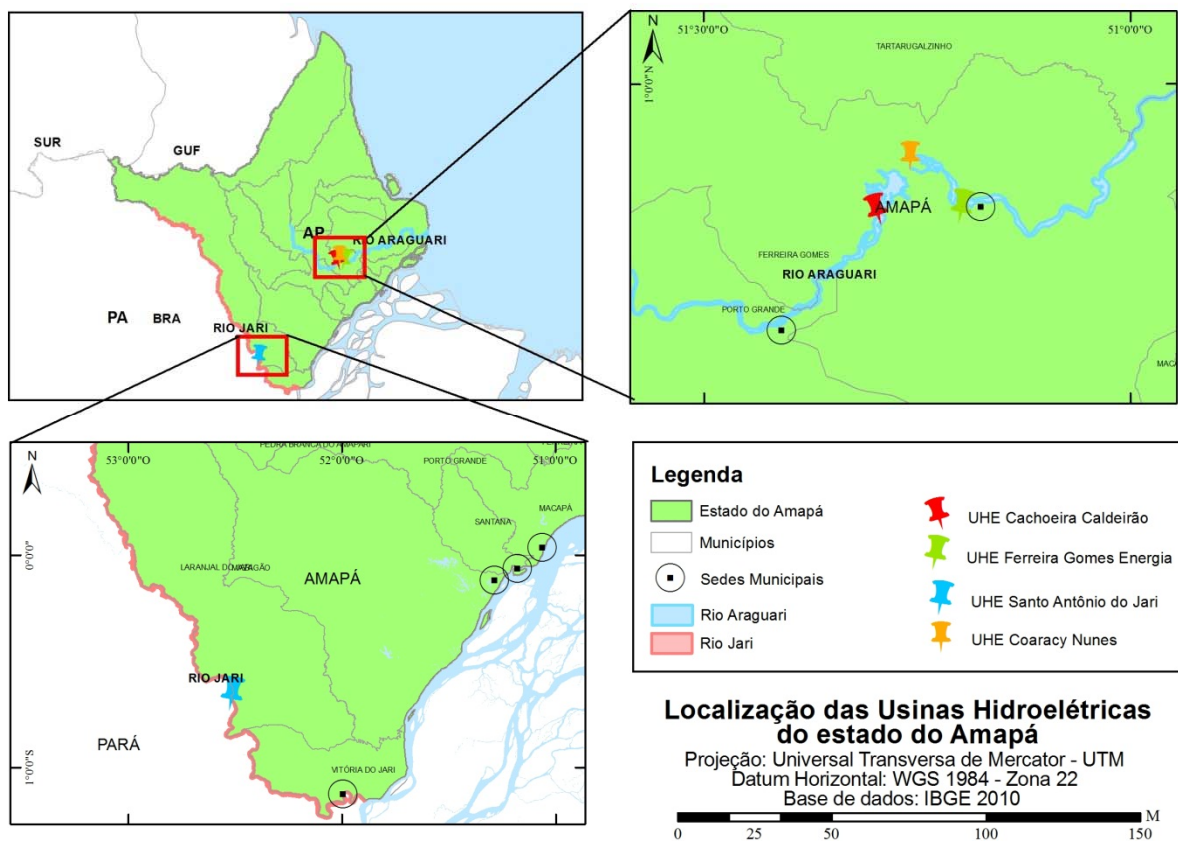


Figura 02 – Localização das Hidroelétricas no Amapá
 Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

4. O AVANÇO DA FRONTEIRA HIDROELÉTRICA E SEUS CONFLITOS



A exploração hidroelétrica no Estado do Amapá é uma realidade. O entendimento dessa nova dinâmica presente no território perpassa pelo avanço de uma frente entendida aqui como fronteira, Machado (1998, p.02) explica que a fronteira,

Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de *fronteira* era não de fim mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir.

A fronteira vai adquirir significados diversos e vai responder as necessidades dos grupos no tempo e no espaço, assim para entender a fronteira amazônica faz-se necessário considerar a inserção do Brasil no sistema capitalista, principalmente quando este atinge uma escala planetária e os estados nacionais ainda conservam as funções de controle e regulação do uso de novos espaços (FERRARI, 2014).

No Amapá o avanço do movimento de instalações desses grandes empreendimentos hidroelétricos tem caracterizado uma nova fronteira, que em aspectos econômicos pontuais trazem algum desenvolvimento econômico ao estado, por outro lado,

o ciclo de vida de hidrelétricas traz importantes degradações ambientais que não podem ser desconsideradas nos momentos de tomada de decisão. Dentre estas, estão o comprometimento das atividades econômicas a jusante e à montante da barragem, a diminuição da qualidade da água, o assoreamento do corpo hídrico, o aumento de doenças de veiculação hídrica, a exclusão de usos múltiplos previamente existentes no espaço ocupado pelo reservatório e, sobretudo, o deslocamento compulsório de população e atividades anteriormente localizadas na área afetada (MORETTO et al. 2012, p.142)

Esses problemas são observados e noticiados no Amapá, assim, pode-se apontar as famílias que perderam plantações, animais, móveis e tiveram a estrutura das casas comprometidas pela água, causado pela criação de um lago artificial que prejudicou mais de 80 famílias devido a pela construção da UHE Cachoeira Calderão. Deve-se ressaltar que as inundações afetaram também locais às margens do rio destinados a desova de animais, como o tracajá. (G1 NOTÍCIAS, 2017).

Ainda, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (2015) cerca de mil atingidos pelas barragens de Ferreira Gomes e Coaracy Nunes, realizaram protesto na BR 316, que liga os municípios do interior a capital Macapá, no Amapá. O protesto aconteceu



em função de mais um desastre ambiental ocorrido no município, os ribeirinhos foram surpreendidos com uma enorme mortandade de peixes no Rio Araguari, abaixo da obra de Ferreira Gomes, de propriedade do consórcio Ferreira Gomes Energia.

Na região da UHE Santo Antônio do Jari notícias de que a construção da hidroelétrica teria deixados ribeirinhos sem água e luz é denunciada, problema que é agravado na comunidade realocada de Comaru onde os moradores só dispõem de três horas de energia diariamente, além de problemas estruturais nas casas construídas pela concessionária. (FOLHA DIGITAL 2017)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações institucionais no espaço amapaense juntamente com os interesses do capital internacional, deu ao Amapá uma nova uma nova dinâmica de desenvolvimento que não privilegiava a população. É pontual os benefícios que o capital externo trouxe, desenhados aqui especialmente na geração de emprego e na movimentação da economia, porém os rastros que são deixados permanecem e se reproduzem com o tempo.

A fronteira hidroelétrica que avança nas bacias hidrográficas do estado, trás consigo uma série de problemas, sejam eles de fator social ou ambiental. O Estado como moderador das ações do capital no espaço e defensor dos interesses da população, aparece como coadjuvante, pela sua inoperância e por desconsiderar os apelos que as pessoas afetadas relatam.

A política ambiental pouco avança nos seus mecanismos de proteção socioambiental e na aplicabilidade dos que já existem. Ações de mitigação e compensação de impactos deveriam estar dando suporte às pessoas atingidas, mas se traduzem em pequenos atos que não condizem com os impactos gerados.

Cabe por fim, inicialmente entender e refletir a cerca dessas dinâmicas, objetivo proposto por esse trabalho, assim, se utilizar das experiências passadas para que não se cometam os mesmos erros no futuro.

REFERÊNCIAS

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, jan./abr. 2007.



BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática S.A, 1994.

_____, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CORREA, K.A; PÓRTO, L. R. **Os empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari e seus efeitos no espaço urbano amapaense**. XVII ENANPUR. São Paulo. 2017.

CHAGAS. M. A. **Amapá: A mineração e o discurso da sustentabilidade - de Augusto Antunes a Eike Batista**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ELETRONORTE. **Amapá** Disponível em:
<http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/regionais/amapa/>. Acesso:
09/10/2017.

_____, **Coaracy Nunes, 39 anos.** Disponível:
http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/noticia/noticia_0751.html?uri=/index.html.
Acesso em: 09/10/2017

FOLHA DIGITAL. **Área da Renca, entre Amapá e Pará, tem trauma de projetos grandioso**. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/09/1920563-area-da-renca-entre-amapa-e-para-tem-trauma-de-projetos-grandiosos.shtml>. Acesso em:
09/10/2017.

FERREIRA GOMES ENERGIA, **Usina** Disponível
:[http://www.ferreiragomesenergia.com.br/ferreiragomes/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tip
o=40874&conta=45](http://www.ferreiragomesenergia.com.br/ferreiragomes/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=40874&conta=45). Acesso em: 09/10/2017

G1 NOTÍCIAS. **Ribeirinhos pedem suspensão de hidrelétrica em Porto Grande, no AP**. Disponível em: [https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/ribeirinhos-pedem-suspensao-de-
hidreletrica-em-porto-grande-no-ap.ghtml](https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/ribeirinhos-pedem-suspensao-de-hidreletrica-em-porto-grande-no-ap.ghtml). Acesso em: 23/10/2017

Machado. L. O. **Limites, Fronteiras e Redes**. T. M. Strohaecker e outros. Fronteiras e Espaço Global, Porto Alegre: AGB, p.41-49, 1998

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Atingidos do Amapá denunciam crime ambiental da Ferreira Gomes Energia**. Disponível em:
[http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-do-amap-denunciam-crime-ambiental-da-
ferreira-gomes-energia](http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-do-amap-denunciam-crime-ambiental-da-ferreira-gomes-energia). Acesso em: 23/09/2017

MORETTO. E. M; GOMES. C. S; ROQUETTI. D. R; JORDÃO. C. O. **Histórico, Tendências e Perspectivas no Planejamento Espacial de Usinas Hidrelétricas Brasileiras: A Antiga**



E Atual Fronteira Amazônica. 2012. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XV, n. 3 _ p. 141-164

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento Geográfico desigual na faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Aspectos das reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013).** In: **Jodival Maurício da Costa.** (Org.). **Amazônia:** Olhares sobre o território e a região. Rio De Janeiro: Autografia, 2017, p. 401-424.

SILVA. N.C; LIMA. R.A.P; SILVA. J.M. **Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil).** PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. ISSN 1984-4352 Macapá, v. 9, n. 2, p. 123-140.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas cidades na Faixa de Fronteira Setentrional,** PUBLIT, Rio de Janeiro, 2011.

**GT 03 – Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****USINAS HIDRELÉTRICAS E IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL NO RIO ARAGUARI, FERREIRA GOMES – AMAPÁ.**

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (UFPA)¹
vickamarinho@hotmail.com

Christian Nunes da Silva (UFPA)²
cnsgeo@yahoo.com.br

Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UFPA)³
ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Alan Nunes Araújo (UFPA)⁴
alannunesaraujo@gmail.com

RESUMO

A literatura que aborda a instalação de Grandes Projetos de Investimento (GPI), dentre eles, os empreendimentos hidrelétricos, mostra um conjunto de alterações socioambientais nos espaços em que são instalados, cujos efeitos não raramente excedem a escala local. No que concerne a Amazônia brasileira, mais especificamente a Amazônia amapaense, verifica-se que as usinas hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, vêm promovendo impactos negativos de magnitude diversas ao ambiente e, por conseguinte, no desenvolvimento da atividade pesqueira no rio Araguari. Situação que tem atuado diretamente para a precarização social de grupos que ao longo de décadas mantêm uma relação de interação com a natureza. Para subsidiar tal discussão, realizaram-se pesquisas bibliográficas e documental, bem como trabalhos de campo no município de Ferreira Gomes, entre 2016 e 2017. A partir da análise dos dados, constatou-se que a transformação do ambiente natural para artificial, impactou negativamente no conhecimento apresentado pelos pescadores em relação à localização dos pesqueiros, atuando para a diminuição da captura de pescado, aumento das despesas para exercerem a atividade em lugares mais distantes e maior tempo de permanência no rio, bem como, vem suscitando conflitos entre os pescadores e pescadores com outros grupos que utilizam o rio. Ademais, estudar a pesca artesanal no contexto de implantação desses projetos hidrelétricos nos mostra que nem sempre as vantagens propaladas pelos discursos oficiais atuam em vantagens para as populações locais, ao invés disso, desestruturam modos de vida, como vêm ocorrendo no município de Ferreira Gomes.

Palavras-chave: Empreendimentos hidrelétricos; Pescadores artesanais; Territorialidades.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Bolsista FAPESPA.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Pesquisador do GAPTA/CNPq.

³ Professor Associado II – Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Pesquisador do GAPTA/CNPq.

⁴ Doutorando em Geografia (PPGEO/UFPA). Professor Titular da Universidade federal do Pará.



Os estudos acerca da implantação de Grandes Projetos de Investimento (GPI), dentre eles, os empreendimentos hidrelétricos vêm se multiplicando nas últimas décadas, principalmente no contexto amazônico, no qual se observa na atualidade um conjunto de obras finalizadas, em andamento e projetadas na região. Desse modo, são diversos os autores que se propõem a estudar a instalação desses empreendimentos, seja como objeto central das discussões ou como suporte para as análises de alterações concernentes as populações locais, tais como, ribeirinhos, pescadores artesanais, indígenas, em meio a outros, que constantemente tem o seu modo de vida profundamente impactos.

No que se refere aos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, tal realidade não é diferente, posto que, verifica-se que a atividade pesqueira a partir da instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari, foi profundamente alterada, impossibilitando os pescadores de exercerem suas atividades nos lugares costumeiros. No mapa 1 pode-se observar a localização do referido município que se encontra a 132 km de Macapá, capital do Estado.

Tendo em vista, que as construções de empreendimentos hidrelétricos promovem um conjunto de transformações ambientais e sociais nos espaços em que são implantados, discute-se como a instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, vêm impactando o desenvolvimento da atividade pesqueira no rio Araguari, levando em consideração que a produção e reprodução desses pescadores enquanto tal tem sido drasticamente afetada.

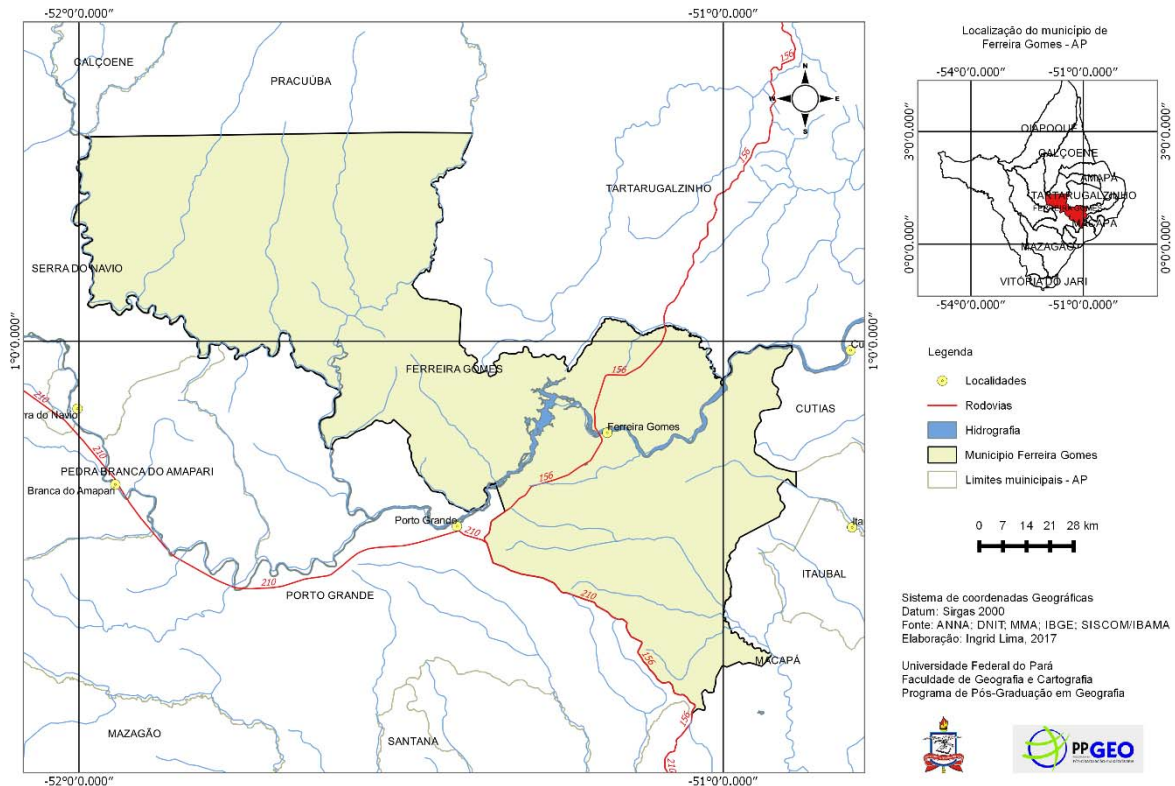
Para subsidiar tal discussão, realizaram-se trabalhos de campo no município de Ferreira Gomes entre 2016 e 2017, onde procedeu-se a realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas junto aos pescadores artesanais locais. Além disso, fez-se revisão bibliográfica e documental, priorizando autores que abordam a instalação de hidrelétricas na Amazônia brasileira, bem como, aqueles que discutem a pesca artesanal, principalmente nos rios amazônicos, com o intuito de mostrar como ocorre a estreita interação do pescador com o seu ambiente de trabalho.

Isto tudo sem perder de vista, os impactos negativos que ocorrem no desenvolvimento da atividade pesqueira a partir da transformação de um ambiente natural para artificial, cujas consequências se refletem dentre outros modos na desestruturação de pesqueiros, diminuição da captura de pescado e, por conseguinte, no comprometimento da renda familiar desses pequenos pescadores, os quais permanecem mais tempo no rio, se deslocam muitas vezes para lugares mais distantes daqueles que pescavam anteriormente

ao empreendimento, bem como, vem suscitando conflitos entre os pescadores e pescadores com outros grupos que utilizam o rio.



Mapa 1. Localização do município de Ferreira Gomes – Amapá.



Ademais, estudar a pesca artesanal no contexto de implantação desses projetos hidrelétricos nos mostra que nem sempre as vantagens propaladas pelos discursos oficiais atuam em benefícios para as populações locais, ao invés disso, desestruturam modos de vida, como vêm ocorrendo no município de Ferreira Gomes.

2. USINAS HIDRELÉTRICAS E DESTERRITORIALIZAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS NOS RIOS AMAZÔNICOS

2.1. Contexto de instalação de UHE na Amazônia brasileira

A literatura que versa sobre os grandes projetos na Amazônia demonstra uma diversidade de impactos socioambientais nos locais que são implantados. O território brasileiro apresenta no seu contexto geral, um dos mais importantes potenciais energéticos do mundo, representados por potenciais hidráulicos, irradiação solar, biomassa e a força dos ventos. Esse conjunto favorável de características naturais é suficientemente abundante



para garantir a matriz energética do país, somam-se a eles, as reservas de combustíveis fósseis que embora sejam reduzidas são de grande relevância (ANEEL, 2002).

Todavia, no aproveitamento energético do país apenas duas fontes são largamente usadas, a força hidráulica principalmente através das usinas hidrelétricas e a utilização dos combustíveis fósseis, por meio do petróleo. Nesse sentido, o potencial energético não é devidamente utilizado, situação essa que reflete a forte pressão sobre as reservas petrolíferas e os recursos hídricos.

No que concerne ao potencial hidrelétrico dos rios amazônicos, esses passaram a ser inventariados principalmente a partir dos anos de 1970, momento no qual se busca alternativas energéticas ao petróleo largamente utilizado na economia brasileira. Nesse contexto, foram construídas as Usinas Coaracy Nunes, Curuá – Una, Tucuruí, Balbina e Samuel, com as quais se tem a primeira grande linhagem de hidrelétricas na Amazônia, resultando progressivamente na utilização dos rios para geração de energia (MARINHO e SARAIVA 2012).

Atualmente, além dos empreendimentos em operação, verifica-se a construção de novas hidrelétricas na região, estimuladas principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), concebido pelo Governo Federal. O PAC I foi lançado em 2007, prevendo investimento de R\$ 503,9 bilhões em obras de infraestrutura, com o intuito de reduzir as discrepâncias regionais no país. O PAC II foi lançado em 2011, com objetivo semelhante ao primeiro, com recursos de cerca de R\$ 955 bilhões.

No que se refere ao Estado do Amapá, o primeiro reservatório construído foi o de Coaracy Nunes na década de 1970, localizado no médio rio Araguari, atualmente além do referido reservatório, existem dois outros empreendimentos, sendo as hidrelétricas Ferreira Gomes e a Cachoeira Caldeirão. Nesse processo, verifica-se que o rio Araguari, assim como os demais rios da região amazônica, são considerados apenas a partir do seu potencial hidrelétrico, tendo valor a partir da sua potencialidade energética.

Conforme Bermann et al. (2010) no processo de apropriação dos recursos hídricos para a geração de energia, os rios são transformados em “jazidas de megawatts”, desconsiderando nesse processo, sobretudo as populações locais e o ambiente. O que nos parece repetir-se constantemente na região, assim tem-se cada vez mais a desestruturação de modos de vida que tradicionalmente se desenvolvem em uma estreita relação com a

natureza, tal como a pesca artesanal que envolve conhecimentos acumulados e aprimorados ao longo de gerações.

No que concerne as UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, tal realidade não é diferente, pois assim como outros empreendimentos instalados na região, visa



primordialmente a geração de energia para fins econômicos que pouco levam em consideração os anseios da população, causando inúmeras transformações territoriais na região, promovendo a desestruturação de modos de vida simples que se desenvolvem por meio de uma complexa relação com a natureza.

2.2. UHE e desterritorialização de pescadores artesanais

Quantas vezes e em quantas situações se verifica que na instalação de grandes projetos o território é concebido como espaço a ser preenchido conforme os agentes hegemônicos que detêm o poder, como se não existissem atores sociais que produzem e reproduzem seus territórios. A história de ocupação da Amazônia brasileira nos mostra bem como esse processo vem ocorrendo, com a instalação de GPI que pouco levam em consideração os anseios da população local.

Posto que, são projetados e traçados com o intuito de atender a demanda de atores hegemônicos da economia, o que não raramente priorizam os interesses externos a região. Nesse processo, o Estado desempenha um papel fundamental ao viabilizar a instalação das atividades produtivas, buscando repassar a ideia de que são empreendimentos necessários para o desenvolvimento econômico da região e mesmo do país, segurança energética, entre outros.

Fundamentado neste e em outros discursos similares, modos de vida são destroçados, com implicações dramáticas, geralmente irreversíveis. A esse respeito, estudos de Magalhães (1991; 2007), Vainer e Araújo (1992), Vainer (2007), Rocha (2005), Bermann (2010), Hamelin (1991) dentre outros inúmeros autores, têm focalizado não apenas o deslocamento compulsório de populações indígenas, ribeirinhas e demais grupos sociais que dependem fundamentalmente da relação com o rio, como também, as transformações territoriais oriundas da implantação de UHE nas regiões que recebem o empreendimento.

Neste contexto, destacamos os pescadores artesanais que desenvolvem suas atividades em um meio bem distinto daquele existente em terra firme e que constantemente se deparam com a imprevisibilidade tanto em função da natureza móvel dos recursos pesqueiros, assim como daqueles decorrentes de outros elementos que lhes são impostos,

impossibilitando e/ou dificultando o desenvolvimento das pescarias nos lugares costumeiros, tal como, a partir da instalação de empreendimentos hidrelétricos nos leitos dos rios.

Como se observa, em lugares nos quais se constrói esses empreendimentos, são inúmeros os relatos confirmando as mazelas sociais e ambientais que são impostas a essas populações. Sempre chegam denúncias de expulsões forçadas de populações tradicionais,



comunidades ribeirinhas, dentre outros grupos sociais que tentam resistir a chegada do empreendimento. Todavia, para essas expulsões ou deslocamentos compulsórios, outros termos mais brandos são utilizados pelos agentes construtores e até mesmo nos EIA/RIMA, como se as populações atingidas tivessem a opção entre ir ou ficar.

Soma-se a isso, que são inúmeras as tentativas por parte dos agentes empreendedores de controlar o acesso dos pescadores as áreas circunvizinhas a barragem, local este que em alguns casos, como nas hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, sempre constituíram espaços piscosos, mas que em função dos empreendimentos instalados, perderam essas áreas de pesca. Todavia, como os mesmos necessitam dos recursos econômicos advindos da atividade pesqueira, tentam resistir ao controle promovido pelos agentes que atuam nas hidrelétricas, resultando não raramente em enfrentamentos e conflitos entre esses atores sociais.

Diante de tal situação, verificamos a sobreposição de territorialidades, a primeira delas representada por pescadores artesanais que anteriormente ao empreendimento, exerciam suas atividades no rio Araguari, possuindo um conjunto de relações tanto com o ambiente como com os demais pescadores que já conheciam os territórios de pesca⁵. Por outro lado, temos uma territorialização mais funcional, decorrente das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, baseadas na dominação política e econômica que se sobrepõem sobre as demais.

Portanto, desde que os rios amazônicos passaram a serem vistos conforme Bermann (2010) como “jazidas de megawatts”, em meio século podemos afirmar que milhares de pessoas já foram destituídas de suas terras, seus territórios de vivências, muitas das quais já haviam encontrado na relação com a natureza, motivação e segurança alimentar, apreendendo a conviver com o rio e a desenvolver meios para produção das suas condições mínimas de existência.

Neste viés, Castro e Barros (2015) discorrem como pescadores artesanais vêm convivendo e se reinventando frente as consequências oriundas da construção no médio rio

Tocantins da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, inaugurada em 2001. A partir da qual, houve uma contínua redução dos recursos pesqueiros. Diante desse quadro, os autores identificaram através de entrevistas dois momentos distintos da pesca no médio rio Tocantins-TO. O primeiro momento é antes da barragem, quando se tem a fartura de peixes, por conseguinte, o segundo momento ocorre pós-barragem, onde as entrevistas apontam para a redução de espécies capturadas.

⁵ Ver Begossi (2004) e Silva (2006) que tratam dos territórios de pesca.



Por outro lado, Magalhães, Silva e Vidal (2016), ressaltam as transformações verificadas no período pré-operação da Usina Belo Monte em fase final de instalação no médio rio Xingu-PA. Os autores procuram ressaltar que são numerosos os problemas que as populações atingidas sofrem durante a construção do empreendimento, entre essas populações, destacam os pescadores artesanais que sofreram perdas dos seus territórios e de recursos naturais fundamentais para a sua reprodução social, além de terem seu modo de vida profundamente afetado.

No que concerne aos pescadores artesanais de Ferreira Gomes, tal realidade não é distante daquela encontrada em outros locais nos quais se implanta esses empreendimentos, posto que, a partir da construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari, os pescadores que desenvolviam suas atividades onde se materializaram as barragens e/ou nas suas áreas circunvizinhas, relatam a perda de seus pontos de pesca, comprometendo o desenvolvimento da atividade pesqueira na região, junta-se a isso, a problemática de que no rio em que as referidas hidrelétricas se encontram, existem outra barragem, mostrando que “o cerco esta se fechando”⁶.

Neste sentido, os impactos negativos decorrentes desses empreendimentos são diversos e se refletem diretamente na vida das populações que moram nos locais ou em suas áreas adjacências, o que se traduz na desterritorialização de milhares de famílias que tradicionalmente desenvolvem uma relação de reciprocidade com a natureza, entre elas os pescadores artesanais.

Já que não se trata apenas de incorporar um novo elemento na vida de uma população, mas de modificar toda a organização social existente, daí resultando em grandes impactos sociais e ambientais, cujos benefícios em sua maioria não se destinam às populações locais (MARTINS, 1991).

Desse modo, a instalação de UHE evidência um conjunto de transformações econômicas, ambientais e sociais, revelando a necessidade de estudos mais profundos que

busquem minimizar ao máximo os problemas oriundos por estes empreendimentos, pois geralmente os projetos previstos no RIMA ainda são insuficientes para atender as demandas dos pescadores, mediante as amplas implicações causadas a atividade pesqueira, sobretudo na fase de barramento do rio.

3. EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E PESCA ARTESANAL NO RIO ARAGUARI

Na Amazônia a atividade pesqueira representa uma importante fonte de renda tanto para as populações ribeirinhas, como para aqueles que habitam nos centros urbanos e tem

⁶ Ver Hebette (1991) que organiza uma coletânea de artigos que tratam de grandes projetos na Amazônia.



na pesca a sua principal fonte de renda. Embora represente um setor produtivo no qual os instrumentos tecnológicos utilizados sejam simples o que lhes impossibilita percorrer espaços mais amplos, estes são de grande relevância socioeconômica, contribuindo para o abastecimento de centros urbanos regionais.

Todavia, essa inter-relação existente na atividade pesqueira entre o pescador e o ambiente, é profundamente comprometida a partir da modificação do espaço por outras forças produtivas. Cardoso (2003) aponta a ação antrópica como um dos fatores que atuam na organização e reestruturação dessa atividade. Neste contexto, pode-se salientar a instalação de UHE hidrelétricas que de acordo com Santos (1995), constituem objetos técnicos que são implantados em locais nos quais produzam os resultados que dele se esperam, por mais que estes atuem na desestruturação das relações pré-existentes, tanto sociais como ambientais.

Assim, entende-se que a instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari, têm promovido a desterritorialização de pescadores artesanais, posto que, anteriormente ao período do empreendimento, os pescadores conheciam os locais mais propícios para desenvolverem suas atividades, as pescarias eram marcadas pela dinâmica da natureza, não tinham necessidade de deslocar-se para lugares tão distantes e a produção pesqueira captura era suficiente para atender as suas necessidades básicas.

Como identificado em outros estudos que abordam a pesca no contexto da instalação de hidrelétricas, tanto antes como depois do barramento, verificamos que segundo as informações obtidas em campo, constataram-se dois momentos distintos no desenvolvimento dessa atividade no rio Araguari. O primeiro momento sendo considerado como de fartura e o segundo com o decréscimo da captura dos recursos pesqueiros.

Com relação ao primeiro momento, esse se caracteriza pela fartura das pescarias, dentre os fatores que contribuem para essa situação, pode-se elencar o conhecimento dos

pescadores em relação aos pesqueiros, pois já sabiam os locais mais piscosos, guiando-se por fenômenos naturais das marés, fases da lua, entre outros.

Conforme relatado em campo não era necessário ficar procurando o peixe de modo aleatório, conheciam bem o ambiente, retirando das pescarias parte importante da renda familiar, mas na atualidade o que se verifica é uma situação bem diferente, a partir do barramento do rio Araguari, os pescadores sentem diretamente as consequências desse processo, ressaltando entre outros fatores, da transformação de um rio caudaloso, conhecido pela abundância em recursos pesqueiros para outro que diferentemente de outrora, mostra-se com volume de água reduzido, com fortes correntezas, em processo de



assoreamento em determinados segmentos, com proibições que impedem o desenvolvimento da atividade nos lugares costumeiros, além da diminuição/escassez de pescado, como pode ser evidenciado na entrevista abaixo:

O impacto que eles causaram eu acredito que foi 100% que eles agravaram os pescadores de Ferreira Gomes. O nosso rio hoje tá quase tudo seco, ali tá tudo aparecendo, a praia do meio do rio porque já tinha uma barragem que era a Coaracy Nunes, a correnteza do rio foi mais e foi aterrando o nosso rio, e hoje a boca do rio Araguari fechou e a gente tá sofrendo as consequências porque quem tá sofrendo é o pescador de Ferreira Gomes (Comunicação pessoal, 2017).

O relato acima é de um pescador que afirmar conhecer o rio Araguari a “fundo”, ressaltando que desenvolvem a pesca desde criança e, portanto, sente-se temeroso quanto ao futuro, preocupando-se tanto em relação as suas condições de reprodução como também pelos demais pescadores que enfrentam situação similar.

Ademais, salienta que já existia uma barragem na região, mas os efeitos negativos sobre a pesca não foram tão sentidos quanto às implicações advindas com esses novos empreendimentos, como pode ser observado na fala abaixo:

A instalação da Ferreira Gomes aterrou tudo. O peixe acabou. Hoje já aparece mais de criadouro, nativo mesmo não tem e quando conseguem só alguns. Tanta fartura, mas hoje em dia tudo acabou. A primeira barragem não causou tanto dano material e tudo, as últimas que causam, principalmente a Cachoeira Caldeirão (Comunicação pessoal, 2017).

A afirmação do pescador acima a respeito dos danos materiais advindos da implantação das hidrelétricas no município de Ferreira Gomes, especialmente a Cachoeira Caldeirão, faz referência principalmente as mortandades de peixes verificadas no rio Araguari entre 2014 a 2016, período no qual se registrou seis ocorrências desse desastre antropogênico, conforme noticiado pela imprensa e relatado em entrevistas a campo.

Como esses pescadores em sua maioria apresentam escolaridade baixa e fazem parte de um grupo social que depende diretamente da pesca como meio de conseguir atender as mínimas condições de sobrevivência, continuam a exercer a mesma atividade, mas com uma dificuldade a mais, procurando identificar novos pesqueiros.

Entretanto, tal identificação não é fácil, dependendo dos conhecimentos acumulados pelos pescadores ao longo de gerações, bem como da relação que mantém com a natureza, soma-se a essas características, a situação de que a nova dinâmica advinda a partir do empreendimento é distinta daquelas existentes sem a interferência dessas obras de engenharia no leito dos rios, dificultando ainda mais a localização de novos pesqueiros.



Como o contexto ambiental é outro, com perdas de pesqueiro e com a diminuição desses territórios, significa também que dependendo do número de pesqueiros identificados, estes são insuficiente para atender a todos os pescadores que praticavam essa atividade no momento anterior ao empreendimento, o que parece estar ocorrendo na área de estudo. Conforme relato em campo, alguns pescadores já conseguiram identificar alguns pontos de pesca propícios para as pescarias, mas reconhecem que não são suficientes para atender a demanda de todos.

Outro problema identificado em campo quanto ao desenvolvimento da pesca, refere-se ao aumento dos custos para exercerem essa atividade, antes da barragem, era menos custoso, gastava em média R\$ 10,00 atualmente a realidade é outra, com menos de R\$100,00 não é possível se deslocar para lugares mais distantes, já que os valores dependem também da distância a ser percorrida.

Como se trata de pescadores que tem na pesca uma parcela importante da sua subsistência, esse dinheiro faz falta no complemento da renda familiar, principalmente quando o resultado da pescaria não é tão produtivo como o esperado, situação comum nesse contexto, já que conforme relato em campo e os estudos de Oliveira et al. (2013), nas áreas em que ocorre a instalação desses empreendimentos ocorre uma redução dos recursos pesqueiros.

Diante desse quadro, podemos discernir que a partir da implantação dos empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari, os pescadores vêm enfrentando conforme abordado anteriormente, inúmeras dificuldades para se reproduzir enquanto tal, situação que reflete na reprodução social dos mesmos que não acreditam que as construções dessas barragens atuem para a melhoria das condições socioeconômicas da região, mas ao contrário promovem a destruição e a precarização das condições de vida existentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme constatado, a implantação de hidrelétricas na Amazônia continua apresentando inúmeras implicações socioambientais, afetando, sobretudo as populações que vivem no local e nas áreas adjacentes ao empreendimento. Entretanto, no contexto mais recente, busca-se repassar a impressão que esses empreendimentos seguem outros moldes, pautando-se em ações menos autoritárias e primando por sistemas de engenharia mais adequados às especificidades dos rios amazônicos, geralmente com declives pouco acentuados.

Apesar disso, o que se verifica é que esses empreendimentos continuam causando danos impossíveis de serem mensurados aos diversos grupos sociais afetados, trazendo consigo, incertezas, medo, revolta, sentimentos constantes suscitados nas populações que



já passaram por situações semelhantes. No que concerne aos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, tal realidade não é diferente, sendo comum os pescadores fazerem comparações entre a pesca hoje e a pesca ontem, ressaltando sempre que o desenvolvimento das pescarias pós-barragem é repleto de dificuldades, com redução da produção pesqueira capturada, perda de territórios de pesca, desentendimentos entre os agentes que trabalham nas hidrelétricas e pescadores locais, entre outros. Portanto, o que se observa é que a chegada dos empreendimentos hidrelétricos fragiliza e precária ainda mais as condições sociais dessas populações que tem na pesca a sua principal fonte de renda.

Diante desse contexto, entende-se que as hidrelétricas produzem dois lados de um mesmo processo, o primeiro sendo representado por grupos e empresas que geralmente atendem a uma demanda externa a região e o outro lado, composto pelas populações locais que tem suas vidas destroçadas e que pouco ou em nada participam das vantagens resultantes desses projetos, ficando apenas com os danos.

REFERÊNCIAS

- BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina. (Org) **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec. 2004. p. 223-253.
- BERMANN, Célio.; WITTMANN, Douglas.; HERNÁNDEZ, Francisco.; RODRIGUES, Larissa. Usinas hidrelétricas na Amazônia- o futuro sob as águas. In: **seminário políticas públicas e obras de infra-estrutura na Amazônia: cenários e desafios para o fortalecimento da governança socioambiental**, Brasília, 2010. p. 1-37.
- BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23. – jun. 2012.
- CASTRO, V. B; BARROS, F. B. Depois da barragem tudo mudou: o drama da pesca e dos pescadores artesanais do médio rio Tocantins. **Revista GeoAmazônia** – ISSN: 2358- 778 (on line) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 03, n. 05, p. 117 - 140, jan./jun. 2015.
- CAVALCANTE, M. M. A.; NUNES, D. D.; SILVA, R. G. C.; LOBATO, L. C. H.; ASSUNÇÃO, A. G.; BORGES, L. R. M. **(Re)estruturação territorial e novas territorialidades: considerações sobre a implantação do complexo hidrelétrico no Rio Madeira/Rondônia/Brasil**.
- FURTADO, L. G. Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia. In: Henry Acserald. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IURP-UFRJ, 2004.
- HÉBETTE, Jean (Org.) **O cerco está se fechando**. Editora Vozes Ltda, 1991. p.15-34.



- MAGALHÃES, S. B. Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a População Camponesa. In: HÉBETTE, J. [Org.]. **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, p. 176-198, 1991b.
- MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA, 2007.
- MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. **Não há peixe para pescar neste verão**: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte.
- MARINHO, J. A. M.; SARAIVA, M. P. **Hidrelétricas Belo Monte e Processos de Des-territorialização no médio Rio Xingu-PA**. ANPPAS, 2012.
- MARTINS, J. S. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org.) **O cerco está se fechando**. Editora Vozes Ltda, 1991. p.15-34.
- OLIVEIRA, J. C. S.; VASCONCELOS, H. C.; PEREIRA, S. W. M.; NAHUM, V. J. I.; JUNIOR, A. P. T. Caracterização da pesca no Reservatório e áreas adjacentes da UHE Coaracy Nunes, Ferreira Gomes, Amapá- Brasil. **Biota Amazônia**. Macapá, v. 3, n. 3, p.83-96, 2013.
- ROCHA, G. M. População, território e novas barragens na Amazônia: a dinâmica territorial da Volta grande do Xingu e o CHE de Belo Monte. In: **I encontro de ciências sociais e barragens**, 2005, Rio de Janeiro. I Encontro de Ciências Sociais e barragens. Belém : IPPUR / UFRJ, 2005. v.1.
- SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: EDINA, C.; MOURA, Edna.; MAIA, Maria Lúcia S.; MOURA, Edila. (orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica Editora da Ufpa, 1995. p. 13-22.
- SILVA, L. M. A. et al. Situação da pesca no setor estuarino. In: **Diagnóstico sócio-ambiental participativo do setor costeiro estuarino do Estado do Amapá**. p. 104 – 114, 2004.
- SILVA, C. N. **Territorialidade e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves-PA**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém: PPGEU/UFPA, 2006.
- VAINER, C. E ARAÚJO, F. **Grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, Cedi/Ippur, 1992.

**GT 03 – COLONIALIDADE E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA:
HIDRELÉTRICAS, PORTOS, HIDROVIAS, RODOVIAS E FERROVIAS.****MEMÓRIA TÉCNICA DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ**Thiago Oliveira da Silva Novaes (UnB)¹

novaes@riseup.net

RESUMO

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sul do estado do Pará, inundou, entre 1984-1985, 2.600 km² de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo uma parcela da reserva indígena Parakanã e alguns núcleos urbanos, forçando cerca de 10 mil famílias a se deslocarem. Entre as populações atingidas, este artigo se interessa em construir uma memória técnica das populações ribeirinhas, transferidas para áreas secas de beira de estrada, onde as condições físico-naturais eram frequentemente distintas daquelas de seus ambientes de origem. Refletindo um modelo de planejamento autoritário, responsável por produzir uma desestruturação sociocultural e evidenciar uma violenta dominação política, o objetivo é caracterizar a noção de “impacto ambiental” provocado pela UHE-Tucuruí assumindo uma perspectiva técnica, ontológica, de violação de direitos culturais e de cidadania, propondo-se como método a caracterização da *corporalidade* dos atingidos, em um contexto de mudança no comportamento dos peixes e de deterioramento da qualidade da água. Interessa estabelecer como memória técnica a comparação entre a constituição dos corpos dos pescadores enquanto suas ferramentas de trabalho, em uma relação adaptada ao ambiente, onde haviam desenvolvido habilidades gestuais que lhes permitiam um desfrute *tecnoestético* de suas atividades pesqueiras, passando a um outro ambiente, em um processo de desestruturação total da pessoa.

Palavras-chave: UHE Tucuruí, memória técnica, pesca, corporalidade, direitos culturais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da constatação de que no processo de construção da UHE Tucuruí predominou o esmagamento cultural dos grupos sociais atingidos (Magalhães 1988; Mougeout, 1988;) ignorando-se sua constituição enquanto sujeitos políticos, e impondo-se a execução sumária de um planejamento autoritário cujas implicações sociais e ambientais têm cada vez mais encontrado resistência popular (Castro 1989; Corrêa 2009). Obscurecidas em operações de caráter meramente patrimonial, a partir do binômio “propriedade” e “impacto”, as relações dos atingidos pela barragem de Tucuruí com a área inundável vêm sendo esvaziadas de qualquer apelo histórico, de construção cultural, que

¹Doutor em Antropologia Social pela (UnB), Mestre em Antropologia Social e Bacharel em Ciência Política (Unicamp). Pesquisador em Telecomunicações em projetos de comunicação digital na Amazônia.



definiam não apenas a identidade de grupos populacionais - com seus ritos e símbolos instalados junto ao meio onde viviam -, mas o espaço (Santos, 1992; Nogueira 2010) onde se dava a constituição dos corpos, das técnicas corporais (Mauss 1934) dessas pessoas, habilitadas a práticas econômicas, e estéticas, intransponíveis para outro meio.

Dividido em três abordagens, o artigo se dedica a contextualizar a implantação dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia (Moretto et al., 2012), caracterizando algumas vertentes do impacto que historicamente a UHE Tucuruí pratica no ambiente e nas sociedades que interage. Retomada essa memória, parto em defesa da construção de uma memória técnica dos corpos, que ao redor da hidrelétrica passam a ser pressionados a adaptarem novos gestos, que reflitam as novas condições ambientais trazidas com o alagamento de territórios originalmente ocupados por agrupamentos humanos². Assumindo uma postura crítica em relação aos modelos de desenvolvimento impostos sobre populações vulneráveis, a construção do presente plano de memória traz consigo a possibilidade de ruptura com visões totalizantes e pré-concebidas, e busca no detalhe do arranjo técnico o lugar de descrição de processos culturais onde se podem verificar diferentes construções de práticas, valores ou mundos.

2. A MEMÓRIA DO PROJETO HIDRELÉTRICO

No começo dos anos de 1970, o potencial de desenvolvimento do setor hidrelétrico brasileiro ganhou notoriedade face à crise energética mundial, que demandava por novas alternativas que viessem a suprir a geração de energia por meio da termoeletricidade. Enfrentava-se a crise mundial de acesso ao petróleo, impulsionando os países a buscarem suas próprias soluções, ao mesmo tempo em que organismos como o Banco Mundial lideravam projetos de crescimento baseados no investimento internacional para a construção de grandes infra-estruturas. Propagando o discurso de “Integrar para não Entregar”, o governo militar intensificou o processo de colonização da Amazônia iniciando a execução de um projeto geopolítico de ampliação de diversos tipos de redes (viárias, telecomunicações, energética, urbana, etc.) como estratégia para a modernização acelerada da sociedade e do território nacional, necessária para alcançar o crescimento econômico, o fortalecimento do Estado e para impulsionar a projeção internacional do país. Mesmo com a

²Para uma pesquisa sobre “expressões e escritas camponesas como lugar de memória nas barragens” ver o trabalho de Benassuli et al. 2014.



mudança do discurso no período da abertura democrática, que antes era voltado para a segurança nacional, a justificativa para a construção de hidrelétricas se amparava na combinação das ideias de que havia um vasto território inexplorado de reservas naturais, que seria capaz de incorporar um conjunto de iniciativas de produção energética hidráulica de baixo-impacto (Beaty, 2008, p. 28). Mas de baixo impacto para quem?

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída antes de entrar em vigor a lei que exige a realização de Estudo de Impacto Ambiental e de um Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima)³. Com isso, as obras foram autorizadas sem o estabelecimento de critérios de avaliação de impactos, resultando em inúmeros problemas tanto para a reestruturação do meio ambiente quanto para a readaptação das populações que viviam às margens do rio Tocantins (Almeida, Fernandes e Cañete 2014, p. 6). Até os dias atuais, a UHE Tucuruí é palco de conflitos e reivindicações por parte dos que foram atingidos pela transformação do rio em lago artificial, criando situações que vêm se tornando cada vez mais críticas, marcadas por um contingente de migrantes que se tornou perene⁴ (Souza e Cañete 2015, p. 617).

Inicialmente, a construção da UHE de Tucuruí afetou cerca de 5.000 famílias, deslocadas compulsoriamente de 13 distintas localidades, de 3 municípios. Hoje esse número ultrapassa o de 15 mil famílias. A barragem também alagou parte das reservas indígenas Parakanã, Pucuru e Montanha, e suas linhas de transmissão cortaram os territórios de quatro outras, Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava (Beaty 2008, p. 31). Com a inundação da floresta - que não foi desmatada a tempo em 90% da área pela urgência em inaugurar a obra⁵ -, instaurou-se um processo de decomposição da matéria

3Conforme registra Barbara Moda: "O EIA é um importante instrumento de tomada de decisão acerca da instalação de empreendimento, uma vez que analisa os impactos previsíveis de serem produzidos, analisa a viabilidade ambiental do projeto estudado, e sugere medidas mitigadoras ou compensadoras para esses impactos" (2014, p. 68). "O Estudo de Impacto Ambiental deve apresentar um diagnóstico da situação ambiental presente, antes da implantação do projeto, permitindo assim, que sejam feitas comparações com as alterações ocorridas posteriormente, caso o projeto venha a ser aceito. Esse diagnóstico deverá levar em conta os aspectos ambientais, além de ter que elaborar uma previsão dos eventuais impactos ambientais, diagnosticando danos em potencial, conforme previsto no artigo 6 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n. 01/86" (Moda 2014, p. 13).

4Entre os conflitos que vêm se intensificando, destaca-se o existente entre a população das reservas e a população de outras áreas do lago. Como não há gestão compartilhada das Unidades de Conservação, predominando a imposição de regras - que segue acompanhada da falta de fiscalização -, a implantação das Ucs não tem logrado o êxito, verificando-se "o aumento dos impactos socioambientais e a diminuição dos recursos, comprometendo a qualidade de vida da população ribeirinha" (Almeida, Fernandes e Cañete 2014, p. 15).

5 Sobre o processo de desmatamento para construção de Tucuruí, ver o livro-denúncia de Sebastião Pinheiro (1989) que relata o uso de um veneno para desfolhagem extremamente nocivo à saúde humana, conhecido como agente laranja.



orgânica vegetal, de proliferação de macrófitas aquáticas e de emissão de gás sulfídrico. Uma praga de mosquitos assolou as populações ribeirinhas, que sofreu também com um surto de malária. Os locais de pesca se viram alterados, fruto da nova dinâmica ecológica gerada pelas obras, e a interação entre os pescadores e o ambiente foi radicalmente desestruturada, exigindo a reformulação dos saberes e práticas associados aos recursos pesqueiros. Novos locais de pesca passaram a ser identificados e sua reincorporação à rotina de trabalho dos pescadores artesanais trouxe consigo a necessidade de novos aprendizados, exemplificados na aparição da “pesca no pé da barragem”.

O surgimento do lago de Tucuruí impôs, assim, uma transformação total na vida das pessoas ao seu redor, uma vez que as atividades sociais dos moradores dependem diretamente do nível da água, não apenas para o desempenho da pesca, mas para a prática da agricultura, da criação de animais domésticos, e para o ir e vir dos estudantes e de todos que circulam para realizar suas pequenas tarefas do dia a dia. Essas mudanças vieram acompanhadas de uma nova percepção dos ribeirinhos sobre as dinâmicas do lago, que começa a encher no início do mês de dezembro, fazendo com que a cada dia a população observe mais atentamente a elevação da água para tentar se adaptar às especificidades do ecossistema que ela cria (Almeida, Fernandes e Cañete 2014, p. 11). Por outro lado, durante vários outros meses, a pesca antes praticada com redes passa a ser realizada com anzol, o que afeta a quantidade de pescado capturado, prejudicando a relação entre a energia dispendida para pescar e o resultado esperado pelos pescadores (op. cit., 2014, p. 12).

A percepção sobre a qualidade da água também se tornou um outro índice importante da gravidade do “impacto” sofrido pelas comunidades tradicionais (Peres, 2015), ressaltando o contexto de vulnerabilidade hídrica em que se encontram esses grupos (Yoshino, 2017). Convivendo com uma nova sazonalidade no lago, experimentando uma água ora “muito ruim”, no período da seca, podendo chegar a “ótima” na época da cheia, as dificuldades que se evidenciam no acesso e uso dos recursos aquáticos merecem especial atenção do poder público para além do fomento à inserção de novas atividades econômicas visando atrair a chegada do ecoturismo.

Por outro lado, sem conhecer os pontos de pesca e os hábitos alimentares dos peixes para definição da isca e local de pesca, e sem orientação ou preparo, o turista esportivo muitas vezes precisa contratar o serviço de um pescador local, estabelecendo relações informais em um campo pouco profissionalizado. Embora se disponha de toda uma



legislação que discorra sobre a execução dessa atividade, na prática a mesma não tem quem a fiscalize, e parece mesmo não ser aplicada (Souza e Cañete 2016, p. 629). Neste contexto, que futuro se pode esperar para os moradores e pescadores artesanais do entorno da UHE Tucuruí?

3. A MEMÓRIA TÉCNICA DA UHE TUCURUÍ

“Desde os processos de expropriação dos terrenos necessários à construção da barragem até à gestão de afetos e emoções, tudo passava pelo engenheiro.” (Pequito 2015, p. 101)

A UHE de Tucuruí está localizada na latitude 03° 45' Sul e longitude de 49° 41' Oeste, no baixo Rio Tocantins. Respondia em 2000 por cerca de 70% de toda energia produzida na região norte, e 6% do país (Beaty 2008: 29). A primeira fase de sua construção se deu entre 1976 e 1985, quando foram instaladas as turbinas originais e foi alagado o reservatório de água. Uma segunda fase se completou em 2008, com a adição de 11 novas turbinas, e uma terceira fase se deu em 2010, com a construção de eclusas, visando permitir a navegabilidade no rio Tocantins, interrompida com construção da Barragem.

O enchimento do reservatório de Tucuruí durou 206 dias, com início em setembro de 1984 e conclusão em março de 1985, dando origem ao lago de Tucuruí. Hoje, o lago ocupa uma área de 2.875 km², com cerca de 100 km de extensão por 18 km de largura, tendo dado origem, após a inundação, a cerca de 1.500 ilhas⁶, abrangendo parte dos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Novo Repartimento, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga (Almeida, Fernandes e Cañete 2014, p. 7). A instalação de um empreendimento das proporções de uma hidrelétrica como a de Tucuruí, com impactos igualmente gigantescos sobre o meio-ambiente e as populações ribeirinhas, precisou se viabilizar por meio de um discurso, da criação de uma verdade que parecesse mesmo inquestionável – a despeito de todo o sentimento de destruição que pudesse envolver – e recorrer ao termo técnica, ou ainda, à noção de progresso técnico, tem sido uma marca das mais diferentes construções de barragens pelo mundo.

6 A ocupação das ilhas do lago foi realizada tanto por antigos moradores, que haviam sido deslocados e tentavam reconstruir seu um modo de vida ribeirinho, retomando a pesca como principal meio de sustento, mas também por pessoas que chegavam de outras partes do país em busca de emprego, e de atingidos pela barragem em outras regiões. (Almeida, Fernandes e Cañete 2014: 8).



Conforme afirmam Pequito no contexto de Portugal, e Silva para o brasileiro, “a técnica é o fator de progresso real das populações e do país” (Pequito, 2015, p. 178), assim como “uma usina hidrelétrica é uma expressão do processo de modernização levado às últimas consequências” (Silva, 2008, p. 53). Ainda que a citada noção de técnica se oponha ao conceito em geral compartilhado de natureza – relação que se configurou no dismantelar de um projeto de hidrelétrica que perdeu seu espaço para o lugar natural sagrado a ser protegido⁷ -, novamente nos auxilia Silva em sua análise sobre a relação que um objeto técnico desta magnitude nos sujeita:

“A sensação diante da tecnologia é de que somos meros instrumentos manipulados a mercê de forças políticas coniventes. Uma total desmobilização, a priori, é vista como o anúncio do progresso. Somos levados a crer que uma vez autorizado, o processo torna-se irreversível. Dessa forma, a tecnologia, traduzida em máquinas pesadas, bombas ensurdecadoras etc, etc, é ao mesmo tempo simbólica, pois é colocada em cena para anunciar e garantir a irreversibilidade da obra” (Silva 2008, p. 54).

Definindo a técnica como uma mecanologia no estabelecimento de relações, o contexto de produção de uma memória técnica situada como um campo de disputa de e na esfera pública não pode prescindir de se colocar como algo além do discurso, posto que reflete também crenças e desejos de eventos e sujeitos que não tiveram vez nem voz. Porém, como descrevê-la?

4. MEMÓRIA TÉCNICA DO CORPO DOS ATINGIDOS

“L'existence de l'homme est corporelle”⁸

David le Breton

Este artigo parte da tentativa de pluralizar o uso do termo “técnica”, estabelecendo para isso relações que vinculam técnica, linguagem e estética, compondo assim a possibilidade de descrição de um *estilo étnico*⁹ das populações atingidas pela barragem de

⁷A técnica, até então vista como veículo civilizador e emancipatório da sociedade transformava-se em sinónimo de estreiteza de perspectivas, da supremacia do fator tecnocrático face aos de ordem cultural. A natureza ganhava estatuto sagrado, definia-se um “santuário” (Pequito, 2015, p. 184-185).

⁸ 1992, p. 7.

⁹ Definimos estilo étnico: “uma forma específica de uma dada colectividade assumir e definir as formas, os valores e os ritmos. Nesta óptica, a personalidade estética não é de modo algum incompreensível, podendo



Tucuruí. Para tanto, é preciso observar na atividade pesqueira “o modo de constituição no tempo e no espaço de um código de emoções passível de assegurar ao sujeito étnico o essencial de sua inserção afectiva na sua sociedade”. Eis o que se poderia considerar como referência para o surgimento de um “comportamento estético” (Leroi-Gurhan, 1970, p. 73), engajado na regulação dos gestos profissionais (op. cit., 1970, p. 74). Construídas a partir de uma realidade *tecnoestética* (Simondon), essas habilidades escapam ao domínio dos diferentes simbolismos (op. cit., 1970, p. 74). Ou seja, entendendo as análises que avaliam os impactos da UHE Tucuruí sobre a pesca, ao tratarem do comportamento dos peixes, da qualidade da água e das diferentes ferramentas de trabalho, é preciso criar um acervo teórico-metodológico que reflita a maneira pela qual a

“função técnica se exterioriza no utensílio amovível, considerando que o objecto apreendido se torna igualmente exterior assumindo a forma de um símbolo verbal, o momento, no âmbito de todas as suas formas, visuais, auditivas, e motrizes, poderia vir igualmente a libertar-se, passando a fazer parte do mesmo ciclo evolutivo” (Leroi-Gurhan 1970, p. 77).

Se “recordar é construir património” (Pequito, 2015, p. 177), de quantas gerações estaríamos tratando ao tentarmos mensurar o impacto sobre a transmissão desse património imaterial do pescador, seu conhecimento corporal sobre uma atividade pesqueira, para seus filhos e demais descendentes?

A ideia de que existe o “pescador mesmo” dotado de um conjunto de conhecimentos herdados e construídos no local onde vive, e que esteja situado em algum dos 2.209 empreendimentos de geração de energia elétrica em funcionamento (Locatelli 2014, p. 105), sofre muitas influências, incluindo a da mídia e dos discursos oficiais que muitas vezes associam o conhecimento tradicional a um estágio intelectual pré-científico¹⁰. Classificados como a base de uma pirâmide civilizatória, morando supostamente “em péssimas condições de saneamento”, esses grandes conhecedores do território, exemplares vivos que provam a viabilidade de um desenvolvimento sustentável com seu meio, logo se traduzem como primitivos, revelando alguém que vive rodeado de mitos, rituais e credices, e não tem a mais vaga noção da multiplicidade de fatores objetivos que regulam a atividade pesqueira.

mesmo conceber-se um método analítico tão preciso como o da tecnologia ou da sociologia descritiva.” (Leroi-Gurhan 1970, p. 82).

¹⁰Uma análise da prática da “tutela” sobre a pessoa indígena, desvirtuando o papel de tutela de direitos de que deve se incumbir o Estado, daria um pouco o tom do preconceito civilizatório presente até mesmo em órgãos criados para defesa dos povos tradicionais.



Em seu livro intitulado *Memória Técnica*, a Eletronorte assim descreve: “a principal característica sócio-cultural da região é a vida fluvial. O rio é o meio de transporte, de sustento e de sociabilização, representando o elemento mais significativo da cosmovisão dos habitantes da área” (Eletronorte 1988, p. 154). Porém, se o rio se torna um lago, como os pescadores artesanais poderiam incorporar os saberes e práticas de piscicultura propostos pelos parques aquícolas? E em que medida essa estratégia de compensação social poderia funcionar como uma solução para a escassez dos recursos pesqueiros? Trata-se de questionar como o conhecimento necessário para o exercício da atividade da pesca, anteriormente pautado em interações sociais, territoriais e ecológicas, ao ser substituído pelo manuseio dos novos instrumentos técnicos utilizados para a atividade, poderia ser feito por qualquer indivíduo. Ao compararmos a pesca comercial realizada de maneira artesanal no reservatório, destacando as técnicas de captura do tucunaré, quais são as interações dos pescadores artesanais com o novo contexto ecológico construído com a formação do reservatório, que demonstra a capacidade plástica destes atores sociais¹¹?

5. CONCLUSÃO

Assumindo como objetivo a construção de uma memória coletiva dos atingidos pela barragem de Tucuruí, pareceu-me relevante tentar estabelecer enquanto memória técnica três distintas abordagens sobre o empreendimento. Primeiro, contextualizando o modelo de progresso vigente, que atribui à técnica ainda o seu caráter civilizador. Em segundo lugar, trouxe dados objetivos do impacto da UHE Tucuruí, que apontaram para regimes de compensação pouco sensíveis à memória social do alagamento, parecendo mais engajados em superar com as novas atividades econômicas o estágio, e não a diferença cultural desses grupos atingidos. Por fim, tratei de conceituar o pescador menos por sua condição social-indentitária e mais como técnico-pessoal, tentando definir uma possível memória técnica do corpo dos atingidos. Entendido como um conhecimento que se estabelece tanto individualmente - na forma de um gesto adaptado e desenvolvido com cada ferramenta utilizada para pesca -, quanto coletivo, compartilhado no tempo e no espaço com os demais moradores da comunidade, a memória técnica que pretendi analisar se voltou então para a

¹¹Estima-se que aproximadamente 72 espécies de pescado existam no lago de Tucuruí, mas uma parcela significativa de peixes que se utilizavam da corrente de água de rio - tais como o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) - desapareceu com a formação do reservatório (Souza e Cafete 2016, p. 621).



construção de um estilo étnico (Leroi- Gurhan 1970) e tomou a relação corpo-técnica na pesca como seu objeto privilegiado de análise empírica.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. B. “Metamorfoses e Fronteiras do natural e humano”, 2012. Disponível em: <https://mwba.files.wordpress.com/2012/11/almeida-2012-transformac3a7c3b5es-atravs3a9s-de-fronteiras-conferencia1.pdf> Acesso em 20 jul. 2017.

ALMEIDA, Neila Jesus Ribeiro; FERNANDES, Daniel dos Santos; CAÑETE, Voyner Ravena. “Impactos Socioambientais em Unidade de Conservação: o caso da população ribeirinha da reserva de desenvolvimento sustentável de Alcobaça, Tucuruí – PA”. 29ª *Reunião Brasileira de Antropologia*. Natal – RN, 2014.

BEATY, Susan. “O Movimento dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí: uma história oral”. *Independent Study Project*. Brown University. History, Latin American Studies, 64p., 2008.

BENASSULI, Matheus; SIMÕES, Aquiles; MAGALHÃES, Sonia; AMORIM, Bianca Pereira. “Ensaio Etnográfico: expressões e escritas camponesas como lugar de memória nas barragens de Tucuruí e Belo Monte”. *Rev. Agricultura Familiar*, Belém - PA, N° 10, p.117-129, 2014.

BRETON, David le. *Anthropologie du Corps et Modernité*. Paris: PUF, 1992.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

CASTRO, E. M. R. de. “Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade”. In: *Na Trilha dos grandes Projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. “O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas””. *Rev. Nera*. Presidente Prudente, Ano 12, N° 15, p. 34-65, 2009.

COSTA, Ana Luiza Martins. *Uma retirada insólita: Rio São Francisco: Barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

DEBORTOLI, José Alfredo O. e Carlos Emmanuel SAUTCHUK. “Técnica, Corpo e Arte – Aproximações entre Antropologia e Motricidade”. *Licere*. Belo Horizonte. Vol. 16, N° 2, jun., 2013.

GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. São Paulo: Papyrus Editora, 56p., 2003.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Vol. 5, p. 07 – 41, 1995.

KELLY, John D. “The ontological turn in French philosophical anthropology”. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*. Vol. 4 (1), p. 259 – 269, 2014.



LEHOI-GOURHAN, André. *O Gesto e a Palavra II – a memória e os ritmos*. Lisboa: Edições 70., 1970.

LOCATELLI, Carlos. *Comunicação e Barragens – O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas*. Florianópolis: Editora Insular, 358p., 2014.

_____. (Org.). *Barragens Imaginárias – A construção de Hidrelétricas pela Comunicação*. Florianópolis: Editora Insular, 302p., 2015.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa; SILVA, Ygor Yuri Pereira; VIDAL, Cleice da Luz. “Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte”. *Desenvolv. Meio Ambiente - Edição Especial Nexo Água e Energia*, Vol. 37, p. 111-134, 2016.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa; SANZ, Flávia Sousa Garcia. “Impactos Sociais e Negociações no Contexto de Grandes Barragens: reflexões sobre conceitos, direitos e (des) compromissos”. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, Vol. 25, N° 2, p. 223-239, 2015.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. “Exemplo Tucuruí - uma política de relocação em contexto”. In: *Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

MAUSS, Marcel. “Les Techniques du Corps”. *Journal de Psychologie*, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 avril 1936. Comunicação apresentada à Sociedade de Psicologia em 17 de maio de 1934.

MODA, Bárbara Barbosa. *A Importância da Avaliação de Impactos Ambientais dentro do Processo de Licenciamento Ambiental para a Construção de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil - Os contributos da Avaliação Ambiental Estratégica e da Avaliação Ecossistêmica do Milênio*. Dissertação de Mestrado. Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente. Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal, 2014.

MORETTO, Evandro Matheus; GOMES, Carina Sernaglia; ROQUETTI, Daniel Rondinelli e JORDÃO, Carolina Oliveira. “Histórico, Tendências e Perspectivas no Planejamento Espacial de Usinas Hidrelétricas Brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica”. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, Vol. XV, N° 3, p. 141-164, 2012.

MOUGEOT, J. L. “Planejamento hidroelétrico e reinstalação de populações na Amazônia: primeiras lições de Tucuruí, Pará”. In: AUBERTIN, C. (Org.). *Fronteiras*, Brasília: UnB; Paris: ORSTOM, 1988.

NOGUEIRA, Ida Clara Guimarães. *Segregação Socioespacial Urbana no Entorno de Hidrelétrica: produção do espaço em Tucuruí-PA*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Universidade da Amazônia (Unama). Belém – PA, 2010.

PEQUITO, Maria de Lurdes Ferreira Lourenço. *Hidroeletricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Trás-os-Montes)*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Escola de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Universitário de Lisboa, 254p., 2015.

PERES, Rafaela et al. “Análise da Percepção sobre a Qualidade da Água do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em Relação aos Usos Múltiplos”. XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Brasília – DF, Brasil, 2015.



PINHEIRO, Sebastião. *Tucurí – O Agente Laranja em uma República de Bananas*. Porto Alegre: Editora Sulinas, 145p., 1989.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - SP, 4aed., 2014.

SAUTCHUK, Carlos Emmanuel. *O Arpão e o Anzol - técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, Vicente Paulo. "A Cidade Submersa de Nova Ponte: relatos de memória, silêncio e esquecimento". *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, Vol. 9, N° 29, p. 49 – 57, 2009.

SIMONDON, Gilbert. *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

SOUSA, Nírvia Ravena; CAÑETE, Voyner Ravena; SOUZA, Cleide Lima. "Lições não Aprendidas: Hidrelétricas, Atores Sociais, Impactos Socioambientais e a Política Nacional de Recursos Hídricos na Amazônia". *IV Encontro Nacional da Anppas*. 4, 5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil, 2008.

SOUZA, Cleide Lima. *Conflito e Enfrentamento Diante das Mudanças Ambientais Decorrentes da Construção de Barragem: memória coletiva e pesca artesanal no lago da UHE de Tucuruí/PA*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP). Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – PA, 159p., 2016.

SOUZA, Cleide Lima; CAÑETE, Voyner Ravena. "Pesca esportiva e pesca artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA)". *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo, Vol. 8, N° 5, nov – 2015/jan - 2016, p. 614 – 633, 2015.

WHITEHEAD, Alfred N. *O Conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

YOSHINO, Gabriel Hiromite. *Estudo da Vulnerabilidade Hídrica das Populações que Moram na Região do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará. Belém – PA, 2017.

**GT 03 - Colonialidade e grandes obras de Infra-estrutura: Hidrelétricas, Portos, Hidrovias, Rodovias e Ferrovias.****BRASIL Y LA PRETENSIÓN HIDROELÉCTRICA EN EL ALTO MAZARUNI:**
Análisis sobre los intereses energéticos guyaneses, la pretensión del Brasil y su impacto sobre el pueblo Akawaio.*Ricardo Salvador De Toma García¹**Nelvio Paulo Dutra Santos²*

El caso que será objeto de estudio, pretende exponer algunas de las consecuencias socioambientales que podrían desencadenarse con la reactivación del Proyecto Hidroeléctrico del Alto Mazaruni, sobre los pueblos que tradicionalmente han ocupado el corazón de la Guayana Esequiba; un espacio geográfico ante el cual, la República Cooperativa de Guyana ha venido ejerciendo ininterrumpidamente su administración y ocupación, en el marco de un litigio territorial mantenido por Venezuela. Espacio geográfico que comprende las tierras ancestrales de los Akawaio, pueblo indígena compuesto por más de 10.000 personas que articulan un complejo sistema de intercambio de relaciones, bienes y alianzas en la región de las Guayanas, pueblo indígena cuya voluntad y libre determinación yace susceptible a la materialización de uno de los objetivos más procurados por el Estado guyanés; la construcción de un sistema energético capaz de aprovechar el caudal hídrico de la amazonia septentrional y que a su vez permita la territorialización de espacios geográficos disputados, por medio de ventajas geopolíticas, pactadas ante la República Federativa del Brasil a partir del año 1982 y retomadas durante el año 2009. A los fines de comprender nuestro objeto de estudio, emprenderemos una observación etnográfica sobre los patrones de asentamiento de los Akawaio, reflexionando sobre su eventual desplazamiento por intervenciones ambientales, para luego plantear una modesta reflexión interdisciplinar, sobre las acciones de gobierno destinadas a legitimar intereses permanentes de Estado, amparados en modelos de desarrollo sustentable, que han venido incidiendo en la generación de refugiados por causas ecológicas.

Palabras Claves: Proyectos Hidroeléctricos, Desarrollo Sustentable, Akawaio, Guayana Esequiba.

I. INTRODUCCIÓN

¹ Maestrando del Programa de Pos-graduación en Sociedad y Fronteras de la Universidade Federal de Roraima (UFRR) Brasil. Abogado por la Universidad de Carabobo (UC) Venezuela. Detoma7@gmail.com

² Doctor en Desarrollo Sustentable por la Universidade Federal do Pará (UFPA). Profesor del Programa de Pos-graduación en Sociedad y Fronteras de la Universidade Federal de Roraima (UFRR) Brasil, Investigador del NUPEPA. Nelviopaulo@gmail.com



Las reflexiones que plantearemos se adhieren a un amplio bagaje bibliográfico, producido en la inmediatez de procesos coyunturales que al ser enfocados en la región panamazónica, reproducen la concurrencia de dos estructuras de pensamiento que exponen una disyuntiva entre conservación y/o explotación del medio físico, las cuales, en virtud de replanteamientos conceptuales, originaron una tendencia ecléctica que se ilustró bajo un ideal de 'preservación' del medio físico como base fundamental del desarrollo sustentable.

Emergió por tanto, el idilio de una tendencia que fue presentada como ecológicamente aceptable, posibilitando un indetenible asenso en una escala de necesidades creadas por múltiples factores de producción y consumo. Así, los riesgos antrópicos asociados a la ejecución de megaproyectos, fueron asumidos como inevitables y las discusiones modernas se enfocaron en la disminución de los índices de polución y no en la interrupción de la polución. Todo ello reconfiguró el ejercicio de la política practicada en virtud de las condiciones geográficas. A partir de esas ideas, se analizará una situación desde un panorama delimitado por el entorno geográfico de la amazonia septentrional y en el corazón de la Guayana Esequiba; una zona que permanece bajo una centenaria reclamación por parte de Venezuela y que desde hace cincuenta años ha sido ocupada y administrada por Guyana.

Bajo la delimitación espacial señalada, estudiaremos el caso de uno de los pueblos indígenas que tradicionalmente han ocupado un territorio, dentro del cual, dos Estados nacionales se disputan la demarcación absoluta de sus fronteras y con ello, el libre ejercicio de acciones soberanas que favorezcan sus posibilidades de desarrollo económico. Dentro de ese panorama, los pueblos indígenas y concretamente los Akawaio, tienden a ser apartados de las negociaciones, ignorándose su voluntad y libre determinación, ante los fenómenos geopolíticos que constantemente amenazan su espacio vital.

Advertimos que la afirmación anterior no es presentada con tinte romántico, por cuanto trataremos consecuencias ambientales y fenomenológicas derivadas de la eventual construcción de un complejo hidroeléctrico en el alto y medio Mazaruni, sobre tierras ancestralmente ocupadas por los Akawaio, en las cuales, han desenvuelto una tradicional y compleja red de alianzas o relaciones con otros pueblos indígenas, cuyos patrones logísticos se verían destruidos y con ello una cosmología, una cultura, pero sobretudo, un conjunto de saberes anteriores a la existencia de los Estados nacionales, todo ello por cuenta de las anegaciones proyectadas ante la consolidación de un proyecto de gran escala, dentro del cual el Brasil ejerce su participación en calidad de promotor, potencial financiador y beneficiario.

II. EL DESCONOCIMIENTO DE TIERRAS INDÍGENAS CON FINES HIDROELÉCTRICOS; EL CASO AKAWAIO.



Entre los diversos puntos tratados durante un histórico encuentro de los Jefes de Estado de Guyana y Venezuela celebrado en septiembre de 1975, destacó la posible creación de una empresa binacional destinada a la explotación de bauxita y otros minerales.¹ En aquella ocasión, la delegación guyanesa en Caracas, presentó su intención de obtener apoyo venezolano para la construcción de una hidroeléctrica en el Alto Mazaruni. La propuesta afianzaría el ejercicio de una política exterior pragmática, que relativizaba la existencia de aliados o enemigos permanentes en virtud de intereses permanentes², además evidenció la jerarquía otorgada por el gobierno guyanés, al desarrollo de una central hidroeléctrica destinada a suprimir la costosa generación de energía mediante plantas termoeléctricas.

Los argumentos preparados por los guyaneses serían estudiados por el gobierno venezolano, el cual promovía políticas de integración regional que irradiaban un aparente ciclo de bonanza económica, emanada del potencial energético de Venezuela. Tres años después, el Presidente Carlos Andrés Pérez viajaría a Guyana, correspondiendo recíprocamente ante un complejo proceso de armonización de las relaciones diplomáticas. La reunión estaría orientada a definir la explotación conjunta de la bauxita y la defensa de los precios del aluminio, además de discutir las condiciones para el posible financiamiento del proyecto hidroeléctrico en el Alto Mazaruni y una red de interconexión eléctrica entre los dos países.³

En 1981 el Presidente de Guyana Forbes Burnham regresó a Caracas, a los fines de avanzar en el marco de propuestas, pero la Presidencia de Venezuela había alternado, siendo electo Luis Herrera Campins. El ascenso de Campins al poder, fue determinante en la rectificación de las relaciones de cooperación con Guyana, en consecuencia, Burnham retornaría a Georgetown sin posibilidades de financiación sobre el codiciado proyecto energético. Las razones que justificarían el cambio en la postura venezolana serían ampliamente fundamentadas en un comunicado emitido por la Cancillería.⁴

¹ VENEZUELA, Ministerio de Relaciones Exteriores, Boletín del Archivo de la Casa Amarilla N° 5, Caracas 1998.

² Seis años antes, Caracas había sido acusada como la Capital de una República en la cual se planificó una rebelión amerindia en la región del Rupununi, a los fines de desestabilizar y atentar contra la integridad territorial del Estado guyanés. Esa situación desencadenaría una escalada de conflicto entre ambos Estados que subsecuentemente sería atenuada con la firma de un *modus vivendi*, denominado Protocolo de Puerto España, un acuerdo que suspendía por un plazo de 12 años el proceso de reclamación territorial iniciado por Venezuela sobre los territorios de la Guayana Esequiba ocupados y administrados por Guyana.

³ VENEZUELA, Ministerio de Relaciones Exteriores, Boletín del Archivo de la Casa Amarilla N° 5, Caracas 1998.

⁴ El comunicado expresaba: (...) El Presidente Herrera Campins ratificó firmemente la vigencia de la reclamación venezolana sobre el territorio Esequibo (...) En consecuencia, reiteró el rechazo de Venezuela a cualquier compromiso incompatible con la reclamación (...) En tal sentido, el Presidente Herrera Campins reiteró el rechazo venezolano al proyecto hidroeléctrico del Alto Mazaruni. VENEZUELA, Ministerio de Relaciones Exteriores, Boletín del Archivo de la Casa Amarilla N° 5, Caracas 1998, p.377-378.



La pretensión hidroeléctrica guyanesa tendría como objetivo el suministro de energía para el procesamiento industrial de la bauxita, oro y diamantes, quedando predestinada a la alimentación de un modelo económico depredador de recursos naturales, que alteraría el equilibrio ambiental y produciría trastornos étnicos-culturales dentro del espacio tradicionalmente ocupado por los pueblos amerindios.⁵ Dentro de ese escenario, la primera y mayor propuesta presentada al gobierno guyanés fue la del grupo *ENERGOPROJEKT*, una compañía yugoslava que proyectó cuatro plantas generadoras de energía, que serían establecidas en cuatro etapas progresivas y que de acuerdo a los estudios, alcanzarían un potencial total de 3.100 MW. Posteriormente, los guyaneses integrarían al grupo SWECCO como equipo consultor, a los fines de avanzar con los estudios de viabilidad a partir de 1976.

De esa manera, la pretensión guyanesa estaría virtualmente garantizada, siendo considerada como una obra de relevancia estratégica para el Estado. Sin embargo, para los Akawaio, pueblo indígena asentado en la región del Mazaruni, la posible consolidación de ese megaproyecto, implicaría la eventual desaparición de sus territorios ancestrales, como consecuencia de la anegación proyectada sobre un área cuantificada en unos 2590km² (MARQUÉZ, 2002). Delante de ese escenario de disgregación, consideramos relevante presentar uno de los argumentos sostenidos por el profesor de antropología Peter Rivière, un consustanciado estudioso de los padrones de asentamiento de los pueblos indígenas de las Guayanas, cuyos trabajos han permitido la discusión de datos sobre los espacios ocupados por los amerindios, además de reflexionar sobre sus características de permanencia y distribución. En ese sentido, partiendo del caso específico de los Akawaio, Rivière observó:

Os Akawaio, vizinhos dos caribes do rio Barana, revelam uma interessante adaptação ao problema da concentração. Seu padrão de assentamento caracteriza-se por aldeias centrais mais ou menos permanentes, em alguns casos com mais de um século de existência, que são atingidas após se caminhar durante um dia, percorrendo roças temporárias, que duram de cinco a seis anos. Os moradores de uma roça, que consistem habitualmente em uma família extensa, raramente ultrapassam 15 pessoas, enquanto na aldeia central esse número varia de 20 a 60 pessoas, dependendo de quantas delas se encontram nas roças em determinado momento. Butt explica os movimentos entre as diversas localidades em termos de reações às exigências econômicas, incluindo as sazonais, e também a fatores sociais, políticos e rituais. (RIVIÈRE, 2001, p.45)

Conforme a las apreciaciones de Rivière (2001) los Akawaio mantienen una organización que les diferencia de otros pueblos de la región, al optar por patrones de ocupación fragmentados sobre la aldea central, Rivière sostiene que la tendencia asumida

⁵ El término amerindio fue utilizado por los ingleses para diferenciar a los indios americanos de los indios nacidos en la india, *Hindúes*. Desde el punto de vista legal, la sesión 2 del Capítulo 58 de las Leyes de la Guayana Británica establece: "En esta ordenanza de 1953, 'Amerindio' significa: (a) Cualquier Indio de una tribu indígena de la Colonia o de los países vecinos. (b) Cualquier descendiente de un amerindio. (MARQUEZ, 2002, p.230).



es relativamente reciente, siendo asimilada como una posible reacción a factores de intervención. Ahora bien, para entender los patrones de subsistencia y permanencia de los Akawaio, es menester situarlos dentro de una compleja red intercambios que históricamente se ha desarrollado y extendido entre los distintos pueblos amerindios de las Guayanas; una región localizada en la amazonia septentrional, desde la cual confluyen los *Yanomani*, *Yekuana*, *Piaroa*, *Panare*, *Pemon*, *Kariña*, *Warao* y *Akawaio*.

En ese sentido, coincidimos con Barbosa (2005) quien sostiene que dentro de los selectos trabajos de investigación, que han abordado en las últimas décadas los intercambios de bienes y relaciones en las tierras bajas suramericanas, se destacan entre otros autores, las contribuciones de Audrey Butt-Colson. Para Barbosa, Colson descifró un amplio sistema de intercambios entre los grupos indígenas y no indígenas, basado en la intención de una de las partes en capitalizar el suministro de artículos determinados, a los fines de ejercer influencias sobre la otra, y con ello procurar el dominio de ese sistema de intercambios.

De ese modo, el sistema se ve condicionado por una nueva dinámica, cuyos efectos pasan a incidir sobre los modos de vida de los amerindios, generando nuevas tendencias, que al prevaler, alteran los sistemas de intercambios preestablecidos, contribuyendo así, con la desarticulación de las originarias redes de relaciones, en función de la presencia de grupos no indígenas que ejecutan prácticas de intervención cultural. En ese contexto de fragilidad, la intervención puede materializarse con la presencia de misiones de fe o inclusive con la progresiva ejecución de políticas gubernamentales, las cuales permiten los contactos con la sociedad envolvente, posibilitando la expansión de tendencias económicas extractivistas, derivadas de la asimilación de nuevas herramientas, recursos e intereses (BARBOSA, 2005).

Así las cosas, es conveniente registrar que durante la década de 1970, Colson elaboró estudios enfocados en la comprensión de las comunidades amerindias asentadas en la subregión guayanesa de Brasil, Guyana y Venezuela, publicando consideraciones sobre sus modos de vida e incluyendo reflexiones que parten de la intervención de la sociedad envolvente y sus efectos en la ruptura de las ancestrales redes de relaciones e intercambios.⁶ Las investigaciones de Colson, sirvieron como fuente de los argumentos

⁶ Al describir esas redes de relaciones e intercambios en la Guayana, Barbosa (2005, p.74) expresó: *No centro do recorte considerado por esses autores, encontram-se os Yekuana e Pemon, distribuídos em vários blocos territoriais, nas cabeceiras dos rios Orenoco e Venturi e na Grande Savana, respectivamente. Os Yekuana relacionam-se diretamente com os Piaroa, a oeste, na região do alto Orenoco; com os Panare e segmentos da população não-indígena da Venezuela, ao norte (Coppens, 1971: 36, 39, 46); por fim, com os Sanumá, ao sul, na região da Serra Parima (idem; Ramos, 198). Os Pemon mantem relações com os Kamarakoto e Taulepang, ao norte e sul da Grande Savana; e com os Akawaios, a oeste, no Alto Mazaruni (D. Thomas, 1972). Os Akawaio, por sua vez, estabelecem intercâmbios com os Patamona e Makuxi, a sudeste, na região dos altos Branco e*



esgrimidos por la organización *Survival International*, en oposición al proyecto hidroeléctrico del Mazaruni.

Debido a que Audrey Butt Colson presentó consideraciones que advertían sobre las consecuencias que produciría la construcción de hidroeléctricas en las tierras del Mazaruni. Destacando una estimación de más de 10.000 amerindios **afectados** por las inminentes anegaciones, las cuales los obligarían a desplazarse de sus tierras, generando consecuencias directas sobre otras comunidades asentadas en zonas adyacentes, que se verían forzadas a recibirlos como refugiados provenientes de las áreas inundadas (COLSON, 2013). Al juicio de Colson, los desplazamientos desencadenados por el proyecto, producirían aumentos repentinos en las poblaciones asentadas sobre los pastizales localizados en las alturas adyacentes, dando lugar a una fuerte presión en el consumo de los escasos recursos presentes en los suelos cultivables. Además, la referida investigadora pronosticó:

The inundation of the Upper Mazaruni means the destruction of a People through the obliteration of ancestral lands and of the complex of relationships within a social structure which rests on a particular, unique topography and fluvial system. (...) Inundation entails the obliteration of an economy which is based on specialized knowledge and a technology specific to local resources, passed on from generation to generation within each community. (COLSON, 2013, p.31)

Fue precisamente delante de los pronósticos de anegación arrojados por los estudios de factibilidad certificados por SWECCO, que el Ministerio de Energía de Guyana en 1976 estableció un *resettlement committee* destinado a preparar los posibles escenarios de reasentamientos, en conjunto con las condiciones determinantes para el inicio de los procesos de remuneración. Todo ello iría enmarcado dentro de un conjunto de políticas gubernamentales destinadas a explicar “*The rationale and the main features of the power Project*” de ese modo, el gobierno intentaría disipar los riesgos del proyecto, presentando los supuestos beneficios económicos que el proyecto generaría sobre la región y sus habitantes.⁷

Tales esfuerzos procuraban la reproducción de una tendencia analizada por Wendell Assis, en un estudio denominado “*In-visibilizar populações e legitimar inequidades*” desde el cual afirmó que “*Os múltiplos significados da ideia de desenvolvimento sustentável associados a outras definições em disputa no campo ambiental tem sido apropriados pelos segmentos empresariais na justificacao de modificações sobre o lugar social, cultural e geográfico.*” (ASSIS, 2011, p.220). De hecho, entre las ofertas presentadas por el gobierno

Rupununi. Nessa mesma região, os Makuxi relacionam-se diretamente com os Wapixana, que mantem intercâmbios com os Waiwai, ao sul, na cabeceira do rio Essequibo (Butt-Colson, 1973: 30-1).

⁷ ODEEN, Ishmail, 1998.



guyanés destinadas a 'beneficiar' a la población afectada, se enfatizaba la generación de más de 6000 empleos, la construcción de una nueva ciudad con apartamentos para 320 familias, así como oficinas, centros de formación profesional, una clínica, iglesias e instalaciones recreativas.⁸ La respectiva presentación de beneficios socioeconómicos, basados en un modelo de desarrollo occidental que es ajeno a la cosmovisión de los amerindios, constituiría lo que Assis denominó como una **orden simbólica**:

Podem-se compreender os mecanismos de apropriação da natureza como tributários de uma ordem simbólica que atribui significado a exploração capitalista e legítima o desenvolvimento das forças produtivas como essenciais à manutenção da vida humana. Assim e de fundamental importância que se decifre como a noção de desenvolvimento sustentável tem servido de alicerce a manutenção de um modo de produção altamente degradante. (ASSIS, 2011, p.221)

No obstante, detrás de esa campaña de legitimación, lo que en realidad prevalecería, sería la anegación proyectada por la instalación de la presa, y con ello la implacable destrucción de ecosistemas y un sistema de intercambios, basado en prácticas ancestrales auténticamente sustentables ante el uso de los recursos naturales, mediante técnicas de cultivo, de roza y de quema, apoyadas con patrones de desplazamiento y rotación sobre el uso de las tierras (COLSON 2013). Sobre estos saberes, Gaschè & Mendoza sostienen:

*El 93% de las tierras amazónicas son tierras de altura, de alto grado de acidez, arcillosas y arenosas, de escasa materia orgánica (*humus*) y, desde luego, de baja fertilidad. Lo que permite el cultivo – transitorio – de estas tierras no es la fertilidad del suelo, sino la que les aporta la vegetación en pie (el bosque, la purma), cuando se la tumba y quema; la presencia de las cenizas, además, disminuye temporalmente la acidez de estos suelos haciéndolos propicios al cultivo. En estas tierras de altura, los pueblos indígenas han desarrollado distintos sistemas de cultivo que, mayormente, han sido estudiados por los antropólogos. (GASCHÈ & MENDOZA, 2011, P.23)*

Por outro lado, en relación a los procesos de reconocimiento para la demarcación de tierras, Stephen Baines (2006, p.86) consideró que “*O governo da Guiana nunca extinguiu a posse indígena com base no reconhecimento de direitos consuetudinários, uma herança do sistema jurídico britânico imposto no período colonial*”. Sin embargo, Marquéz (2002, p.108) afirmó, “En el pasado estos indígenas habían estado protegidos por la Corona inglesa, designándose como reserva indígena a toda la región y en 1946 se había estipulado el Distrito Amerindio, a pesar de que en varias oportunidades se redujo el territorio”.⁹

⁸ ODEEN, Ishmail, 1998.

⁹ Marquéz también puntualizó que al celebrarse la Conferencia sobre la Independencia de la Guayana británica, los guyaneses se comprometieron a otorgar a los amerindios la propiedad legal o el derecho de ocupación sobre las tierras que habitaban, siendo ese compromiso una condición determinante para el otorgamiento de la Independencia por parte del Reino Unido. Report of the British Guiana Independence Conference, 1965, CMND 2849, Annex C Apud MARQUEZ, 2002



Según un informe presentado en el año 2005 por el Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales, entre 55.000 y 60.000 amerindios de Guyana se encontraban en una de las situaciones más precarias de América Latina para obtener el pleno reconocimiento de sus derechos tradicionales a la tierra. El informe advirtió que la mayoría de las comunidades no poseían ningún tipo de título legal sobre sus tierras, mientras que algunas minorías solo contaban con un título inseguro, susceptible a revocaciones expeditas

Desde la independencia nacional en 1966, el Estado guyanés solamente ha entregado títulos por 6.000 de las 24.000 millas cuadradas que según la recomendación de la Comisión de Tierras Amerindias (CTA) –un organismo establecido por los británicos en 1966 para resolver el problema de los territorios amerindios en respuesta a la persistente presión de los movimientos de base– debieron haberse otorgado. Los pueblos indígenas se quejan de que las promesas incumplidas del gobierno en materia de derechos sobre la tierra constituye un robo a gran escala de sus territorios ancestrales realizado por parte del Estado.¹⁰

Así, la acusación de robo a gran escala sobre las tierras ancestrales emergió como un contundente rechazo ante políticas que son reincidentes en la exclusión de la voluntad de los pueblos, y que particularmente en el caso guyanés, ha vulnerado incluso las propias recomendaciones practicadas por la Comisión de Tierras Amerindias. “la comisión estipuló que los indígenas no debían tener más de 30 acres (12,14 hectáreas) por familia, cuando ancestralmente ellos no tenían limite en cuanto a su propiedad” (MARQUÈZ, 2002, p.254).

Todo ello a pesar de que la comisión recomendó que 128 pueblos amerindios recibieran 24 mil millas cuadradas, (equivalentes a 6.216.000 hectáreas) mientras que los amerindios aspiraban 60 mil millas (15.540.000 hectáreas). Además, otro aspecto que vulneró los derechos de los pueblos amerindios asentados en las tierras del Mazaruni y en el resto de los territorios de la Guayana Esequiba¹¹ fue y continua siendo determinado por la inseguridad jurídica y la ausencia de garantías sobre los escasos títulos otorgados, los cuales permanecen sujetos a constantes limitaciones por parte del ordenamiento jurídico guyanés, que dentro de su margen regulatorio, prevé seis mecanismos de expropiación de tierras.¹²

Vale la pena destacar, que al identificar a los amerindios y dentro de ellos, a los akawaio como parte de los pueblos asentados en la Guayana Esequiba, lo hacemos con la

¹⁰ PUEBLOS INDÍGENAS; sus bosques, sus luchas, sus derechos, 2005. p.55

¹¹ Territorio cuantificado en 159.500km² sujeto a una reclamación territorial por parte de Venezuela ante Guyana.

¹² El Estado guyanés también incurrió e incurre en omisión ante el cumplimiento de compromisos internacionales, tales como el convenio N°107 de la Organización Internacional del Trabajo “sobre las poblaciones indígenas o tribales”, el cual insta al reconocimiento de Derechos a la propiedad o posesión sobre tierras tradicionalmente ocupadas por las poblaciones.¹² Ese convenio fue sustituido por el N°169 del año 1989, el cual se actualiza e introduce el concepto de Pueblos indígenas y determina la obligación de los gobiernos a consultarles la viabilidad de proyectos de prospección o explotación de recursos por parte del Estado, sobre sus tierras. Dicho convenio fue ratificado por países como Brasil y Venezuela, sin embargo Guyana se rehúsa a ratificarlo, debido a que al firmarlo su actuación se sometería automáticamente a la supervisión internacional.



intención de contextualizarlos sobre una zona en reclamación cuantificada en 159.500km² que en la actualidad permanece sujeta a una disputa fronteriza entre Venezuela y Guyana. Siendo ocupada y administrada por esta última, en virtud del *Statu Quo* derivado de la firma del Acuerdo de Ginebra de 1966. En ese sentido, la Guayana Esequiba constituye un espacio de confluencia entre las pretensiones e intereses permanentes de los Estados nacionales involucrados en el litigio, incluyendo al Brasil por su relevante proximidad geográfica.

Finalmente, en virtud de la denegación de apoyo económico y político por parte de Venezuela, aunado a las reservas introducidas por la cancillería de ese país ante organismos internacionales, además de los obstáculos establecidos al Gobierno guyanés para acceder a los créditos del Banco Mundial y en virtud de la importante organización del pueblo Akawaio que contó con el respaldo de organizaciones como *Survival Internacional*, el gobierno de Guyana se vio en la obligación de suspender la construcción de la hidroeléctrica del Mazaruni.

III. LA REACTIVACIÓN DEL PROYECTO HIDROELÉCTRICO Y LOS INTERESES DEL BRASIL

Los planes destinados a la construcción de la hidroeléctrica del Mazaruni aunque se mantendrían con bajo perfil durante gran parte de la década de 1990, permanecerían latentes como un objetivo permanente en la agenda de los gobiernos guyaneses. Es a partir del año 2003 que encontramos informaciones sobre nuevas propuestas y estudios de pre-factibilidad asociados a hidroeléctricas en el área, específicamente en Tortruba, ubicada en el corazón de la 'región 7' según la división administrativa guyanesa. Conforme a detalles presentados por la Empresa impulsora del estudio, *Enman Services*, el potencial de generación energético del Tortruba superaba los 1100 Megavatios, lo cual posibilitaría la exportación de la energía excedente al Brasil.¹³ En ese sentido, es conveniente destacar que para la fecha, la demanda energética guyanesa permanecía estimada por debajo de los 200 Megavatios.

Siguiendo esas estimaciones, observamos que el Plan Nacional de Energía 2030, preparado entre el 2006 por la Empresa de Pesquisa Energética del Ministerio de Minas y Energía de Brasil, consideró el **aprovechamiento del potencial hidroeléctrico de Guyana**

¹³ Los costos estimados para la construcción de la hidroeléctrica ascendían a US\$ 2 billones, mientras que la primera fase de la línea de transmisión fue cotizada en US\$ 200 millones. Los estudios también abarcaron un proyecto para la construcción de una refinería de aluminio y un fundidor, cotizados en US\$ 400 millones y US\$ 1.6 billones respectivamente. Estos proyectos fueron autorizados por el Primer Ministro guyanés Samuel Hinds. El financiamiento de la obra sería presentado al Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Corporación Andina de Fomento (CAF) y propuesto ante la Iniciativa para la Integración Regional Suramericana (IIRSA). VENEZUELA, 2003.



e hizo mención a la “*possibilidade de também interligar Manaus a Boa Vista.*”¹⁴ De igual modo, cabe destacar que un proyecto hidroeléctrico en la localidad de Tortruba (Guayana Esequiba) sería incluido junto a su línea de transmisión energética hasta Manaus, en la agenda de implementación consensuada de la Iniciativa de Integración Regional Suramericana (IIRSA).

No obstante, la referida propuesta sería descartada.¹⁵ A pesar de ello, en septiembre de 2009, una semana antes de la inauguración oficial del puente sobre el río Tacutú, el presidente guyanés, Bharrat Jagdeo, sostuvo una reunión con el encargado de negocios de la Embajada de Brasil, Rodrigo Fonseca, quien permanecía acompañado de representantes de la empresa brasileña Andrade Gutierrez, a los fines de evaluar diversas propuestas para el desarrollo de una hidroeléctrica en el Mazaruni.¹⁶ Al darle seguimiento a estos asuntos en retrospectiva, resultó interesante evidenciar, que durante la inauguración del puente, el Jefe de Estado de la República Federativa de Brasil, emitió un discurso que le otorgó carácter vinculante al interés brasileño en contribuir con el desarrollo de la hidroeléctrica del Mazaruni:

*Estamos aqui para realizar um sonho de trinta anos. Com a inauguração da ponte sobre o Rio tacutú, damos um passo concreto e irreversível. Estamos integrando a Guyana e o Brasil e trazendo prosperidade para nossos povos. (...) estamos fazendo de nossa fronteira um ponto de encontro. Não seremos apenas vizinhos. Queremos ser parceiros para tornar realidade o potencial de nossa herança amazônica. A ponte sobre o rio tacutú é apenas o primeiro passo nessa empreitada. A pavimentação da estrada Lethem-Lindem será nosso próximo desafio (...) uma vez pronta, completará a ligação terrestre entre Boa Vista e Georgetown, **ampliando as perspectivas de desenvolvimento para a Guyana e toda a região Norte do Brasil.** Aqui, é importante, agora é improvisto isso aqui, aqui é importante apenas um aviso para o povo do Brasil e o povo da Guyana. **O Presidente Jagdeo, tem interesse prioritário em uma hidrelétrica de 800 megawatts** e o ministro Edson Lobão mais o presidente do BNDES e outros membros do governo estarão no dia 3 ou 2 de outubro viajando a Georgetown para conversar com o Presidente. (...) **queremos, no entanto, resguardar nosso patrimônio comum por meio de políticas de ocupação e desenvolvimento sustentáveis (...)** **Precisamos de energia para realizar todo esse potencial de cooperação e investimento. Estamos prontos a financiar a construção por empresas brasileiras de hidroelétricas na Guyana.**¹⁷*

Así se oficializaba la disposición del Gobierno de Brasil en asumir un conjunto de Proyectos de Grandes Escalas, justificados en el proceso de integración latinoamericana-caribeña y en la subsecuente necesidad de resguardar un patrimonio amazónico común, mediante políticas de ocupación y desarrollo sustentable. Con lo cual, se describía una iniciativa que desde su fase de promoción comenzaba a demandar energía; suficiente como

¹⁴ BRASIL, 2007. p.197

¹⁵ Durante la reunión del Grupo Técnico Ejecutivo, del Eje Escudo Guayanés, celebrada en Paramaribo, Suriname, el 6 de Mayo de 2008

¹⁶ VENEZUELA, 2003, p.61

¹⁷ BRASIL, 2009. Negritas nuestras.



para alimentar el potencial de cooperación e inversiones brasileiras. Al respecto, nos parece interesante citar un informe denominado “*Brasil, BNDES y proyectos de inversión con implicancias en la Amazonía*”, el cual indicó que los proyectos de infraestructura son los principales receptores de apoyo por parte del Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), institución que a su vez contribuye con la internacionalización o posicionamiento de las empresas y capitales brasileños.

Según el informe señalado “en el 2011, el banco otorgó cerca de R\$ 11.4 mil millones en préstamos con fines de exportación, y su apoyo financiero alcanzó US\$ 5.1 mil millones (R\$ 10.1 mil millones) a noviembre de 2012” (VERDUM, 2013, p.9). El potencial de cooperación e inversiones prometidas por el entonces Jefe de Estado del Brasil para el proceso de integración con Guyana, sería reconocido por el Presidente Barrat Jagdeo:

Our vision in this regard is clear, and the necessary political will is resolutely in place. Even if, as a country, Guyana is not able to finance all of these projects on our own, their importance dictate that they be pursued with concerted focus, and Guyana is committed to realising them by mobilising strategic alliances and support from partners such as Brazil.¹⁸

Por su parte, es evidente que las declaraciones del Presidente Jagdeo expresaron el interés guyanés en captar inversiones para el desarrollo de proyectos de infraestructuras, por cuenta del proceso de integración latinoamericana y caribeña, por ende, centraremos nuestra atención sobre las palabras del presidente brasileño Luiz Inacio da Silva. Partiendo de una retórica integracionista, “Lula” hizo referencia al término ‘desarrollo sustentable’ en medio de un juego de palabras que vinculó dicho proceso, a la necesidad de emprender políticas de ocupación, insinuando que el éxito de esta empresa dependería de la generación de energía para garantizar el potencial de cooperación e inversiones, con lo cual se anunciaba dichosamente que el Brasil estaba listo para financiar las respectivas construcciones.

He allí un ejemplo, de cómo un discurso pretende articular un círculo de dependencias y/o necesidades que legitiman una determinada actuación, lo cual Wendell Assis denominó como una **lógica de apropiación de la naturaleza**, considerando que “*a apropriação social da natureza nao se esgota em um sistema pratico de exploração econômica; ao contrario disso, é revestida por um conglomerado de ideias que enriquecem e dão sentido aos interesses encapados*” (ASSIS, 2011, p.221).

A noção de desenvolvimento sustentável tem sido utilizada por vastos segmentos sociais na justificação das mais diversas atividades, ao se considerar que ‘quanto mais significados admitem, mais poderosos se tornam os símbolos’ constata-se que

¹⁸ GUYANA, 2009.



essa assimilação de diretrizes multiformes tem agregado eficácia a utilização da ideia de desenvolvimento sustentável. Ancorada em uma estratégia que crê no gerenciamento racionalizado da natureza, em que a eficiência técnica aparece como leitmotiv do crescimento econômico, a noção de desenvolvimento sustentável se alça a categoria de palavra mágica e necessária ao incremento das forças produtivas. Pode-se dizer que a ideia de desenvolvimento sustentável é elaborada a partir de uma perspectiva que visa revigorizar os pilares de sustentação do progresso econômico”. (ASSIS, 2011, p.221-222)

Para Assis, la noción de desarrollo sustentable representa “*uma ideia gestada como alternativa reconciliadora ao abismo existente entre exploração capitalista de recursos naturais e preservação ambiental*” (ASSIS, 2011, p.236). Finalmente, la reunión anunciada por el Presidente Lula durante su discurso fue efectuada y sus detalles fueron anunciados por la prensa.¹⁹ Ya para el año 2010 sería presentado el Plan Decenal de Expansión de Energía 2019 del Brasil, el cual expuso la realización de **estudios destinados a levantar el inventario hidroeléctrico de Guyana**, estimando su potencial en 7.500 MW.²⁰ Posteriormente, en el año 2012 los representantes de Brasil y Guyana suscribieron un **memorándum de entendimiento** sobre proyectos de infraestructuras, en el cual se acordó la creación de grupos de trabajo, destinados a presentar iniciativas para la construcción de hidroeléctricas, líneas de transmisión, mejoras en infraestructura vial y un puerto de aguas profundas.²¹ Al año siguiente, durante la cumbre del Mercosur, ambos Estados crearon una comisión mixta para el desarrollo de proyectos de infraestructura, cuyas atribuciones fueron reguladas en un nuevo memorándum.²² Tras la firma, publicaron una declaración, que entre otros aspectos, registró:

7. Reconheceram os benefícios para a economia guianense de *aproveitar o potencial hidrelétrico da Guyana*, tanto para o suprimento da demanda local de energia elétrica quanto para a *comercialização do excedente da energia gerada*, observadas condições mutuamente vantajosas. 8. Registraram que as áreas competentes de ambos os Governos irão *aprofundar os estudos sobre os projetos de energia*, seguindo cronograma acordado pelas partes, para avaliação e eventual desenvolvimento de aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados, no marco da integração energética regional. Declaração Conjunta Brasil-Guyana sobre projetos de Infraestrutura. 19 de julho de 2013²³

Conforme a lo planteado podemos evidenciar que en el marco de una Política Exterior pragmática liderada por Brasil, se dio continuidad a un antiguo proyecto de

¹⁹ “O Brasil planeja a construção no próximo ano de uma hidrelétrica na Guiana” (...) O presidente Bharrat Jagdeo e doze membros de uma delegação brasileira, dirigida pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, mantiveram uma reunião para discutir o projeto (...) O embaixador do Brasil na Guiana disse à AFP que está nas mãos dos técnicos decidir o futuro do projeto, que deve custar cerca de 250 milhões de dólares. ” Disponible en: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1327285-9356,00-BRASIL+CONSTRUIRA+HIDRELETRICA+NA+GUIANA.html

²⁰ BRASIL, 2010.

²¹ BRASIL, 2012.

²² BRASIL, 2013.

²³ BRASIL, 2013.



integración con Guyana, que en sentido estricto conectó al Estado de Roraima con Lethem, pero que en sentido amplio, aproximó al Brasil con Georgetown, sede del CARICOM y punto de proyección al Caribe. Esa misión, fue trazada por los geopolíticos brasileños desde hace al menos cinco décadas, siendo vinculada a la construcción de carreteras y un puerto de aguas profundas que facilitase la circulación de mercancías desde y para la región amazónica. De allí la pretensión de reactivar y asumir un proyecto hidroeléctrico, que estará destinado a asegurar el suministro energético de las pretendidas actividades comerciales, industriales y portuarias.

De esa manera, se entiende que la pretensión guyanesa no se fundamenta en la simple cobertura del consumo energético nacional, sino en la concesión de espacios geográficos que afiancen alianzas estratégicas con fines geopolíticos y posibiliten *royalties* derivados de la venta del excedente energético, además de ratificar el dominio del Estado nacional sobre un territorio reclamado por Venezuela. Con menos de 800.000 habitantes la demanda guyanesa permanece por debajo de los 200 MW²⁴, sin embargo, la capacidad generadora de los proyectos hidroeléctricos más recientes fue estimada en (a) 1100 MW (Tortruba – Proyecto IIRSA) y luego en (b) 800 MW (anunciados por Lula en el Mazaruni).

Pero además, en el año 2016, el Ministro de Infraestructura Pública de Guyana, reveló la existencia de nuevos proyectos con capacidades generadoras de 1500 MW y 3000 MW, que serían concebidos desde el Alto y Medio Mazaruni respectivamente. De ese potencial, el Ministro estimó que el 85% de la energía sería vendida al Brasil, reservándose un 5% para el consumo de Guyana y conservándose una reserva del 10% sobre la cual Guyana tendría prioridad, sin descartar su incorporación al suministro destinado a Brasil.²⁵

De concretarse el plan de inversiones previsto por las empresas OAS e Queiroz Galvão con el apoyo del BNDES, el Estado de Roraima fungiría como vector de la interconexión energética y principal eje articulador de los objetivos geoestratégicos del Brasil hacia el Caribe. Ubicado en el extremo norte del Brasil, Roraima permanece desconectado del sistema energético nacional, dependiendo de una interconexión eléctrica con Venezuela por medio de la línea Gurí. Los resultados de esa interconexión, a partir del año 2009 se han tornado inestables por causa de las constantes interrupciones desencadenadas por la crisis energética venezolana, situación que ha reflejado la vulnerabilidad del Brasil en la región norte.

²⁴ “Guyana utiliza electricidad predominantemente proveniente de fuentes fósiles. En 2014, el 83% de sus 177MW de capacidad instalada total, provinieron de la combustión de petróleo y diésel, que es importado y cuyo precio es volátil. El 17% restante de la capacidad instalada se produjo a partir de biomasa” Disponible en: <http://global-climatescope.org/es/pais/guyana/#/details>

²⁵ “Five percent will go to the Government of Guyana and there will be a reserve ten percent, which we will have first call on. If we do not require it, it will be sold to Brazil.” David Patterson Disponible en: <http://www.kaieteurnewsonline.com/2016/03/01/mazaruni-hydropowerguyana-to-get-10-percent-hydropower-out-of-brazil-partnership-patterson/>.



IV. CONCLUSIONES

Consideramos que la participación de Brasil en la promoción de capitales y empresas destinadas a materializar proyectos hidroeléctricos en las tierras ocupadas ancestralmente por los amerindios de la Guayana Esequiba, supondría un beneplácito a los modos de opresión emprendidos por el Estado guyanés contra los legítimos derechos de estos pueblos a la conservación, libre disposición y aprovechamiento de sus tierras. Más aun al entenderse, que tales actuaciones toleradas por el ordenamiento jurídico guyanés, son reguladas estrictamente por el ordenamiento jurídico brasileiro, el cual, a niveles constitucionales reconoce la existencia de tierras indígenas e inclusive promueve su efectiva demarcación. Por su vez, la reactivación del proyecto impulsó una solemne reacción por parte de los Akawaio, quienes declararon su rechazo, por medio de un comunicado.²⁶

El análisis de este caso, infelizmente podría archivarse junto a las catastróficas realidades de otros pueblos, que han sido desplazados en el nombre del Desarrollo sustentable, siendo condenados al refugio y obligados a desencadenar puntos de quiebres en las tradicionales redes de alianzas, relaciones e intercambios, causando con ello distorsiones en los espacios vitales de otras comunidades. Todo ello en virtud de un modelo de desarrollo que es ideado por y para economías industrializadas que presentan alta demanda energética, derivadas de dinámicas poblacionales y factores de consumo o producción, que no se asemejan a las características de la modesta nación guyanesa, pero que ciertamente podrían coadyuvar con el desarrollo del Arco Norte del Brasil, al superar la vulnerable frontera de los 200MW pactados con Venezuela.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFIAS

ASSIS, Wendell. "In-visibilizar" populações e legitimar inequidades. (219-238). In: ZHOURI, Andrea (Org.). As tensões do lugar. Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UNIVERSIDADE FEDERAL MINAS GERAIS, 2011.

BAINES, Stephen. A Fronteira Brasil – Guiana a partir de Perspectivas dos Índios Macuxi e Wapichana. In: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). Etnicidade e Nação. Goiana: Canone Editorial 2006.

_____. Territórios, Territorialização, Territorialidades Indígenas e os Direitos à Terra. Raízes, v.34, nº2. p.17-25. jul-dez /2014. Disponible en: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_340.pdf.

²⁶ Comunicado de las comunidades del Alto Mazaruni. Warwata, Upper Mazaruni. 26 de octubre de 2011. Disponible en: <http://assets.survivalinternational.org/documents/1085/statement-kamarang-final.pdf>



BARBOSA, Gabriel Coutinho. Das trocas de bens. In GALLOIS, Dominique. (Org.). Redes de relações nas Guianas. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Plano Decenal de Expansão de Energia 2019. Brasília: MME/EPE, 2010. Disponível em: http://www.epe.gov.br/PDEE/20101129_2.pdf

_____. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética, Plano Nacional de Energia 2030. Rio de Janeiro: EPE, 2007. Disponível em: http://www.epe.gov.br/PNE/20080111_1.pdf

_____. Ministério das Relações Exteriores, Declaração Conjunta Brasil-Guyana sobre projetos de Infraestrutura, nota nº249. Montevideo, 12/07/2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3524-declaracao-conjunta-brasil-guyana-sobre-projetos-de-infraestrutura>

_____. Ministério das Relações Exteriores, Memorando de Entendimento entre Brasil e Guyana sobre projetos de infraestrutura, nota nº315. Brasília, 05/12/2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3242-memorando-de-entendimento-entre-brasil-e-guyana-sobre-projetos-de-infraestrutura>.

_____. Ministério das Relações Exteriores, Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativa da Guyana que cria a “Comissão Mista Brasil-Guyana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”, nota nº247. Montevideo, 11/07/2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3522-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-da-republica-cooperativa-da-guyana-que-cria-a-comissao-mista-brasil-guyana-para-o-desenvolvimento-de-projetos-de-infraestrutura>.

_____. Ministério das Relações Exteriores, Discurso del Presidente de la República Federativa de Brasil, Luiz Inácio da Silva. Bonfim, RR, 14/09/2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10816-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-inauguracao-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-itacutu-boa-vista-14-de-setembro-de-2009>.

CLIMASCOPE, Latin America & The Caribbean, Guyana. 2005. Disponível em: <http://global-climatescope.org/en/country/guyana/#/details>.

COLSON, Audrey, B. Dug out, Dried out or Flooded out? Hydro Power and Mining Threats to the Indigenous Peoples of the Upper Mazaruni District, Guyana. 2013. Disponível em: <http://assets.survivalinternational.org/documents/1113/book-fpic-oct-2.pdf>

Declaración de las Comunidades del Alto Mazaruni. Statement by the Toshias, Councillors and Community members of the Upper Mazaruni. Warwata, Upper Mazaruni, 26/10/11. Disponível em: <http://assets.survivalinternational.org/documents/1085/statement-kamarang-final.pdf>

GALLOIS, Dominique. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In RICARDO, Fany (Org). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

GASCHÉ, Jorge & MENDOZA, Napoleon Vela. Sociedad Bosquesina. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo. Perú: IIAP/CIES/CIAS, 2011. Tomo I

GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. Speech by His Excellency Bharrat Jagdeo, President of the Republic of Guyana, at the Inauguration of the Takutu River Bridge, September 14, 2009. Disponível em: http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/speech_takutu_bridge.pdf

_____. Guyana Energy Agency, Strategic Plan 2014 – 2018. Disponível em: <http://gea.gov.gy/downloads/strategic-plan-2014-2018.pdf>

_____. Guyana Energy Agency. Annual Report 2015. Disponível em: <http://gea.gov.gy/downloads/annual-reports/2015-annual-report.pdf>



IIRSA, Iniciativa para la Integración de la infraestructura Regional Suramericana. Planificación Territorial, Cartera de Proyectos IIRSA 2004. Disponible en: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb04_01_completo.pdf

MARQUÉZ, Oscar. La Venezolanidad del Esequibo. Caracas: Graficas Franco, 2002

MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. Pueblos Indígenas; sus bosques, sus luchas, sus derechos. Montevideo, 2005, Disponible en: <http://wrm.org.uy/oldsite/pueblos/Libro/texto.pdf>

ODEEN, Ishmail. The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue. Part Six - 1970 – 1981. Chapter 29. The Mazaruni Hydro-Power Project. 1998. Disponible en: http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy_pt6.html.

RIVIÈRE, Peter. O Individuo e a Sociedade na Guiana; Um estudo comparativo da organização social ameríndia. Sao Paulo: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, 2001

SILVA, Roberta Da. O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo. Boletim Meridiano 47. UNIVERSIDADE DE BRASILIA. vol. 16, nº.147, jan.-fev. p.19-26. 2015.

VENEZUELA, Ministerio de Relaciones Exteriores. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla Nº 5, Caracas, 1998.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. Unidad Especial de Guyana. Derechos Venezolanos de Soberanía en el Esequibo. DOCPRTE-112/DOCPRTE-151-D. 2003 Disponible en: www.essequibo.mppre.gob.ve

VERDUM, Ricardo. Brasil, el BNDES y proyectos de inversión con implicancias en la Amazonía. Lima, 2013. Disponible en: http://coalicionregional.net/wp-content/uploads/2014/06/Informe_espanol.pdf

**GT 03 – Colonialidade e Grandes obras de Infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”**

Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA)¹
shelena@ufpa.br
Gizele Cristina Carvalho dos Santos (UFPA)²
gizcarvalho.gc@gmail.com

RESUMO

Este trabalho resulta da pesquisa desenvolvida sobre as intervenções urbanísticas e os efeitos de segregação social em Belém, cujo objetivo é produzir informação crítica para fins de subsidiar os movimentos de resistência urbana nessa cidade. Historicamente, Belém vivenciou intervenções urbanísticas que reconfiguram o espaço social e mais recentemente vivencia processos com perfil de Grandes Projetos Urbanos (GPU's), cuja centralidade está na melhoria das condições de saneamento das áreas consideradas degradadas ambientalmente. A pesquisa se apoiou metodologicamente nas técnicas de pesquisa qualitativa, como análise de documentos históricos e atuais, observação participante com registro de depoimentos. Desse modo, o presente trabalho evidencia que nas áreas circunscritas às Bacias Hidrográficas da Estrada Nova, Una e Tucunduba, a população residente enfrenta os “desacertos” dos grandes projetos urbanos, principalmente no que tange aos aspectos de morte dos igarapés pela técnica da “retificação de canais” e do remanejamento de população, formalizando mobilizações que questionam o modelo e concepção dos GPU's. Citam-se as lutas no âmbito do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, Obra de Saneamento Integrado da Bacia do Igarapé Tucunduba, Projeto Portal, Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e Duplicação da Avenida Perimetral. Tais processos têm gerado práticas sociais em defesa das Bacias Hidrográficas por meio das “Frentes de Prejudicados” que se organizam em cada Bacia Hidrográfica, atualizando as formas de luta e reivindicação dos idos dos anos 1970 e 1980.

Palavras-chave: Lutas Sociais, Grandes Projetos Urbanos, Direito à Cidade.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta resulta de pesquisa mais ampla realizada com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) através da MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 e com apoio da UFPA por meio dos programas PIBIC e PIBEX. A pesquisa tem como objeto geral Analisar e demonstrar os processos de reconfiguração urbana e redefinição dos usos do solo reflexo dos programas de intervenção urbanística em Belém. No contexto da

¹ Doutora em Ciência Socioambiental pelo NAEA (2012), docente Associada III na Faculdade de Serviço Social (FASS) e coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Práticas sociais na Amazônia (LABPSAM).

² Discente cursando o 8º período na Faculdade de Serviço Social (FASS), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), e bolsista de extensão do Laboratório de Pesquisa e Práticas sociais na Amazônia (LABPSAM)/ICSA/UFPA.



pesquisa se verificou vários elementos determinantes e consequentes das intervenções urbanísticas em Belém e para efeito deste trabalho trataremos dos processos de resistência e lutas sociais resultantes dos impactos gerados na periferia urbana de Belém.

Diante do cenário brasileiro marcado pela intensificação da questão urbana, materializada principalmente pela segregação sócio espacial, econômica e cultural, tem-se, segundo Farage (2014), a emergência de movimentos sociais que lutam pelo Direito à Cidade e Reforma Urbana. Percebe-se, então, que a emergência dos movimentos sociais urbanos e outras formas de organização social vêm acompanhadas das “contradições urbanas”, advindas do processo de desenvolvimento predatório de acumulação capitalista que tem se instalado no espaço urbano e gerado as contradições entre quem produz a riqueza e quem se apropria dela.

Destaca-se que as reivindicações pelo Direito à Cidade no Brasil e em Belém possuem um histórico de lutas desde a década de 1970. Em Belém, segundo Cruz (2011) o final da década de 1970 é marcado por um formato de luta, cuja síntese histórica foi a criação da Comissão de Bairros de Belém (CBB) que conseguiu unificar as lutas de centros comunitários e associações de moradores de Belém por melhores condições de moradia. A partir de 1983 a 1985 tem-se o momento de transição democrática e uma discussão sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais. Já no final da década de 1980 surge uma nova forma de participação diante de um Estado Democrático com a Coordenadoria Municipal de Associações Comunitárias (COMAC) e a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FMCCAM), dividindo a direção política dos movimentos sociais urbanos, agora no âmbito da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Com as constantes mudanças no cenário sociopolítico, até o final da primeira metade da década de 1990, ocorreu o refluxo das manifestações nas ruas que davam visibilidade aos movimentos sociais populares nas cidades e o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como *fóris* e conselhos que estabeleceram a prática de encontros nacionais, gerando diagnósticos e planos de políticas públicas, segundo Gohn (2003).

Destaca-se em Belém o surgimento na década de 1990 do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), segundo Silva (2007), no contexto do planejamento urbano participativo, emergindo de um processo histórico e resultado de um processo de luta pela implantação da Reforma Urbana em nível nacional materializado com a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Diante disso, percebe-se que o perfil dos movimentos sociais mudou, pois a conjuntura política mudou (GOHN, 2003).

Na atualidade, na cidade de Belém percebe-se que a emergência de mobilizações, principalmente na periferia urbana, se dá em função de intervenções urbanísticas que se



arrastam ao longo do tempo, provocando diversos transtornos econômicos, sociais e culturais nos territórios impactos, como as intervenções que ocorrem nas Bacias Hidrográficas do Una, Tucunduba e a Estrada Nova, por quase um século, sem que se garanta acesso à vida urbana, como assevera Harvey (2009). Tais sujeitos, de forma organizada, denunciam cotidianamente as violações de direitos humanos em tais áreas.

Sendo assim, serão utilizados para a discussão teórica autores que discutem a temática 'Direito à Cidade', 'Grandes Projetos Urbanos' e 'Movimentos Sociais', como Harvey (2014), Gohn (2012), Cruz (2011), Portela (2005), Soares (2016) e Farage (2014), onde se pretende destacar a emergência de movimentos sociais em áreas de GPU's e que lutam pelo Direito à Cidade em Belém, como forma de resistência diante de um cenário marcadamente desigual e excludente, orientado pela lógica do capital.

2. AS LUTAS SOCIAIS E O DIREITO À CIDADE NO BRASIL E EM BELÉM DO PARÁ

Segundo Cruz (1994), a partir da década de 1970, grande parcela da população brasileira que morava nas periferias das cidades iniciou processos de reivindicação que desencadearam a emergência de várias formas de organização popular, cujo objetivo imediato, através de reivindicações precisas: creches, habitação, luz, esgoto e pavimentação, redundava em garantir a construção de um espaço mais democrático no cenário político daqueles anos.

Em Belém do Pará, o período de crise sobre o regime militar atingiu cada vez mais a economia do país, resultando em níveis bastante elevados de desemprego na capital paraense, com cerca de 175 mil pessoas vivendo de renda proveniente de atividades sem vínculo empregatício, isto é, no mercado informal. Na década de 1980, por exemplo, a população que morava nos bairros mais pobres de Belém possuía renda familiar que variava em média de três a seis salários mínimos, segundo dados do IBGE. Grande parte dessas pessoas, oriundas do interior do estado do Pará, à procura de melhores condições de vida, alojaram-se nas áreas de baixadas, sobrevivendo em condições de extrema miséria, sem muita esperança de um emprego razoável ou de retornar ao lugar de origem, vivendo de forma marginal do ponto de vista das estruturas urbanas, portanto quase sempre sem usufruir das políticas econômicas e sociais definidas pelo setor público e setor privado (CRUZ, 1994, p.80).

É diante desse cenário, segundo Cruz (1994), que emerge em Belém diversas formas organizativas para reivindicar o direito à cidade, com lutas específicas e espontâneas. Específicas por que as lutas aconteciam a partir das particularidades de cada rua, vila, passagem, localidade ou bairro. Eram espontâneas na medida em que os sujeitos



passaram a se organizar independente das estruturas hierarquizadas e burocratizadas, como partidos políticos e sindicatos.

A partir de Cruz (2011), verifica-se que nos bairros Condor, Cremação, Guamá e Jurunas, pelos idos dos anos 1970-1980, os moradores já se organizavam em associações e centros comunitários para fazer frente às adversidades referentes à condição da moradia. Destaca-se: O C.C. João XXIII no bairro da Condor; Ass. de moradores da cremação, C.C. de Coréia, C.C. Tambés-Tupinambás no bairro da cremação; Ass. de moradores F. Lima (O Gringo), Ass. dos moradores 25 de junho, Ass. de moradores José Piau, Ass. de moradores Sebastião Mearim, Ass. de moradores pass. Jambu, C.C. S. expedito, C.C. nossa união faz a força, C. cultural Stélio Maroja, núcleo social do Caraparu do C.C. do Guamá, núcleo social monte Serrat, N. S. 14 de abril do C.C. do Guamá e N. S. 20 de fevereiro do C.C. do Guamá, no bairro do Guamá; C.C. Helena Dias, C.C. Honório J. dos santos, C.C. Monte Alegre, C.C. Paulo Roberto, C.C. do bairro do jurunas, C.C. Jacó, C.C. limoeiro, C.C. Bom Jardim, C.C. União, C.C. Monte Alegre III e Associação da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR), no bairro do Jurunas.

Destaca-se que no final da década de 1970 há o surgimento de um formato de luta articulador e aglutinador em Belém com a criação da Comissão de Bairros de Belém (CBB) que conseguiu unificar as lutas da maioria dos centros comunitários e associações de moradores da cidade. A CBB é criada em 1979, como entidade articuladora dos movimentos de bairros da capital e de algumas cidades localizadas na Região Metropolitana de Belém em busca de unificar as pautas de luta. Nesse momento “os movimentos sociais urbanos adquirem grande expressão, implicando efetivamente em uma organização articulada, rompendo a lógica bairrista predominante até então” (ALVES; SÁ, 2011, p.262).

Para Cruz (2011), a CBB possuía maior inserção, nessa época, nos bairros onde as contradições sociais e os conflitos se mostravam com maior evidência, permitindo maior incidência de organizações que iam surgindo à medida que os conflitos se agravavam cada vez mais. A luta dirigida pela CBB obteve algumas vitórias. É o caso das famílias que conseguiram permanecer nos terrenos ocupados nos bairros da Pedreira (contra a família Santos Moreira), na Terra Firme (terras da UFPA), no Jurunas (área da Radional), bairro da Sacramento (contra a família Ferro Costa, Aeronáutica e Prefeitura) e ainda as conquistas das terras do Aurá no Benguí e Pratinha, a partir das quais se originam três bairros novos, constituídos pela população vinda basicamente do campo e das expulsões ocorridas em vários bairros mais centrais de Belém (CRUZ, 2011, p.205-210).

Destaca-se que no final da década de 1980 emergiu na bacia do Tucunduba o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), com o



propósito de aglutinar, dirigir e representar as principais reivindicações dos ocupantes dos terrenos do entorno do Igarapé Tucunduba (ALVES; SÁ, 2011, p.264-265).

Na nova conjuntura, final da década de 1980, tem-se uma nova forma de participação diante de um Estado Democrático com criação da Coordenadoria Municipal de Associações Comunitárias (COMAC) e a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FMCCAM), que não possuíam o caráter aglutinador de lutas como ocorria na década anterior. Destaca Cruz (2011), que:

Se nos anos anteriores (pós-1964) o Estado se valia de medidas repressivas para tentar conter o avanço organizativo da população dos bairros de Belém, nos anos 1980, o governo, sob o discurso da democratização e participação, passa a ter na 'negociação', no 'pacto' e no 'construir juntos' uma nova forma de se relacionar com o movimento social em Belém (CRUZ, 2011, p.222).

Esse novo momento vivenciado pelo Brasil foi marcado pela crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de ter sido reconquistado o direito de eleger os prefeitos, governadores e presidente da república seria a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social (CARVALHO, 2013, p.7-8). Em Belém, o Estado passou a orientar seus representantes a realizar reuniões nos bairros e a contar com a participação de alguns moradores nas decisões tomadas, tentando ainda se utilizar das organizações de bairros para viabilizar suas políticas e com isso enfraquecer a luta social nos bairros de Belém (CRUZ, 2011, p.224). Percebe-se então que o discurso de "participação" advindo dos representantes da esfera municipal e estadual, não tinha o caráter de unificar as lutas, mas pelo contrário, individualiza-las. É nesse sentido que Gohn (1991) ressalta que os movimentos sociais do final da década de 1980 possuíam o apoio do Estado democrático, que nesse momento tinha deixado de ser o inimigo dos movimentos sociais. Ressalta-se que em nível nacional tem-se a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), considerado o primeiro movimento em âmbito nacional que luta pela reforma urbana e direito à cidade (FARAGE, 2014, p.252). Os componentes do Fórum eram dentre outros, os intitulados quatro grandes movimentos sociais urbanos da contemporaneidade, que são a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP). Além desses movimentos o FNRU agrega organizações não governamentais, organizações de pesquisa ligadas a universidade, sindicatos e conselhos (FARAGE, 2014).

É interessante observar que na década de 1990, com a mudança radical no cenário sociopolítico, ocorreu o refluxo das manifestações nas ruas que davam visibilidade aos



movimentos sociais populares nas cidades e o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como Fóruns, que estabeleceram a prática de encontros nacionais gerando diagnósticos das expressões da questão social e os objetivos estratégicos para solucioná-los, segundo Gohn (2003). Destaca-se em Belém o surgimento na década de 1990 do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU) como resultado da insatisfação dos sujeitos sociais excluídos que reclamam por melhores condições de vida no espaço urbano, o fórum mobilizava para definir as estratégias de lutas para a participação na elaboração do Plano Diretor em Belém do Pará e do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. O fórum emergiu de um processo histórico e resultado de um processo de luta pela implantação da Reforma Urbana em nível Nacional expresso com a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). (SILVA, 2007, p.32-35).

Já nos anos 2000, segundo Gohn (2003), emergiu um novo perfil de movimentos sociais, distintos das décadas anteriores, pois, atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais. Tais sujeitos foram vítimas da conjuntura, pois as políticas neoliberais contribuíram com o enfraquecimento e desorganização dos setores que estavam organizados. Isto não significa que os movimentos sociais tenham desaparecido, pelo contrário, segundo a autora supracitada, os movimentos sociais na atualidade mudaram a sua natureza, pois a conjuntura política, social e econômica do país mudou.

Esta breve contextualização dos movimentos sociais urbanos no Brasil e em Belém reflete a mudança do perfil dos formatos organizativos e, principalmente, a importância histórica dos movimentos, pois eles são “[...] o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte” (GOHN, 2011, P.336). Diante disso, apresentaremos que na conjuntura atual a luta social em Belém continua redefinindo suas estratégias em busca do acesso à vida urbana, com qualidade e participação, seja por meio de manifestações de rua, seja por meio das instâncias institucionais dos três poderes político-administrativo, como veremos na próxima seção.

3. AS LUTAS SOCIAIS EM ÁREAS DE GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM DO PARÁ

Em Belém do Pará, destaca-se no atual contexto a emergência de movimentos sociais urbanos nas bacias hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, por serem áreas que tiveram e ainda têm a sua fisionomia reconfigurada por projetos de intervenção urbanística como o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), o Projeto Orla, a Obra de Saneamento Integrado do Igarapé Tucunduba e o Projeto de Duplicação da Avenida



Perimetral, que por sua dimensão em relação ao financiamento, cobertura e impactos devem ser considerados Grandes Projetos Urbanos, segundo Cruz (2012).

Observa-se que a lógica dos grandes projetos econômicos se tem irradiado para o conjunto das metrópoles amazônicas, que são reestruturadas com grandes projetos urbanos, fundados nos investimentos em infraestrutura, passando a agregar maior valor econômico ao território. A fisionomia dessas cidades é, portanto, reconfigurada para torná-las atrativas para novas relações socioeconômicas e culturais. A lógica prevalente é a do modelo de planejamento estratégico, que está assentado em conceitos e técnicas do planejamento empresarial.

Importante ressaltar, entretanto, que a lógica dos GPU's é impregnada de paradoxos, pois, ao vislumbrarem a instalação de infraestrutura urbana nas grandes metrópoles, não conseguem colocar na pauta as questões sociais inerentes às cidades produzidas segundo o modelo capitalista de produção, em que a cidade se torna lugar de disputas, de conflitos, de lucro, de mercantilização, de desigualdade e segregação social, com índices altíssimos de exclusão social. E, que nesse campo da exclusão, da desigualdade e da segregação, as relações de forças antagônicas encontram-se permanentemente em confronto.

No caso de Belém, as intervenções urbanísticas suscitaram diferentes tipos de conflitos uma vez que as ações urbanísticas não consideraram que nas áreas circunscritas aos projetos e programas implantados pela esfera governamental nas três bacias hidrográficas iriam afetar 35 bairros, onde residem aproximadamente um milhão de pessoas, com demandas e necessidades diferenciadas, com uma diversidade de interesses, especialmente envolvendo as condições de moradia, trabalho e dinâmica cultural.

Nesse sentido, os moradores afetados diretamente se organizaram e buscaram o apoio de outras formas de organização social que lutam pelo Direito à Cidade em Belém e, ainda, o apoio técnico do Programa de apoio à Reforma Urbana do curso de Serviço Social da UFPA que realiza ações de extensão que visam o fortalecimento das lutas sociais urbanas. Desse modo, assinala-se que as "Frentes de Prejudicados" emergentes nas bacias hidrográficas decorrem desse contexto e caracterizam os movimentos sociais urbanos nos dias atuais. Tais sujeitos estão organizados, como mostra o quadro a seguir.

Quadro I- Natureza, reivindicações, composição e instrumentos de luta dos movimentos sociais urbanos emergentes nas bacias hidrográficas do Una e Tucunduba, em Belém do Pará.

Movimento Social	Natureza	Reivindicações	Composição	Instrumentos de luta
Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una	Surgiu em 2013, espontaneamente, em decorrência	Tramitação da ação civil pública ambiental no	Moradores da bacia do una.	Denúncia, apoio de entidades que atendem os



(FMPBU)	dos prejuízos materiais e morais causados pela conclusão e não manutenção do projeto una.	ministério público.		direitos humanos, blog e panfletagem.
Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP)	Surgiu em 2015, espontaneamente, em decorrência dos prejuízos causados pela obra de duplicação da Avenida Perimetral.	Regularização fundiária e indenização pelos prejuízos causados nas moradias pela obra de duplicação da Avenida Perimetral.	Moradores da Avenida Perimetral	Reuniões com os responsáveis pela obra e protestos.
Frente dos Prejudicados do Tucunduba	Surgiu em fevereiro de 2017 em decorrência dos impactos causados pela obra de Saneamento Integrado na Bacia do Tucunduba.	Fim dos alagamentos, moradia digna e infraestrutura urbana.	Moradores dos bairros do Guamá, Terra Firme, Baixada do Marco e Canudos.	Audiências Públicas, Assembleias, manifestações e reuniões.

Fonte: Dados do Projeto Atualização da Leitura Acadêmica acerca de Movimentos Sociais Urbanos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém, 2016-2017.

A Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), apesar de surgir em 2013, vem denunciando desde 2008 a problemática dos alagamentos na bacia do Una, que corresponde a 60% do sítio urbano de Belém. As denúncias da Frente mostram que os alagamentos em Belém não derivam apenas de um fenômeno natural, a chuva, como apresentam os jornais. Mas sim da falta de manutenção do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Este projeto urbanizou as baixadas da Bacia do Una, introduzindo mudanças significativas na paisagem e nos modos de vida da população. No entanto, a ausência de serviços básicos na referida Bacia é constante, principalmente com a conclusão do Projeto em 2005, mesmo os equipamentos terem sido adquiridos e entregues para a gestão municipal realizar ações de manutenção, evitando, principalmente, o entupimento e assoreamento dos canais drenados, bem como a ausência de uma política integrada com outros aspectos do saneamento como a questão do resíduo sólido e da educação ambiental. Destaca-se que o aumento da vulnerabilidade dos moradores da Bacia do Una a inundações após o Projeto Una está relacionado a um conjunto de fatores como, de acordo com Soares (2015): 1) Exclusão deliberada de determinadas regiões do conjunto de obras do projeto; 2) Falta de prosseguimento de obras complementares em outras áreas; 3) Falta de manutenção do sistema de macrodrenagem implantado pelo Projeto Una.



A denúncia da FMPBU se deu através de uma ação civil pública ambiental, que ainda está tramitando no ministério público, desde 2008. Enquanto isso, a Frente busca apoio nas entidades que defendem os direitos humanos como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese Metropolitana de Belém, as Comunidades Eclesiais de Base Arquidiocesanas de Belém e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além dessas entidades, o movimento busca apoio no âmbito acadêmico, estabelecendo parceria com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e o Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM) e com outros movimentos, como o Comitê Popular Urbano (CPU). Além disso, a frente faz panfletagem para expor a problemática para a sociedade que sofre com alagamentos e possui um blog, com o intuito de dar visibilidade a problemática.

Já a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP) surgiu em 2015, momento em que estava ocorrendo o Projeto de Duplicação da Avenida Perimetral. Este movimento surgiu para contestar a lógica do projeto, pois na medida em que a obra avançava, as condições de moradia eram prejudicadas. Destaca-se que os moradores tiveram muitos prejuízos materiais, como o rebaixamento das casas e alagamentos. Além disso, não houve, para a maioria dos moradores, o pagamento de indenização ou cheque-moradia como forma de garantir as famílias, moradia digna. Nesse sentido, alguns moradores da Avenida Perimetral passaram a denunciar os impactos da obra junto ao poder público, principalmente na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e na Defensoria Pública Estadual. Além disso, buscaram esclarecimentos junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP). Ademais, o movimento buscou apoio ao Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), que prestaram assessoria, e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional na Amazônia (FASE).

A Frente dos Prejudicados do Tucunduba surgiu em 2017 para denunciar o fim dos alagamentos, moradia digna e infraestrutura urbana na Bacia do Tucunduba. Destaca-se que o movimento questiona os impactos pelo Projeto de Saneamento Integrado do Igarapé Tucunduba, que teve início em 1993, com o financiamento do programa INFRA-MARCO. Ressalta-se que a obra teve continuidade em 1996, com o financiamento do projeto HABITAR BRASIL e, de 2000 a 2004, a prefeitura apresentou o projeto Saneamento Integrado do Igarapé Tucunduba por meio do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) Riacho Doce e Pantanal, que articulou as ações de saneamento com ações sociais.

De 2004 a 2008, o projeto ficou paralisado e somente foi retomado após a visita em Belém da missão da Organização das Nações Unidas (ONU) por moradia digna. Em 2006 a



Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB) apresentou o programa de macrodrenagem do Tucunduba aprovando seu financiamento através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em janeiro de 2016, a comissão esteve presente na base do Serviço Social da empresa Centro Educacional de Tecnologia Social da Amazônia (CETEC) para dar continuidade à obra em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), porém não ocorreu por parte dos responsáveis pela obra, interesse na participação da população. Sendo assim, o movimento em decorrência dos impactos gerados pela obra, vem denunciando, dentre várias expressões da questão social: 1) As unidades habitacionais planejadas para reassentar as famílias remanejadas durante todo o período de intervenção não são concluídas; 2) Avenida Celso Malcher no trecho da Rua Santa Helena à área do antigo Curtume está totalmente intrafegável, tanto para veículos quanto para pedestres, inviabilizando a vida da população.

Além das Frentes de Prejudicados apresentados, em Belém existem outros movimentos sociais que estão resistindo à lógica dos grandes projetos urbanos. O Comitê Popular Urbano (CPU) surgiu em 2014, a partir da necessidade de aglutinar as lutas em Belém pela Reforma Urbana e Direito à Cidade. Acentua-se que o movimento possui uma luta mais ampla em relação à outros movimentos sociais urbanos, pois gira em torno do Direito à Cidade e Reforma Urbana em Belém. Além disso, o movimento engloba as reivindicações de outros movimentos sociais urbanos como a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU).

A Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) surgiu em decorrência do Projeto Orla, que em conjunto com o Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), compõe o Portal da Amazônia. A AMPPA denuncia a não construção das unidades habitacionais planejadas para reassentar as famílias remanejadas durante todo o período de intervenção. Ressalta-se que o movimento realiza audiências públicas e reuniões com os moradores prejudicados e com os responsáveis pela obra. Destaca-se que com a intervenção urbanística, surgiram seis impactos, mapeados durante a Oficina de Conflitos Socioambientais pelo LABPSAM/PARU/FASE, em 2015: 1) Valor do Auxílio Moradia; 2) Demolição das moradias (60% das vilas da área); 3) Perda dos comércios; 4) Quantitativo de famílias atingidas negativamente (344); 5) A retirada do posto de saúde; 6) Aumento da violência.

A Frente em Defesa das Bacias de Belém (FBB) surgiu em 2017 com o intuito de aglutinar as lutas de movimentos sociais que estão emergindo nas Bacias Hidrográficas de Belém. Dentre as reivindicações da FBB, tem-se o fim dos alagamentos em Belém e a entrega de unidades habitacionais planejadas para reassentar as famílias remanejadas



durante todo o período de intervenção no Tucunduba e Estrada Nova. Os membros da Frente são moradores e lideranças das Bacias Hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, bem como outros sujeitos de outras Bacias Hidrográficas. Destaca-se que a proposta de criação da Frente se deu como alternativa coletiva e de resistência à lógica do projeto neoliberal, que intensifica à lógica individualista.

Percebe-se então que esse cenário de lutas sociais, principalmente em Belém, representa a resistência histórica dos sujeitos sociais diante de um cenário desigual, marcado pelas agudização das contradições geradas pelo modelo de urbanização e pelo tipo de planejamento urbano, adotados no Brasil e nas cidades amazônicas, reproduzindo a lógica excludente e segregadora, próprias das sociedades capitalistas que cada vez mais tornam as cidades lugar de mercantilização da vida, que para o movimento passe livre (2013) se constituem em “cidades da catraca”, onde o dinheiro é o grande elemento de determinação da mobilidade, da moradia, do lazer etc.

4. CONCLUSÃO

A partir da breve apresentação dos movimentos sociais que lutam pelo Direito à Cidade em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém, destaca-se a mudança histórica do fenômeno, por conta da mudança conjuntural. Sendo assim, ressalta-se a existência de resistência por parte dos sujeitos sociais em torno da luta do Direito à Cidade e Reforma Urbana no Brasil e em Belém.

Além disso, é perceptível que as lutas sociais na atualidade não emergem a partir das reivindicações específicas e espontâneas, como ocorreu com as associações de moradores e centros comunitários das décadas de 1970 e 1980 e que mobilizavam números expressivos de manifestações nas ruas de Belém. Atualmente há uma predominância de organizações populares em torno dos projetos de intervenção urbanísticas, os GPU's, tendo a Bacia Hidrográfica como elemento unificador das lutas sociais e se utilizam de formatos e denominações que visam tornar visível a vida nas áreas circunscritas aos GPU's. São frentes, comitês, comissão etc. Ademais, na atual conjuntura os movimentos sociais urbanos possuem como desafio a organização da população para reivindicar por direitos humanos básicos, pois, o individualismo e os valores conservadores decorrente do processo de intensificação do neoliberalismo torna-se cada vez mais parte do cotidiano da população, impedindo assim que os sujeitos se vejam como coletividade.

Outro aspecto que atualiza os movimentos sociais urbanos em Belém são as estratégias de mobilização e enfrentamento, utilizando-se das redes sociais para mobilizar os integrantes dos movimentos e sua base social e também elegendo como interlocutor mediador das negociações os órgãos de justiça como Ministério Público Estadual e Federal,



instâncias de pactos internacionais de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil etc. Soma-se a isso a interlocução com a Universidade Federal do Pará, como sujeito produtor de conhecimento e que contribui com elaboração de diagnósticos, documentos oficiais, relatórios e acompanhamento nas audiências com os órgãos do poder executivo. Tais, estratégias têm evidenciado a contradição presente no planejamento urbano, questionado o tipo de intervenção, sem a participação da população e tensionando para que os representantes do Estado em nível local recuem em muitas de suas medidas verticalizadas.

Percebe-se, contudo que em áreas de grandes projetos urbanos em Belém os movimentos sociais urbanos ainda possuem dificuldades na aglutinação das lutas seja pelos prejuízos causados por projetos de intervenção urbanística ou outras reivindicações como transporte, saneamento e regularização fundiária. Somente a bacia do Una abrange vinte (20) bairros da cidade e percebe-se a dificuldade de organização da população prejudicada pelo problema do alagamento e outras reivindicações. No entanto, ressalta-se que o cenário de lutas em Belém demonstra a resistência por parte de tais sujeitos ao atual cenário de violação de direitos humanos.

Outro fator, relacionado às condições objetivas dos sujeitos que vivem em áreas que estão sofrendo intervenção urbanística, é a impossibilidade de permanecer no local de moradia, ou a chamada insegurança da posse, como apresenta Rolnik (2015). Para a autora, vivencia-se um processo de radicalização da transformação da cidade em empresa. Não importa se o local é Belém, Rio de Janeiro ou Dubai “falamos a mesma língua, estamos pisando no mesmo chão, abstrato, abstraído - e subtraído - do território vivido por quem estava ali” (ROLNIK, 2015).

É importante ressaltar, por fim que ao mesmo passo que os Grandes Projetos Urbanos “passam”, trazendo desenvolvimento econômico para a cidade, também destroem modos de vida e formas de trabalho de diversos sujeitos. Nesse sentido percebe-se que o Direito à Cidade tem sido modelado de acordo com os desejos de uma minoria, de acordo com Harvey (2009). Porém, é através das práticas diárias dos sujeitos que é possível mudar o modelo de cidade que existe, transformando-a em uma cidade de acordo com os desejos da coletividade. Sendo assim, os segmentos sociais organizados, que resistem e denunciam as violações de direitos humanos em tais áreas, estão buscando (re) construir essa cidade, pois, como ressalta Harvey (2009), se o mundo urbano que existe foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito, isto é, o espaço urbano que existe pode ser transformado através da organização dos sujeitos.

REFERÊNCIAS



ALVES, Edvânia Santos; SÁ, Maria Elvira Rocha de. O legado dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia na bacia do Tucunduba em Belém/PA. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades**. Belém: ICSA/ UFPA, 2011. 245-281

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2013. P. 7-13

COSTA, Alexandre. O surgimento do Comitê Popular Urbano (CPU). Disponível em: <http://frentebaciadouna.blogspot.com.br/>. Acessado em: 22 de fev. 2017.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. Lutas Sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades**. Belém: ICSA/ UFPA, 2011. P.187-243

_____. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. 317f. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do serviço social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. P.245-262

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (org.). **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. P. 19-36

_____. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Movimentos sociais na atualidade. In: _____. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: vozes, 2003. P.11-88

_____. Questões teóricas. In: _____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333- 512, maio-ago. 2011.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos**, NAEA, Belém, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade revolução urbana**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. P.47-61

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013



ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. In: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. P. 141-253

SILVA, Ellen Fernandes da. **Fórum Metropolitano de Reforma Urbana**: uma trajetória de lutas no espaço urbano de Belém do Pará. 2007. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. P. 32-58

SOARES, Pedro P. de M. A. **Memória ambiental na Bacia do Una**: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). 2016. 278f. Tese (doutorado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

**GT 03 – Colonialidade e Grandes Obras de Infra-estrutura: Hidrelétricas, Portos, Hidrovias, Rodovias e Ferrovias.****GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS E MERCANTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE CONFLITOS PELO USO DO SOLO EM BELÉM (PA) E BARCARENA (PA)**

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)¹
nadiasfialho@gmail.com
Pedro Paulo Araújo Soares (UFPA)²
pedropaulo.soares@yahoo.com.br
Ana Caroline dos Santos Ferreira (UFPA)³
1904carolineferreira@gmail.com
Taynah de Nazaré Argolo Marinho (UFPA)⁴
taynah.a.marinho@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como questão central a análise de conflitos socioterritoriais emergentes na Amazônia a partir de sua integração à dinâmica da acumulação capitalista e sua consolidação enquanto fronteira econômica. O presente trabalho partiu de duas pesquisas vinculadas ao Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM) sobre os conflitos socioterritoriais em Belém e Barcarena no período de 2014 à 2016, buscando analisar comparativamente seus resultados. Adotou-se o materialismo histórico e dialético inspirado em Karl Marx e Friedrich Engels como suporte teórico e metodológico de apreensão do real e suas contradições, capaz de revelar o que está além das aparências de um grande projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Utilizou-se como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa. O trabalho evidenciou como principais resultados o processo de mercantilização na Amazônia tendo como consequências os efeitos socioterritoriais vivenciados pela população local, com implicações na insegurança da posse, configurando a violação dos direitos sociais com a invisibilidade das populações locais de Belém e Barcarena.

Palavras-chave: Território, Grandes Projetos, Conflitos.

1. INTRODUÇÃO

¹ Doutora em Serviço Social, Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), integrante do Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais da Amazônia (LABPSAM) e do Grupo de Estudo Sociedade Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA).

² Doutor em Antropologia Social, Bolsista PNPd, Docente Visitante da Universidade Federal do Pará (UFPA) integrante do Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM).

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais da Amazônia (LABPSAM) e do Grupo de Estudo Sociedade Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA).

⁴ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM).



Com a integração da Amazônia às dinâmicas da acumulação capitalista mundial e sua consolidação enquanto fronteira econômica, os conflitos relacionados ao uso do solo se tornaram recorrentes não apenas no campo, mas também nas cidades grandes e médias da região. Dentro desta perspectiva, este artigo objetiva discutir de forma articulada e comparativa os resultados de duas pesquisas vinculadas ao Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM) sobre os conflitos socioterritoriais frente o processo de mercantilização do território.

Ressaltamos como universo de estudo deste artigo as cidades de Belém e Barcarena no estado do Pará, destacando dois grandes projetos econômicos instalados nos dois municípios: o Portal da Amazônia e o Projeto Caulim respectivamente. As análises bibliográficas e documentais evidenciam estratégias semelhantes quanto ao *modus operandi* do qual se valem os grandes empreendimentos para a incorporação dos territórios. Tais estratégias passam pela dinâmica da financeirização da economia com adesão do Estado que atua, de um lado, por meio das políticas de (re)ordenamento territorial, criando a infraestrutura necessária para abastecer os grandes projetos, potencializando a obtenção de lucros e, do outro, com a criação de bases normativas jurídicas e extrajurídicas para legitimar tal processo.

Este processo não ocorre sem conflitos e tensões, colocando em risco os direitos territoriais, políticos, econômicos e culturais já conquistados uma vez que a expansão acelerada dos grandes projetos na região exige, entre outras medidas, a flexibilização da legislação ambiental, a remoção de famílias e a não efetivação de políticas públicas que prejudiquem os interesses dos grandes empreendimentos instalados na região.

A operacionalização da pesquisa no plano empírico reuniu informações a partir de fontes de dados secundários disponíveis nos órgãos públicos da esfera Federal, Estadual e Municipal, a exemplo de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e do Relatório Antropológico do Ministério Público Estadual. Também foram consultados documentos e Relatórios da Pesquisa de IC e Relatórios Institucionais dos Programas de Extensão, como os relatórios e transcrição de audiências públicas, seminários e reuniões com lideranças comunitárias nas áreas em estudo. Alguns desses documentos foram produzidos pelos próprios autores deste trabalho e outros estavam disponíveis no LABPSAM, no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/UFGA), no Programa de Mapeamento Social das Populações Tradicionais, na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional na Amazônia (FASE), assim como no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Esses dados foram selecionados e analisados, comparando diferentes aspectos de um mesmo fenômeno.



2. OS EFEITOS SOCIOTERRITORIAIS DE GRANDES PROJETOS EM BELÉM E BARCARENA NO PARÁ

A Amazônia carrega cicatrizes históricas e profundas de um processo degradante de subordinação aos ditames do grande capital, que no marco da contemporaneidade são vislumbrados pela agudização das múltiplas expressões da Questão Social, na medida em que, “[...]quando o capital penetra na Amazônia subverte a lógica da vida social, ao transformar a terra em mercadoria e retirar do homem as condições materiais de (re)produção de sua existência” (SÁ; FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 202).

A integração da Amazônia ao circuito da economia capitalista teve como principal estratégia à consolidação dos chamados grandes projetos, que vão desde aqueles de industrialização extrativa mineral (Projeto Grande Carajás), como os de caráter infraestrutural, cujo maior exemplo, além das rodovias, é o da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, projetada para cobrir o déficit da produção de energia elétrica demandada pelas regiões sul e sudeste brasileiro e atender a demanda do projeto Albrás/Alunorte, localizado no município paraense de Barcarena (LEAL, 2016).

Esse cenário marca a entrada da região no circuito da economia capitalista como entreposto estratégico de matérias primas, necessárias para abastecer a produção industrial, sobretudo de países cêntricos como os Estados Unidos, que passaram a se instalar na região modificando-a em favor da racionalização do capital e seus mercados (OLIVEIRA, 2005).

Dessa forma, a Amazônia passou a experimentar as modificações mais elementares na sua constituição territorial, com a abertura de suas fronteiras à dominação e exploração por projetos de desenvolvimento e proteção nacional. É diante deste cenário que o capital passa a exercer de forma mais acentuada o domínio político e ideológico sobre o território brasileiro, submetendo-o ao cumprimento de um papel fundamental dentro da hierarquia da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual cabe ao país a tarefa de fornecer a força de trabalho e os meios de produção (recursos naturais) da Amazônia aos países considerados centros da economia.

No rastro destes grandes projetos o que prevaleceu foi à ocupação do território por grandes empresas nacionais e multinacionais e, sobretudo, a migração de contingentes de desempregados de diferentes regiões do país, dado, por exemplo, os impactos da seca na região Nordeste, e deslocamentos internos do campo para a cidade, movimentos provocados pela busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Este movimento migratório vai causar, de forma abrupta, o adensamento dos núcleos urbanos



desprovidos de serviços e equipamentos coletivos para atender necessidades básicas, de educação, saúde, saneamento, habitação e trabalho para os que neles habitam (LOUREIRO, 2014).

Nesse processo, o Estado assume um papel essencial no que tange o avanço do capital sobre a região consolidando uma política de urbanização, tendo em vista fornecer um sistema logístico infraestrutural para a consolidação do capital no território, na produção de infraestrutura como rodovias, hidrelétricas, portos, equipamentos, e serviço coletivos, além de incentivar a implantação de projetos urbanísticos com efeitos significativos sobre o mercado imobiliário. O resultado é a mercantilização do território, imprimindo novas dinâmicas entre capital e trabalho que se apropriam dos espaços de pertencimento e desarticulam os modos de vida da população que vive e usufrui destes territórios.

No estado do Pará, os municípios de Belém e Barcarena vivenciam estes processos de mercantilização de seus territórios a partir das novas estratégias de reprodução do capital materializadas de um lado pela intervenção pública municipal com o projeto Portal da Amazônia, e do outro, pelos interesses privados de grandes empreendimentos de extração dos recursos minerais com o Projeto Caulim representado pela empresa Imerys.

Seja de caráter público ou privado, tais intervenções vêm afetando diretamente o modo de vida das populações locais, uma vez que as ações empreendidas por esses agentes hegemônicos em consonância com o domínio do Estado, criam as estruturas jurídicas e ideológicas dentro de uma lógica de “desenvolvimento” econômico, que passa a determinar as novas dinâmicas e regras do uso do solo.

Dessa forma, o uso do território é condicionado pelas estruturas do poder estatal e dos agentes do mercado que exprimem um poder de mando e controle sob áreas propícias aos investimentos capitalistas, excluindo aqueles sujeitos que usam a terra para sua subsistência. Nesse contexto, as necessidades básicas e os direitos sociais das populações locais ficam em segundo plano, a exemplo do direito ao saneamento básico e ambiental, à saúde pública e, sobretudo, o direito à moradia.

De acordo com Rolnik (2015, p. 143), a expansão do capitalismo submete as populações locais à insegurança da posse sobre a moradia, uma vez que “[...] as terras estão sendo transferidas para a agricultura, mineração, turismo, pesca, e incorporação imobiliária”. Nesse sentido, a autora argumenta que:

Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm uma enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra



urbanizada para os moradores de menor renda. É no interior desta trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão na cidade (2015, p. 151-152).

Ao mercantilizar os territórios, o capital determina o lugar das classes dentro das cidades ao reproduzir a segregação socioespacial, que se manifesta de diversas formas e podem ser vislumbradas pelas ações de remanejamento, reassentamento, remoções, deslocamento compulsório entre outras. Assim, os territórios passam a ser objeto de conflitos entre sujeitos divergentes que procuram apropriar-se a partir de necessidades e desejos antagônicos.

No intuito de compreender tal processo e seus efeitos em nível regional no recorte geográfico da pesquisa, identificou-se diversos efeitos sobre a dinâmica local com a instalação de projetos de caráter socioeconômico, seja de cunho urbanístico ou industrial, como é o caso do Projeto Orla, em Belém ou o Projeto Caulim, em Barcarena. O quadro 01 revela que em nome do desenvolvimento regional e nacional, esses projetos produzem efeitos que podem ser considerados segregadores no território amazônico, conforme se pode observar a seguir:



Quadro 01: Parâmetros de comparação dos conflitos e efeitos socioterritoriais causados por grandes empreendimentos em Belém e Barcarena (PA)

LOCALIZAÇÃO	SUJEITOS ENVOLVIDOS	EFETOS SOCIOTERRITORIAIS	AÇÕES DE RESISTÊNCIA
BELÉM	<p>Moradores da Bacia da Estrada Nova;</p> <p>Grande Projeto Urbano Projeto Orla (empreendimento público e privado);</p> <p>Poder público representado pela Prefeitura Municipal de Belém e Ministério Público do Estado.</p>	<p>Remanejamento e reassentamento de famílias em função das obras;</p> <p>Aterramento do Rio Guamá;</p> <p>Exposição das famílias ao colocá-las em auxílio-aluguel;</p> <p>Obstrução das estratégias de moradia e trabalho na orla por meio de ações de remoção da população local;</p> <p>Aumento do custo de vida pela especulação imobiliária local; Insegurança da posse.</p>	<p>A criação da Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA);</p> <p>Articulação com o Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito;</p> <p>Articulação com a UFPA por meio do PARU;</p> <p>Apoio jurídico com a OAB-PA;</p> <p>Denúncia ao Ministério Público Estadual com o dossiê;</p> <p>Integração do Movimento à Frente em Defesa das Bacias Hidrográficas de Belém (FBB).</p>
LOCALIZAÇÃO	SUJEITOS ENVOLVIDOS	EFETOS SOCIOTERRITORIAIS	AÇÕES DE RESISTÊNCIA



<p>BARCARENA</p>	<p>Moradores das comunidades: Curuperé, Nova Canaã, Maricá, Distrito Industrial;</p> <p>Empresa multinacional Imerys (empreendimento privado);</p> <p>Poder Público representado pela Prefeitura Municipal de Barcarena e Ministério Público Estadual.</p>	<p>Deslocamento compulsório, perda das áreas produtivas, e a obstrução das atividades da pesca das comunidades;</p> <p>Acidentes socioambientais com a contaminação dos rios causados pelas atividades minero-metalúrgicas da Imerys;</p> <p>Insegurança da posse.</p>	<p>Criação do movimento Barcarena Livre (MBL);</p> <p>Articulação com a UFPA por meio do Programa de Extensão Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais;</p> <p>O MLB passou a participar do planejamento do Plano Plurianual (PPA) de Barcarena e o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Barcarena;</p> <p>Ato de reivindicação e denúncia Contra exposição “Imerys na Comunidade”</p>
------------------	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores (2017).



As experiências de pesquisas desenvolvidas no âmbito do LABPSAM que constituíram aqui o parâmetro de comparação, constatam que o avanço do capitalismo nos municípios exprime uma face contraditória e conflitante quanto ao uso do território, cujas populações locais que tradicionalmente instituíram uma dinâmica e formação sociocultural centradas no uso do território como reprodução social, são excluídas do acesso ao solo.

Nestes municípios, os efeitos socioterritoriais resultantes da mercantilização dos territórios, também reforçam os efeitos segregativos e ocorrem em duas frentes. Em Belém, é possível vislumbrá-los diretamente com as ações de remanejamento, onde as famílias são retiradas para que o projeto seja instalado na área para em seguida serem reassentadas em outros lugares distantes do de origem⁵, e também são expressos indiretamente com o aumento do custo de vida, decorrente da especulação imobiliária da área reconfigurada, na qual as famílias que se encontram em auxílio aluguel⁶ vivenciam a insegurança da posse (CRUZ, 2012).

Já em Barcarena, os efeitos da segregação socioterritorial são evidenciados de forma direta e indireta. Diretamente quando a empresa, para expandir sua produção e explorar novas áreas, necessita deslocar compulsoriamente as comunidades para outras áreas distantes, fixando-se no território. Indiretamente quando suas atividades provocam os acidentes socioambientais, tais como o rompimento de bacias e vazamento de caulim, que provocam a obstrução das condições de pesca, agricultura familiar e da sobrevivência em geral (FIALHO NASCIMENTO, 2006; HAZEU 2015).

É importante sinalizar que os efeitos indiretos – os “acidentes” socioambientais – são mais convenientes, do ponto de vista econômico, para a empresa, pois esta não precisa indenizar as famílias em função do seu deslocamento compulsório. Os habitantes locais acabam sendo obrigados a migrar para outros territórios devido aos impactos negativos em suas condições de vida sem que a empresa seja responsabilizada. A segregação é um elemento pensado e gestado dentro da dinâmica do modo capitalista de organizar e planejar o uso do território (BARCARENA LIVRE, 2016). Em outras palavras, os projetos

⁵ Como é o caso do Residencial Antônio Vinagre, localizado na Avenida Almirante Barroso, no bairro do Marco, que fica distante 10 km da bacia da estrada nova. “O residencial Antônio Cabano foi construído durante a gestão municipal do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, com objetivo de atender às famílias atingidas pelo projeto de infraestrutura viária da Avenida João Paulo II, mas, que na gestão do prefeito Ducimar Costa ficou abandonado e somente foi retomado em 2011, a partir da nova equação que teria que resolver a situação dos moradores da BHEN que estão no auxílio-aluguel desde 2009” (CRUZ, 2012, p. 198).

⁶ O auxílio aluguel é um mecanismo compensatório utilizado pelo poder público para o caso de moradores que são removidos de áreas por onde passam grandes projetos como, por exemplo, o Projeto Orla. Nesse caso, os moradores são desalojados de suas casas como a promessa de voltarem ao local onde moravam após a intervenção, ou então receberem unidades habitacionais em projetos habitacionais subsidiados pelo Estado. Enquanto as obras não terminam ou as unidades habitacionais prometidas não são entregues, as famílias recebem uma quantia – em 2017 cotejada em R\$ 524,00 – para custear provisoriamente um aluguel. O valor do auxílio aluguel dificilmente é reajustado e há atrasos em seu pagamento. Observa-se que o auxílio aluguel, exceção e situação provisória, tem se tornado regra e situação permanente em Belém para moradores remanejados em função de Grandes Projetos Urbanos.



desenvolvidos pelo mercado com o aparato do Estado, tendem a desterritorializar as populações locais, submetendo-as as condições mais degradantes, de exclusão social e incorporando-as no chamado “exército industrial de reserva” (HARVEY, 2011).

Dessa forma, as particularidades e modo de vida das populações locais não são consideradas dentro do planejamento do poder público, jogando-as à invisibilidade, e considerando-as obstáculos ao desenvolvimento econômico do grande capital.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo em Belém e em Barcarena mostraram que os projetos econômicos desenvolvidos pelo Estado e pelo mercado tendem a desterritorializar a população local, gerando a insegurança da posse e, conseqüentemente, insurgências pela permanência na terra e pelo direito à moradia.

Com base nisso, a integração da Amazônia brasileira às dinâmicas da acumulação capitalista mundial e sua consolidação enquanto fronteira econômica torna o território um campo de conflitos, que se desdobram em espaços rurais e urbanos da região. Dentro dessa perspectiva, a expansão capitalista no estado do Pará se deu, por um lado, pela extração de matérias-primas, em virtude de sua potencialidade mineral, na qual as atividades vinculadas à cadeia da mineração baseiam-se substancialmente na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho para a expropriação de terras. De outro pela lógica de embelezamento e competitividade de cidades, reproduz-se os efeitos da segregação socioespacial na cidade.

Aludindo a Harvey (2005), tal dinâmica é acentuada pelo processo de circulação do capital, que através a reestruturação geográfica cria infraestruturas sociais e físicas para a manutenção do sistema capitalista. Apresentando aspectos desse mesmo fenômeno, Rolnik (2015) assevera que o grande capital acaba por submeter a questão da moradia sob a lógica da acumulação, demonstrando o processo da financeirização do território e da insegurança da posse em nível global.

A partir das bibliografias e documentos analisados, verificam-se a agudização das expressões da “Questão Social” na Amazônia com a implantação de grandes projetos, seja em territórios urbanos ou rurais. Essa dinâmica adensa ainda mais as tensões históricas existentes na região e coloca em risco os direitos territoriais, políticos, econômicos e culturais garantidos constitucionalmente, uma vez que a expansão acelerada dos empreendimentos exige, entre outras medidas, a remoção de famílias e a não efetivação de políticas públicas que assegurem o direito à moradia e trabalho.

Os aspectos identificados no decorrer deste estudo, a partir das experiências de pesquisa de IC e extensão, se constituem elementos determinantes do processo de



mercantilização do território nos municípios de Belém e Barcarena, por um lado, e por outro, determinam também as ações de resistência.

Foi possível identificar uma realidade específica da Amazônia que expressa uma heterogeneidade de grupos sociais que são afetados pelo grande capital. Dentro desta perspectiva, foram identificados efeitos socioterritoriais vivenciados pela população local, com implicações na insegurança da posse, configurando a violação dos direitos com a invisibilidade das populações locais, tendo como características a perda da terra e a segregação social que sofrem com a negação do acesso ao território.

Em contrapartida ao avanço do capital nos territórios, estes sujeitos encontram formas de resistência. Identifica-se, sobretudo, a articulação entre moradores, lideranças e entidades na luta pelo direito à terra, apresentando como estratégia a reivindicação por uma participação mais efetiva no planejamento do poder público.

Considera-se que o reconhecimento da realidade amazônica, por meio dos Projetos de Pesquisa e Programas de Extensão que dão visibilidade às populações locais, são um importante instrumento para a intervenção mais qualificada do Serviço Social, pois articulam as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo que fundamentam a profissão.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

_____. Prefeitura Municipal. **Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus**. Tese (doutorado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramenta**. 1994, 180f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 1994.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos Para Uma Compreensão Da “Questão Social” Na Região**, 2006. Tese Doutorado em Serviço Social Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.



_____. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAZEU, Marcel Theodoor. **O Não Lugar Do Outro:** Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena, Ano de obtenção: 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Boletim Barcarena Livre informa:** 37 anos de Desastres Socioambientais em Barcarena Rio de Janeiro, 2016.

LEAL, Aluizio Lins. **A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia.** In: Revista Políticas Públicas. São Luís, nº especial, p.85-103. 2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia:** estado, homem, natureza. 3ª.ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

OLIVEIRA, A. Umbelino. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício. **Amazônia Revelada:** os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPQ, 2005.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra Dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Acumulação de Capital e Cidades na Amazônia:** Produção de riquezas e negação de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. (Org.). **O avesso dos Direitos:** Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

**GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infraestruturas: Hidroelétrica, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias.****A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA LINHA VERDE NA REGIÃO PERIURBANA DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ – AP: PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO**

Thiago dos Santos Damasceno ¹
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão²
Elizeu Costa Vasconcelos ³
Danielson da Silva Iaparrá⁴

RESUMO

Este trabalho aborda a fragilidade das ações complementares na implementação de planejamento das políticas públicas locais. A implantação da rodovia linha verde na região periurbana do município de Macapá – AP. É realizada uma abordagem nas dinâmicas sociais existentes, e nas demandas da reconfiguração espacial, que possivelmente será criada após a conclusão desta obra. Neste sentido, incorre a possibilidade de surgir conflitos sociais e ambientais intensos, tais como a escalada de invasões nas áreas de ressaca, uma vez que a região tem uma extensa área com lagos, córregos e igarapés, além do aumento da violência em decorrência do tráfico de drogas. Com base no caráter diferenciado da região que contempla empreendimentos hortifrutigranjeiros, comerciais, clubes esportivos, sítios e chácaras residenciais de grande e pequeno porte, ou seja, há uma configuração tipicamente rural, no entanto, é separada apenas por uma região de ressaca do bairro açai, área de periferia do município de Macapá, este estudo objetiva analisar as consequências da falta de planejamento e políticas públicas, para atender as demandas sociais da região periurbana da rodovia linha verde, em Macapá – AP. O processo metodológico para o desenvolvimento desse estudo foi planejado com a elaboração de um roteiro para a coleta de dados *in locu*, e com isso realizar uma construção contextualizada da dinâmica da região periurbana cortada pela rodovia linha verde, foi realizada uma abordagem quali-quantitativa, onde se preocupou em caracterizar o perfil social e ambiental.

Palavras chaves: Rodovia linha verde; Periurbana; Macapá – AP.

1. INTRODUÇÃO

O recorte espacial em estudo expõe o dinamismo existente nas proximidades às áreas periféricas do centro urbano de Macapá. Onde se constituem aos acessos a vários bairros, a órgãos estaduais e federais, empreendimentos imobiliários, comerciais, agrícolas e agroindustriais. Além da proximidade do eixo rodoviário que funciona como entreposto direcionador de produtos e serviços para o interior do estado, ou seja, aos outros quinze municípios do estado.

¹ Programa de pós-graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: thyo.engprod@hotmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela UFPA.

³ Programa de pós-graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: elizeucosta21@gmail.com

⁴ Programa de pós-graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: danielson.iaparra@gmail.com



É tida como uma importante obra de infraestrutura de acesso, integração e mobilidade, a construção da Linha Verde, localizada na linha E da Rodovia AP 440, conhecida como Km 9. A implantação da rodovia linha verde na área periurbana⁵, interligando as zonas norte e oeste do município de Macapá, em seu projeto deveria analisar e contemplar uma profunda abordagem nas dinâmicas sociais e ambientais existentes através de uma relação integrada ao contexto existente no percurso da rodovia.

Com base no caráter diferenciado da região que insere empreendimentos hortifrutigranjeiros, comerciais, clubes esportivos, sítios e chácaras residenciais de grande e pequeno porte, ou seja, há uma configuração tipicamente rural, no entanto, é separada apenas por uma região de ressaca⁶ do bairro Buritís, área de periferia urbana do município de Macapá.

A implantação de grandes obras de infraestrutura em Macapá tem levado ao questionamento a respeito dos mecanismos e dispositivos públicos de integração após a conclusão obra, e desta forma inserir as demandas sociais que já existiam ou que se reformataram a partir desta reconfiguração espacial.

Porém o que se visualiza são as deficitárias ações e proposições de planejamento em políticas públicas que permeia este papel integrador, e assim propiciam um dinamismo social ineficiente ao local.

Com isso foi realizada uma análise no cerne da concepção de planejamento de políticas integradas ou consorciadas entre os agentes municipais e estaduais, com o intuito de evidenciar operações conjuntas e eficientes para estruturação do ambiente periurbano foco deste estudo, a fim de analisar as consequências das ações de integração e a demanda social existente na região rodovia linha verde, em Macapá – AP.

Foram elencados as nuances das interações desenvolvida entre as atividades da população produtora e a oferta de produtos com características rurais e além dos serviços de cidadania demandados, o viés institucional, a relevância empresarial e atual construção socioambiental do espaço.

Para a elaboração deste estudo utilizou-se o seguinte processo metodológico: fez-se uma leitura analítica a respeito das políticas públicas de planejamento urbano e de

⁵ Entende-se que a área que se localiza para além dos subúrbios de uma cidade. Correspondente a um espaço onde as atividades rurais e urbanas se misturam, dificultando a determinação dos limites físicos e sociais do espaço urbano e do rural. Esta resulta da implantação dispersa do povoamento urbano em meio rural. Aqui o tecido urbano surge de forma descontínua, a atividade agrícola é instável e assistiu-se à implantação de indústria e de alguns serviços. Na generalidade das áreas periurbanas, a densidade de ocupação urbana registra valores reduzidos (PENA, 2017).

⁶ É uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas. (NÉRI, 2004)



características periurbanas semelhantes ao recorte em estudo através de pesquisa documental em órgãos estaduais e municipais como: a secretaria de estado de transportes - SETRAP, Prefeitura municipal de Macapá – PMM, dentre outros; foi planejada a elaboração de um roteiro de visitas para a coleta de dados *in locu*, e com isso realizar a construção dos aspectos gerais e contextualizados da dinâmica da região periurbana cortada pela rodovia linha verde.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao entender que a rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de amplitudes variadas, do micro e macrorregional. Deve-se concordar que as relações metrópole-satélites, que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações regionais, intrarregionais e internacionais, ganham hoje uma imensa complexidade diante da dimensão multiescalar, fragmentada e mutável (caleidoscópica, portanto) sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo, no mundo subdesenvolvido (MONT-MÓR, 2006).

Por isso ressalta-se que ao refletir sobre a fragilidade das relações no espaço urbano no Amapá, especialmente na cidade de Macapá, perpassa pela necessidade de analisar o papel do planejamento urbano nos graves problemas sociais, de infraestrutura e de aproveitamento dos espaços existentes nas duas cidades e sua influência na região (TOSTES *et al*, 2015).

Neste sentido se quiser reduzir as desigualdades regionais e promover mudanças estruturais que conduzam a uma melhor distribuição pessoal da renda, seria necessário assegurar níveis de investimento adequados ao crescimento e as mudanças estruturais. Considerando-se a situação desfavorável das regiões menos desenvolvidas o investimento precisaria ser pensado em duas dimensões: investimentos públicos em infraestrutura e capital social básico e estímulos ao investimento privado (CROCCO e DINIZ, 2006).

Logo, ao se pensar ou a analisar a necessidade de construir um sistema rápido e integrado de transportes, a cidade está decidindo mudar a composição de sua população por encorajar novas construções em áreas periféricas. De outra parte, ao permitir a degradação de certas áreas, está estimulando a formação de aglomerados habitacionais subnormais, bem como atraindo moradores não qualificados e de baixa renda, ao mesmo tempo em que declinam as oportunidades de emprego. Em outras palavras, o controle do crescimento e do movimento migratório tem sido efetuado em todos os tempos, mas, com frequência, condicionado por considerações de curto prazo, com resultados inesperados e



indesejáveis em longo prazo, decorrentes do conflito fundamental existente entre metas de curto versus longo prazo (BARCELLOS e BARCELLOS, 2004).

Para Santos (2004) os elementos do espaço seriam os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Sobre as firmas e instituições o autor nos diz que:

“As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. E as instituições, por sua vez, produzem normas, ordens e legitimações”. Os elementos firmas e instituições não agem de forma isolada, na verdade, são interligadas e em algum momento se confundem. É, justamente, analisando o estudo das interações entre as diversas instâncias que se recupera a totalidade social, pois cada ação não é dotada de individualidade, mas é resultado do processo social.

Observa-se que esse processo desenvolve-se num meio espacial estruturado, criado pelo homem. A cidade pode, por isso, ser olhada como um ambiente tangível construído – um ambiente que é um produto social. Ela é construída com uma tecnologia dada e elaborada no contexto de um dado modo de produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a certa divisão do trabalho e a certa ordem hierárquica de atividades, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante (HARVEY, 1980).

Observa-se que se insere ao contexto a importância de planos e garantias formais foi exagerada, em detrimento de uma análise social mais ampla. A participação popular, que deveria ser vista como o fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano em comparação com instrumentos como o “solo criado”, tanto nas discussões acadêmicas quanto nos planos diretores progressistas (SOUZA, 2002).

Neste sentido O Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá de (2004), em seus Art. 15. e 148. tratam de adequações de integração da infraestrutura urbana, como se ver a seguir:

Art. 15 A implementação da Estratégia para Melhoria da Mobilidade no território municipal se dará por meio das seguintes diretrizes: I - condicionamento das intervenções públicas e privadas à garantia da ampla acessibilidade; II - estruturação da rede portuária, provendo-a de uma infraestrutura mais adequada que possibilite novos trajetos e incremente o desenvolvimento social e econômico; III - organização do transporte coletivo para os distritos de forma a atender a demanda destas localidades; IV - ordenamento permanente da rede de estradas vicinais; V - articulação com os órgãos federais e estaduais responsáveis pela mobilidade no Município



de Macapá, para melhorias nos sistemas rodoviário, hidroviário e ferroviário intra e intermunicipal; VI - participação popular na elaboração de plano relacionado à mobilidade municipal.

Art. 148. O Plano Municipal Integrado de Transportes, nos termos da legislação federal aplicável, tem por objetivo a melhoria das condições de circulação e acessibilidade no Município de Macapá, atendendo às diretrizes e normas estabelecidas nesta lei, especialmente na Estratégia para Melhoria da Mobilidade e na Estruturação do Município relativa ao sistema de mobilidade. Parágrafo único. O Plano Municipal Integrado de Transportes deverá prever: I - responsabilidades dos órgãos municipais relativas à gestão do plano; II - formas de articulação com órgãos e entidades estaduais e federais responsáveis pelo sistema viário e pelos transportes; III - planejamento da rede rodoviária e hidroviária municipal; IV - ações específicas para melhoria e manutenção das estradas vicinais; V - ações específicas para melhoria do transporte rodoviário intramunicipal; VI - ações para a melhoria do sistema hidroviário intramunicipal e intermunicipal; VII - normas para a qualificação do transporte fluvial municipal; VIII - exigências e prioridades para a implantação e melhoria nos atracadouros dos distritos e da cidade de Macapá; IX - exigências e prioridades para a implantação e melhoria nos terminais rodoviários, inclusive os de integração, e intermodais, nos distritos e na cidade de Macapá.

As ações propostas para equalizar a eficácia do sistema viário, ou seja, otimizar a dinâmica de planejamento, de infraestrutura e gestão operacional de rodovias que formam a rede logística de integração multimodal do município de Macapá demanda por sua execução prática.

Com o intuito de promover ações sinérgicas, não somente às atividades de transportes, assim como também de armazenamento e distribuição de cargas e passageiros, além de possibilitar ganhos socioeconômicos através da geração de emprego e renda do meio rural e urbano, e neste caso, na região periurbana.

3. A CONFIGURAÇÃO PERIURBANA

A explosão da cidade significa a projeção, a partir da cidade, de inúmeros elementos materiais – periferias, subúrbios, residências secundárias –, e imateriais – valores, racionalidade, lógica. Sujeitando o campo a uma nova realidade, nova forma e conteúdo social, ensejando um mundo virtualmente urbano, não sem resistência rural, mas como tendência subjacente às relações urbano-rurais (SOBARZO, 2006).

Observa-se que as áreas periurbanas eram, antes, bastante discutidas pelos estudiosos da geografia urbana que buscavam estudar o crescimento das metrópoles. Atualmente, esses espaços são discutidos também por outras ciências que buscam saber a relação dicotômica campo/cidade ou rural/urbano e realizam estudos que abarcam a gestão de recursos naturais e a produção de alimentos para consumo de populações que vivem nas zonas urbanas (BRAGANÇA; PORCINO, 2004).



Tem-se, ainda, que o espaço periurbano está sujeito a pressões intensas e impactos diversificados, tais como aqueles decorrentes dos padrões de uso da terra e da dinâmica socioeconômica da cidade. De modo geral, essa dinâmica é marcada por uma redução contínua e significativa das terras agricultáveis em consequência da pressão antrópica exercida pelo crescimento da cidade, forçando alguns agricultores a venderem ou abandonarem seus estabelecimentos para se instalarem na periferia da cidade (SILVA JÚNIOR, 2012).

Na Amazônia brasileira, o crescimento populacional vem acompanhado pelo crescimento das áreas periurbanas de características rurais, quais sejam: agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, pesca e fornecimento de alimentos básicos às cidades (LEWIS, 2007).

4. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PERIURBANA DA RODOVIA LINHA VERDE, EM MACAPÁ – AP

As interações socioeconômicas na região que hoje compreende a área urbana do município de Macapá, teve sua configuração espacial fortemente intensificada e diversificada, principalmente após a criação do território federal do Amapá, devido à implementação de políticas setoriais que culminaram com a implantação de empreendimentos empresariais, extrativistas e industriais.

Que por sua vez atraíram, vigorosamente, um contingente de mão de obra para compor a crescente força trabalhista que se constituía, formados por migrantes, principalmente, nordestinos e paraenses, que em sua grande maioria estabeleceu moradia fixa não somente na área urbana, assim como também na região rural próxima a periferia.

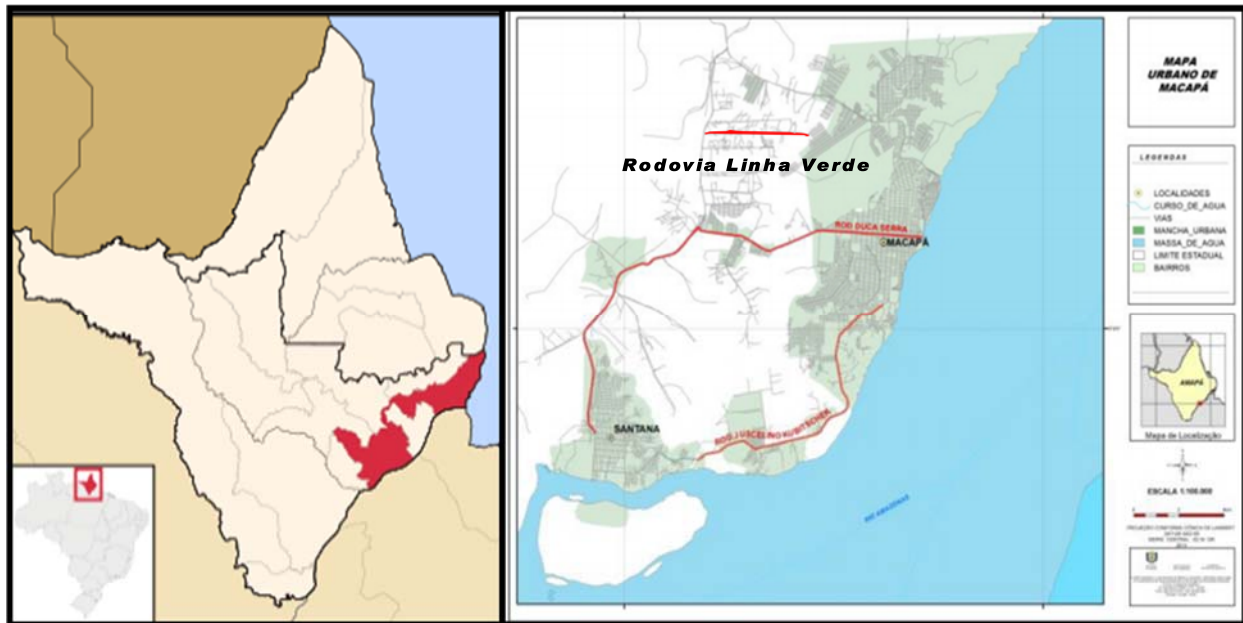
Nesta dinâmica de formação territorial urbana, rural e periurbana constituiu-se o que atualmente é configurado como o município de Macapá, a figura 01 mostra o recorte espacial configurando a localização e área a qual está inserida a rodovia linha verde, recolocando um interessante desenho estratégico para a atualização da espacialidade social, que deveria moldar um novo ordenamento na demanda por infraestrutura e salientar o papel institucional integrado a fim de elencar políticas públicas consorciadas ao espaço que vive a dicotomia de ser nem o urbano e nem o rural, ou seja, o periurbano.

Estes fatos foram decisivos e contribuíram para acelerar a complexa formatação espacial, territorial, urbana e rural. Hoje é traduzida e observada nos contrastes e dinâmicas existentes deste município. Com o passar dos anos desenvolveu-se atividades econômicas, que moldaram as atuais demandas estruturais relacionadas à ocupação, que esta área, vem



ao longo dos anos experimentando um intenso processo irregular nas do espaço urbano e periurbano de Macapá.

Fig. 1: Mapa de localização da cidade de Macapá



Fonte: Adaptado de MELO (2016).

Verifica-se que o perímetro da rodovia linha verde é intensamente caracterizado como rural, apesar da proximidade com os bairros Parque dos Buritis e Infraero II, que possuem características urbanas consolidadas. Percebe-se ainda que há a produção e a comercialização agrícola diversa, pois a formatação das propriedades variam entre sítios e chácaras de pequeno porte destinadas a agricultura familiar e na produção de frutas como banana, manga, laranja, caju, dentre outros, assim como de hortaliças como coentro, cebolinha, pimenta de cheiro, tomate regional, alface e criação de aves e porcos.

No que tange a presença institucional do poder público seja estadual ou municipal em benefícios como creche ou escola de ensino fundamental e médio, postos de saúde, delegacias, praças ou áreas de lazer destinadas a qualquer que seja a faixa etária é inexistente ao longo dos quase cinco quilômetros da rodovia, cabendo o traslado a outros bairros para a obtenção de serviços públicos básicos.

4.1 A obra: Rodovia linha verde

Iniciada em meados 2016 e com previsão de término em 2018, segue com o objetivo de beneficiar cerca de trezentas pessoas, este empreendimento viário é



compreendido como uma importante obra de infraestrutura, devido aos seus aproximadamente cinco quilômetros de extensão interligando o ambiente periurbano ao urbano.

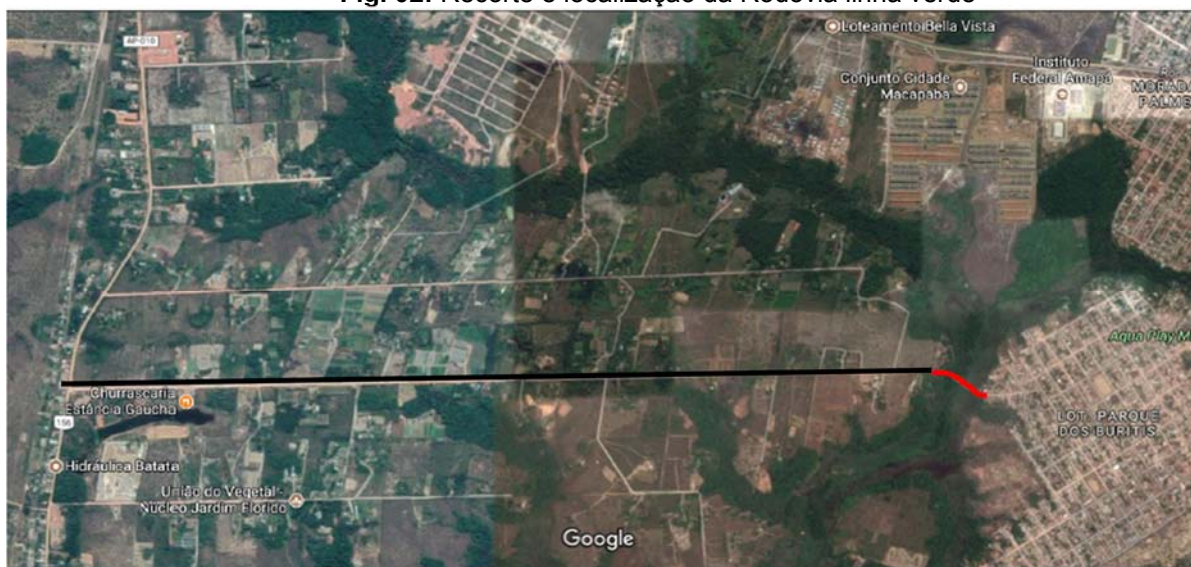
Com o intuito de permitir à integração e mobilidade a rodovia linha verde denominada anteriormente como linha E, está localizada entre o paralelo formado pelas rodovias BR 210 e AP 440, ou seja, um acesso direto entre as zonas norte e oeste de Macapá.

Este empreendimento de mobilidade está sendo executado pelo o governo do estado do Amapá através da Secretaria de Estado de Transportes (SETRAP). Observou-se o objetivo de interligar as zonas Norte e Oeste de Macapá através do acesso pela Rodovia AP 440.

O projeto prevê diversos serviços de suporte a pavimentação como a terraplanagem, asfalto, meio fio, linha d'água e sinalização horizontal e vertical a pavimentação do trecho de 4,7 quilômetros do ramal, o projeto da obra também prevê a construção de uma rotatória no entroncamento com a AP 440. O trecho final vai fazer uma conexão com os bairros Parque dos Buritís e Infraero II.

A figura 02 evidencia a extensão (traçado em preto; traçado vermelho passa sobre a área de ressaca) e abrangência da rodovia linha verde, percebe-se a perspectiva de canalização da mobilidade viária, tendo em vista aos acessos diretos entre as diferentes zonas de Macapá. Observa-se ainda a constituição espacial refletindo uma espécie de mosaico, referente às propriedades e aos tipos de empreendimentos com características tipicamente rurais de produção agrícola, em sua grande maioria.

Fig. 02: Recorte e localização da Rodovia linha verde



Fonte: Adaptado Google (2017).



Anteriormente constituída por pavimento laterítico, ou seja, a linha E era pavimentada pelo o material popularmente conhecido como piçarra, este ramal possuía uma largura média de quatro metros, pouco recebia manutenção e tem como resultado de muita poeira no verão e condições intrafegáveis de muita lama e atoleiros no inverno, causando prejuízo e transtornos a quem ali trafegava.

Ao ser consultada a respeito do projeto básico e/ou executivo do empreendimento, a secretaria de transportes do estado do Amapá - SETRAP, executora por administração direta, não informou com maior detalhes a configuração da obra, apenas forneceu uma planta baixa do projeto sem as principais especificações técnicas ou o prazo de execução e valores; e as justificativas socioeconômicas, dentre outros.

A dinâmica da construção espacial de Macapá demanda, sistematicamente, de intervenções institucionais que deverão ser presente com mecanismos, estrategicamente, inseridos para possibilitar a identificação dos entraves, das potencialidades e dos desafios locais, sob os aspectos logísticos, empresariais, produtivos e territoriais.

4.2 Aspectos ambientais

Ainda trás considerações significativas acerca dos desafios do periurbano para as questões ambientais, sobretudo por conta da predominância da baixa densidade de áreas alteradas para os empreendimentos nobres, bem como da dificuldade de controle sobre o crescimento irrefreável desses territórios, tendo em vista a falta de articulação política entre as municipalidades (PEREIRA, 2004)

Ainda nesta compilação de intervenções pautada na premissa que a tradição da engenharia urbana desconsidera o ambiente físico e antrópico, e desta forma seus ecossistemas e agi sobre os territórios de maneira uniforme e cartesiana, maninhando rios, fazendo aterros e terraplanagem dos acidentes geográficos e da topografia, desmatando e transformando locais peculiares em cenários urbanos padronizados, igualmente desoladores e cinzentos.

A ênfase na ideia do plano estratégico urbano leva seus gestores a negligenciarem a cidade como território e ambiência de vida de seus habitantes e a privilegiarem megaprojetos como meio de multiplicação do capital (HARVEY, 1996).

Enfatiza-se que não há a inserção de captação de água tratada e esgoto pela a companhia de água, esgoto e saneamento do Amapá – CAESA, do mesmo modo que á há formação de uma bacia hidrográfica nas proximidades, o que se visualiza é utilização de

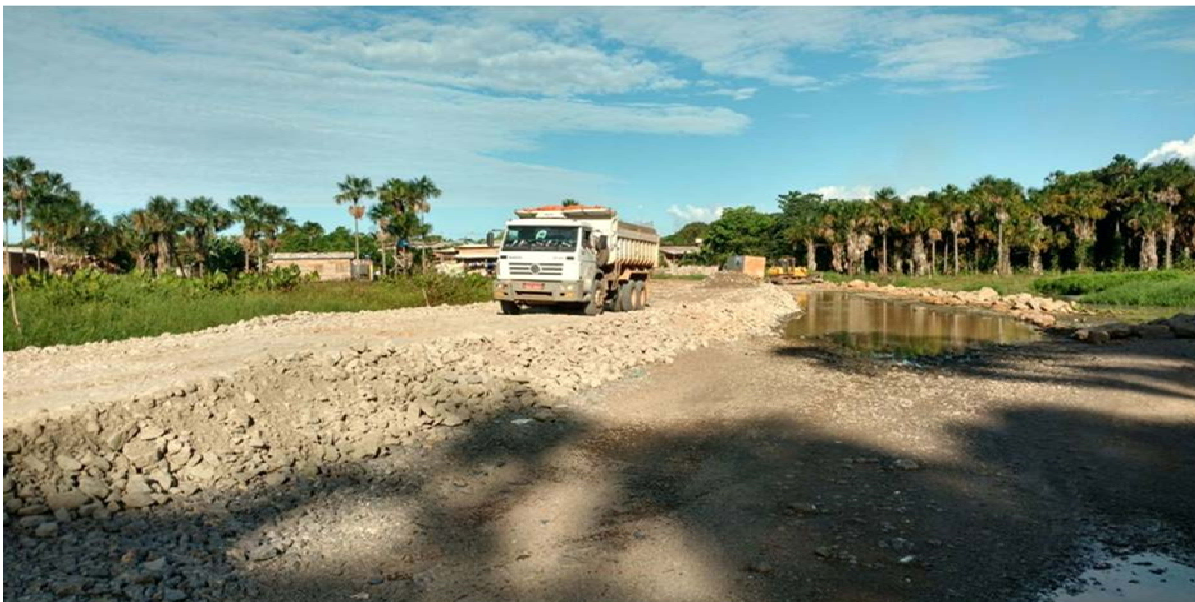


frequente dos poços artesianos ou amazonas, a aplicação de fossas individuais nas propriedades e o despejo na natureza do esgoto que não é tratado pelos os moradores.

Somado a estes fatores a construção da rodovia se destaca pelo fato de atravessar cerca de duzentos metros uma área de ressaca, composta por vegetação típica deste tipo desta área.

Buscou-se o estudo de impactos ambientais e o relatório de impactos ambientais, respectivamente o EIA e o RIMA, do empreendimento, no entanto, não foi possível o acesso. Uma das situações encontradas é o aterro da ressaca que divide a área urbana da periurbana, esta marca a conexão, ou seja, o encontro entre estas duas configurações e o intenso processo de supressão vegetal, principalmente na proximidade desta área de configurações alagadas.

Fig. 03: Aterro sobre a Ressaca



Fonte: Pesquisa (2017)

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao observar e analisar, intrinsecamente, a essência das políticas de ordenamento urbano, fundiárias, ambientais e de mobilidade urbana percebe-se que são introduzidas, em geral e por todo o país, políticas isoladas, que não falam entre si, ou seja, não buscam uma integração institucional das esferas governamentais para melhor servir a sociedade.

Verificou-se que a implantação da rodovia linha verde não estava prevista no plano plurianual 2016/2019 do governo do estado do Amapá onde se tem as temáticas de infraestrutura proposta para execução no período.



Observou-se ainda, que não há nada previsto, neste sentido, no plano diretor de Macapá de 2004. Seria salutar a compreensão integradora deste empreendimento rodoviário e de mobilidade para o ambiente periurbano, no entanto, o planejamento público observado é dissociado entre as esferas institucionais que não interagem de modo algum, e desta forma propõe aparelhos políticos isolados em um contexto socioeconômico e ambiental desestruturado.

O resultado final é que a lógica de cada qual tende a se converter em problemas para as demais. Neste sentido a política de implantação de infraestrutura viária e de mobilidade é feita de forma pontual, fragmentada sem que haja a devida consorciação com outras políticas públicas que busquem as transformações positivas para área de abrangência do empreendimento (CARRIL, 2006).

Não é visualizada a mobilização dos agentes públicos, seja na esfera estadual ou municipal, e nem dos agentes sociais, no intuito de construir e propor argumentos para melhor atender a integração do meio periurbano analisado.

Desta forma, observou-se que para implantação desta rodovia, caracterizada com um grande empreendimento de infraestrutura, tem surgido o questionamento a respeito dos mecanismos e dispositivos de integração, levando em consideração a conclusão da obra e as demandas sociais que já existiam ou que nascerão a partir desta nova reconfiguração espacial.

O que se visualiza são as deficitárias proposições e ações, quando estas são propostas, de planejamento em políticas públicas, que não integram as localidades, e por fim propicia um dinamismo social ineficiente e incongruente aos anseios conjunturais da população tanto as que estão inseridas no lado urbano quanto as que estão na área de configuração periurbana, ressalta-se o caleidoscópio de ações socioeconômicas, tanto positivas quanto negativas, que poderão imergir com a conclusão da obra.

Em suma, o sistema rodoviário proposto, deve permitir e prover a melhor mobilidade tanto no em área urbana, e neste caso deste estudo em área periurbana, deverá ser implementado de modo que seja mais uma opção de política pública, e não o único aparelho governamental que alavanque ao desenvolvimento, em face ao caráter ambiental e social, que passam despercebidos nestes tipos de enfoque estratégico.

É importante salientar que a noção de 'local' contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicos em outro. Se o 'local' refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim,



invariavelmente a análise do 'local' remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e a formação de identidades e práticas políticas específicas (FISCHER, 1992).

Desta forma a confluência entre as políticas públicas e a implementação de infraestrutura, a malha rodoviária, poderia vir a produzir uma simbiose que alie as crescentes demandas por resultados eficazes no meio produtivo, e para se consolidar, de forma competitiva, necessita urgentemente de intervenções profundas no âmbito das ferramentas de planejamento e fomento, que pluralize as interações socioeconômicas e permita o desenvolvimento sustentável e sólido.

Esta dinâmica é acompanhada por movimentos que rapidamente provocam novas demandas por intervenções de infraestrutura em setores como educação, saúde e saneamento básico.

E quando não há essa preocupação e a inserção de planejamento e aplicação adequada neste sentido, isto se revela ser um agente complicador ao processo de transformação do meio, pois interfere na construção e na consolidação de interações positivas no âmago das políticas públicas, pois o que se tinha como solução poderá ser tornar um grave problema social, como por exemplo, ao aumento da violência, do tráfico de drogas, da prostituição, a utilização da rodovia como rota de fuga, dentre outros malefícios que perpassam o abandono social da obra de infraestrutura.

REFERÊNCIA

CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia – a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006

CROCCO, M DINIZ, C.. **Economia Regional Urbana**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2005.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. **Planejamento urbano sob a perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e preocupação ambiental**. Revista da FAE, V. 7, N 1. 2004.

BRAGANÇA, M. T. R; PORCINO, S. N. **Fazenda Santa Cruz: Estudo de um Assentamento Agrário no Espaço Periurbano de Betim – MG**. In: encontro nacional de estudo populares, 14., Caxambu – MG. 2004, ABEP, 2004. 2017.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.4, 1992, p. 105-113.

HARVEY, David. **A justiça e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.



_____, D. Do gerenciamento ao empresariamento – a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVI, 1996.

GOOGLE/MAPS. Disponível em :< <https://www.google.com.br/maps/@0.0633271,-51.1096754,10638m/data=!3m1!1e3> />. Acesso em: 16 de nov. 2017

LEWIS. J. **Identidade e a Região PeriUrbana de Belém do Pará: Lições para o investimento de desenvolvimento municipal**. Springer Science, USA, p 1 -14, jan. 2007.

MACAPÁ. Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá. Macapá-AP, P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004.

MELO, L. P. **Os Benefícios Da Agricultura Urbana E Periurbana Para A Sustentabilidade Da cidade De MACAPÁ-AP**. 7º congresso luso brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado sustentável. Maceió, Brasil. 2016.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. **AS TEORIAS URBANAS E O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL**. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

NERI, S. H. A. 2004. A utilização das ferramentas de geo processamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Espaço urbano e rural"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/espaco-urbano-rural.htm>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

PEREIRA, Margarida. As metamorfoses da cidade dispersa. GEOINOVA – Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional. Lisboa. FESH, no. 10, 2004, p. 129-142.

SANTOS. **Por Uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6º ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA JÚNIOR, Bruno Ribeiro da. **Viabilidade de estabelecimentos agrícolas da reforma agrária em área periurbana no Município de Castanhal – Pará**. Dissertação (mestrado), Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, - Universidade Federal do Pará, UFPA, Castanhal – PA, 2012.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henry Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e Campo – relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo. 2006.

SOUZA, Marcelo José L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TOSTES, J. A; SOUZA, A. C. M; FERREIRA, J. F. C. **O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil)**. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, p. 149-167, jul./dez. 2015.

**GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias****POVOS INDÍGENAS NA CIDADE: IMPACTOS E PROGRAMAS MITIGATÓRIOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE PARA OS ÍNDIOS MORADORES DE ALTAMIRA/PARÁ**

Suelem Maciel Cardoso (UFPA)¹
suelem.cardoso21@gmail.com

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão sobre os impactos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte e suas medidas de mitigação e compensação para as populações tradicionais que vivem na cidade de Altamira, especificando o caso dos povos indígenas afetados de diversas formas pelo empreendimento. Objetiva-se mostrar como estas populações foram pensadas no âmbito desses programas e suas formas de resistência frente ao empreendimento, com luta política pelo reconhecimento de seus direitos muitas vezes solapados. Como metodologia do trabalho, lançou-se mão de uma revisão bibliográfica, análise documental dos programas mitigatórios e observação *in loco*. Como conclusões prévias, destaca-se que as especificidades das sociedades indígenas, como cultura e modo de vida, não foram, de fato, considerados na elaboração das medidas, bem como que muitos moradores não conseguem ter acesso aos programas por não estarem vinculados em associações. Ademais, alguns projetos, como os reassentamentos da população atingida, culminaram em outros graves danos, difíceis de serem reparados.

Palavras-chave: Indígenas na cidade, Belo Monte, Programas mitigatórios e compensatórios.

1. INTRODUÇÃO

O conjunto de ações do Estado para a Amazônia, nas últimas décadas, esteve - e podemos dizer que ainda está, quando observamos os processos atuais - legitimado pela “fala do desenvolvimento” (PEREIRA, 2012), que se naturalizou como um discurso justificado no projeto modernizador capitalista. Dessa forma, tais ações configuram-se como práticas políticas e econômicas, fornecendo as bases do desenvolvimento da região a partir do grande capital, criando condições necessárias para colocar a Amazônia no caminho do “crescimento”, do “progresso” e do “desenvolvimento”, mercantilizando, assim, sua riqueza e

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).



transformando essa prática na única forma de superar a ideia de vazio sociocultural da região, caracterizada como “selva”, composta por povos “selvagens”, que precisa ser preenchido pelo processo civilizatório (PEREIRA, 2012).

Dentro dessa conjuntura, a abertura da fronteira econômica e a implantação dos grandes projetos também trouxeram consequências socioambientais drásticas. No tocante ao social, e aqui atentamos para as diversas populações tradicionais² da região, Nascimento (2011) aborda que, a partir da implantação desses projetos, conflitos são desencadeados em virtude dos diversos modos de vida estabelecidos historicamente a partir de uma relação com o meio ambiente. Desse modo, essa autora aponta que a atuação e a apropriação do espaço pelos grandes projetos e as bases de reprodução dos modos de vida dos diferentes grupos amazônicos conduzem a uma disputa por recursos territorializados.

Souza (2015) também aponta como consequências negativas, a expulsão de camponeses e trabalhadores do extrativismo de suas terras, a integração forçada de etnias pelas frentes de expansão, o aumento dos conflitos fundiários, as agressões e violências físicas aos grupos indígenas, a expulsão das suas aldeias, as epidemias devido às barragens de hidrelétricas e aos contatos com os trabalhadores, além da sua transformação em mão de obra barata para os empreendimentos, exterminando-os como povos e arrasando suas identidades étnicas, findando por expulsá-los para as áreas urbanas.

É importante sublinhar que a Amazônia, em relação a outras regiões brasileiras, caracteriza-se como uma região indígena. De acordo com Souza (2015), a maioria dos povos indígenas no Brasil vive nessa região em áreas rurais ou em áreas urbanas, com seu modo de vida tribal ou não. Para estes indígenas nas cidades, o reconhecimento étnico identitário pelos órgãos indígenas e pelas populações “não indígenas” perpassa por lutas e invisibilidade no âmbito das políticas diferenciadas, conforme ressaltou Parente (2016), ao analisar as etnias indígenas na cidade de Altamira. Convém destacar que a presença indígena em cidades está longe de ser um fenômeno da Amazônia brasileira, haja vista sua presença também em áreas urbanas das demais regiões do território nacional e em outros países da América Latina³.

É a partir do ano de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), que a Amazônia volta a ganhar destaque na agenda política com a questão energética no Brasil. Os eventos desencadeados no âmbito da política do governo federal para a região

² Seguimos aqui as concepções de Almeida (2009, p. 76), que define as populações tradicionais como os “povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, geraizeiros e outras categorias sociais”.

³ Callefi (2003), aponta a presença indígena nos países da América Latina, comparando o Brasil com outros países. Revela, também, que a presença indígena nas cidades desses países, exceto o Brasil, é algo que não traz estranheza, sendo esses grupos dotados de poder político, ganhando visibilidade nas políticas de Estado. Esse fenômeno, segundo a autora, está ligado ao tipo de colonização na América espanhola.



caracterizam um novo período desenvolvimentista, um pouco diferenciado do modelo antigo (ainda que essa discussão gere controvérsias), convertendo-se em um neodesenvolvimentismo.⁴ É nesse contexto que temos, então, a retomada de uma política assentada em grandes projetos, os “novos grandes projetos” amazônicos, sendo a principal obra a hidrelétrica de Belo Monte, que afeta um conjunto de cidades e tem como base logística principal a cidade de Altamira, ocasionando mudanças significativas na estrutura espacial da cidade e aumentando os conflitos sociais.

Dentre esses grupos que lutam pelo direito à cidadania e pelo o direito à cidade (LEFEBVRE, 2006), estão as diferentes etnias indígenas presentes nesta cidade, espalhadas pelos 22 bairros, sendo elas: *Xipaya, Kuruaya, Juruna, Kaiapó, Arara, Tupiniquim, Xicrim, Araweté, Mundurucu, Xavante, Guajajara, Karajá, Canela, Anambé, Guarani, Wapixana, Baré, Mocorongo, Tembé, Arapiuns, Parakanã, Cinta-Larga, Gavião, Macuxi e Krahô* (PEREIRA, 2016). Diante disso, e acompanhando o pensamento de Miranda Neto (2016), o espaço urbano de Altamira torna-se palco de um embate entre o cotidiano e a totalidade, de um jogo dialético entre a “ordem próxima” e a “ordem distante” (LEFEBVRE, 2006).

Nesse sentido, o presente trabalho traz uma discussão acerca dos impactos da hidrelétrica de Belo Monte que afetam as populações indígenas que moram na cidade de Altamira e como estes foram considerados no âmbito dessas políticas mitigatórias, revelando um pouco das lutas e resistências dessas sociedades em uma região que constantemente recebe investimentos públicos e privados que visam a exploração dos chamados recursos naturais.

Sublinhamos que no presente trabalho utilizaremos o termo “indígenas na cidade” para o caso de Altamira, haja vista que, conforme mostrou Parente (2016) em seus estudos, o fluxo cidade-aldeia, para muitas famílias que têm residência na cidade, é constante em virtude de parentesco e/ou suas terras com pequenas produções.

Mediante esse contexto, ressaltamos que, apesar de haverem políticas direcionadas para a população indígena afetada por Belo Monte, no que toca a esses grupos situados em áreas urbanas, elas ainda são incipientes, conforme buscaremos sustentar.

2. VELHOS E NOVOS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA INDÍGENA

⁴ Segundo Sampaio Jr. (2012, p. 679) “o desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo-compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo-comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do estado, sensibilidade social”



A ideia de desenvolvimento, tão propalada nos discursos referentes às políticas do Estado brasileiro, configura-se de forma incisiva nos moldes economicistas. Dessa forma, pautada em um discurso de integração e modernização, a Amazônia brasileira, sobretudo a partir do final do século XX, ganha relevância na agenda política do governo nacional. O Estado brasileiro, sob a égide desenvolvimentista⁵, adota um conjunto de políticas intervencionistas para essa região. Esse processo de abertura da fronteira econômica, intensificado a partir da década de 1960, em que o governo militar viabilizou, por meio de obras de infraestrutura e incentivos fiscais a entrada do capital externo na região (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990), permitindo que novos arranjos e dinâmicas socioeconômicas passassem a incidir de forma mais expressiva na organização do espaço.

Nesse sentido, em face à abertura da fronteira econômica e da implantação de objetos técnicos, novas lógicas estranhas ao lugar são impostas para a região, que passa a ser reconfigurada, definindo novos papéis para suas cidades. É nesse contexto que as cidades médias ganham destaque como centros urbanos sub-regionais importantes, por estabelecerem uma conexão entre cidades maiores e menores no contexto de uma dada Divisão Territorial do Trabalho (SPOSITO, 2001).

No caso específico da Amazônia paraense, três cidades passam a se sobressair como resultado desses processos ocorridos nesse período: as cidades médias de Santarém (oeste paraense), Marabá (sudeste paraense) e, ainda que de forma mais tímida, Altamira (sudoeste paraense), polarizando um conjunto de cidades menores nas suas respectivas sub-regiões. Todavia, esta última passa a ganhar atenção, destacando-se como importante centro urbano, da qual depende um conjunto de cidades no interfluxo entre o rio Xingu e a rodovia Transamazônica (MIRANDA NETO, 2015)⁶.

Essas cidades também se destacam como elos entre o local e o global (SANTOS; SILVEIRA, 2008), bases logísticas de grandes empreendimentos, atrativas para agentes econômicos, e pontos para onde convergem importantes políticas de desenvolvimento urbano e regional nas diferentes esferas de poder, que, por possuírem suas diretrizes nos moldes economicistas, não levam em conta, de fato, as demandas das populações locais (CARDOSO, 2015a e 2015b; OLIVEIRA, 2017) e os modos de vida dessa sociodiversidade que compõe as cidades amazônicas.

Dentro dessa conjuntura, destacamos que a cidade média de Altamira, localizada à margem esquerda do rio Xingu, sobretudo a partir do final da década dos anos 2000, vem

⁵ De acordo com Sampaio Jr. (2012), o desenvolvimentismo foi uma arma ideológica das forças econômicas e sociais, que tinha como eixo articulador a preocupação de integrar industrialização e formação econômica social, comprometendo a capacidade da sociedade nacional de controlar os fins e os meios de desenvolvimento, subordinando a vida econômica nacional à lógica do capital internacional.

⁶ Vale destacar que o município de Altamira com extensão territorial de 160 mil Km² é o maior município do Brasil e superior a muitos países da Europa.



sofrendo profundas transformações em diversas escalas em virtude do destaque que a Amazônia ganha novamente na agenda política do governo federal.

No período de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi autorizada a implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte na região do Xingu, o que caracterizou grandes descontentamentos por parte de diversas entidades, principalmente as ligadas aos povos indígenas. Belo Monte, então, passa a ser a principal obra e a mais onerosa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁷.

O que chamamos a atenção aqui é que, por ser a Amazônia uma região com um grande contingente populacional indígena, conforme mostraram os últimos censos e os estudos de Souza (2015) e Simoni e Dagnino (2012 e 2016), e que vem crescendo em suas cidades, essas populações localizadas em áreas urbanas não têm sido consideradas devidamente nas agendas de políticas públicas. Ademais, no tocante às políticas ligadas aos grandes empreendimentos, a exemplo de Belo Monte, com seus programas que visam minimizar os seus impactos, pouco se mostram eficazes para os povos indígenas na cidade de Altamira.

Isso se explica, entre outros fatores, conforme apontou Parente (2016), ao analisar o caso de Altamira, pelo não reconhecimento, por parte dos órgãos responsáveis e pela sociedade, dessas identidades étnicas em contextos urbanos, o que vem a ser objeto de luta e organização política desses grupos para sair da condição de “invisíveis” na cidade.

3. POVOS INDÍGENAS NA CIDADE DE ALTAMIRA E AS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E MITIGATÓRIAS DE IMPACTOS DE BELO MONTE

A presença indígena nas cidades não é uma novidade. Callefi (2003), ao tecer uma análise comparativa sobre as realidades indígenas no Brasil e em outros países da América Latina, observou que em vários destes países a presença indígena nas cidades é significativa, traduzindo-se, muitas vezes, em força política. Em contraponto, ao observar o caso brasileiro, aponta que a presença destes grupos foi ignorada, até pouco tempo, tanto pela própria face da academia que se interessa por estes povos, quanto pelo Estado, e ainda, muitas vezes, pela própria sociedade civil como um todo.

A população total indígena brasileira no censo demográfico de 2000 estava em 734 mil, passando para 818 mil no censo de 2010 (IBGE, 2010). No que concerne às áreas

⁷ O Programa de aceleração do Crescimento (PAC I e II) consiste em uma macropolítica de crescimento econômico nacional que assume importante papel de integração juntamente com a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul); este, por sua vez, no âmbito Sul-americano. Ambos assumem a orientação de integração competitiva, apoiando-se em um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimento (CASTRO, 2012).



urbanas, a população autodeclarada indígena estava em 315 mil no último censo (IBGE, 2010).

Na região Norte, os municípios que mais concentram população indígena em áreas urbanas, em relação à população total indígena, de acordo com o último censo, são: São Gabriel da Cachoeira, com mais de 57%; Uiramutã, com mais de 56%; e Santa Isabel do Rio Negro, com mais de 31%. No Pará, em específico, o censo de 2010 mostra Jacaeacanga, com 22%, como o município que mais concentra indígenas. Em seguida, com percentuais bem menores aparecem Aveiro, com mais de 3%, e Altamira, com cerca de 1% (IBGE, 2010). Esta última, por sua vez, revela um significativo aumento da população em área urbana no interregno entre os censos (Tabela 1).

Tabela 1 - Altamira: população total e indígena nos censos de 2000 e 2010

Município de Altamira	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
População Total	77439	62285	15154	99075	84092	14983
População Indígena	1289	125	1165	3711	823	2888
Percentual Indígena	1, 66	0, 20	7, 69	3, 75	0, 98	19, 28

Fonte: Simoni e Dagnino (2012).

Estima-se que para o espaço urbano Altamirense o quantitativo venha a ser significativamente superior devido às mudanças que a região tem passado e o aumento das pessoas que passaram a autodeclarar-se indígenas, assumindo sua etnia e lutando pelo reconhecimento identitário junto aos órgãos competentes, o que se caracterizou como um ponto positivo do processo de implantação do empreendimento, segundo a fala de uma moradora da etnia Xipaia. O orgulho étnico e o conhecimento dos direitos respaldados em lei levaram muitos moradores de diferentes etnias a se organizarem politicamente, haja vista que o associativismo tende a fortalecer a luta e a conquistas desses direitos.

No tocante a essa organização política dos indígenas na cidade de Altamira, algumas associações destacam-se no movimento em busca do reconhecimento étnico e na luta por políticas diferenciadas, a exemplo da Associação Indígena dos Moradores de Altamira (AIMA), Associação Indígena Nativa Curuaia de Altamira (INKURI), Associação Indígena Juruna (TUBYÁ), Associação Agrícola Representação Índio Regional de Altamira Xipaia e Curuaia (KIRINAPÂN).

Altamira ainda passa por grandes transformações na sua geografia, com um intenso volume de obras espalhadas em seus bairros, muitas pensadas no âmbito das

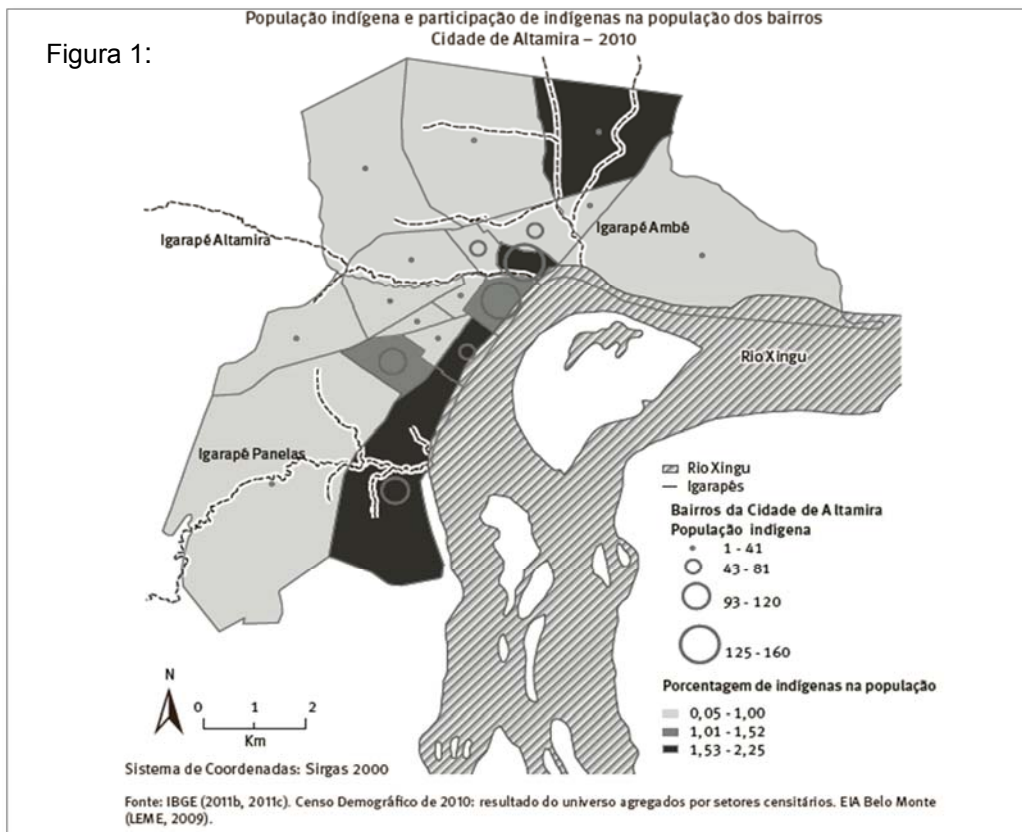


medidas de intervenção na cidade com o Plano de Requalificação Urbana que compõe os Projetos Básicos Ambientais (PBAs). Muitas ruas deixaram de existir, por estarem dentro da Área Diretamente Afetada (ADA), dando lugar a parques lineares (Foto 1) ao longo dos igarapés Altamira, Panelas e Ambé que historicamente eram ocupadas por populações que tinham, em sua maioria, profunda relação com esses rios, no que concerne à sobrevivência e ao lúdico, realocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) ou indenizadas, ficando longe do rio e, em muitos casos, conforme foi observado em campo, sem a renda familiar e/ou o alimento diário.



FOTO 1: PARQUE AS MARGENS DO IGARAPÉ ALTAMIRA: Essa imagem revela um pouco as significativas mudanças na paisagem da cidade. (Foto: Suelem Cardoso, agosto de 2017).

Sublinhamos que grande parte dos povos indígenas estava concentrada nos bairros periféricos, à beira dos igarapés, vivendo, a maioria, em condições precárias, conforme apontaram Alonso e Castro (2006). Na Figura 1 podemos verificar como estava distribuída essa população pelos bairros de Altamira no início de 2010, antes das grandes transformações, destacando-se uma maior concentração nos bairros à beira dos igarapés que cortam a cidade.



Fonte: Simoni e Dagnino (2016).

Essas populações foram observadas no EIA/RIMA do empreendimento no estudo Índios Moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu com planos e programas mitigatórios e compensatórios diferenciados. Entretanto, com as condicionantes da Licença Prévia 342/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), esses programas foram integrados aos programas anteriores, conforme destaca a condicionante 2.19 do documento:

2.19 Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA (IBAMA, 2010, p.6).

Nesse sentido, essas populações com seus modos de vida passaram a ser desconsideradas no tocante a esses planos mais gerais, que para além dos danos materiais, também sofrem com os impactos imateriais, os quais não podem ser compensados ou mitigados. Assim, observou-se nas entrevistas com famílias indígenas de diferentes etnias, realocadas ou não, a quebra do laço de parentesco e vizinhança, haja vista que muitas famílias, que dividiam antes uma vila familiar ou mesmo uma casa, foram



separadas ao serem realocadas para RUCs diferentes ou, em muitos casos, de parte da família permanecer no local de origem por não estar dentro da área afetada, tendo que viver longe de seus familiares e vizinhos, em uma cidade que carece de um sistema eficaz de transporte público. Ademais, os moradores dos RUCs, sobretudo a maioria das famílias indígenas entrevistadas, enfrentam graves problemas como rachaduras nas paredes das casas (Foto 2), lajotas soltas e/ou rachadas, problemas com a fiação elétrica, valores de conta de luz exorbitante, dentre outros problemas narrados, como a distância do rio e a violência que os obriga a ficarem com portas e janelas fechadas, em uma casa edificada com materiais que não condizem com o clima da região e por isso têm sua temperatura interna elevada, causando grandes incômodos para seus moradores. Nesse sentido, a realocação para os RUCs, que seria uma medida compensatória para muitos, desencadeou outros vários problemas que parecem estar longe de resolução.



FOTO 2: RACHADURA NO FORRO COM INFILTRAÇÃO: Em menos de 5 anos, tempo de garantia das casas, muitas em diferentes RUCs começaram a apresentar graves problemas em suas estruturas, comprometendo a segurança dos moradores. (Foto: Suelem Cardoso, agosto de 2017).

Para tentar minimizar o problema de distância e sobrevivência junto ao rio para as famílias indígenas e ribeirinhas, foi proposta pelas lideranças, sobretudo indígenas, a implantação de um Reassentamento Urbano Coletivo próximo ao rio Xingu, que receberia essas famílias já realocadas e possuiria especificidades para atender as demandas dessas populações. Assim, o RUC Pedral está sendo implantado em uma área bem mais distante do centro e já com sérios problemas de atraso na entrega das casas. Estas, por sua vez, conforme proposto pelas lideranças, deveriam ser de materiais diferentes e melhores do que as demais casas de outros reassentamentos. Dessa forma, com uma série de descumprimentos e atrasos na obra, as tensões entre Norte Energia e lideranças indígenas



vêm se acentuando, levando ao estabelecimento de processos junto ao Ministério Público Federal.

É importante sublinhar que para os povos indígenas do Xingu afetados pelo empreendimento, foram criados dentro do PBA, o Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) com base nos Estudos Etnológicos do EIA/RIMA (Volume 35, Tomos 1 a 7). O Plano de Operação (PO) do PBA-CI é composto pelo Plano de Gestão e pelos seguintes Programas: Fortalecimento Institucional, Comunicação para Não Indígenas, Atividades Produtivas, Gestão Territorial Indígena, Educação Escolar Indígena, Saúde Integrada Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Infraestrutura nas aldeias, Realocação e Reassentamento e Supervisão Ambiental (NORTE ENERGIA, 2017). Para os indígenas que vivem na cidade de Altamira foram direcionados os projetos elencados no quadro 1.

Quadro 1 - Programas mitigatórios e compensatórios do PBA-CI que beneficiam os moradores da cidade de Altamira

PROGRAMA		OBJETIVO
Programa de comunicação para não indígenas		Atuar na conscientização da população não indígena acerca das particularidades dos povos indígenas do médio Xingu, resultando na melhoria do convívio das comunidades indígenas aldeadas ou não, com os não-índios, bem como, na redução de eventuais preconceitos ou situações de conflitos.
Programa de fortalecimento institucional		Fortalecer as associações e demais organizações indígenas para atuar, de maneira efetiva e qualificada, na consecução de seus objetivos de defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida dos povos que representam.
Programa de patrimônio cultural material e imaterial	Projeto de apoio à produção artística e cultural	Fortalecer os saberes tradicionais indígenas, promover a sustentabilidade econômica no contexto regional e proteger os direitos indígenas sobre o patrimônio cultural como forma de garantir os diferentes modos de vida indígena em contexto de transformação social.
	Projeto de reestruturação do museu do índio de Altamira/Pa	Garantir infraestrutura para a preservação, documentação e divulgação do patrimônio cultural indígena bem como para a sustentabilidade cultural dos povos da área de abrangência do empreendimento.

Fonte: Norte Energia (2017).

Cabe ressaltar que, para que a população indígena moradora da cidade ser beneficiada nestes programas, com ressalva do programa de comunicação para não indígenas, é necessário que eles estejam organizados nas associações de indígenas na



cidade, e estas, por sua vez, devem elaborar projetos para que possam receber recursos necessários para o desenvolvimento dessas atividades. Dessa forma, observam-se dois problemas: o quantitativo de moradores indígenas não associados e os problemas de algumas associações em elaborar e aprovar projetos. Ademais, a distância da casa dos moradores, sobretudo os que hoje moram nos RUCs, para a sede das associações que se localizam, em grande parte, no centro da cidade, é significativa contribuindo para que estes também não sejam beneficiados no âmbito desses programas.

As medidas tomadas são insuficientes diante da amplitude dos problemas causados pela barragem. Observa-se uma série de agentes, como empresas, executando os projetos contidos nos PBAs e programas como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), proposto pelo governo federal em parcerias, para o desenvolvimento da área afetada. Ainda que esse conjunto de ações tenha sido elaborado para amenizar impactos previstos, outros foram surgindo com o barramento do rio e com a nova dinâmica imposta na cidade. Para os povos indígenas que moram na cidade, muitos problemas ainda são passíveis de conhecimento, haja vista que, no tocante aos danos imateriais, sobretudo, muitos ainda estão sendo observados e dificilmente poderão ser mitigados.

O estabelecimento de políticas para os povos indígenas, independente do ambiente em que se localizam, deve ser estabelecido conforme diálogos entre esses povos, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e demais agentes envolvidos. Faz-se necessário, também, ampliar a atuação da Funai no reconhecimento identitário e agilidade no processo de expedição de documentação indígena, para que um número mais amplo de pessoas possam ser compensadas de alguma forma em meio a esses acontecimentos danosos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implantação dos novos grande projetos, como modelo de desenvolvimento para a Amazônia, várias políticas intervencionistas vêm sendo direcionadas que se rebatem na organização urbana e regional, permitindo também a entrada de novos agentes econômicos na região. Tais políticas estão voltadas principalmente às áreas onde estão sendo instalados esses empreendimentos que desconsideram a presença das populações tradicionais da região, sendo impactadas de diversas formas e tendo seus modos de vida afetados. A usina hidrelétrica de Belo Monte, implantada no rio Xingu, trouxe mudanças multiescalares na área considerada diretamente afetada, compreendendo os municípios de



Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo. Entretanto, cabe ressaltar que, apesar do empreendimento estar localizado em Vitória do Xingu, é Altamira que se destaca como polo e importante base logística para o empreendimento em função de sua relevância histórica na rede urbana da qual faz parte, polarizando um número significativo de municípios na sua área de influência. Isso garante a essa cidade uma articulação com ordens próximas, assim como a conexão com outros importantes espaços, não regionais, sendo regida, também, por uma ordem distante que lhe é imposta e lhe é estranha, reconfigurando seu espaço. Nesse viés, atribuem-se novas dinâmicas, desarticulando modos de vida de sua sociedade, ligadas, principalmente, à dinâmica dos rios e das florestas. Assim, a cidade foi inserida em um jogo de danos incalculáveis e projetos mitigatórios ineficazes com o empreendimento, passando por um aumento significativo populacional, um *boom* imobiliário com o aumento no valor dos imóveis, intensificação da criminalidade, caracterizando-se, atualmente, como uma das cidades mais violentas do Brasil, dentre outros danos.

Em suma, os programas, com seus projetos propostos para amenizar ou reparar os impactos do empreendimento, pouco se mostram eficazes, haja vista que muitos não chegam a ser beneficiados por não serem organizados em associações. Fato este que vem gerando uma onda de conflitos na região do médio Xingu, envolvendo diversos atores sociais, principalmente os diversos povos indígenas que historicamente vivem na região e no espaço urbano altamirense, lutando em defesa de seus direitos, de transparência dos processos e do cumprimento do que foi proposto e acordado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. (Org.). *O Plano IIRSA visão da sociedade Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Observatório COMOVA/UFGPA, 2009. p. 57- 105.

ALONSO, S; CASTRO, E. M. Processo de transformação e representação do rural – urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 162-215.

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

CALLEFI, P. O que é ser índio hoje?. A questão indígena na América Latina/ Brasil no início do século XXI. *Diálogos Latinoamericanos*. Aarhus (Dinamarca), v.07, p. 20 – 42, 2003.

CARDOSO, S. M. *O circuito superior da economia urbana e as verticalidades geográficas em Marabá-PA*. 2015. 98p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -



Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015a.

_____. *Entre verticalidades e horizontalidades geográficas: a cidade de Altamira e as políticas de desenvolvimento urbano e regional voltadas para a área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte-PA.* 2015 [s.n]. Relatório de pesquisa (Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015b.

CASTRO, E. Expansão da Fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Cadernos CRH*, Salvador, v.25, n.64, p.45-61, Jan./Abr. 2012.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Licença Prévia N° 342/2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/arquivos/LP342-2010-Belo-Monte.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEME. Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental – RIMA: Belo Monte [Índios Moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu], v. 35, TOMO 7, 2009.

MIRANDA NETO, J. Q. Mobilidade do trabalho e reestruturação urbana em cidades médias: UHE Belo Monte e as transformações na cidade de Altamira-PA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS, III, 2015, Rio de Janeiro, *Anais...*Rio de Janeiro, abr. 2015.

_____. *Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência.* São Paulo, 2016, 369p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2016.

NASCIMENTO, S. M. *Usina hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos.* Belém, 2011, 378p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

NORTE ENERGIA. Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI): 8° Relatório Consolidado, 2017.

OLIVEIRA, H. M. P. *Santarém: circuito superior e políticas de ordenamento territorial.* 2017. 104p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARENTE, F. A. *“Eles são indígenas e nós também”*: pertencças e identidades étnicas entre Xypaia e Kuruaya em Altamira/Pará. Belém, 2016, 262p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2016.



PEREIRA, J. C. M. *Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro, 2012, 258p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *A presença indígena na cidade de Altamira (PA), no contexto da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte*. 2016 (mimeo).

SAMPAIO Jr. P. A. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, dez. 2012.

SIMONI, A. T; DAGNINO, R. S. *População Indígena e território na Amazônia brasileira: estudo de caso da população Xipaya no município de Altamira, Pará*. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, V, 2012, Montevideo (Uruguay), *Anais...Montevideo*, out. 2012.

_____. *Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, V.33, n. 2, p. 303 – 326, mal./ago. 2016.

SOUZA, M. *Amazônia Indígena*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SPOSITO, M, E, B. *As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos*. In: _____. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001. p.609-643.



II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS

